

MODOS DE FAZER CIDADE

(DES)ENCONTROS ENTRE O PLANEJADO E O VIVIDO

Cláudia Tirelli
Francisco Pereira Neto
Tuize Rovere
(Ogs.)

Colagem de Gabriela Pecantet Siqueira



Pedro & João
editores



MODOS DE FAZER CIDADE:

**(des)encontros entre o
planejado e o vivido**



Este livro contou com financiamento do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Edital Universal: Chamada CNPq/MCTI/FNDCT N° 18/2021 - Faixa A - Grupos Emergentes
Processo: 406127/2021-2



**CLÁUDIA TIRELLI
FRANCISCO PEREIRA NETO
TUIZE ROVERE
(Organizadores)**

**MODOS DE FAZER CIDADE:
(des)encontros entre o
planejado e o vivido**



Copyright © Autoras e autores

Todos os direitos garantidos. Qualquer parte desta obra pode ser reproduzida, transmitida ou arquivada desde que levados em conta os direitos das autoras e dos autores.

Cláudia Tirelli; Francisco Pereira Neto; Tuize Rovere [Orgs.]

Modos de fazer cidade: (des)encontros entre o planejado e o vivido. São Carlos: Pedro & João Editores, 2025. 285p. 16 x 23 cm.

ISBN: 978-65-265-2191-5 [Impresso]

978-65-265-2192-2 [Digital]

1. Segregação socioespacial. 2. Políticas habitacionais. 3. Políticas urbanas.
4. Cidades plurais. I. Título.

CDD – 370

Capa: Marcos Della Porta

Arte da capa: Gabriela Pecantet Siqueira

Ficha Catalográfica: Hélio Márcio Pajeú – CRB – 8-8828

Revisão: Everson Pereira da Silva

Diagramação: Diany Akiko Lee

Editores: Pedro Amaro de Moura Brito & João Rodrigo de Moura Brito

Conselho Editorial da Pedro & João Editores:

Augusto Ponzio (Bari/Itália); João Wanderley Geraldi (Unicamp/Brasil); Hélio Márcio Pajeú (UFPE/Brasil); Maria Isabel de Moura (UFSCar/Brasil); Maria da Piedade Resende da Costa (UFSCar/Brasil); Valdemir Miotello (UFSCar/Brasil); Ana Cláudia Bortolozzi (UNESP/Bauru/Brasil); Mariangela Lima de Almeida (UFES/Brasil); José Kuiava (UNIOESTE/Brasil); Marisol Barenco de Mello (UFF/Brasil); Camila Caracelli Scherma (UFFS/Brasil); Luís Fernando Soares Zuin (USP/Brasil); Ana Patrícia da Silva (UERJ/Brasil).



Pedro & João Editores

www.pedroejoaoeditores.com.br

13568-878 – São Carlos – SP

2025

SUMÁRIO

PREFÁCIO – REIMAGINAR A CIDADE Guilherme Aderaldo	7
PARTE I – POLÍTICAS PÚBLICAS E A CONFIGURAÇÃO DAS CIDADES	
CAPÍTULO 1 - POLÍTICAS PÚBLICAS E MODOS DE HABITAR: reflexões sobre a ausência dos usuários Cláudia Tirelli; Francisco Pereira Neto	15
CAPÍTULO 2 - MINHA CASA, E MINHA VIDA? Modos de habitar a periferia através da política pública habitacional Tuíze Rovere	51
CAPÍTULO 3 - A IMPLEMENTAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS SOBRE O USO DE IMÓVEIS VAGOS PARA HABITAÇÃO POPULAR EM PORTO ALEGRES DE 2001 a 2021 Ana Laura Eltz	67
CAPÍTULO 4 - ESPAÇO PÚBLICO E INSERÇÃO INTERNACIONAL NOS BAIROS FLORESTA (PORTO ALEGRE), CIUDAD VIEJA (MONTEVIDÉU) E POBLENOU (BARCELONA) Vanessa Marx Mariana Castilhos	107
CAPÍTULO 5 - OS “DONOS” DE PORTO ALEGRE: a configuração da coalizão dominante da capital gaúcha Marcelo Kunrath da Silva	129

CAPÍTULO 6 - DA CIDADE NEGADA À CIDADE OUTRA: experimentações junto ao Programa de Aquisição de Alimentos	153
Cristine Jaques Ribeiro Bruna Ribeiro Wruch Natália Martins Leal	
PARTE II – CIDADES: TERRITÓRIOS PLURAIS	
CAPÍTULO 7 - QUANDO A ÁGUA VEIO: insegurança e segregações na Vila dos Papeleiros, Porto Alegre – RS	177
Luis Carlos Ribeiro Stephanou Isadora Scopel Simon Leonardo Brawn Márquez	
CAPÍTULO 8 - PADRÕES ESPACIAIS DE SEGREGAÇÃO E DINÂMICAS COMPORTAMENTAIS: uma análise de gênero com ênfase na população bissexual	213
Mariana Barbosa	
CAPÍTULO 9 - A RODA DA VIDA É A VIDA QUE GIRA: reflexões sobre ancestralidade e resistência negra nos espaços urbanos	235
Leandro Barbosa dos Santos	
CAPÍTULO 10 - DOS TEMPOS DA CIDADE: olhares antropológicos	255
Luca Fuser	
SOBRE AS AUTORAS E OS AUTORES	283

PREFÁCIO

REIMAGINAR A CIDADE

O principal desafio deste livro imprescindível, que agora chega às mãos do leitor e da leitora, é a tarefa de reimaginar a cidade, ou seja, de pensá-la não como um fato objetivo e definitivo decorrente da aplicação de saberes “técnicos” e “neutros”, como supõem as ficções dominantes, mas como um significante permanentemente em disputa.

Dizendo de outra forma, todos os capítulos que compõem essa instigante coletânea partem do compromisso comum de desestabilizar a aparência de “verdade” e de “objetividade” subjacente às representações hegemônicas da cidade, com a finalidade de demonstrar como aspectos aparentemente “técnicos” associados ao planejamento urbano correspondem, na prática, ao emprego concreto de iniciativas amigáveis aos interesses das elites políticas e econômicas.

Com efeito, ao serem lidos em seu conjunto, os capítulos demonstram que, longe de serem direitos garantidos, a habitação e o acesso à cidade são, na verdade, elementos frequentemente negados às populações mais vulneráveis. E tal negação surge como desdobramento do emprego contínuo de políticas urbanas alicerçadas em bases universalistas e excludentes, pouco ou nada sensíveis aos diferentes modos de viver e habitar os territórios.

A persistência da **segregação socioespacial** é, portanto, um tema central, que os autores e as autoras aqui reunidos/as evidenciam de distintas formas, porém, sempre apontando para o problema da construção de políticas que, ao invés de combater desigualdades estruturais acabam, paradoxalmente, contribuindo para perpetuar as distâncias que separam os grupos vulneráveis do acesso aos direitos urbanos.

Ao promoverem efeitos como a "higienização" das áreas centrais e a "periferização" da distribuição de moradias populares, por exemplo, certas políticas acentuam injustiças e dificultam o alcance de uma vida digna, com acesso à infraestrutura, educação, saúde e trabalho, para as populações precarizadas e mais diretamente dependentes do auxílio estatal. Tal realidade é, por sua vez, intrinsecamente modelada por **relações de poder e coalizões dominantes**, que fazem com que interesses privados e empresariais exerçam uma enorme influência sobre o planejamento urbano.

A análise da "coalizão governante" de Porto Alegre, por exemplo, revela como esses "donos da cidade" atuam ativamente na modificação de legislações e na instituição de mecanismos jurídico-políticos que atendem aos seus interesses, resultando em uma governança urbana "periferizadora" e "privatizante".

Essa "visão mercadológica" do planejamento urbano, por sua vez, dificulta (ou impede) a aplicação de instrumentos jurídicos destinados a fins sociais, como o uso de imóveis vagos para moradia popular, culminando em processos de gentrificação e na criminalização frequente dos grupos sociais marginalizados.

No entanto, em oposição a essa perspectiva *top-down* do planejamento e da implementação de políticas, os capítulos igualmente clamam por uma **abordagem que seja capaz de notabilizar e valorizar a experiência vivida e as dinâmicas do "fazer cidade"** (Agier, 2011; 2015) que emergem a partir das margens.

E é neste aspecto, aliás, que se encontra o maior destaque desta obra, na medida em que ela nos convida a reconhecer essa "cidade outra", que é produzida pelas ações insurgentes dos grupos que insistem em (r)existir na contramão das lógicas mercantis correspondentes ao urbanismo neoliberal.

As mulheres, por exemplo, como mostra o belo capítulo de Tuize Rovere, apesar de serem a maioria nos contratos subsidiados do Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV), enfrentam a invisibilidade de suas "espacialidades femininas" e a sobrecarga do trabalho reprodutivo e de cuidado por meio da produção de

estratégias coletivas de "subversão da política pública". Na busca contínua por uma vida digna, elas transformam o espaço da casa para o sustento, além de se organizarem para construir e fortalecer importantes redes de ajuda mútua.

A perspectiva aqui defendida é, deste modo, a de uma análise sensível, que seja capaz de se debruçar sobre as experiências cotidianas e territorializadas protagonizadas por corpos e por formas de existência não-hegemônicas, afinal, das lógicas de organização, luta e representação política que passam a ser articuladas pelos saberes cotidianamente produzidos e trocados por essas coletividades subalternizadas, emergem novos regimes de urbanidade os quais, ao mesmo tempo que revelam a artificialidade dos dados e das representações ditas "oficiais", "legais" ou "formais" da cidade, apontam para outras possibilidades de construção da vida urbana.

As cidades que descobrimos durante a leitura decorrem, assim, dos próprios significados que uma diversidade de pessoas envolvidas nas mais distintas formas de luta urbana projeta sobre o espaço, de maneira que uma das grandes lições que aprendemos com o livro é, justamente, a de que o caminho da organização popular segue sendo fundamental para mantermos viva a nossa esperança de superação do paradigma hegemônico da "cidade mercado".

Ao atentar, portanto, para a maneira pela qual as epistemologias colaborativas produzidas pelas práticas e pelos saberes cidadãos são capazes de construir e revelar outras urbanidades possíveis, este livro presta uma contribuição fundamental aos debates contemporâneos sobre as formas de vida urbana.

Trata-se de uma lição semelhante àquela que aprendemos com a escrita de Ítalo Calvino quando, ao descrever a cidade fictícia de Olinda em seu clássico: "As cidades invisíveis", este autor diz as seguintes palavras:

Quem vai a Olinda com uma lente de aumento e procura com atenção, pode encontrar em algum lugar um ponto não maior do que a cabeça de um alfinete que, um pouco ampliado, mostra em seu

interior, telhados, antenas clarabóias, jardins, tanques, faixas através das ruas, quiosques nas praças, pistas para as corridas de cavalos. Aquele ponto não permanece imóvel: depois de um ano, já está grande como um limão; depois, como um cogumelo; depois, como um prato de sopa. E eis que se torna uma cidade de tamanho natural, contida na primeira cidade: uma nova cidade que abre espaço em meio à primeira e impele-a para fora” (Calvino, 1990 [1972], p. 119)

Enquanto antropólogo, uma das lições mais valiosas que aprendi sobre minha matriz disciplinar é a de que a antropologia tem como uma de suas principais características a nobre missão de desenvolver recursos epistemológicos, metodológicos e conceituais voltados à tarefa de aperfeiçoar continuamente a nossa capacidade de dialogar e aprender com os saberes e as categorias de pensamento produzidas por coletividades subalternizadas, tendo como objetivo final a tarefa de, por meio desses aprendizados, interpelar criticamente o próprio sistema dominante e as hierarquias que preservam suas lógicas classificatórias. Trata-se, portanto, de uma área de estudos que procura aprender com os saberes subalternizados, com a finalidade de desconstruir modelos interpretativos associados a normatividades hegemônicas.

Mas, como podemos testemunhar neste livro de natureza interdisciplinar, esta iniciativa de produzir teorias por meio do diálogo direto com os saberes populares, felizmente, não é um requerimento ético e epistemológico exclusivo da antropologia.

Nestas páginas, vemos colegas das mais diversas áreas compartilhando generosamente saberes e teorias que apontam para um mesmo caminho, a saber, aquele que nos permite enxergar essas “cidades invisíveis” e “insurgentes” produzidas e mantidas cotidianamente por meio da força dos vínculos populares.

Eu, que tive a honra e o privilégio de participar por um tempo dos encontros e diálogos frutíferos que levaram à construção desta obra coletiva, considero-me, neste sentido, diretamente devedor dos tantos aprendizados que essas experiências de troca acadêmica e afetiva me trouxeram. Por isso, finalizo este curto prefácio

parabenizando a equipe responsável pela organização e concretização desta bela coletânea e convidando o leitor e a leitora a descobrir as muitas cidades que convivem (sob tensão) no interior das nossas cidades. Boa leitura!

Prof. Dr. Guilherme Aderaldo

Docente, vinculado ao Departamento de Sociologia e Antropologia (DSA) da Universidade Estadual Paulista (Unesp) e coordenador do Laboratório de Pesquisas sobre Cidades e Cidadinidades (Lapescc/Unesp)

Referências

AGIER, Michel. *Antropologia da cidade: lugares, situações, movimentos*, São Paulo: Terceiro Nome. 2011 [2009].

AGIER, Michel. Do direito à cidade ao fazer-cidade. o antropólogo, a margem e o centro. *Mana*, Rio de Janeiro, v. 21, n. 3, p. 483-498, dez. 2015

CALVINO, Ítalo. *As cidades invisíveis*, São Paulo: Cia das Letras. 1990 [1972].

PARTE I

POLÍTICAS PÚBLICAS E A CONFIGURAÇÃO DAS CIDADES

CAPÍTULO 1

POLÍTICAS PÚBLICAS E MODOS DE HABITAR: uma reflexão sobre a ausência dos usuários¹

Claudia Tirelli
Francisco Pereira Neto

Introdução

Na última década, muitos analistas de políticas públicas e urbanistas se dedicaram a estudar os efeitos das políticas habitacionais implementadas no Brasil contemporâneo, sobretudo dos resultados alcançados pelo Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV), criado em 2009 durante a segunda gestão de Luís Inácio Lula da Silva como Presidente da República (2007-2010). No âmbito desse programa, foram previstas ações específicas para responder ao problema da falta de moradia vivenciado pela população de baixa renda (famílias com renda familiar de até 3 salários-mínimos), considerada a Faixa 1 do programa. Na formulação do PMCMV, o déficit de moradia desse segmento populacional deveria ser atendido por meio da construção de conjuntos habitacionais, com preços subsidiados pelo Governo, envolvendo uma articulação entre empresas privadas do setor da construção civil e a Caixa Econômica Federal, com a contrapartida dos municípios no que se refere à provisão da infraestrutura urbana

¹ As reflexões teóricas e metodológicas apresentadas neste capítulo são resultantes de discussões realizadas no transcórper da pesquisa “Disputas e resistências: a cidade (re)construída entre a norma instituída pela política habitacional e os modos de existência das periferias”, contemplada com financiamento do CNPq através da Chamada CNPq/MCTI/FNDCT Nº 18 de 2021 – FAIXA A – Grupos Emergentes.

necessária à sua implementação e ao trabalho social de seleção e preparação dos futuros moradores.

Os números produzidos pelos documentos do PMCMV indicam que seus resultados foram robustos ao propiciar o acesso à moradia para a população de baixa renda, perfazendo um total de 1,5 milhão de unidades habitacionais entre 2009 e 2020 (BRASIL, 2020).² No entanto, vários estudos de avaliação dessa política evidenciaram que os seus efeitos não foram homogêneos nem somente positivos, indicando a necessidade de rever alguns de seus pressupostos nas próximas edições do programa, o qual foi retomado no novo Governo Lula (2023-2026) depois de ter sido extinto e substituído pelo Programa Casa Verde Amarela durante o Governo Bolsonaro (2019-2022).

Os estudos avaliativos sobre o PMCMV apresentaram vários pontos em comum, entre os quais se destacam: i) os limites da política de enfrentamento ao déficit habitacional através da edificação de unidades novas de moradia nas periferias urbanas; ii) a padronização do modelo arquitetônico das edificações, nem sempre condizente com as necessidades específicas dos territórios; iii) a invasão, comercialização e/ou abandono das moradias; iv) o recrudescimento da violência pela transferência de grupos ligados ao tráfico de drogas para o interior dos conjuntos habitacionais; v) a falta de espaços de convivência comunitária; vi) as dificuldades de acesso aos serviços públicos e de infraestrutura urbana; vii) a ausência de um trabalho social continuado junto aos moradores; e viii) o acesso restrito ao mercado de trabalho e a possibilidades de mobilidade social ascendente (Bonduki, 2009, 2018; Maricato, 2009; Amore, Chimbo e Rufino, 2015; Rolnik, 2015).

O que chama atenção nessas análises é que grande parte das avaliações do PMCMV identifica certos efeitos não esperados

² O relatório de avaliação do Programa Minha Casa Minha Vida (BRASIL, 2020) aponta que o déficit habitacional de 6 milhões de moradias não arrefeceu com a implementação do Programa, mas salienta que é provável que o seu não incremento esteja vinculado aos seus resultados.

(colaterais), mas ainda preserva uma perspectiva predominantemente *top-down*, ou seja, toma como ponto de partida da análise a política formulada e propõe uma revisão e qualificação do seu planejamento pelo alto. De uma forma geral, as pesquisas apontam para o hiato existente entre os objetivos propostos na formulação dessas políticas e a sua implementação nos distintos territórios, ou seja, entre a política projetada e a política de fato.

A pergunta que se coloca, a partir dessa constatação, é como estruturar uma política habitacional mais efetiva levando em consideração as experiências cotidianas dos moradores das periferias sobre o que significa a cidade e o fazer-cidade? Em outras palavras, como promover uma articulação mais orgânica entre o planejado e o mundo vivido nos processos de formulação e implementação das políticas habitacionais?

Sem desconsiderar a importância do processo de formulação e planejamento da política realizado em grande parte pelos técnicos, tanto os do Estado quanto os de empresas privadas, parece-nos fundamental trazer o elemento que está ausente nesse processo: as experiências dos moradores ao vivenciar e construir a cidade a partir do seu cotidiano. Para trazer à baila essa dimensão das experiências do vivido, precisamos escapar das armadilhas que nos fazem afirmar, de antemão, quem são essas pessoas que habitam as periferias urbanas em sua diversidade e, mais ainda, como essas experiências se colocam frente à figura do “beneficiário”³ prevista pela política habitacional. Buscando responder a esse desafio, realizamos uma revisão narrativa visando contribuir para a compreensão sobre como têm ocorrido os processos de formulação e de implementação das políticas habitacionais no Brasil e sobre as

³ Neste capítulo a forma de designar os moradores dos conjuntos habitacionais implantados pelo Programa Minha Casa Minha Vida será a de usuário e não de beneficiário. Isso porque o termo usuário designa alguém que, como cidadão, usufrui de um direito; já beneficiário designa alguém que receba alguma coisa em razão de um ato de condescendência de um outro, portando, recria a relação de benemerência entre quem dá e quem recebe pautada pela lógica do favor, própria a tradição autoritária da política brasileira.

ausências e limites que essa literatura identifica. Além das análises sobre o PMCMV e o papel desempenhado pelos burocratas ao longo da história das políticas públicas brasileiras, em especial nas áreas do planejamento urbano e das políticas habitacionais, iremos dialogar com a literatura recente sobre a implementação de políticas públicas e território e a perspectiva das mobilidades, demonstrando como essas abordagens apontam para a necessidade de se utilizar outras lentes e instrumentos metodológicos que possibilitem apreender os modos de habitar a cidade construído a partir da experiência cotidiana de seus moradores.

O capítulo encontra-se organizado em três seções, além desta introdução e dos comentários finais. Na primeira seção, retoma-se o histórico do PMCMV e algumas análises publicadas sobre o seu desenvolvimento e execução na última década, as quais demonstram, por um lado, a sua efetividade ao responder ao déficit habitacional e promover o reaquecimento da economia, e, por outro, os efeitos colaterais dessa política e os seus limites. Na segunda seção, discute-se a forma como essa política pública vem sendo implementada pelos gestores e técnicos estatais nos distintos territórios, focando, particularmente, nas relações estabelecidas entre os burocratas e os moradores. Essa reflexão pretende destacar a recorrência da não presença do morador como um sujeito político ativo e capaz de incidir no que vai ser pensado e executado como sua moradia. Na terceira seção, apresenta-se uma proposta de análise - a partir das contribuições dos estudos sobre território e implementação de PP e da perspectiva das mobilidades - visando integrar a perspectiva dos moradores como um saber que precisa ser incorporado no processo de planejamento e de execução de moradias populares.

1. O Programa Minha Casa Minha Vida: breve histórico e análises pós-ocupação

O Programa Minha Casa Minha Vida foi concebido, em 2009, como um pacote de medidas voltado à mitigação do histórico

déficit habitacional brasileiro que, além de suprir a crescente demanda por moradia, deveria funcionar como uma política de aquecimento da economia a partir do incentivo ao consumo interno. Segundo Rolnik (2015), o programa foi inicialmente elaborado em conjunto com o setor da construção civil e alcançou seu objetivo de fomentar o crescimento da economia através da geração de emprego e renda. No final de 2008, pós-crise hipotecária americana, o cenário era desfavorável, e o Brasil entrava em retração econômica. Inicialmente, a meta do PMCMV era construir 200 mil moradias voltadas para a faixa de 4 a 10 salários mínimos, mas, posteriormente, o Governo Federal ampliou sua meta para cerca de 1 milhão de unidades habitacionais, parte delas totalmente subsidiadas. Em comparação com os programas habitacionais anteriores, como os financiados através do Banco Nacional de Habitação (BNH), a grande novidade do PMCMV era justamente o atendimento às classes mais baixas (famílias com renda de até 3 salários-mínimos), para as quais deveriam ser destinadas 40% da meta de construções e 70% do aporte de recursos, perfazendo aproximadamente 16 milhões de reais (Amore, Chimbo e Rufino, 2015, p. 17). Em sua versão final, o PMCMV contava com as seguintes modalidades: i) **MCMV – Entidades**, que previa subsídios à produção de moradias por associações e cooperativas; ii) **Plano Nacional de Habitação (PNH) – Rural**, voltado à construção de casas na área rural, destinadas a pequenos agricultores familiares, cooperativas rurais, reassentamentos rurais, etc.; iii) **MCMV – sub-50**, destinado aos municípios com menos de 50 mil habitantes; e o “carro-chefe” do programa, iv) o **MCMV – Empresas**, o qual apresentava condições específicas para variadas faixas de renda, com valores distintos para os subsídios, mecanismos financeiros e valores das unidades habitacionais a serem produzidas (Rolnik, 2015).

Apesar do sucesso no contexto econômico, o programa foi considerado insuficiente no que tange à questão social urbana. Segundo afirma Ermínia Maricato em editorial da revista Carta

Maior (2009)⁴, na medida em que abandonou as discussões que vinham sendo realizadas junto ao Ministério das Cidades sobre a mitigação dos problemas sociais resultantes da questão habitacional, o programa passou a funcionar mais como medida econômica do que como programa social. Além disso, o PMCMV teve como “efeito colateral” a geração de novos problemas relativos à localização das classes mais baixas na cidade, perpetuando a segregação urbana e os padrões de ocupação territorial baseados na especulação imobiliária. Essas lacunas do programa em relação à segregação urbana já eram discutidas antes mesmo de sua implementação:

O perigo de se repetirem os erros reconhecidos do BNH, de produção periférica em locais mal servidos por infraestrutura urbana, já era mencionado, tendo em vista a desarticulação da produção habitacional em relação às matérias urbanísticas, em relação às ações municipais de regulação do uso e ocupação do solo, que estariam apoiadas na efetivação da função social da propriedade, na implementação dos instrumentos do Estatuto da Cidade, na elaboração dos Planos Diretores em bases diferentes daquelas que os tinham caracterizado durante os anos 1970 e 1980. (Amore, Shimbo e Rufino; 2015, p. 18)

Ainda assim, é indiscutível o efeito contracíclico do PMCMV sobre a indústria da construção civil e para a geração de empregos para trabalhadores com baixa qualificação e dificuldade de inserção no mercado de trabalho. Segundo Rolnik (2015), o Sindicato da Indústria de Construção revelou que o setor cresceu 47,1% no período de 2003-2013, enquanto o PIB do mesmo período cresceu 45,9%. Além disso, foram criados 2,23 milhões de postos de trabalho formais. A partir de 2010, cerca de 1 milhão de unidades financiadas pelo Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) e

⁴ Editorial da revista Carta Maior em maio de 2009 em [http://www.cartamaior.com.br/?/Editoria/Politica/O-Minha-Casa-e-um-avanco-mas-segregacao-urbana-fica\[1\]intocada/4/15160](http://www.cartamaior.com.br/?/Editoria/Politica/O-Minha-Casa-e-um-avanco-mas-segregacao-urbana-fica[1]intocada/4/15160).

pelo Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo (SBPE) foram lançadas por ano, um número quatro vezes maior do que em 2003 (Rolnik, 2015, p. 306). Também foram incorporadas ao programa as diretrizes mínimas que deveriam orientar os projetos e as construções, além dos parâmetros para a realização do trabalho social e das metas e responsabilidades na implementação dos equipamentos públicos que deveriam acompanhar os empreendimentos construídos, entre outras medidas que visavam qualificar o programa (Amore, Shimbo e Rufino, 2015). A partir de 2011, foi concebido o PMCMV II, compromisso assumido pela Presidenta Dilma Rousseff (2011-2014) para a construção de mais 2 milhões de unidades habitacionais. Nessa fase, foram feitas importantes modificações no programa, tais como o aumento dos custos máximos das unidades, a incorporação de exigências de acessibilidade universal para um número mínimo de habitações, aumento da dimensão dos ambientes e elevação do padrão mínimo de acabamentos. Além disso, na fase II do PMCMV, a faixa de renda de até 3 salários mínimos passou a responder por 60% das contratações. Segundo o Ministério do Planejamento, quando foi lançada a terceira fase do programa (PMCMV III), em 2014, já haviam sido contratadas 3,5 milhões de unidades e entregues cerca de 1,5 milhão de casas ou de apartamentos.

Uma das questões-chave que se apresenta quanto à efetividade do programa, no que diz respeito à solução dos problemas sociais aprofundados pela falta de moradia digna, é a desconexão do PMCMV com o trabalho que vinha sendo desenvolvido pelo Ministério das Cidades desde 2003 (Bonduki, 2009, 2018; Amore, Shimbo e Rufino, 2015; Maricato, 2009; Rolnik, 2015). Mesmo com as mudanças ocorridas em 2015, a Secretaria Nacional de Habitação buscava implementar o Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social (SNHIS), nascido do primeiro projeto de lei de iniciativa popular apresentado ao Congresso Nacional em 1991 e aprovado em 2003, com o intuito de elaborar o Plano Nacional de Habitação por meio de um processo participativo com diferentes segmentos sociais que compunham o

Conselho das Cidades (Amore, Shimbo e Rufino, 2015). No SNHIS, estava previsto o uso de fundos articulados, controlados socialmente por conselhos de participação popular e a elaboração dos Planos Locais de Habitação de Interesse Social (PLHIS). Estes últimos seriam responsáveis por definir claramente as necessidades habitacionais de cada município e as possíveis estratégias para enfrentá-las, buscando constituir uma conexão mais efetiva com os territórios. Com a perda de espaço do Ministério das Cidades no PMCMV, foram abandonadas as possibilidades de interlocução com os atores presentes nos territórios, diminuindo o espaço para a dimensão participativa e deixando de lado a perspectiva desses atores sobre questões relacionadas à mobilidade, zoneamento, tipologia, vitalidade urbana e conexão com a cidade. Como resultado, na etapa de elaboração do programa, foi dada prioridade para a solução da questão habitacional baseada em dados quantitativos sobre o déficit habitacional (Amore, Shimbo e Rufino, 2015).

No que diz respeito às avaliações pós-ocupação do PMCMV, as pesquisas têm buscado abordar as diferentes escalas, modalidades e fases do programa, trazendo resultados sobre a qualidade dos empreendimentos, seus impactos sociais e urbanísticos, além dos seus efeitos sobre a vida das pessoas e famílias que acessaram a moradia. Porém, essas abordagens, de forma geral, mantêm-se na perspectiva universalista (sujeito universal/médio) e verticalizada (*top-down*) adotada no planejamento urbano normativo. Entre os aspectos analisados estão os seguintes: i) as questões de qualidade construtiva e do processo de planejamento e efetivação das construções; ii) o desenho e projeto dos empreendimentos; iii) a inserção no espaço urbano; iv) a segregação socioespacial e v) a política habitacional e produção das cidades. As pesquisas têm-se focado, preponderantemente, na investigação a respeito do cumprimento das metas previstas na formulação do programa (montante de recursos despendidos, número de unidades entregues e de famílias beneficiadas), na análise do papel dos agentes implementadores

locais e no levantamento da satisfação dos usuários. Poucas ainda são as pesquisas que empreendem a interlocução com a forma como os moradores vivenciam a cidade, investigando suas práticas cotidianas e suas formas de apropriação do espaço urbano. Um dos estudos que rompeu com esse padrão de investigação foi o da equipe formada por uma parceria entre o Laboratório de Estudos do Ambiente Urbano Contemporâneo (LEAUC) do Instituto de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (IAU-USP) e a assessoria técnica Peabiru – Trabalhos Comunitários e Ambientais, que realizou incursões etnográficas para compreender a adesão das camadas populares ao PMCMV. Essa investigação se deu por meio da análise de trajetórias de vida (abordando temas como moradia, trabalho e vida familiar/comunitária) de representantes das 894 famílias que se organizaram em consórcio para assinar contratos com a Caixa Econômica Federal que viabilizaram a compra de terrenos e execução dos projetos e licenciamentos para a construção de um empreendimento do PMCMV – Entidades, na cidade de Tiradentes – MG (Rizek et al, 2015). Esses resultados estão presentes no livro “Minha Casa... E a cidade?” (Amore, Shimbo e Rufino, 2015), fruto do trabalho de equipes que estavam articuladas na Rede Cidade e Moradia e estudaram a inserção urbana dos conjuntos habitacionais sob diferentes abordagens em seis estados brasileiros.

No livro “Avaliação Pós-ocupação no Programa Minha Casa Minha Vida: uma abordagem metodológica” (Villa; Saramago e Garcia, 2015), foram publicados os resultados de uma pesquisa financiada pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) que se baseava em dados de usuários na cidade de Uberlândia – MG. O objetivo da pesquisa era desenvolver uma metodologia de pesquisa aplicável nos demais empreendimentos do gênero. Da mesma forma, o LabCidade (Laboratório Espaço Público e Direito à Cidade), coordenado pela professora Raquel Rolnik e ligado à FAU/USP, publicou em 2014 o relatório dos resultados de suas pesquisas intitulado “Ferramentas para avaliação da inserção urbana dos empreendimentos do MCMV”. Nesse relatório, é

descrita a metodologia desenvolvida para analisar os padrões de inserção urbana dos conjuntos do programa, estruturada a partir de três níveis de análise: escala metropolitana/regional, escala municipal e escala do empreendimento, mediante mapeamentos realizados com base em dados secundários e indicadores socioespaciais. Esses trabalhos trazem riqueza de dados e análises sobre o programa e contribuem para reforçar a caracterização das políticas habitacionais como políticas sociais. A proposta de nossa pesquisa é contribuir com esse esforço, ao buscar o foco na implementação do PMCMV nos territórios como caminho para refletir sobre o hiato entre a política projetada e a política de fato.

2. O agente público como ator político

Uma rápida passagem de olhar sobre as análises e avaliações sobre políticas públicas no Brasil alerta-nos para o problema relativo à ausência (ou reduzida presença) dos usuários nos processos de formulação e implementação das mesmas, mesmo que a legislação sobre políticas públicas, desde a Constituição de 1988, indique a consulta e participação ativa da população beneficiada nesses processos. A literatura produzida nas Ciências Sociais, ao longo dos anos de 1990, tendeu a enfatizar os efeitos positivos da participação da sociedade civil nos processos de políticas públicas, adotando, não raras vezes, um tom prescritivo e normativo sobre o funcionamento e os efeitos dos arranjos institucionais participativos nas diferentes áreas de PPs. Essa perspectiva começou a ser problematizada quando a questão da “efetividade participativa” passou a ganhar mais espaço nas análises acadêmicas brasileiras, no transcorrer da primeira década do novo milênio. Nesse período, vários pesquisadores passaram a investigar os resultados dos processos e arranjos participativos, chamando atenção para a necessidade de se desenvolver estudos empíricos que produzissem evidências sobre o seu funcionamento e efeitos (Avritzer, 2011; Lavalle, 2011; Milani, 2008; Pires e Gomide, 2016).

No âmbito das políticas habitacionais, ocorreu o mesmo processo, conforme já foi demonstrado anteriormente. Esse fato nos desafiou a pensar sobre como foram construídas e implementadas essas políticas e de que forma as atuações dos agentes públicos e dos usuários foram consideradas.

O modo como as ações dos agentes públicos ou burocratas são percebidas nesses processos também diz muito a respeito de como a invisibilidade dos usuários é produzida. Se os agentes implementadores não são percebidos como agentes políticos com poder de interferir nas decisões sobre como a política será executada, a sua discricionariedade acaba sendo invisibilizada e, conseqüentemente, suas ações passam a ser vistas como sendo de caráter estritamente técnico e não político.

As reflexões de Varella (2011) sobre a construção do Plano Diretor Participativo, lançado pelo governo federal em 2004, são elucidativas a esse respeito. O autor faz algumas ponderações sobre o documento e, logo, lança uma pergunta importante:

[...] o Plano Diretor Participativo é uma lei, um ente jurídico, cifrado nos modos da tradição formalista positiva, que constitui a conduta legal e legítima a partir de regras *a priori* que não supõem, em sua formação (gênese) e aplicação, a ‘participação’ dos atores cujos comportamentos regula. No Brasil, a participação popular em processos de planejamento é ‘constitucional’. Significa que teríamos passado diretamente, num intervalo que pode ser contado em meses, desde a ditadura militar, cujo projeto de modernização criou o Ministério do Planejamento e consolidou o prestígio dos técnicos, a uma nova espécie de república participativa? (Varella, 2011, p.322)

A boa dose de ironia do autor na pergunta que faz ao final da citação é estimulada por uma argumentação bem fundamentada de que os limites da participação popular nos processos de concepção e de implementação de políticas públicas, no Brasil, está assentada na adoção de um tipo de gestão burocrática. Ela seria pautada pelo autoritarismo positivista, segundo o qual o prestígio dos técnicos faz com que sejam percebidos como os fiadores dos “regimes de

verdade” que legitimam as ações do Estado brasileiro no campo das políticas públicas.

Em se tratando das políticas habitacionais, a partir dos anos 70, no Brasil, percebe-se uma mudança na perspectiva dos urbanistas e arquitetos em relação aos princípios do planejamento, calcada no ideário da primeira fase do modernismo e mais focada no saber e nas competências dos técnicos/pensadores/artistas. Esse movimento, muito influenciado por mudanças ocorridas na Europa e nos EUA, centrava sua crítica nos saberes dos urbanistas e arquitetos brasileiros na questão da ausência de participação do público, ou seja, daqueles que seriam os usuários das políticas urbanas e habitacionais. Segundo Varella (2011),

[...] são os próprios urbanistas e arquitetos que passam a admitir e defender a presença do público na definição dos meios e fins do planejamento urbano, o modelo hermenêutico do aplicativo que, em oposição à aplicação universal autoritária, envolve o reconhecimento dos atores, circunstâncias e contextos que demandam alterações, adaptações ou, quem sabe, até mesmo o arquivamento dos planos da cidade dos urbanistas, elaborados na presunção de ignorância e incapacidade de público, cliente ou usuário, de definir, ou pelo menos de ‘participar’ da tomada de decisão sobre aquilo que incide diretamente sobre sua vida presente e futura. (Varella, 2011, p. 326)

Segundo o autor (Varella, 2011), essas ideias irão influenciar, de muitas formas, a inserção do conceito de “participação” na formulação dos marcos legais para a regulação das ações próprias ao planejamento urbano e à política habitacional instituídas pela Constituição de 1988, mais do que propriamente a influência de movimentos sociais no processo constituinte. Porém, ao passo que o conceito de participação insere-se como princípio nas políticas públicas americanas fundada numa lógica constituída pela conexão entre as posições da *new left* (nova esquerda) e a tradição cultural do liberalismo e do pragmatismo americano, no caso brasileiro a tradição positivista se mantém no ordenamento das políticas públicas, uma tradição constitutiva da lógica da ação

estatal e institucional que apresenta pouca aderência aos anseios das visões de mundo que referenciam a vida na sociedade brasileira (Varella, 2011).

O resultado desse processo pode ser percebido no fato de que, entre os norte-americanos, a “cultura liberal do indivíduo consumidor tende a representar a ‘participação’ como um direito de mercado, que afeta clientes e usuários como “consumidores” (Varella, 2011, p. 328). Já no caso brasileiro, o conceito de “participação” acaba sendo um “anexo”, uma dimensão paralela e secundária na formulação e aplicação dos planos diretores de ordenamento urbano, muito em função da tradição não participativa do positivismo à brasileira. Concluindo a análise do Plano Diretor Participativo (PDP), Varella irá dizer que:

[...] o PDP não é um modo prático e receptivo de conjugar a pauta da ação planejada com demandas de participação e inclusão social; mas um meio e instrumento simbólico de uma ocasião paradigmática e ritual, renovada periodicamente, de comemorar os valores da vida planejada e os vínculos tradicionais de lealdade dos súditos para com a unidade da federação. (Varella, 2011, p. 342)

São vários os exemplos presentes na literatura, tanto na Antropologia quanto na Sociologia Urbana, que expressam os limites para o estabelecimento de políticas públicas que incorporem efetivamente a participação da população na formulação e implementação de políticas habitacionais. Cunha (2019), em uma pesquisa realizada entre 2010 e 2014, analisa processos que tiveram como foco as favelas cariocas de Cantagalo e de Pavão-Pavãozinho. As ações estudadas nesses territórios corresponderam ao Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), à implantação da Unidade de Polícia Pacificadora (UPP) e às ações de regularização urbanística e fundiária. A análise da autora sobre as ações de implementação dessas políticas públicas acentua o paradoxo entre o viés “democrático” que configura a proposta da política pública e as práticas de implementação que,

em todos os casos, desconhece a posição dos moradores sobre as políticas e são insensíveis aos modos de habitar, ou seja, à experiência dos territórios pelos moradores das favelas.

Já Petti (2020), em seu estudo etnográfico sobre o processo de remoção de moradores de uma favela para um condomínio do PMCMV, na cidade do Rio de Janeiro, insere essa realidade nos termos das formas de governo dos outros, conceito foucaultiano que entende a mudança de concepção do espaço e da moradia que ocorre nesse trânsito como uma expressão do modelo de poder disciplinar. Nesse caso, há a violência e a assertividade do controle do uso do território pelo Estado, pelo tráfico e pelo mercado imobiliário capitalista. Por parte dos moradores, são observados não só sentimentos de insegurança e vulnerabilidade, mas também aparecem ações contra-hegemônicas, expressas na redefinição do espaço das casas/apartamentos nos condomínios que são ressignificados ao responder às lógicas de uso dos moradores. Nessas ações, as normas constituídas para ordenar a vida nos condomínios são “desidratadas” em favor da criação de um modo de habitar mais condizente com a realidade dos moradores. No caso pesquisado por Petti(2020), essa situação é vivida como um conflito intenso, o que leva muitos moradores a mostrarem o desejo de um retorno aos modos de habitar da favela.

Os estudos que tematizam as políticas públicas, mais comuns não somente no campo da Ciência Política, do Direito, da Administração Pública, mas também na Sociologia, alertam para a necessidade de mudar o foco para os processos de implementação das políticas públicas. Lotta (2019) faz uma revisão de estudos sobre as políticas públicas descrevendo um processo que parte dos primeiros estudos interessados nos processos decisórios, focados na relação estabelecida entre a política (com ênfase no funcionamento da democracia) e as políticas públicas e nas fases de formação da agenda e de formulação das políticas, até os estudos atuais, que passam a se interessar pelos processos de implementação das políticas públicas, capazes de mostrar a “política como ela é”. As primeiras são descritas como abordagens

top-down, que colocam no centro da definição das políticas públicas os processos de planejamento. Parece-nos que a ênfase no planejamento pode reforçar, no âmbito dos estudos acadêmicos, a tradição positivista e autoritária que caracterizaram a concepção e a implementação das políticas públicas brasileiras, por terem dificuldade de reconhecer, por exemplo, que a fase de execução das políticas não se reduz a fazer de forma correta o que foi previamente planejado. A reação a essa perspectiva se deu, inicialmente, por meio das abordagens *bottom-up da implementação*, as quais complexificaram a visão sobre essa fase da política pública ao demonstrar que ela também envolve um campo de ação que contempla múltiplos processos e atividades contínuas de tomada de decisão que caracterizam as políticas públicas. A impressão é de um *continuum*, não linear, que abarca todas as fases das políticas públicas, desde o planejamento até a implementação. Dessa forma, "desvios" em relação ao planejado deixam de ser percebidos como "falhas da implementação", passando a ser analisados como expressão de concepções e de interesses em disputa entre os atores envolvidos e afetados pela política. Como mostram os exemplos etnográficos acima, os resultados de uma visão de planejamento - em que se acredita que tudo pode ser previsto, controlado ou normatizado - pode ter consequências muito negativas para os usuários das políticas, abrindo a possibilidade de se pensar que, antes de uma abordagem equivocada ou uma visão ingênua sobre o planejamento, estamos diante de estratégias de legitimação do poder autoritário do Estado brasileiro e de grupos de poder vinculados a ele através do exercício de suas políticas públicas.

Nessa direção, entendemos que a invisibilização e a falta de participação dos usuários nos processos que envolvem a elaboração e a implementação das políticas públicas estão intimamente relacionados à visão do agente público como um burocrata "cumpridor de normas", fundamental para organizar a ação das políticas sobre o território. Ao encobrir a condição do agente público como um ator político, abre-se caminho para que o dispositivo de tutela sobre o usuário se estabeleça, já que é

garantida a sua condição de um sujeito neutro do ponto de vista político e, portanto, capaz de conduzir o jogo político através da leitura e “equalização” das forças intervenientes no âmbito da política. Desvelar a condição do agente público como ator político interessado é, ao mesmo tempo, desvelar as condições efetivas do usuário no jogo político, como um ator não tutelado.

Diante desses desafios e do compromisso com a constituição de políticas públicas tendo como referência princípios democráticos, faz-se importante complexificar a visão sobre a política, colocando, de forma central, a participação como eixo das análises. Em um contexto de poder sustentado por relações desiguais, como é o caso da sociedade brasileira, a necessidade de contrapor os dispositivos de poder que invisibilizam a condição de cidadão ou cidadã de pessoas de grupos socialmente vulneráveis é constantemente renovada. O compromisso com o reconhecimento e a visibilidade política desses grupos exige a vigilância teórica e metodológica no trato das políticas públicas, como parece ser o caso da ênfase nos estudos de implementação, mesmo não deixando de considerar a importância dos processos decisórios e de planejamento. A defesa de estudos sobre políticas públicas que reconheçam “a política tal como ela é” partem de uma mudança nos pressupostos analíticos, capazes de reconhecer que a implementação de políticas públicas é marcadamente interativa, o que exige saber quem são os atores, suas interações e ações sobre os processos de implementação (Lotta, 2019). Duas abordagens sobre esses estudos nos chamam a atenção por sua capacidade de dar visibilidade às relações políticas que envolvem a interação do Estado com os cidadãos: os estudos sobre “burocratas de nível de rua” (Lipsky, 2010) e os que são identificados como próprios de uma “Sociologia do/no Guichê” (Dubois, 2019).

A identificação dos agentes públicos como atores participantes da política nos estudos sobre os “burocratas de nível de rua” joga luz sobre o campo de ação desses agentes públicos, possibilitando acesso a problemas que a abstração própria das abordagens focadas nos níveis superiores da política não proporciona. Os “burocratas

de nível de rua” (BNRs), no âmbito da política habitacional, são os assistentes sociais, funcionários das secretarias e os assessores políticos que atuam no campo da gestão das políticas, ou seja, trabalham diretamente na interação com os usuários em situações específicas e compartilham o cotidiano dos usuários no exercício de suas funções profissionais. Ou seja, é um campo de ação em que a relação de proximidade com a experiência dos usuários é constante, e suas decisões envolvem o imprevisto, trazendo situações em que a norma não dá conta. Por essas características, os estudos sob este enfoque trabalham fortemente com o conceito de discricionariedade: descrevem e analisam a margem de liberdade que esses burocratas têm para tomar decisões e seus impactos na efetivação das políticas públicas.

É recorrente o trabalho desses funcionários trazerem uma contradição básica, que expressa uma dimensão quase estrutural na agência do Estado sobre o usuário. Ao mesmo tempo em que são pressionados pela maior eficiência na resolução dos muitos problemas que enfrentam pelos níveis superiores da hierarquia funcional, por outro lado, são pressionados pelos usuários para dar um tratamento individualizado na resolução dos seus problemas. Há aqui um problema de tradução, ou seja, “transformar demandas individualizadas em categorias previamente existentes nas políticas”. Como todo processo de tradução, este traz riscos importantes, até porque não é demais lembrar: essa tradução é perpassada por valores e interesses próprios ao agente público, por ser ele um ator político. Lotta (2019, p.24) fala-nos de um duplo efeito: “material, em termos do acesso diferenciado a bens e serviços, e simbólico, em termos dos efeitos sociais das categorias na produção ou reprodução de estigmas”. Sem dúvida, classificações e estereótipos produzidos nos diferentes âmbitos da vida social (classe, gênero e raça) contribuem fortemente para dificultar o acesso de grupos vulneráveis socialmente aos benefícios de uma vida digna. Nesse sentido, a presença dessas classificações pode influenciar na concepção e implementação das políticas públicas, (re)produzindo desigualdades e reforçando a

invisibilidade social dos beneficiários. Não é por menos que Lipsky (2010) denomina esses burocratas como *policymakers* (fazedores de políticas públicas), para se contrapor à ideia de que eles seriam somente executores de políticas públicas.

Outro campo promissor dos estudos de implementação de políticas públicas e que, no nosso ponto de vista, avança em relação aos estudos sobre os “burocratas de nível de rua”, é a chamada “Sociologia do Guichê”. Avança pelo fato de enfatizar a dimensão relacional do vínculo entre o agente estatal e o usuário do serviço público. Se no foco dos “burocratas de rua” o vínculo do agente público assim qualificado indica uma proximidade com a experiência do usuário, na “Sociologia do Guichê” fica explícito que é a relação que define os contornos da experiência tanto do usuário quanto do burocrata.

O dispositivo indica a estruturação da relação entre estado e os usuários, podendo mudar de acordo com seus usos sociais. O “guichê” pode expressar, de variadas formas, as relações que indicam os limites que definem os atributos do Estado e dos que estão sob sua influência, dando acesso ao jogo de expectativas que se estabelece no contexto de relações específicas, em que os dispositivos de poder operam na relação entre o Estado e os seus cidadãos, especialmente daqueles pertencentes a grupos sociais menos favorecidos.

Em termos de uma primeira aproximação, acreditamos que abordagens sobre as políticas públicas, enfatizando os processos de implementação com o viés dos conceitos apresentados acima, abre a possibilidade de se pensar a relação entre o Estado e os seus cidadãos como fundamental para definir os contornos da realidade social que está sendo constituída. Para isso faz-se necessário abandonar a ideia de que a realidade é definida pela forma como a norma produz os seus contornos, com maior ou menor eficiência do projetado, e incorporar a ideia de que as ações do Estado e dos agentes que as implementam dependem das relações estabelecidas com outros agentes sociais (suas lógicas de ação e sentido) e das relações de poder que indicam as possibilidades e os limites para a

constituição do espaço vivido. Nesse caso, o agente público é um entre outros atores que colocam em jogo suas referências de construção da vida coletiva, influenciando e sendo influenciado pelas relações de força que vão sendo definidas nas arenas políticas em que se dá o encontro.

Estamos propondo aqui que uma mudança na caracterização da ação dos agentes públicos nos processos de execução das políticas habitacionais é um caminho válido para a superação da invisibilidade dos usuários. Ao deslocar o agente público da condição de mediador, ou seja, um sujeito neutro nos processos de execução das políticas (nos moldes de um burocrata weberiano), é possível fazê-lo um entre outros participantes da arena de disputas de valores e interesses que caracterizam o território projetado nas políticas habitacionais. Assim o agente público torna-se um ator a ser descrito, analisado e interpretado, em suas interações com outros como os próprios moradores, agentes do mercado etc. Abre-se, assim, a possibilidade de o usuário deixar de ser visto predominantemente como um agente tutelado, dependente das projeções dos outros atores sobre a sua posição e influência no jogo político que forja os territórios habitados.

3. Construindo uma proposta de análise: a visibilidade do usuário como perspectiva para as políticas públicas.

Nesta seção, buscamos integrar novas questões aos estudos prévios referentes às políticas habitacionais, propondo a realização de investigações empíricas e a incorporação de perspectivas teóricas que possibilitem evidenciar outras formas de interpretar e viver a cidade. Percebemos esse movimento teórico-metodológico como importante para visibilizar atores políticos importantes, mas subalternizados, buscando identificá-los como atuam na política, seja em espaços institucionalmente previstos, seja na experiência cotidiana do habitar, nas brechas da política ou por ações contra hegemônicas. Amparando-se em uma abordagem relacional do território, nas análises sobre implementação das políticas públicas

e na perspectiva das mobilidades, esta proposta analítica pretende trazer a agência dos atores do território, suas redes e instituições para o centro da análise. Nesse sentido, almeja-se propor uma abordagem que permita olhar para as tensões, disputas e resistências decorrentes da normatização, prevista na formulação das políticas habitacionais, e os modos de existência e de reprodução de grupos populacionais de baixa renda. Nesse processo, os territórios habitados vão sendo constantemente (re)produzidos e modificados pelos atores e pelas normas das políticas públicas que buscam discipliná-los. Busca-se, portanto, estabelecer um diálogo crítico com estudos focados em uma cidade utópica contida na perspectiva da cidade-norma, prevista nos planos urbanísticos e nas políticas habitacionais, a partir da concepção de uma perspectiva móvel, voltada a olhar para a cidade que está sendo construída e significada pelos atores periféricos que nela habitam.

3.1 O território como uma dimensão relacional

A forma sedentária como a cidade tem sido tratada nos processos de formulação das políticas urbanas e habitacionais possui uma estreita relação com as maneiras pelas quais o conceito de território tem sido incorporado na literatura sobre políticas públicas no Brasil. Segundo Lotta e Favareto (2016, p. 50), apesar de o conceito de território estar presente no planejamento de diversas políticas públicas formuladas na última década, em geral ele aparece como um “mero repositório de investimentos”, isto é, como um espaço estático e delimitado por normas administrativas. Em contraposição a essa posição, a perspectiva relacional permite pensar o território - e as territorializações - como expressão das forças sociais⁵.

⁵ O conceito de território também é motivo de debate na antropologia urbana, devido à importância que a disciplina confere à espacialidade como fenômeno sociocultural. No texto que compara as realidades das *cracolândias* (lugares

De acordo com Claude Raffestin (1993), os territórios irão resultar das múltiplas relações de poder - móveis e assimétricas - estabelecidas entre os atores em um dado espaço. A partir dessas relações de poder, vão sendo construídas diversas territorializações, nem sempre de forma harmônica e consensual. Essas relações engendram discursos e apropriações sobre o espaço, definindo e delimitando a sua ocupação. Nesse sentido, o território é concebido como o resultado das relações de poder que foram construídas ao longo do tempo pelos atores sociais sobre um determinado espaço (concreto ou imaginado).

Se em relação à construção social do território verifica-se um certo consenso na literatura, não se pode afirmar o mesmo sobre os fatores condicionantes que explicariam os processos e as dinâmicas territoriais. Para isso, segundo Reis (2015), seria necessário interpelar o território, saber por que ali se produzem determinados processos que não ocorrem em outros espaços. Fazendo frente às interpretações que ora definem o território como um receptáculo ou suporte de processos externos, ora o percebem como um espaço autônomo, de resistência das forças endógenas à uma lógica de dominação que busca subordiná-lo, o autor propõe a adoção de uma perspectiva relacional do território, na qual este seja percebido com um elemento ativo e definidor das dinâmicas e déficits que nele se produzem. Para Reis (2005, p. 59), o território é

[...] expressão e produto das interações que os atores protagonizam. O território, nestas circunstâncias, é proximidade, atores, interações. E é também um elemento crucial da matriz de relações que define a morfologia do poder nas sociedades contemporâneas.

conhecidos como de consumo de crack) nas cidades de São Paulo e do Rio de Janeiro, Frúgoli Jr. & Cavalcanti (2013) mostram as distintas espacialidades produzidas pelo uso do crack nas duas cidades e de como os diferentes elementos intervenientes em cada contexto interferem nesses casos. Para se afastar de uma ideia de território fixo, diante da constante mobilidade das *cracolândias*, os autores optam por utilizar o conceito de territorialidade para descrever essa realidade.

A partir dessa concepção, o autor considera como contingentes os desdobramentos dos processos que ocorrem nos territórios, pois eles dependerão, por um lado, das trajetórias institucionais e das redes que os atores construíram ao longo do tempo nesses espaços e, por outro, das formas de inserção do território dentro de uma ordem mais ampla, cujo sentido e resultado não estão predeterminados. A partir dessa crítica, Reis (2015) indica a construção de uma epistemologia do território que responda sobre o seu papel e lugar nas dinâmicas sociais. A seu ver, as territorialidades não “[...] são meras formas de reprodução das mobilidades e das capacidades de dominação dos fatores móveis [...]” (Reis, 2015, p. 55). Da mesma forma, o autor acentua que a simples afirmação de que os processos e dinâmicas territoriais resultam de um equilíbrio entre os condicionantes externos e as territorializações não seria suficiente para explicar como esses se articulam nos territórios. Para isso, seria necessário considerar que há uma tensão entre esses elementos, cujos desdobramentos e consequências não podem ser determinados *a priori*.

Essa preocupação conceitual com a definição de território justifica-se pelo foco nos condomínios do PMCMV e pelo fato de eles se apresentarem, do ponto de vista arquitetônico, como uma unidade, um objeto que se coloca no espaço com a “intenção” e com a “impressão” de autossuficiência (muros e portarias que dividem o de fora e o de dentro, por exemplo). Ao contrário disso, nosso interesse é colocar os condomínios na cidade, como algo da cidade, compondo os fluxos e as permanências que caracterizam os atos de habitar a cidade. No caso da realidade empírica específica de nossa pesquisa, é perceptível que a configuração espacial dos condomínios de apartamentos indica uma separação em relação aos espaços vizinhos de moradias populares, que se caracterizam por uma vida de rua intensa, casas com construção irregular e um comércio muito diversificado e ativo. Porém, essa impressão de isolamento logo se desfaz nas primeiras observações e conversas com moradores. O que aparece é uma conexão desses moradores com os seus espaços de vizinhança, tanto para fazer compras

quanto para usufruir de espaços de lazer, demonstrando formas de compartilhamento da sociabilidade entre esses lugares de vizinhança. Ao discutir uma abordagem para os estudos de condomínios, Moura defende a seguinte ideia:

[...] trata-se, portanto, de pensar os condomínios horizontais como composições abertas, apesar do fechamento espacial ser característica muito comumente às espacialidades designadas por tal nome. (...) Não se trata (...) de comparar totalidades fechadas (...), mas de pensar a maneira como elementos se associam uns aos outros em processos que geram fenômenos singulares (Moura, 2010, p.223).

3.2 Os estudos sobre implementação de políticas públicas

Os estudos sobre implementação de políticas públicas, desenvolvidos com maior vigor na última década no Brasil, aportam elementos importantes para essa reflexão, na medida em que contribuem para o conhecimento sobre como as ações das políticas públicas produzem efeitos diversos ao serem implementadas em distintos territórios. Como temos defendido aqui, ao evidenciar que a fase da implementação das políticas públicas não se trata de uma mera operacionalização administrativa do que foi projetado na sua formulação, as análises chamam atenção para o fato de que a política implementada é a política de fato, ou seja, a política como acontece nos territórios, envolvendo todos os seus fatores intervenientes. Aqui o foco da análise recai sobre os atores – agentes públicos, políticos, moradores, agentes do mercado imobiliário - e os espaços onde as ações ocorrem e não sobre o que foi planejado durante a formulação das políticas, embora se reconheça que não exista uma ruptura entre essas fases (Lima, Dascenzi, 2013; Lotta, 2012; 2019).

Para reforçar o que foi dito, as análises da implementação demonstram que é preciso compreender quem são os atores e como agem nesse processo, quais redes são estruturadas, quais são os recursos disponíveis aos diversos atores envolvidos na

implementação e de que forma as suas ideias, crenças e valores produzem efeitos práticos por meio de estratégias e ações engendradas nos territórios. Cabe destacar que as decisões que cercam as ações dos agentes implementadores não são tomadas de forma estanque, pois se encontram imbricadas com as relações que estabelecem com os usuários das políticas nos distintos territórios. Há nesse processo todo um jogo de tensões, conflitos, aprendizados e negociações entre a normatização, prevista na formulação das políticas, e a forma como estas vão sendo traduzidas e executadas por esses agentes. Assim, a implementação da política precisaria ser pensada em relação ao espaço vivido e seus sujeitos, e não como algo apartado deles. As análises demonstram que o conhecimento desenvolvido pelos burocratas de nível de rua, por exemplo, pode produzir efeitos variados, por vezes reconhecendo e integrando a perspectiva dos usuários, por vezes reforçando estigmas que alijam o usuário dos benefícios.

Tomando como exemplo o trabalho social pós-ocupação realizado pelos assistentes sociais nos conjuntos habitacionais do PMCMV, percebem-se situações muito ambíguas, algumas que demonstram uma conexão com a perspectiva dos moradores, o que é expresso por eles próprios ao identificarem as assistentes sociais como as agentes que defendem suas posições diante da prefeitura; em outras, essas mesmas funcionárias, seja pelos seus preceitos morais, seja por sua posição hierárquica subordinada na estrutura de mando das secretarias, acabam reforçando a estigmatização dos usuários e seus representantes, solapando a autoridade deles em processos decisórios. Ao acompanhar os processos pós-ocupação, em condomínios inaugurados há cerca de dez anos, ficam evidentes as dificuldades para administrar a vida dos condomínios, especialmente se os processos administrativos são aqueles estabelecidos pelas normas de uso e funcionamento estabelecidos no programa MCMV. Como o relaxamento ou descumprimento das normas é uma regra nesta realidade, a relação entre funcionários e os administradores locais torna-se tensa e, em alguns casos, há um afastamento entre agentes públicos e usuários.

A partir desse ponto, reforçam-se os modelos de administração “alternativos” aos postulados da norma, muito influenciados pela experiência de organização das moradias e dos espaços coletivos próprios a tradição das moradias populares⁶. Parece-nos que a forma e as especificidades de como se dão as relações entre agentes públicos e moradores dos condomínios MCMV influenciam a conformação do território habitado, abrindo espaço para a reconfiguração de um modelo de moradia que se pretende padronizado pelas normativas oficiais e pela expectativa dos agentes públicos.

3.3 A cidade como uma realidade em construção: contribuições da abordagem das mobilidades

Em conformidade com a proposta relacional discutida anteriormente, sugerimos perceber a cidade através dos modos de habitá-la. Com base na experiência de grupos que ocupam as margens urbanas em contextos precarizados, marcados normalmente por uma urbanização informal, pretendemos partir para um desvelamento de suas formas (criativas) de produção do território e da memória, ou seja, de seus modos de “fazer cidade” (Agier, 1999; 2011). Nessa dinâmica, interessa-nos entender o universo de relações nos quais os ocupantes das margens estão inseridos para produzir suas vidas; tanto no nível entendido como “local”, quanto em termos das relações institucionais com agências e agentes do poder público e do mercado.

⁶ Sobre essa tradição, estamos nos referindo ao que vem sendo discutido há algum tempo pela literatura da antropologia e da sociologia brasileira e que repercute em estudos contemporâneos muito interessantes como o de Rosa (2014), que aborda a reconfiguração socioespacial das moradias dos grupos periféricos no tempo e no espaço trazendo as trajetórias de moradores de São Carlos/SP; e o de Cavalcanti (2009), que traz uma interpretação sobre o significado da casa para moradores de favelas cariocas e de como ela dá acesso a uma nova configuração socioespacial que ela define como favela consolidada.

Pretendemos, deste modo, situar essa proposta no diálogo com os estudos urbanos nos termos de Agier (2011), que interpreta a cidade não como uma dimensão externa aos habitantes, tampouco numa perspectiva individualizante. Para o autor, uma “antropologia da cidade” deve “emancipar-se de qualquer definição normativa e *a priori* de cidade para poder procurar a sua possibilidade por toda a parte, trabalhando para descrever o processo” (Agier, 2011, p. 37). Há, nesse sentido, um movimento chave no pensamento do autor para a construção do seu argumento, que nos incita a deslocar a pergunta a respeito de “o que é a cidade?”, segundo a qual a categoria “cidade” é entendida como um objeto universal e *a priori*, para o questionamento a respeito de “o que faz cidade?”, quando a “cidade” deixa de ser entendida como uma totalidade acessível empiricamente e passa, no lugar disso, a ser interpelada como um significante vazio que, a depender dos sentidos que recebe, adquirirá significados distintos que necessitam ser reconstituídos pela observação empírica.

Tendo como plano de referência essas reflexões, pretendemos, portanto, contribuir para o fortalecimento das perspectivas teóricas que buscam pensar a cidade através das relações sociais que configuram seus territórios de vida. Nesse sentido, é preciso transcender o conceito de cidade como um território administrativo. Nossa intenção é dar foco para o que os habitantes fazem no território da cidade e como essas ações (re)inventam códigos de urbanidade. Sem desconsiderar, no entanto, as narrativas administrativas sobre a cidade, representada por ações jurídico-normativas e pelos saberes de urbanistas, engenheiros e empresários, o que propomos é estimular a investigação em saberes e práticas que inovam sobre os conceitos normativos e objetivados a respeito da cidade que os condomínios populares representam. Por esse ponto de vista, é que consideramos importante estudá-la a partir de suas margens, em seus espaços de fronteira, em suas periferias.

Ao pesquisar as práticas e os significados que os usuários das políticas habitacionais criam na experiência de habitar a cidade, reforça-se o protagonismo dos usos na qualificação dos espaços e

denuncia-se a arbitrariedade de ações de projeção da cidade referenciadas em pressupostos teóricos e conceituais que não se vinculam às perspectivas construídas na experiência vivida.

Em relação à constituição de projetos habitacionais, defende-se a ideia de que qualquer política habitacional não pode ser reduzida à produção de edificações como algo em si, estático e apartado do modo de vida de seus ocupantes. As edificações são uma objetificação desses modos de vida e das relações socioculturais que os engendram.

Nesse sentido, consideram-se as políticas habitacionais como uma proposta ativa no léxico das perspectivas que referenciam a experiência de habitação das populações de baixa renda nas cidades. A ideia é que os sentidos de “moradia” contidos nos projetos habitacionais objetivam-se nas relações de poder com outras perspectivas de “moradia”, constituídas na experiência de habitar a cidade das populações de baixa renda.

Conforme pondera Jirón (2017, p. 269 – tradução nossa), “estudos sobre problemáticas habitacionais geralmente entendem os espaços como unidades discretas, com limites definidos e dinâmicas localizáveis”. Todavia, ainda de acordo com essa autora:

Enfrentar el hábitat residencial desde un enfoque de movilidad cotidiana implica repensar las escalas, bordes y relaciones que suceden en este espacio. Específicamente, a partir de la experiencia de movimiento que tienen las personas se puede observar la manera en que se vive la cotidianidad con todas sus complejidades. Este enfoque puede ofrecer una forma más situada de comprender el espacio habitado, lo que a su vez puede facilitar futuras intervenciones que tienen como fin generar mejores condiciones de vida para los habitantes (Jirón, 2017, p. 269).

No centro da crítica de Jirón (2017), assim como de toda uma corrente de autores dedicados à reflexão contemporânea sobre as cidades, situa-se o entendimento de que o predomínio de tendências analíticas, assim como de políticas de planejamento, centradas nas dimensões estruturais e estáticas da vida urbana,

estimula o desenvolvimento de “projetos” que negligenciam processos participativos e que, amiúde, desprezam as experiências cotidianas dos habitantes e suas formas de uso e apropriação dos territórios.

Nesse sentido, as chamadas “políticas públicas”, assim como os “desenhos” e “projetos” urbanísticos que as acompanham, deixam de ser interpretadas como simples suportes técnicos, neutros e objetivos e passam a ser percebidas como “tecnologias políticas” a serem submetidas ao escrutínio analítico (Name, Freire-Medeiros, 2017; Jirón, Imilán, 2019).

Em um estudo paradigmático, Jirón e Gómez (2018) problematizam implementações urbanísticas supostamente “neutras”, chamando a atenção para o modo como as mesmas, ao se apoiarem em concepções sedentárias e dualistas, que supõem, por exemplo, a divisão da rotina entre lugar de moradia e lugar de trabalho, desconsideram o fato de que as dinâmicas do cuidado não se acomodam nessa lógica binária (domicílio/trabalho). Tal fato tem implicações extremamente relevantes, sobretudo, para a mobilidade das mulheres, principalmente as de renda mais baixa que, em geral, encarregam-se dessas responsabilidades de manutenção da “casa”.

Assim, como mostram as autoras, políticas que desconsideram a dimensão móvel e dinâmica do habitar, assim como as desigualdades de gênero em relação ao uso dos espaços urbanos, tendem a aprofundar relações de poder que dificultam a vida cotidiana daqueles que se veem submetidos a elas. Com base nessa perspectiva verifica-se, portanto, “la urgencia de incorporar en los estudios urbanos al habitante, su habitar y el hábitat, y también relevar la dimensión en movimiento de ese habitar” (Jirón, Imilán, 2018, p. 17).

Tendo em vista os desafios apontados por essa literatura, com a qual temos dialogado, justificamos nossa aposta na construção de um modelo centrado em um enfoque analítico que nos permita considerar colaborativamente as experiências cotidianas (e móveis)

daqueles que se veem diretamente afetados pelos impactos das políticas habitacionais.

Entendemos que, para compreender mais profundamente a (in)capacidade de intervenções como as do PMCMV em construir formas mais democráticas de inserção urbana, devemos enxergar tal política a partir da perspectiva cotidiana dos moradores e não o contrário. Apenas dessa maneira, poderemos verificar empiricamente os efeitos da sua implementação concreta na vida cidadina.

A perspectiva “móvel” e cotidiana, nesse sentido, alerta-nos para a importância epistêmica de evitarmos confundir os espaços administrativos com os espaços vividos. Em nossa percepção – informada pelo diálogo com a literatura socioantropológica mencionada –, o habitat residencial de nossos interlocutores não pode, de maneira alguma, ser pensado de forma “sedentária”, com base em concepções petrificadas do ambiente urbano, como se seus territórios de vivência correspondessem a um mero reflexo das políticas urbanísticas ou das concepções binárias fixas, do tipo centro/periferia. Isso porque a experiência de habitar se dá num movimento que aglutina, em torno de si, temporalidades e territorialidades diversas. A experiência vivida acontece sempre com base num contínuo, que embaralha as escalas do cálculo urbanístico (não se acomoda facilmente, por exemplo, em noções pré-concebidas como domicílio, bairro, origem, destino, lugar de trabalho, lugar de residência, centro e periferia). Nesse sentido, quando evitamos reduzir o habitat a algo somente físico, privilegiando sua interpretação enquanto experiência espaço-temporal incorporada, logo nos damos conta de que a espacialidade se transforma à medida que se vive, o que, de outra maneira, significa que o espaço, da perspectiva de seu uso, não pode ser tomado como um dado *a priori*. Habitar, assim, como pondera Jirón (2017) – inspirada no diálogo com Michel de Certeau e Henry Lefebvre – implica a experiência de nos apropriarmos de algo, não no sentido de propriedade, mas no sentido de modelagem.

Dessa forma, seguir trajetórias e itinerários de pessoas ou de grupos humanos (no tempo e no espaço) implica também nos

abrirnos para a descoberta de territorialidades específicas que podem nos levar ao (re)conhecimento de outros regimes de urbanidade, capazes de nos fornecer subsídios epistêmicos para a interpelação crítica das concepções hegemônicas e normativas, típicas das lógicas *top-down*, muitas vezes empregadas pelas implementações urbanísticas e administrativas “oficiais”. É para isso, aliás, que Michel Agier chama atenção, ao enfatizar a necessidade de nos voltarmos ao movimento (já descrito), que ele denomina como “fazer cidade” (Agier, 1999; 2011).

Ao considerar o habitat com base na perspectiva vivida, portanto, nós não estamos desconsiderando a importância da materialidade urbana, mas estamos privilegiando a análise dos sentidos que essa materialidade assume com base na relação estabelecida com e pelos habitantes. Trata-se de uma proposta que visa complementar aspectos obscurecidos por modelos analíticos meramente técnicos e distanciados da linguagem e dos usos cotidianos da cidade.

Considerações Finais

A ênfase que as teorias propostas trazem para a captura de fluxos, mobilidades, trajetórias e redes para entender a constituição dos territórios pesquisados pretende contribuir para responder a questões importantes que perpassam a realidade dos condomínios populares. A mais geral é a relação entre o planejado e o vivido no espaço da cidade, ou seja, qual a repercussão da proposta de um espaço de moradia popular, planejado e implementado sem uma participação efetiva dos usuários, na configuração de seus modos de habitar? Quais relações de poder envolvem esse processo e qual o efeito dele na reconfiguração de seus contextos de vida (laboral, afetiva, financeira etc.)? Vinculados a essa questão mais geral, pretendemos entender como os vínculos entre agentes públicos e usuários afetam a configuração dos territórios habitados pela população de baixa renda e, especialmente, como os valores e expectativas do habitar expressos na configuração dos

condomínios relacionam-se com os valores e as expectativas do habitar presentes na longa tradição de produção de territórios de moradia dos grupos populares brasileiros.

Ao reconhecer a importância e a relevância de políticas públicas como o Programa Minha Casa Minha Vida, percebe-se também a necessidade de uma reflexão aprofundada sobre os processos que implicam sua configuração como uma realidade promovida por relações que abarcam motivações tanto de gestores públicos (planejadores, legisladores e burocratas de nível de rua) quanto dos usuários que, no final das contas, serão aqueles que sofrerão os impactos mais importantes das realizações. No limite, trata-se da conformação dos lugares de moradia e habitação dos usuários. Assim, diante dos desafios de uma tradição autoritária do Estado brasileiro na produção de suas políticas públicas, quando se propõe uma mudança de rumos, enfatizando perspectiva e práticas democráticas no desenvolvimento de políticas públicas, há que se ter uma vigilância constante nas “formas de fazer”. Desenvolver processos de conhecimento que potencializem abordagens reflexivas sobre as ideias e as práticas que conduzem as políticas públicas é um movimento político importante para fortalecer o viés democrático que se pretende na sua realização.

Referências

AGIER, Michel. **L'invention de La ville**. Paris: Archieves Contemporaines, 1999.

AGIER, Michel. **Antropologia da Cidade: lugares, situações, movimentos**. São Paulo: Terceiro Nome, 2011.

AMORE, Caio Santo. “Minha casa minha vida” para iniciantes... In: AMORE, Caio Santo; SHIMBO, Lúcia Zanin; RUFINO, Maria Beatriz. **Minha Casa... E a Cidade?** Avaliação do Programa Minha

Casa Minha Vida em seis estados brasileiros. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2015. Pp. 11 - 27.

AVRITZER, Leonardo. A qualidade da democracia e a questão da efetividade da participação: mapeando o debate. In: PIRES, Roberto. A efetividade das instituições participativas no Brasil: estratégias de avaliação. Brasília: Ipea, 2011. p. 13-25

BONDUKI, Nabil. **Do projeto Moradia ao Programa Minha Casa**. Teoria e Debate, n. 82, p. 8-14, 2009.

BONDUKI, Nabil. Sobre a ausência de projetos sociais de qualidade. [Entrevista concedida a] Romullo Baratto. **ArchDaily**, 09/04/2018.

BRASIL. **Relatório de Avaliação: Programa Minha Casa, Minha Vida**. Brasília: Ministério da Economia, 2020.

CAVALCANTI, Mariana. Do barraco à casa: tempo, espaço e valor(es) em favela consolidada. **RBCS**, V. 24, N. 69, fevereiro 2009. Pp.69-80

CUNHA, Juliana Blasi. “Nossa casaca é dupla-face”: uma análise situacional da trama articulada em torno da atuação de políticas públicas no complexo Pavão-Pavãozinho-Cantagalo”. IN: Frúgoli Jr., H.; Spaggiari, E. Aderaldo, G. (org.). **Práticas, conflitos, espaços: pesquisas em antropologia da cidade**. Rio de Janeiro, Gramma, 2019. Pp.97-120

DUBOIS, Vincent. Políticas no guichê, políticas do guichê. In: PIRES, Roberto (Org.). **Implementando desigualdades na implementação de políticas públicas**. Rio de Janeiro: IPEA, 2019. p. 105-125.

FRÚGOLI JR., Heitor; CAVALCANTI, Mariana. Territorialidades da(s) *cacrolândia(s)* em São Paulo e no Rio de Janeiro. **Anuário Antropológico**, Brasília, UnB, 2013. v.38 n.2. p. 73-97

JIRÓN, Paola. El hábitat residencial observado desde la movilidad cotidiana urbana. In: Imilan, W.; Larenas, J.; Carrasco, G y Rivera, S. (Org.). *Hacia dónde va la vivienda en Chile?: nuevos desafíos en el hábitat residencial*. Santiago de Chile: INVI, 2017. p. 269-279.

JIRÓN, Paola; IMILÁN, Walter. Moviendo los estudios urbanos. La movilidad como objeto de estudio o como enfoque para comprender la ciudad contemporánea. **Quid**, v. 16, n. 10, p. 17-36, 2018.

JIRÓN, P. e GÓMEZ, J. Interdependência, cuidado e gênero: estratégias de mobilidade na cidade de Santiago. **Tempo Social**, v.30, n. 2, p. 55-72, 2018.

LABCIDADE. **Ferramentas para avaliação da inserção urbana dos empreendimentos do MCMV**. São Paulo: Ministério das Cidades, 2014.

LAVALLE, A. Participação: valor, utilidade, efeitos e causa. In: PIRES, Roberto (Org.). *A efetividade das instituições participativas no Brasil: estratégias de avaliação*. Brasília: Ipea, 2011. P. 33-42

LIMA, Luciana Leite; D'ASCENZI, Luciano. Implementação de políticas públicas: perspectivas analíticas. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, v. 21, n. 48, p. 101-110, dez. 2013.

LIPSKY, M. **Street-level bureaucracy: dilemmas of the individual in public service**. New York, Russel Sage Foudation, 2010.

LOTTA, G. Desvendando o papel dos burocratas de nível de rua no processo de implementação: o caso dos agentes comunitários de saúde. In: FARIA, C. A (Org.). **Implementação de Políticas**

Públicas: teoria e prática. Belo Horizonte: Ed. PUCMINAS, 2012. p. 20-49.

LOTTA, Gabriela.; FAVARETO, Arilson. Desafios da integração nos novos arranjos institucionais de políticas públicas no Brasil. **Revista de Sociologia e Política**, v. 24, n. 57, p. 49-65, 2016.

LOTTA, Gabriela. A política pública como ela é: contribuições dos estudos sobre implementação para a análise de políticas públicas. In: LOTTA, G. (Org.). **Teoria e análises sobre a implantação de políticas públicas no Brasil**. Brasília: Enap, 2019. p. 11-38

MARICATO, Ermínia. Ermínia Maricato sobre Minha Casa Minha Vida. [Entrevista concedida a Rosa Simansky e Roberto Malwakdiye. **AU**, 17/09/2009. Disponível em: < 5 - Ermínia Maricato Sobre Minha Casa Minha Vida - Revista AU 2009 | PDF | Planejamento urbano | Brasil (scribd.com)>. Acesso em: 21 dez. 2022.

NAME, Leo; FREIRE-MEDEIROS, Bianca. “Teleféricos na paisagem da ‘favela’ latino-americana: mobilidades e colonialidades”. **Revista de Geografia e Ordenamento do Território**, v.11, p. 263-282, 2017.

MILANI, C. O princípio da participação social na gestão de políticas públicas locais: uma análise de experiências latino-americanas e europeias. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 42, n. 3, p. :551-79, mai/jun. 2008

MOURA, Cristina Patriota de. Condomínios e *gated communities*: por uma antropologia das novas composições urbanas. **Anuário Antropológico**, v.35, n.2, 2010. Pp. 209-232

PETTI, Daniela R. **“Perdi minha casa, aqui eu tenho outra vida”**: uma etnografia sobre espaços, sujeitos e economias em um condomínio popular do Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV). Dissertação de Mestrado, PPGSA/UFRJ, 2020.

PIRES, Roberto; GOMIDE, Alexandre. Governança e capacidades estatais: uma análise comparativa de programas federais. **Revista de Sociologia e Política**, v. 24, n. 58, p. 121-143, jun. 2016.

RAFFESTIN, C. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993.

REIS, José. Uma epistemologia do território. **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, vol. 13, no. 1, p. 51-74, 2005.

RIZEK, Cibele S.; AMORE, Caio S.; CAMARGO, Camila M. de; CASTRO, Andreia Q. de; PEREIRA, Rafael B.; RODRIGUES, Daniela P.; PEREIRA, Marina B. Viver na cidade, fazer cidade, esperar cidade. Inserções urbanas e o PMCMV-Entidades: incursões etnográficas. IN: AMORE, Caio Santo; SHIMBO, Lúcia Zanin; RUFINO, Maria Beatriz. **Minha Casa... E a Cidade?** Avaliação do Programa Minha Casa Minha Vida em seis estados brasileiros. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2015. Pp. 289 - 322.

ROLNIK, Raquel. **Guerra dos Lugares: a colonização da terra e da moradia na era das finanças**. São Paulo: Boitempo, 2015.

ROSA, Thaís Troncon. Cidades outras: pobreza, moradia e mediações em trajetórias urbanas liminares. **Tese de Doutorado**, PPGAU/USP, 2014.

VARELLA, Alex. "O dever de cidadania: Políticas públicas de planejamento urbano e participação popular no Brasil". In: Cefai, D. Mello, M.A.S. Mota, F.R. e Veiga, F.B.(org.) *Arenas públicas: por uma etnografia da vida associativa*. Niterói: Editora da UFF, 2011. Pp. 321-345

CAPÍTULO 2

MINHA CASA, E MINHA VIDA? Modos de habitar a periferia atravessada pela política pública habitacional brasileira

Tuize Silva Rovere

A habitação, um dos fundamentos do direito à cidade (Lefebvre, 2016), oferece um ponto de vista sob o qual podem ser observados os processos urbanos. Numa perspectiva relacional, os lugares de habitar são resultado não só das práticas de apropriação, mas também das intervenções normativas impostas aos territórios. Essas práticas e mesmo o senso de pertencimento estão condicionados a estratégias políticas de coerção que se impõem na tentativa de direcioná-las. Porém, num processo dialético, essa dinâmica permanece em conflito com a criatividade das vivências cotidianas que se traduzem na forma de resistência e luta desde as margens das cidades (Carlos, 2007). Para Lefebvre, o direito à cidade seria “a subversão do instituído pela produção de um outro espaço e a possibilidade de construção de uma outra sociedade” (Carlos, 2017, p. 57). Assim, o direito à cidade englobaria em si o direito à diferença, ou o olhar além da homogeneidade, o que vem ao encontro da produção não normativa da cidade e da perspectiva de gênero para os estudos urbanos.

A falta de moradia tem sido uma constante no processo de urbanização brasileiro, que ainda hoje é marcado pela atuação do Estado enquanto agente de desapropriações, e/ou de políticas que tomam a habitação como mercado a ser explorado. Ainda assim, nas últimas décadas, foram adotadas medidas que buscaram conciliar o crescimento econômico com o provimento de moradia para as populações mais vulnerabilizadas. No Brasil, as políticas públicas

habitacionais estão historicamente imbricadas com a financeirização do direito à moradia e ao mercado da construção civil. Embora tenha apresentado significativos avanços, tal política permanece alicerçada em bases universalistas e excludentes, desconsiderando os diferentes modos de viver e habitar as cidades.

Ao mesmo tempo, questões de gênero, articuladas às de raça e classe, têm se apresentado como fundantes para a compreensão dos processos urbanos, ainda que permaneçam constantemente ignoradas na produção hegemônica das cidades. Esse modo de urbanização, além de afastar grupos vulneráveis das possibilidades de acesso ao direito à cidade, funciona como promotor de segregação e higienização dos centros urbanos, deslocando populações não desejadas para lugares mais afastados (Kruger, 2020; Rolnik, 2015). Nesse contexto, os processos de apropriação e territorialização desempenhados pelas mulheres são frequentemente silenciados e dificilmente tomados como subsídios para as políticas públicas que as afetam, mesmo que o acesso à casa tenha se mostrado como importante fator de emancipação de mulheres, em especial as que se encontram em situações de violência doméstica.

As espacialidades femininas são marcadas pelas construções sociais de gênero e pela divisão sexual do trabalho com suas intersecções. As bases materiais sobre as quais as mulheres constroem a vida são transpassadas pela crescente responsabilidade financeira sobre a família, pelo trabalho reprodutivo, doméstico e de cuidados, pela precarização do trabalho remunerado, pelo desemprego, pelo menor nível de renda, pela violência urbana e doméstica, pelo empobrecimento e, conseqüentemente, pela falta de moradia. A pobreza no Brasil afeta cerca de 63% das mulheres negras e 40% das mulheres brancas (Ferreira; Bruno e Martins, 2019), enquanto a precariedade habitacional atinge 3,5 milhões de domicílios onde as responsáveis são mulheres, ou seja, cerca de 60% do déficit habitacional no país (FJP, 2021). Diante desse contexto, pensar o direito à cidade em um contexto universalista, implica não apenas explorar a desigualdade

de acesso à infraestrutura urbana e aos serviços públicos, mas fazê-lo privilegiando um sujeito abstrato de direitos, sem cor, sexo e classe social ou sem estar submetido a ideologias e a discursos hegemônicos.

O principal programa de provimento de moradia no Brasil atualmente é o Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV). Essa política pública tem sido inovadora ao, diante da pressão dos movimentos de mulheres por moradia, priorizar as responsáveis pelos domicílios nas seleções de beneficiárias e ao dar a preferência à titularidade feminina nos imóveis. O resultado é que 85% dos contratos subsidiados (voltados para populações de baixa renda) do PMCMV são assinados por mulheres (Brasil, 2024). Indicadores mundiais como o relatório *Women and Housing* (ONU-HABITAT, 2014) mostram a relação direta entre o acesso à moradia e a diminuição de índices de violência contra a mulher. Porém, o mesmo trabalho ressalta a interdependência entre o lugar de moradia e o acesso ao trabalho remunerado, aos serviços e bens públicos, ao meio ambiente e à saúde de forma global, apontando para a importância de estratégias e políticas públicas complementares à política habitacional, para a efetiva emancipação feminina.

Teóricas feministas vêm reafirmando a materialidade do sujeito corporificado e cravado em um contexto social e geopolítico e apontando para uma perspectiva científica que não seja descolada dos corpos e seus significados (Curiel, 2020; McLaren, 2016; Repo, 2013; McDowell, 2000; Haraway, 1995) pelo menos desde a década de 1970. No mesmo sentido, o objetivo deste trabalho é contribuir para a construção de abordagens teórico-científicas que busquem investigar a heterogeneidade nos modos de habitar as cidades, especialmente as periferias urbanas, baseando-se em experiências cotidianas, nas realidades territorializadas e na materialidade de corpos não-hegemônicos como o das mulheres, especialmente das mulheres negras.

Habitar e (re)existir: transformação e confronto com a norma instituída

A política habitacional, na forma como é concebida e implementada, impõe limites específicos sobre as vidas das mulheres na medida em que determina os lugares, tipos e condições de habitação. Esse mecanismo é perpetuado espacial e temporalmente na definição das formas de uso das casas, coibindo reformas, ampliações e usos não residenciais, retirando a autonomia sobre o espaço de habitação. As consequências recaem sobre as mulheres e suas formas de sobrevivência cotidianas, na medida em que reforça a setorização do espaço urbano e a dicotomia entre público e privado, desconsiderando a forma como os trabalhos produtivo e reprodutivo estão imbricados no espaço vivido. Esses poderes disciplinares e regulatórios (Foucault, 2019) agem sobre os corpos numa tentativa de colonização e compartimentação do espaço (Mbembe, 2020), desconsiderando a pluralidade que se apresenta dia a dia.

Esses processos podem interferir na subjetividade das mulheres, uma vez que as mesmas políticas as (re)colocam sob os efeitos da divisão sexual do trabalho e das construções sociais sobre as suas condições de gênero, raça e sexualidades. Se o espaço da casa, de forma normativa, deveria permanecer neutro, as necessidades corporificadas e generificadas das mulheres e do trabalho reprodutivo são invisibilizadas. Porém, esse não é um processo pacífico, ao contrário, a busca por uma vida digna provoca a produção de estratégias de sobrevivência e (re)existência, que se materializam na subversão da política pública. Essas resistências não necessariamente chegam a se tornar confrontamentos coletivos, mas podem resultar na descontinuidade de situações que não lhes são vantajosas (Scott, 2011).

Paradoxalmente, o acesso à casa é o princípio de um sistema de ações em direção ao direito a uma vida mais digna (Pérez, 2019), conquistado diariamente em múltiplas dimensões que são atravessadas pelo direito à moradia. O confronto com a

norma instituída, a transformação do espaço da casa em função do próprio sustento, a organização em redes de ajuda, entre outras iniciativas promovidas pelas mulheres, configuram-se como formas de subversão diante da política pública. Essas subversões se mostram em um conjunto de táticas que superam os dilemas éticos e acontecem a partir dos momentos em que os indivíduos têm sua subjetividade tensionada pela falta de condições de dignidade (Pérez, 2019), levando a ações de contraconduta (Foucault, 2008; Ionta, 2017) frente às normas pré-estabelecidas e a dispositivos de governamentalidade que consideram insuportáveis. Elas estão ligadas a lutas imediatas e banais, que produzem rupturas nas violências materiais e simbólicas impressas pela norma, abrindo espaço para que a configuração de forças presentes nos territórios afetados pela política pública seja modificada. São transgressões que se encontram nas margens porosas entre o legal e o ilegal, e fazem usos dos repertórios e oportunidades presentes dos dois lados (Telles, 2013): de um lado a obtenção de moradia pela submissão a política pública, do outro, a transformação dos espaços para o suprimento das necessidades de sobrevivência, apesar da mesma política.

Ao se recusarem, mesmo que inconscientemente, às múltiplas sujeições a que seus corpos-território são submetidos, em nome da própria sobrevivência e da sobrevivência de seus filhos e dependentes, essas mulheres estão resistindo em função da preservação da própria existência (Haesbaert, 2021) – (re)existindo, colocando em xeque os dispositivos de governamentalização (Foucault, 2008a, 2008b, 2019; Ionta, 2017). Essas (re)existências podem ser interpretadas como mecanismos que burlam os constrangimentos impostos pelo Estado por intermédio da política pública. As mulheres moradoras das periferias urbanas desenvolvem tecnologias criativas de sobrevivência e (re)existência forjados na falta, na subtração de direitos e na ausência de condições mínimas para a vida digna, que, nesse contexto, funcionam ainda como reação à espoliação de seus corpos, individual e coletivamente. Esses processos demonstram-se

radicalmente heterogêneos, muito distantes do teor de grande parte das pesquisas e de documentos formulados nas áreas do planejamento urbano e das políticas de habitação.

Os enfoques tradicionais sobre as formas de habitar se concentram na dimensão físico-temporal do espaço da casa (Iturra, 2014), porém, na prática, esses limites se mostram fluidos e complexos. Na medida em que o habitar é visto como um processo, pode-se assumir que os habitantes intervêm direta e progressivamente, empregando novas formas de organização territoriais, políticas, culturais e econômicas. De acordo com Jirón (2017, p. 272), “este hábitat va mutando de forma constante debido principalmente a su carácter dinámico y fluido, así como las características propias de la experiencia de habitar del ser humano, el cual casi siempre es móvil.”

As formas de mobilidade a partir do lugar de moradia se dão por movimentos, que podem ser curtos, longos, rápidos ou duradouros, sozinhos ou acompanhados (Jirón, 2017). Iturra (2014) argumenta que esses movimentos acontecem a partir da escala do corpo, mas não de forma linear, e sim de forma intrincada, indo desde a escala íntima até a escala urbana. As distâncias, a dimensão espaço temporal e a escassez de recursos, representam barreiras de acessibilidade que configuram uma espessura específica para a cidade, de acordo com as práticas individuais e coletivas de mobilidade urbana cotidiana. Quanto maior a espessura, mais difícil se torna o deslocar-se, e com isso, mais significativa é a exclusão social (Jirón e Mansilla, 2013). Quando diferentes barreiras se sobrepõem, como a falta de dinheiro, o desemprego, a falta de apoio ao trabalho de cuidado, o afastamento dos centros urbanos mais bem providos de bens e serviços públicos, a violência doméstica e de gênero, a mobilidade torna-se um problema muito maior do que a simples falta de transporte público adequado (Jirón; Mansilla, 2013). Mesmo com o acesso à casa, a falta de acesso ao trabalho remunerado permanece, fazendo com que a obtenção de moradia por meio da propriedade privada não necessariamente represente a superação de barreiras financeiras e temporais, como

a falta de emprego ou a necessidade de cuidar sozinhas dos filhos e do serviço doméstico.

(Re)conhecer a experiência das mulheres é essencial para entender as formas de habitar a partir da política pública, uma vez que não pode ser desvinculada de suas realidades materiais e corporificadas. A análise do lugar de moradia está imbricada também com as (i)mobilidades e as experiências urbanas fluidas, multiescalares e híbridas, que são processos que vão muito além dos deslocamentos para trabalho, família ou lazer. Ainda assim, a casa configura um importante elemento para o cotidiano das mulheres, muitas vezes transformando suas relações espaço-temporais e afetando diretamente suas condições de mobilidade. Nessa dialética, o espaço da domesticidade se mostra múltiplo, conectado com as dinâmicas familiares, o trabalho de cuidado, o sustento da família e os deslocamentos envolvidos nesses processos.

As conexões entre formas de trabalho e formas de se manter a casa, fortemente permeadas pelas dinâmicas das relações familiares e de vicinalidade, demonstram a multiplicidade de aspectos que compõem a contínua atividade de se fazer a vida. Ganhar a vida e manter a casa não são processos apartados um do outro, pelo contrário estão intrinsecamente conectados na vida cotidiana. (Petti, 2020, p. 148).

O lugar de habitação por sua vez, pode ser definidor da construção individual e coletiva do que é a cidade, desde o lugar de onde se estabelece a relação cotidiana com os outros indivíduos e com o espaço-tempo em que se desenrola a vida na banalidade do dia a dia. Dessa forma, torna-se fundamental, no contexto das políticas públicas habitacionais, a compreensão das dimensões do trabalho de cuidado e da complexidade com que as mulheres se inserem no espaço urbano. Para isso, é necessário que se leve em consideração suas formas de (i)mobilidades, suas interdependências, e suas práticas espaciais para que se traduzam em avanços de forma que o acesso a casa traga efetiva autonomia para as mulheres.

Assim, enquanto a memória se apoia nas virtualidades realizadas, a utopia reúne desejos que se vislumbram no horizonte da construção do humano. Assim, a produção social do espaço permite desvendar o sentido do termo “apropriação” a partir do habitar enquanto prática sócio-espaço-temporal que ganha objetividade nos atos e ações da vida cotidiana – lugar onde se estabelece o vínculo com os outros indivíduos. (Carlos, 2017, p. 40).

A maneira como as mulheres habitam a periferia e se apropriam do espaço urbano, sua visão espacial, sua capacidade de percepção e apreensão da cidade e do local onde moram, seus deslocamentos, seus valores e ideais, constituem uma forma específica de conhecimento e experiência do que é a cidade, do que é importante ou desejado, do que é visível ou invisível aos seus olhos. É o princípio da cidade múltipla, que parte do ponto de vista das práticas, das palavras e das relações entre seus habitantes, diferente, mas não menos real do que a cidade dada, dos urbanistas e planejadores urbanos (Agier, 2015).

Considerações para continuar

Acessar ou não os bens e serviços públicos, a possibilidade ou não de deslocar-se e alcançar determinados lugares, o sentimento ou não de pertença ou até a possibilidade de frequentar ou não determinados espaços a partir das possibilidades de (i)mobilidades desde a casa e o lugar de habitação, podem configurar a maneira com que essas mulheres se percebem como cidadãs, o que desejam para si e para os outros, o que acreditam que podem alcançar e até a maneira como se apropriam da cidade em si.

Por fim, o habitar não pode ser desvinculado dos modos de vida de seus habitantes, sob a pena de perpetuar e aprofundar desigualdades abissais na tessitura das cidades: essa deveria ser uma das chaves para a reflexão sobre possibilidades de mudanças epistemológicas nos pressupostos teóricos e metodológicos que

regem tanto a elaboração, quanto a implementação da política pública habitacional brasileira.

Referências

AGIER, M. Do direito à cidade ao fazer-cidade. O antropólogo, a margem e o centro. *Revista Mana*, 21(3), p. 483-498, 2015.

BRASIL. Lei nº 11.977 de 7 de julho de 2009. Dispõe sobre o Programa Minha Casa, Minha Vida – PMCMV e a regularização fundiária de assentamentos localizados em áreas urbanas; altera o Decreto-Lei no 3.365, de 21 de junho de 1941, as Leis nos 4.380, de 21 de agosto de 1964, 6.015, de 31 de dezembro de 1973, 8.036, de 11 de maio de 1990, e 10.257, de 10 de julho de 2001, e a Medida Provisória no 2.197-43, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências. *Diário Oficial da União*: Brasília, DF, 8 jul. 2009.

BRASIL. Lei nº 14.620, de 13 de julho de 2023. Dispõe sobre o Programa Minha Casa Minha Vida, altera o Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, a Lei nº 4.591, de 16 de dezembro de 1964, e outras. *Diário Oficial da União*: Brasília, DF, 14 jul. 2023.

BRASIL. Ministério das Cidades. MCMV: 85% dos contratos subsidiados são assinados por mulheres. Brasília, DF: MCID, 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/cidades/pt-br/assuntos/noticias-1/mcmv-85-dos-contratos-subsidiados-sao-assinados-por-mulheres>. Acesso em: ago 2023.

CARLOS, A. F. *O lugar no/do mundo*. São Paulo: Labur, 2007.

CARLOS, A. F. *O espaço urbano*: Novos escritos sobre a Cidade. São Paulo: FFLCH, 2017.

CERTEAU, M. de. *A invenção do cotidiano*: 1. artes de fazer. Petrópolis: Vozes, 2014.

CURIEL, O. Construindo metodologias feministas a partir do feminismo decolonial. In: HOLLANDA, H. B. (org.). *Pensamento feminista hoje: perspectivas decoloniais*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020.

FEDERICI, S. O ponto zero da revolução: trabalho doméstico, reprodução e luta feminista. São Paulo: Elefante, 2019.

FERREIRA, L; BRUNO, M.; MARTINS, F. B. No Brasil, 63% das casas chefiadas por mulheres negras estão abaixo da linha de pobreza. *Gênero e número*, 2019. Disponível em <https://www.generonumero.media/reportagens/casas-mulheres-negras-pobreza/>. Acesso em set 2022.

FJP. Fundação João Pinheiro. *Déficit habitacional e inadequação de moradias no Brasil: principais resultados para o período de 2016 a 2019*. Belo Horizonte: FJP, 2021.

FOUCAULT, M. *Segurança, Território e População: curso dado no Collège de France (1977-1978)*. São Paulo: Martins Fontes, 2008a.

FOUCAULT, M. *Nascimento da biopolítica*. São Paulo: Martins Fontes, 2008b.

FOUCAULT, M. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro; São Paulo: Paz e Terra, 2019.

GAGO, V. *A potência feminista, ou o desejo de transformar tudo*. São Paulo: Elefante, 2020. LEANDRO, G. Direito à cidade e questões raciais. *Coletiva*, dossiê 24. Direito à Cidade, 2019.

HAESBAERT, R. *Des-territorialização e Identidade: a rede "gaúcha" no Nordeste*. Niterói: EdUFF, 1997.

HAESBAERT, R. Território e descolonialidade: sobre o giro (multi)territorial/de(s)colonial na América Latina. Ciudad

Autónoma de Buenos Aires; Niterói: Clacso; Universidade Federal Fluminense, 2021.

HARAWAY, D. Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. *In: Cadernos Pagu*, Rio de Janeiro, n. 5, p. 7-41, 1995.

HARVEY, D. The right to the city. *New Left Review*, n. 53, set-out. 2008. Disponível em: <https://newleftreview.org/issues/ii53/articles/david-harvey-the-right-to-the-city>. Acesso em: 6 maio 2020.

HELENE, D. Gênero e direito à cidade a partir da luta dos movimentos de moradia. *Caderno Metrôpoles*, São Paulo, v. 21, n. 46. p. 951-974, set./dez. 2019.

HOFF, T. S. R. *A cidade e a mulher: segregação urbana feminina em Santa Cruz do Sul/RS*. 2018. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional) – Universidade de Santa Cruz do Sul, Santa Cruz do Sul, 2018.

IONTA, M. Das amizadas femininas e feministas. *In: RAGO, M.; GALLO, S. Michel Foucault e as insurreições: é inútil revoltar-se?* São Paulo: CNPq; Capes: Fapesp: Intermeios, 2017. p. 375-385.

JIRÓN, P.; MANSILLA, P. Atravesando la espesura de la ciudad: vida cotidiana y barreras de accesibilidad de los habitantes de la periferia urbana de Santiago de Chile. *Revista de geografía Norte Grande*, n. 56, p. 53-74, 2013.

KRUGER, N. R. M. *Fique em casa? A questão habitacional no Brasil: da retórica sobre o direito à moradia e programa Minha Casa Minha Vida até a realidade pandêmica*. Porto Alegre: Editora Fi, 2020.

LEFEBVRE, H. *O direito à cidade*. Itapevi: Nebli, 2016.

LINDÓN, A. Territorialidad y género: una aproximación desde la subjetividad espacial. In: KURI, P. R.; DÍAZ, M. A. (coord.). *Pensar y habitar la ciudad: afectividad, memoria y significado en el espacio urbano contemporáneo*. Barcelona: Anthropos Editorial, 2006.

LUGONES, M. Rumo a um feminismo descolonial. *Estudos Feministas*, Florianópolis, 22(3) dez. 2014.

MADARIAGA, I. S. *Urbanismo com perspectiva de género*. Instituto Andaluz de la Mujer. Andalucía: Escandón Impresores, 2004.

MANZI, M.; ANJOS, M. E. dos S. C. O corpo, a casa e a cidade: territorialidades de mulheres negras no Brasil. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*, v. 23, 2021.

MBEMBE, A. *Necropolítica: biopoder, soberania, estado de exceção, política de morte*. São Paulo: n-1 edições, 2020.

McDOWELL, L. *Género, identidade y lugar: um estudio de las geografías feministas*. Madrid: Ediciones Cátedra, 2000.

McLAREN, M. A. Foucault, feminismo e subjetividade. São Paulo: Intermeios, 2016.

OYEWÙMÍ, O. *A invenção das mulheres: construindo um sentido africano para os discursos ocidentais de género*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2021.

PATERNIANI, S. Z. *São Paulo cidade negra: branquidade e afrofuturismo a partir de lutas por moradia*. 2019. 250 f. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Instituto de Ciências Sociais, Universidade de Brasília, Brasília, DF, 2019.

PEREIRA NETO, F. L. Observar a cidade e seus habitantes: a contribuição da etnografia. *Revista Píxo*, v. 1, n. 3, p. 102-115, primavera 2017.

PIOVANI, J. I. La observación. In: MARRADI, A.; ARCHENTI, N.; PIOVANI, J. I. *Metodología de las ciencias sociales*. Buenos Aires: Emecé Editores, 2007.

REPO, J. The life function: the biopolitics of sexuality and race revisited. *Theory & Event*, v. 16, n. 3, jan. 2013.

ROLNIK, R. *Guerra dos lugares: a colonização da terra e da moradia na era das finanças*. São Paulo: Boitempo, 2015.

ROVERE, T. Caderno de Campo 01: agosto de 2021 a janeiro de 2022. Santa Cruz do Sul: [s.n.], 2023.

ROVERE, T. Caderno de Campo 02: janeiro de 2022 a maio de 2022. Santa Cruz do Sul: [s.n.], 2023.

SHAH, A. Etnografia? Observação participante, uma práxis potencialmente revolucionária. *Revista Antropologia UFScar*, 12 (1), p. 373-392, jan./jun. 2020.

SILVA, J. M. Gênero e sexualidade na análise do espaço urbano. *Revista Geosul*, Florianópolis, v. 22, n. 44, p. 117-134, jul./dez. 2007.

TAVARES, R. B. *Indiferença à diferença: espaços urbanos de resistência na perspectiva das desigualdades de gênero*. 2015. Tese (Doutorado em Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro: 2015.

CAPÍTULO 3

A IMPLEMENTAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS SOBRE USO DE IMÓVEIS VAGOS PARA HABITAÇÃO POPULAR EM PORTO ALEGRE-RS, DE 2001 a 2021

Ana Laura Eltz da Silva

Introdução

A urbanização de Porto Alegre, no Rio Grande do Sul, assim como ocorreu na maioria das grandes cidades brasileiras, esteve assentada em políticas higienistas e excludentes quanto ao acesso à moradia digna ao longo das últimas seis décadas. Diante de uma lógica capitalista de supervalorização da terra, as políticas públicas de habitação no Brasil vêm sendo palco de acaloradas discussões, permeadas por interesses clientelistas e elitistas que se distanciam do ideal de supremacia do interesse público de direito à moradia digna como direito humano universal. (Singer, 1978 *apud* Maricato, 1982; Bonduki, 2008; União Nacional por Moradia Popular, 2019 *apud* Biasotto, 2012)

O modelo usado de modo recorrente para combater o déficit habitacional no Brasil, através da construção de novas unidades habitacionais nas áreas periféricas das cidades, tem contribuído para produzir cidades mais fragmentadas e segregadas, com custos maiores de expansão da infraestrutura urbana (Singer, 1978 *apud* Maricato, 1982).

Com o estímulo gerado por essas políticas públicas à construção civil e a conseqüente necessidade de aquisição de terras a baixo custo para a edificação de novas unidades habitacionais, abriram-se as portas para a especulação imobiliária. Os financiamentos subsidiados

e a oferta de terra abundante e barata nas áreas periféricas e remotas das cidades, levaram os cidadãos mais pobres a somente terem como opção residir nesses locais (Rolnik, 2015).

O que se percebe é uma perpetuação de um modelo de política econômica que aparece travestida de política habitacional (Hirata, 2009). Segundo Cardoso, Aragão e Araújo (2011), esse modelo traz em seu bojo a periferização¹ da população de baixa renda através dos tempos, em razão do valor da terra nas áreas centrais das cidades médias e grandes aumentar vertiginosamente através do protagonismo do rentável mercado imobiliário e da especulação que lhe é inerente em um Estado Capitalista².

Considerando as normas e leis como instrumentos jurídicos que possibilitam o uso de imóveis vagos como solução para moradia social e vida digna, tratamos um resgate histórico e dialético com as percepções dos atores de dentro e fora do Estado, traçando um cruzamento com a doutrina sobre o tema, os dados obtidos por pesquisa documental, bem como informações obtidas em eventos dos movimentos sociais e da política legislativa de Porto Alegre. Dessa

¹ Periferização" é um termo utilizado por Cardoso, Aragão e Araújo (2011, p. 6) para caracterizar o "Fenômeno decorrente do fato da oferta de terra urbanizada ser relativamente limitada na maioria dos municípios com maior centralidade e, na ausência de políticas de controle da especulação e cumprimento da função social da propriedade, a tendência é que o preço da terra aumente na proporção em que cresce a demanda. Seja pelo preço ou tamanho dos terrenos disponíveis, o setor empresarial irá inevitavelmente, privilegiar as periferias para a localização dos seus empreendimentos."

² Segundo Jean Lojkin "À nova divisão monopolista do trabalho marcada principalmente pela apropriação privativa dos meios de consumo coletivos concentrados nos grandes centros urbanos (...), em proveito das funções de direção de grupos multinacionais, corresponderia, com efeito, a formação de um submercado imobiliário específico fundado na produção maciça dos suportes físicos dessa concentração dos estados-maiores(...). Através do jogo dos preços do solo, esse submercado poderia adquirir rapidamente um papel motor, determinante, na formação dos preços imobiliários para o conjunto do centro das grandes metrópoles e garantiria assim uma segregação econômica e social quase 'automática' das funções e das classes sociais que conseguem residir no centro" Lojkin (1981, p. 189).

forma, visa-se compreender as seguintes questões: quais ferramentas estão à disposição dos diferentes atores para implementação destas políticas; em quais arenas ocorrem os debates mais recorrentes sobre a aplicabilidade do direito à moradia digna no centro da cidade e quais os repertórios de ação e/ou de conflito utilizados por essas peças-chave do desenvolvimento urbano em prol do direito à moradia na cidade consolidada.

É entendendo o contexto institucional e, por meio dele, as oportunidades e constrangimentos engendradas às relações de influência e atuação dos diversos atores sociais que se pode compreender o resultado das políticas públicas. No caso do presente capítulo, procurou-se identificar e compreender o “[...] conjunto de regras legais e desenhos organizacionais [que] compõem o contexto institucional[...]” (Skocpol, 1995, *apud* Rocha, 2006, p. 16) que conformou as políticas públicas habitacionais e sociais ligadas à moradia popular desde a promulgação do Estatuto das Cidades em 2001 até o ano de 2021 (quando a referida norma - que veio a regulamentar os artigos 182 e 183 da Constituição Federal de 1988, completou vinte anos).

No caso em tela, procedeu-se à análise sob esse prisma quanto à implementação de políticas habitacionais - haja vista que agentes de dentro e fora do Estado trabalham em um sentido de autoproteção às suas ideias, cargos e organizações nas quais estão inseridos e, portanto, não são “meros executores de um plano” diante da teia do jogo político sobre a cidade, os imóveis vagos e a necessidade de redução do déficit habitacional com moradia digna.

Para tanto, além da pesquisa documental, foram entrevistados diversos atores de dentro e fora do Estado. A escolha dos entrevistados fora feita em relação à diversidade de seus campos de atuação e gêneros diferentes, objetivando a pluralidade de pontos de vista sobre o tema, sendo seis entrevistados de diferentes órgãos e posições. Compreendendo que o foco está em processos realizados por atores específicos, é fundamental identificá-los e pensar sobre o papel das instituições, ou seja, como as decisões relevantes são tomadas e implementadas. Por fim, traça-se um

panorama da situação atual, visando responder à questão central que levou à realização desta pesquisa: como se deu a implementação de políticas públicas habitacionais e sociais referentes ao uso de imóveis vagos para fins de moradia popular na cidade de Porto Alegre/RS, no período de 2001 a 2021?

1. A institucionalização da política urbana e dos imóveis vagos

A Constituição Federal de 1988, em seus artigos 182 e 183, inseriu a política urbana no ordenamento jurídico, colocando os municípios como principais provedores de uma normatização do planejamento das cidades (principalmente através dos Planos Diretores), bem como determinou que os municípios devem fiscalizar e colocar em prática os instrumentos jurídicos de retenção especulativa da terra.

Para regulamentar esses dois dispositivos constitucionais quanto à sua operacionalização, após 13 anos da vigência da Constituição, em 2001 foi aprovado o Estatuto da Cidade (Lei nº 10.257/2001). Fruto da mobilização social e de partidos políticos, essa lei federal não contém apenas um rol de princípios e de diretrizes da política urbana e reconhece nominalmente diversos direitos sociais e coletivos, mas também estabelece uma série de processos, mecanismos, instrumentos e recursos a serem incorporados nos planos diretores municipais para viabilizar a materialização dos princípios declarados e direitos reconhecidos. O Estatuto traduz uma expressão rara e clara entre direito, governo e finanças do desenvolvimento urbano (Fernandes, 2021).

Importante destacar que, previamente ao advento do Estatuto das Cidades, o Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano Ambiental – PDDUA de Porto Alegre, lançado em 1999, não previa, em seu texto original, algum estudo referente ao uso de imóveis vagos na região do Centro Histórico, onde há maior quantidade de infraestrutura e serviços consolidados na capital gaúcha, limitando-se a falar genericamente, no art. 30, que o referido bairro fazia parte dos elementos estruturadores do modelo espacial,

elencando, no seu parágrafo 1º, seus limites de circunscrição e em nada se referindo à habitação:

§ 1º Centro Histórico é a área de urbanização mais antiga do território do Município, com limites entre o lago Guaíba e o contorno da I Perimetral, desenvolvendo-se como um espaço de diversidade comercial, que contém equipamentos públicos e privados, instituições financeiras, parte da área portuária e concentração de áreas e bens de interesse cultural. (Porto Alegre, 1999, s.n.)

A previsão de “estímulo ao uso habitacional” do centro histórico somente se deu em 2010, quando da Revisão do Plano Diretor pela Lei Complementar nº 646/2010, na primeira administração de José Fortunati. Porém, não se pode esquecer de que o plano diretor de Porto Alegre de 1999 já previa o uso de imóveis vagos para implementação de políticas públicas de habitação de interesse social³.

No entanto, a questão da discricionariedade do Poder Público na aplicabilidade dessa lei deixava um espaço aberto para a não implementação dessa política. De fato, nenhum imóvel na área do Centro Histórico havia sido legalizado para fins de moradia popular até o ano de 2008, quando a Cooperativa Utopia e Luta, conseguiu, por meio do Programa Federal Crédito Solidário (Lei nº 11.461/2007), financiar a reforma do prédio, que

³ Art. 76. As Áreas Especiais de Interesse Social são aquelas destinadas à produção e à manutenção de Habitação de Interesse Social, com destinação específica, normas próprias de uso e ocupação do solo, compreendendo as seguintes situações:

III - AEIS III - imóveis não-edificados, subutilizados, localizados na Área de Ocupação Intensiva, que venham a ser destinados à implantação de Habitação de Interesse Social com interveniência do Poder Público.

§ 2º A delimitação e localização de áreas destinadas à produção de Habitação de Interesse Social dar-se-á pela instituição de AEIS III pelo Poder Executivo, considerado o déficit anual da demanda habitacional prioritária e os imóveis subutilizados das AUOPs, permitida a promoção de parcerias, incentivos ou outras formas de atuação para a consecução dos objetivos. (Porto Alegre, 1999, s.n., grifo nosso)

havia sido do INSS e que estava ocupado pelo Movimento Nacional de Luta por Moradia desde 2005, nos altos da avenida Borges de Medeiros, nº 727.

Nesse sentido, o PDDUA, ainda que tenha sido construído sob as bases de significativa participação cidadã no município⁴, demonstra que os interesses de outros atores, que não são “destacados” no projeto, mas que, aparentemente, contribuíram com suas considerações quanto ao zoneamento da cidade, acabaram vencedores no embate do direito à centralidade e moradia digna para população de baixa renda. Dessa forma, são as normas e leis que vão estabelecer as regras para a produção da cidade, definindo aspectos relacionados às áreas de interesse social, altura das construções e áreas de conservação, por exemplo. Logo seu processo de construção implica a disputa dos atores interessados na regulamentação ou desregulamentação desses instrumentos. De acordo com Rua (2009, p. 76):

Por esse motivo, os *issues*⁵ mobilizam as expectativas dos atores quanto aos resultados da política e catalisam o conflito entre eles. Dependendo da decisão que for tomada quanto a esses pontos (*issues*), alguns atores ganham e outros perdem; e a política assume uma configuração ou outra.

No sentido de tentar modificar o planejamento das cidades, compreendendo que a cidade não somente é um território, mas também um direito a ser perseguido, a lei passa a ordenar as orientações por meio da definição da função social da propriedade reunindo instrumentos jurídicos, fiscais e urbanísticos que permitem novas alianças e interpretações no campo do direito civil,

⁴ Seja através dos Movimentos Sociais, população em geral nas audiências públicas do OP, grupos de trabalho que envolveram estudantes do planejamento urbano da Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS dentre outras organizações da sociedade civil em defesa de direitos fundamentais como a UAMPA, CONAM, etc.

⁵ *Issue*, conforme Rua (2009, p. 75) “(...) é um item ou aspecto de uma decisão, que afeta os interesses de vários atores.

direito público e direito urbanístico, bem como a criação de novos instrumentos legais de planejamento e gestão pública. Diante deste arcabouço legal, é necessário analisarmos a sua efetividade diante da conformação de políticas públicas voltadas para o uso dos imóveis vagos na cidade de Porto Alegre, o que se discorre a seguir.

2. A implementação das políticas públicas habitacionais referentes ao uso de imóveis vagos em Porto Alegre (2001-2021)

Nesta seção, apresentaremos como tem se dado o tema da implementação de políticas habitacionais na cidade de Porto Alegre, principalmente através da forma como os diferentes entrevistados, que são atores envolvidos no processo de formulação e implementação de políticas públicas habitacionais em Porto Alegre, percebem a relação entre os governos em suas diferentes esferas, e a política habitacional, no interregno de 2001 a 2021 - periodização não escolhida a esmo, mas como marco dos primeiros 20 anos do Estatuto das Cidades.

Neste contexto, buscamos identificar quais ferramentas estão à disposição dos diferentes atores para implementação destas políticas; em quais arenas ocorrem os debates mais recorrentes sobre a aplicabilidade do direito à moradia digna no centro da cidade e quais os repertórios de ação e/ou de conflito utilizados por essas peças-chave do desenvolvimento urbano em prol do direito à moradia na cidade consolidada.

Para tanto, as entrevistas foram pré-agendadas, transcritas e categorizadas, sendo os entrevistados escolhidos considerando-se a diversidade de seus campos de atuação e gêneros diversos, objetivando a pluralidade de pontos de vista sobre o tema, sendo seis entrevistados de diferentes órgãos e posições dentro do quadro de dentro e fora do Estado. Compreendendo que o foco está em processos realizados por atores específicos, buscou-se a sua identificação e compreender o papel das instituições, ou seja, como as decisões relevantes são tomadas e implementadas. Por fim, traça-se um panorama da situação atual, visando responder à

questão central que levou à escrita deste capítulo: como se deu a implementação de políticas públicas habitacionais e sociais referentes ao uso de imóveis vagos para fins de moradia popular na cidade de Porto Alegre/RS, no período de 2001 a 2021?

2.1 A luta pela moradia como a luta por uma vida digna – a política habitacional é só a entrega de uma casa?

O direito à moradia digna é um dos direitos fundamentais presentes na Constituição Federal de 1988 que se encontram elencados principalmente no artigo 5º da referida Carta Magna. Os direitos fundamentais abrangem o direito à saúde, ao lazer, à moradia e ao trabalho, os quais estão totalmente imbricados com o Direito à Cidade. Considerando que o direito à cidade é um dos pilares para uma vida com dignidade, a moradia na zona central das grandes metrópoles é uma das formas de oportunizar à população de baixa renda maiores chances de equalizar essa balança de desigualdade de todas as ordens sociais, para muito além de programas de transferência de renda ou de habitações precárias em áreas periféricas.

Estar próximo ao local de trabalho, usufruir de uma infraestrutura consolidada de saneamento básico, transporte, saúde, educação e lazer (atributos todos que facilmente são identificados no centro de Porto Alegre), é condição *sine qua non* para a diminuição do abismo encontrado entre as classes de renda média e alta e a população que constrói os atuais 28,3% da população da Região Metropolitana da capital onde vivem com menos de ¼ de salário mínimo *per capita* ao mês (Salata; Ribeiro, 2022).

Neste contexto, em 2001, havendo uma administração participativa e popular na cidade de Porto Alegre, mas ainda sob um Governo Federal de direita e neoliberal, foi *na* (e pela) luta dos movimentos sociais que, 20 anos após a democratização do país e da Constituinte que trouxe pela primeira vez um capítulo sobre a política urbana, foi promulgada a Lei nº 10.257/2001, o Estatuto das Cidades. Finalmente as diretrizes gerais de execução da política

urbana estariam regulamentadas, quando até então esses artigos da CF/88 eram considerados uma utopia, uma mera carta de intenções.

Uma das discussões prévias para a elaboração do estatuto - que do lado dos movimentos sociais se deu principalmente através do Fórum da Reforma Urbana - era que o controle da especulação imobiliária deveria se dar com maior celeridade e menor custo do que o previsto originalmente na Constituição. Portanto, deveriam buscar-se formas menos custosas através desses

conceitos e instrumentos [que] visavam a medidas de controle da especulação imobiliária, através da desapropriação para fim de reforma urbana sem a exigência de pagamento à vista em dinheiro das terras desapropriadas, no que implicava uma modificação da Constituição vigente. Também se intentava uma regulamentação do uso do solo de maneira a alcançar uma distribuição de infraestrutura mais justa. No âmbito social, a elevação do padrão de vida do povo brasileiro com políticas de desenvolvimento socioeconômica; advogava ainda a participação das comunidades no processo de planejamento de modo que fosse exercida a cidadania. As diretrizes apontavam para um controle federal sobre o investimento privado e a regulação da especulação imobiliária, de maneira a criar um planejamento urbano integrado e participativo voltado ao desenvolvimento social-espacial, muito distante do planejamento aplicado até o momento, geminando uma nova ideologia de planejamento. (Costa; Carty, 2014, p. 4)

Dentro de um contexto de premente necessidade de moradias no advento do novo milênio, na região metropolitana de Porto Alegre, o número de imóveis vagos na área urbana passava de 90 mil unidades em 2000, sendo que mais de 20 mil tinham como característica o sofrimento com ônus de aluguel excessivo - um dos componentes mais destacados do déficit habitacional (FJP, 2001). Para além da questão da moradia como elemento isolado, o direito à cidade (e a sua negação) não é medido somente por déficit habitacional ou localização. As condições de uma vida digna podem ser contadas a partir de indicadores de desenvolvimento

humano, de escolaridade, de acesso à saúde, entre outros que podem facilmente demonstrar a disparidade dos números a julgar pelo território onde as populações habitam, bem como ao seu acesso à infraestrutura básica já mencionada.

Nesse sentido, é possível afirmar que a localização da moradia impacta diretamente nas oportunidades e constrangimentos de uma vida com dignidade, seja no acesso à infraestrutura, educação e saúde seja no acesso ao trabalho com salários maiores. Nesse sentido, Serra e Serra (2008, p. 169) diagnosticam que

[...] a renda da terra decresce em função da distância em relação ao centro urbano numa taxa também decrescente, ou seja, cai menos rapidamente à medida que aumenta a distância em relação ao centro. A relação renda-distância denomina-se gradiente de renda da terra. Com base nas características desse gradiente, derivam-se logicamente também as características dos gradientes de valor (ou preço de venda) da terra, de intensidade do uso do capital por unidade de terra e de densidade populacional.

Os programas de habitação que vêm utilizando como parâmetro a questão da renda da terra versus a densidade populacional, servem-se do poder público da sua capacidade de terceirizar a provisão habitacional para os entes privados. Segundo essa visão autocrática do local, materiais, dimensão, disposição no tecido urbano tem-se mostrado ineficientes quanto ao seu principal pressuposto e objetivo, que é a redução da desigualdade social. Ao contrário ao proposto, “[...] acentuam na maior parte das vezes não só as desigualdades que afetam indivíduos da mesma classe de renda (...), como aquelas que afetam indivíduos em classes de renda diferentes” (Serra; Serra, 2008, p. 197).

Enquanto isso, os dados sobre imóveis vagos na cidade de Porto Alegre não gozam de exatidão, já que não têm sido mapeados até hoje pelo Poder Público Municipal, nem mesmo sobre sua zona central. No esforço de ilustrarmos a afirmação de que as “soluções” para o problema da moradia na capital gaúcha, durante o governo de Tarso e Verle (2001 a 2005), concentraram-se nas áreas

periféricas, utilizamos a consulta eletrônica às demandas do DEMHAB sobre os anos de 2000 a 2005⁶. Baseados nos dados contidos no relatório gerado, mapeamos, em localização aproximada, os locais de atuação do município quanto às políticas habitacionais.

Verificando as demandas do DEMHAB expostas na figura, por amostragem de vinte localidades aleatórias dentre as mapeadas, foi possível perceber que somente uma fora iniciada e concluída dentro do período da legislatura de Tarso e Verle⁷. As demais, foram finalizadas em média entre 10 a 15 anos após o seu início).

⁶ Através do site oficial da prefeitura (http://www.portoalegre.rs.gov.br/op_prestacao/acomp.asp), é possível verificar a prestação de contas e acompanhar obras e serviços realizados em relação a diversas secretarias e departamentos, no âmbito do Orçamento Participativo. No entanto, esse serviço somente apresenta dados de 1990 a 2010, tendo sido descontinuado nos anos seguintes. Além dessa questão de periodicidade restrita, percebemos, através das pesquisas feitas nessa ferramenta, a falha na descrição de diversos serviços, que não contavam com localização exata, nem mesmo textualmente, bem como a questão de as secretarias serem criadas/extintas ou mudarem de nome diante de cada legislatura, o que acaba por prejudicar a busca pelos dados. O mapeamento fora feito cruzando os dados do relatório com a localização das regiões em busca pelo aplicativo Google Earth e endereço de Associação de Moradores e Unidades Básicas de Saúde, sendo aproximada a sua localização, em razão da ausência de coordenadas exatas no relatório da Prefeitura.

⁷ Por uma questão de limitação de formatação do presente capítulo, optou-se por colocar o mapa como figura apontando os locais de implementação das políticas habitacionais, cujas legendas, que contêm os nomes das localidades e quais demandas foram implementadas, não caberiam em uma única folha A4. Para suprir esta falta, colocamos à disposição o mapa online através da ferramenta Google Maps, pela página da internet: https://www.google.com/maps/d/u/0/viewer?mid=1wum7kaltEAS_QzjbkgVpgkKgmSPblg&ll=-30.064677371176874%2C-51.223967227021774&z=12

que mocambos, cafuas, palhoças, casebres, cabanas representam o exercício do direito de escolha, mesmo que seja de condições e locais onde os requisitos de higiene e salubridade não se mostrem adequados. (...). Não se pode esperar, assim, que tais indivíduos se adaptem facilmente a circunstâncias novas de moradia, que lhes são oferecidas de cima para baixo, como uma dádiva do Grande Pai. (...) Para esse mesmo povo, interessa viver bem. Só que seu entendimento do que seja uma vida amena pede, antes de tudo, que se respeitem conveniências estabelecidas, entre as quais se inclui o sítio da moradia que preferiu.

Como exceção ao padrão periférico, é preciso destacar que, em 2004, Verle entrega a obra do Condomínio Princesa Isabel, em avenida de mesmo nome, no bairro Azenha. A localização, contígua ao centro da cidade, é privilegiada, e foi implantada em terreno que já pertencia ao município, e que já era ocupado por cerca de cinquenta famílias. O condomínio conta com oito blocos de quatro pavimentos cada um, totalizando duzentos apartamentos. A comunidade que foi reassentada nesse local foi a antiga Vila Cabo Rocha (ou Vila Zero Hora, assim chamada pois ocupava imóvel próximo à sede do jornal de mesmo nome).

Porém, é necessário deixar claro que a permanência na área central e próxima de onde moravam foi fruto de uma luta da comunidade, que teve início ainda na década de 1990. Segundo relato da vice-presidente da Associação de Moradores do Condomínio Princesa Isabel, Eurides Teresinha ao jornal Brasil de Fato (2021), o governo municipal insistia em remover a Vila Cabo Rocha para a Restinga (como ocorreu com tantas outras já mencionadas). Foram mais de 15 anos de resistência, tanto contra a vontade do poder público de dar continuidade ao padrão higienista de remoção de comunidades, quanto contra o interesse privado dos proprietários do Jornal Zero Hora, que pressionavam a prefeitura para a remoção da comunidade de perto de suas instalações (Brasil de fato, 2021).

Conforme a ativista social entrevistada por Silva (2022), arquiteta que trabalha há mais de 20 anos com os movimentos

sociais na área de assistência técnica para habitação social (E2 *apud* SILVA, 2022)⁸, a ideia inicial da utopia dos anos 2000 era que sobre a propriedade que não cumprisse sua função social, aplicava-se o previsto nos artigos 5º a 8º do Estatuto das Cidades (o parcelamento e edificação compulsória, imposição de impostos progressivos e até desapropriação) e, por meio desses instrumentos, se fomentaria e alimentaria o fundo para habitação de interesse social. Mas não é o que ocorreu e ainda não ocorre, em razão do fato de o poder executivo não ter “coragem de ‘peitar’ essa luta e romper com a questão da propriedade privada” (E2 *apud* Silva, 2022)

A questão de o governo permitir que os interesses privados prevaleçam nas políticas sociais - sobretudo nas políticas de habitação, que envolvem invariavelmente um banco financiador, uma construtora para executar o serviço e adquirir as terras - tem se mostrado como um dos principais entraves para a vida digna. Para o entrevistado anônimo (E4 *apud* Silva, 2022), ativista social que militou diretamente no Movimento Nacional de Luta por Moradia (MNLN) por mais de vinte anos, e que há pouco mais de três anos desvinculou-se formalmente do movimento, a inabilidade do Estado em definir as regras de um banco que tem relação institucional com o governo é um regresso. Criticando o discurso social dos governos, infere que essa questão precisa estar muito clara na hora de os movimentos sociais pensarem seus movimentos e objetivos. Do contrário, se estaria a desperdiçar muito tempo e a esperança das pessoas destinatárias das políticas sociais:

Mas são 10, 15 anos de quem? Da minha vida? Da vida de quem hoje tem uma vida assegurada, tem sua previdência, suas férias, ou a vida de quem tá ferrado na fila esperando por uma moradia? **O promotor do discurso, por mais que tenha uma intenção social, nunca está na mesma situação do destinatário, do protagonista da história.** (E4 *apud* Silva, 2022)

⁸ Entrevista concedida à Autora, em Porto Alegre, em julho de 2021 (SILVA, 2022). Entrevistado optou pelo anonimato.

Essa diferença entre o discurso e a efetividade das políticas, do ponto de vista de sua implementação, pôde ser vista ainda na administração Tarso-Verle, diante da análise do número de demandas do Orçamento Participativo para programas habitacionais através do Departamento Municipal de Habitação, quando se percebeu a baixa capacidade do governo petista na conclusão das demandas iniciadas (Rennó; Souza, 2012). Isso também se verifica em relação a demandas do Orçamento Participativo durante a legislatura de Tarso e Verle sobre obras viárias através da Secretaria Municipal de Obras Viárias -SMOV e de assistência social através da Fundação de Assistência Social e Cidadania - FASC, cujo número de demandas foi de 447 para a primeira, sendo concluídas somente 260 delas; sobre a segunda, de 100 demandas, 91 foram concluídas dentro de sua legislatura⁹.

A questão de a política habitacional ser implementada de forma isolada das demais políticas sociais também implica maiores níveis de violência nos territórios de implantação dos condomínios. Nesse sentido, a assistente social do DEMHAB afirma que, quanto à remoção das comunidades centrais para imóveis construídos nas periferias,

muitos deles [beneficiários] venderam. Aí vem também a questão da violência na região, do tráfico de drogas, dos tiroteios com a polícia. Muitos deles viviam numa outra realidade, pagavam aluguel no centro da cidade, ou bairros mais próximos, e foram morar na Restinga, por exemplo, e se surpreendiam com aquela violência toda. Era tiroteio mesmo, às vezes tinha bala perdida, tu via nos imóveis, via nos edifícios... Então muitos saíram de lá em função disso, acabaram vendendo muitos contratos de gaveta foram feitos em função disso. (E1 *apud* Silva, 2022)

⁹ Números comparados diante dos relatórios das demandas da Secretaria Municipal de Obras e Viação(SMOV) e da Fundação de Assistência Social (FASC) e dados obtidos no artigo de Rennó e Souza (2012, p. 244)

A venda e o abandono das unidades habitacionais entregues à população nas periferias e o retorno destes cidadãos a territórios informais é um sintoma de uma política habitacional que vem sendo tratada há décadas como política isolada, que se entende consolidada com a entrega de uma casa. Porém, a questão do déficit habitacional é apenas um sintoma de um problema público muito mais amplo do que o simples “teto e quatro paredes”. É o resultado da invisibilidade dos pobres nas políticas sociais em diversas áreas, mas principalmente as áreas de assistência social, geração de oportunidades de renda, saúde e de educação de qualidade, que promovam a inclusão social em extratos mais elevados de desenvolvimento humano, de renda e de condições de atingir um patamar de igualdade.

Porém, percebe-se, pelo depoimento dos entrevistados, que soluções de habitação na área central da cidade foram raríssimas exceções, dentro de uma maioria de construções de novas unidades nas zonas periféricas. Nesse sentido, o Entrevistado 2 (*apud* Silva, 2022) infere que, sob o ponto de vista da implementação das políticas públicas cujos instrumentos jurídicos já se encontravam (e se encontram) à disposição para uso dos imóveis vagos, não estaria havendo progresso para além do nível das leis e regulamentações, ainda que estas fossem/sejam progressistas. De acordo com seu ponto de vista, quando se parte para o momento da implementação desse instrumental jurídico, mediante uma política pública com recursos e pessoas, em qualquer uma das esferas de governo, do ponto de vista do poder executivo, isso não acontece. As orientações do governo são, na visão da ativista, sempre no sentido de produção de novas unidades, e

[...] nunca qualificar as moradias ou trabalhar uma política de reutilização de imóveis. Na realidade, a impressão que se tem é que, muito embora a legislação progressista, os **agentes públicos não querem mudar o *status quo* nem mexer na propriedade da terra. Então, como eles não querem mexer na propriedade da terra, eles não aplicam o IPTU progressivo, parcelamento de edificação**

compulsório, eles não notificam os proprietários, são raríssimos os municípios que avançam nisso. (E2 *apud* Silva, 2022)

Coadunando com a visão da ativista, o entrevistado E1 (*apud* Silva, 2022) afirma categoricamente que “a habitação em si, ela é uma política, mas ela não é isolada, não se esgota nela mesma. (...) A questão habitacional, para o nosso trabalho, é a relação da família com o imóvel.” Para ela, as políticas sociais de todas as ordens deveriam se dar de forma conjugada quando da implementação de políticas habitacionais. A mudança das pessoas da centralidade da cidade para outros locais traz uma série de contratempos, o que exemplifica a questão da necessidade de deslocamento para ir ao trabalho ou mesmo a matrícula dos filhos em uma outra creche ou escola.

Isso demonstra, mais uma vez que, a função social da propriedade, como princípio basilar de uma política habitacional e da busca de uma vida com condições dignas, é prejudicada pela ineficiência e inércia (também) do poder municipal. Nessa perspectiva, ele não compreende que a utilização dos imóveis vagos como solução do déficit habitacional deva ocorrer por meio da desapropriação, revitalização ou mesmo da arrecadação pelo poder público para esse fim. Isso precisa também estar conjugado a outras políticas sociais como educação, renda e assistência social, o que seria uma modalidade mais justa, mais econômica para os cofres público que facilitaria a essa parcela da população obter maior equidade de direitos sociais.

3. As políticas habitacionais após os dezesseis anos de administração popular. O impacto da mudança dos governos na implementação de políticas públicas – quebras de paradigmas e continuidades

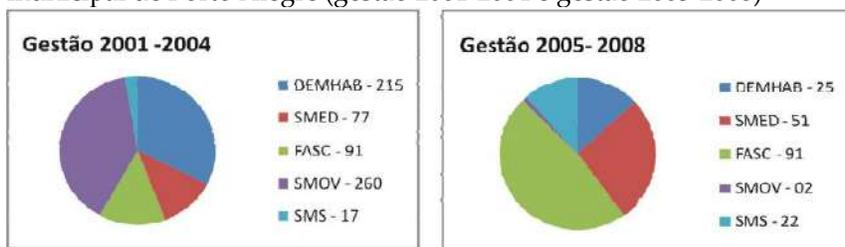
No governo que sucedeu os de Tarso e Verle, o panorama de investimentos mudou. De 2005 a 2009, a prefeitura ficou a cargo de José Fogaça, que, reeleito, renunciou em 2010 para concorrer ao cargo de governador do estado do Rio Grande do Sul, ficando em

seu lugar o vice José Fortunati. Durante os primeiros dois anos de mandato, José Fogaça reafirmou que daria continuidade ao Orçamento Participativo, fundamental para o diagnóstico e para a escolha de prioridades para implementação das políticas sociais.

No entanto, o que se percebeu é que, além de uma herança de obras inconcluídas pelo governo anterior - em 2004 existiam 963 demandas do OP em aberto, número que atingiu a marca de 1532 no governo Fogaça - o valor orçamentário previsto para atender ao OP - que já vinha diminuindo de 2002 em diante - caiu drasticamente, de 70% em 2004 para 13,4% em 2006 (Banco Mundial, 2008). Paradoxalmente, entre 2005 e junho de 2009, foram concluídas 813 demandas de obras e serviços, sendo que 72% destas eram oriundas de gestões anteriores à de Fogaça (Rennó; Souza, 2012).

Porém, não se pode deixar de mencionar que, durante o governo de Fogaça, o Executivo Federal estava a cargo de Lula, e que os investimentos federais na área de habitação, ainda antes do lançamento do programa MCMV, foram robustos, o que se traduziu numa relevante diminuição do orçamento do OP para o DEMHAB durante a legislatura de Fogaça, havendo um aumento no aporte para assistência social através da FASC, conforme os gráficos abaixo:

Figura 04 – Gráficos de demandas concluídas por órgão do governo municipal de Porto Alegre (gestão 2001-2004 e gestão 2005-2008)



Fonte: Rennó; Souza (2012),
Adaptação da autora

Ainda, cabe destacar que, sobre os doadores de campanha eleitoral, não foram encontrados dados sobre a eleição de 2004 no site oficial do Tribunal de Justiça Eleitoral (TSE), mas, sobre as

eleições de 2008 em diante, estão mencionados e disponíveis. Assim, destaca-se que os nove maiores financiadores da campanha de Fogaça foram os seguintes:

Quadro 01 – Os maiores doadores de campanha eleitoral de José Fogaça em 2008

DOADOR/FINANCIADOR	VALOR DOADO
CIA ZAFFARI COMERCIO E INDUSTRIA	R\$ 50.000,00
GERDAU COMERCIAL DE AÇOS S/A	R\$ 50.000,00
CONSTRUTORA E PAVIMENTADORA PAVICOM LTDA	R\$ 13.400,00
COESUL CONSTRUTORA EXTREMO SUL LTDA	R\$ 5.000,00
CONTERRA CONSTRUÇÕES E TERRAPLANAGENS LTDA	R\$ 5.000,00
DOBIL ENGENHARIA LTDA	R\$ 5.000,00
STE SERVIÇOS TÉCNICOS DE ENGENHARIA	R\$ 5.000,00

Fonte: Tribunal Superior Eleitoral, 2022

Elaboração pela Autora

Analisando o quadro, é perceptível o fato de a massiva maioria de doadores serem empresas construtoras ou empresas de engenharia civil da construção pesada. Sendo assim, pode-se evidenciar que o interesse desses doadores fosse de obter alguma vantagem em políticas públicas ligadas ao seu objeto social.

A título exemplificativo, a Companhia Zaffari e a Prefeitura Municipal, em 23 de julho de 2009 firmam termo de compromisso para a implantação de um shopping center na avenida Assis Brasil, 2661, na zona Norte da Capital, que viria a ser o hoje já implantado Bourbon Wallig. Segundo o site Consumidor RS, Fogaça saudou a iniciativa. "É um grupo com grande capacidade empreendedora, que trará benefícios para toda a cidade" (Consumidor RS, 2010). Consultado o relatório de gestão do prefeito de 2009, não consta a informação sobre esse termo de compromisso (Porto Alegre, 2010). É mister referir que, em 2005, Fogaça aprovava e promulgava a Lei

Complementar 523/2005, que regula e amplia o limite da construção de grandes empreendimentos do varejo para supermercados e hipermercados em Porto Alegre, para empreendimentos de venda do setor alimentício de 1.500 m² para 2.500 m².

Em 2008, a gestão de Fogaça foi destacada pelo Projeto de Modernização da Administração Pública pelo Programa Gaúcho de Qualidade e Produtividade (PGQP), no qual se exaltou que

[...] no eixo social, foram apresentados os dados referentes à habitação, que já somam 5,2 mil unidades entregues, a introdução do bônus-moradia, as 97 equipes do Programa de Saúde da Família e as 38 novas creches que aumentaram em 4,5 mil o número de vagas ofertadas. (Consumidor RS, 2010)

Ademais, é importante referir que, conforme a mesma notícia da prefeitura, cita-se que o presidente do Conselho Superior do PGQP é Jorge Gerdau Johannpeter (presidente da Gerdau Comercial de Aços S/A), que saudou os feitos da prefeitura, posição que, na mesma oportunidade, foi validada pelo presidente do Conselho Diretor do PGQP, Joal Teitelbaun (presidente da Construtora que leva seu nome e que empreende principalmente em habitações de alto padrão).

Destaca-se, também, outro projeto iniciado na administração de Tarso e Verle na Vila Dona Teodora, na rua de mesmo nome, onde foram reassentados, em 2006, os ocupantes da Vila Leito Voluntários e Mário Quintana, totalizando 163 unidades habitacionais. A área é periférica, carente de infraestrutura, alvo constante de notícias de violência (ao extremo norte da cidade, distando quase dez quilômetros da Prefeitura Municipal).

No relatório de 2010, quanto às ações ligadas à habitação, percebe-se a continuidade do padrão perifizador, eis que os reassentamentos se deram principalmente nos loteamentos da zona sul da cidade, e o bônus moradia se traduziu na aquisição de imóveis em locais distantes de onde os reassentados moravam. O panorama era de reassentamento de, aproximadamente, 1.700 famílias

residentes, pela ordem, nas vilas Foz, Icaraí II, Campos Velho, Icaraí I, Nossa Senhora das Graças, Hípica e Ângelo Corso, “sendo que os moradores da Vila Foz já foram reassentados na sua totalidade por meio da concessão de 130 bônus-moradia para a aquisição de imóveis localizados em várias regiões do estado, sendo 77 em Porto Alegre, 38 na grande Porto Alegre, três no litoral, nove no interior e dois em outros estados.” (Porto Alegre, 2010).

Em contraste com a construção de novas unidades durante a gestão de Fogaça e de Fortunati, a região metropolitana de Porto Alegre, entre 2007 a 2012 tinha 130 mil imóveis vagos, correspondendo a 10% dos domicílios particulares permanentes. No mesmo período, a região metropolitana concentrava, em média, 34% dos domicílios vagos do estado. Em 2012, havia 132.000 imóveis vagos na mesma região, enquanto o déficit habitacional estimado pela Fundação João Pinheiro era de 77 mil moradias, o que visivelmente significa que esses imóveis vagos poderiam suprir o déficit habitacional (Fundação João Pinheiro, 2007, 2008, 2009, 2010, 2011, 2012).

A gestão de Fortunati (2010-2013/2013-2017) foi marcada especialmente pelas questões de planejamento urbano, a revisão do plano diretor em 2010 e por inúmeros problemas de execução de obras previstas para a Copa de 2014. Enquanto isso, a regularização fundiária era ameaçada e as remoções foram a tônica, para abrir espaço para duplicações de avenidas (como a Avenida Tronco, por exemplo). Conforme Oliveira Filho (2016, s.n.):

o texto final da revisão aprovado não altera algumas das questões polêmicas **envolvendo a participação e o controle da população e recepcionou quase todas as demandas dos setores empresariais como no caso dos projetos especiais e das áreas de interesse cultural e ambiental**. Os projetos especiais transformam-se em projetos especiais de impacto urbano sendo os projetos de grande porte que necessitam avaliação especial mediante análise de suas características diferenciadas, complexidade e abrangência. O texto final aprovado não modifica muito o texto anterior: acrescenta a necessidade de Estudo de Viabilidade Urbanística – EVU (por lei a

ser editada) e a lei específica para a Operação Urbana Consorciada. O processo de aprovação continua o mesmo: iniciativa da prefeitura e aprovação no CMDUA. **No caso das autorizações das transferências do solo criado, há uma liberalização dos índices construtivos, ainda sem a existência de critérios mais rígidos definidos (por falta de lei), ou seja, a liberação dos estoques vai acabar “estourando” em alguma área da cidade, em geral, nas áreas mais atrativas economicamente e mais adensadas.**

Conforme a Entrevistada 01 (*apud* Silva, 2022), assistente social do Departamento Municipal de Habitação de Porto Alegre, os anos de 2010 a 2012 foram bastante marcados por remoções. Isso relembra a remoção das pessoas da Vila Tronco que foi consubstanciada pelo Aluguel Social (no valor de R\$500/mensais) e Bônus Moradia, no valor de R\$78.000,00, no que

as pessoas tiveram suas vidas bem alteradas, outras ficaram em aluguel social porque preferiam aguardar imóveis que o DEMHAB ia construir perto das áreas onde eles já moravam. Então eles ficaram mais tempo em aluguel social, mas receberiam os imóveis na região mesmo, na Cruzeiro, na Zona Sul (...). Era difícil sair da casa direto, até acontecia em alguns casos, mas com o tempo o acesso aos imóveis, como eram muitas famílias, teve uma inflação. Começaram a aumentar os valores, inclusive de imóveis que eram mais precários. E as pessoas começaram a ter que sair da cidade para poder comprar, ir para Alvorada, Viamão, para conseguir imóveis dentro do valor disposto. No início o pessoal até conseguia comprar aqui, no Glória ou em outros lugares perto, mas com o tempo não tinha mais como. Porque o dinheiro era pouco pra adquirir um imóvel por lá. (E1 *apud* Silva, 2022)

Enquanto isso, Porto Alegre, em 2010, tinha quase 50 mil domicílios vagos, e, de acordo com o Diagnóstico do Setor Habitacional de Porto Alegre (Porto Alegre, 2009, p. 70), um déficit de 38.572 domicílios, e inadequação Habitacional em 123.804 domicílios. Diante dessa realidade, a procuradoria do município, por meio do impulso da Secretaria Municipal da Fazenda, que

cobrou um mapeamento dos imóveis na condição de abandonados para planejar uma política de cobrança dos tributos em atraso, emitiu um parecer positivo para que a prefeitura iniciasse as etapas necessárias à arrecadação de imóveis vagos, nos moldes do art. 1.276 do Código Civil.

O procurador do município Marcelo Dias Ferreira (E5 *apud* Silva, 2022) afirma que nem todos esses imóveis seriam adequados para eliminar o déficit, mas ao menos deveria ser considerada, dentro de uma estrutura fiscal e legal, uma forma de onerar os proprietários a cumprirem a função social desses imóveis. Assim, recuperando a dívida fiscal desses imóveis, poderia utilizar-se o valor para financiar pelo menos parte novas construções. Tal fato poderia incentivar a regularização fundiária e um melhor planejamento urbano, reorientando os investimentos para outras ações prioritárias definidas no orçamento Participativo e, em especial, coibindo a crescente especulação imobiliária na cidade (E5 *apud* Silva, 2022).

Em 2016 a procuradoria do Município instala a Comissão de Análise e Gerenciamento dos Imóveis Abandonados (CAGIM), com o objetivo de mapear os imóveis nas condições para ser considerado vago e consolidar uma base para implementação do instituto jurídico da arrecadação de bem vago. Como dito pelo procurador, foi “ao apagar das luzes do governo Fortunati, em dezembro de 2016, que conseguimos oficializar o Decreto Municipal nº 19.622, já que nós sabíamos que o próximo prefeito estava ‘fechado’ com o empresariado da construção civil e que provavelmente nunca aceitaria esse decreto” (E5 *apud* Silva, 2022).

Finalmente Porto Alegre vinha a regulamentar uma sanção aos proprietários de imóveis vagos, e traria a função social da propriedade, eis que previa em seu art. 9, na redação original da norma que

O imóvel arrecadado que passar à propriedade do Município poderá ser empregado diretamente pela Administração, para instalação de equipamentos públicos, ou ser objeto de concessão de direito real

de uso para habitação social, nos termos da lei. Parágrafo único. Caso não haja interesse da administração pública no imóvel arrecadado, poderá ser determinada sua alienação, sendo o imóvel desafetado após prévia autorização legislativa.

Sobre esse período de transição do governo Fortunati para o de Marchezan (2017-2021), o presidente da Confederação Nacional das Associações de Moradores (CONAM) afirma que saneamento e habitação, simplesmente desapareceram do orçamento e que somente foram levadas em consideração as obras inacabadas que o governo é obrigado a finalizar. Caso contrário, seria aberto um processo contra ele por improbidade administrativa. Não houve um comprometimento em construir novas políticas habitacionais, porque essas obras já existiam nesse interregno. Denuncia que há projetos habitacionais que já concluíram mais de 90% de sua construção, e com a crise social e sanitária de 2020 em diante, a CONAM está pedindo a complementação dos recursos para pelo menos concluir as obras que já estavam em andamento. Enquanto não há uma solução, perde-se dinheiro público; o esgotamento dos recursos da política habitacional e urbana aprofunda ainda mais o processo e essa onda de despejos no Brasil.

Na visão do corpo técnico do DEMHAB, o governo de Marchezan foi um marco do dismantelamento das políticas sociais, da falta de recursos, de reconhecimento dos profissionais. Os trabalhos do corpo técnico foram substituídos por Cargos de Confiança do então prefeito, que teve vultosos valores aportados para financiar sua campanha para prefeito em 2016. Destacam-se doações por sócios de grandes construtoras de imóveis de médio e alto padrão, como Goldzstein, Grupo Tedesco, Grupo Dalla Santa, bem como do presidente da Gerdau, das indústrias Grendene, entre outros, conforme dados do Tribunal Superior Eleitoral (2022).

O cargo de Diretor do DEMHAB, exercido sempre por indicação do Executivo Municipal, durante a legislatura de Marchezan, foi ocupado por Mário Marchesan. Mário é engenheiro e sócio de uma empresa de administração de imóveis em Porto Alegre – a Locadora

de Imóveis Medical Center Ltda., onde mais de 25 pessoas são sócias, dentre elas, diversos doadores de campanha do prefeito Marchezan) A gestão da diretoria escolhida por ele foi considerada um ponto de ruptura com o corpo técnico do departamento, no que a Assistente Social E1 (*apud* Silva, 2022) afirmou que

as pessoas não se sentiam melindradas vendo que estão prejudicando o funcionário. “Tu não quer fazer desse jeito? Tenho outro que faz do jeito que a gente quer”. Tivemos impasses muito grandes, acabei me aposentando em função disso também. Não era a minha ideia. Quase entreguei os pontos por isso; era uma falta de respeito imensa, de chegar no teu trabalho e terem tirado uma parede que dividia uma sala da outra, juntando com outro setor sem falar nada pra ninguém, menosprezando as pessoas, até com palavras de baixo calão. Tivemos reuniões que viraram chacotas. Chamamos o Sindicato dos Municípios, entramos com uma ação de assédio moral com o apoio do sindicato. E nós tentamos levar adiante...**no nosso setor de serviço social ficaram três de 10 pessoas, pedimos para sair porque não tinha mais condições de ficarmos lá no DEMHAB. Entramos em licença médica... Sabe o que é tu chegar do teu trabalho e chorar o tempo inteiro? Tu perder a noção das coisas, de gritar... Eles não tinham o mínimo de respeito conosco.**

O desmonte do DEMHAB foi inclusive auditado pela Controladoria Geral do Município, quando foram apontadas diversas irregularidades, entre elas, o fato de haver um corpo de cargos comissionados em excesso, a presença de somente três funcionários de carreira, o pagamento de horas extras injustificadas, entre outros¹⁰. O governo de Marchezan foi marcado pelo uso de valores de montas significativas em aluguel social, que, conforme a assistente social, é controlado por uma assessoria ligada diretamente à direção do departamento. Houve irregularidades denunciadas em 2017 sobre o aluguel social, o que fez com que o benefício fosse

¹⁰ O relatório completo pode ser acessado em: http://lproweb.procempa.com.br/pmpa/prefpoa/cgm/usu_doc/final2_17_demhab.pdf

paralisado para todos, fazendo pessoas serem despejadas e voltarem a morar nas ruas ou em assentamentos irregulares.

Uma ação marcante de segregação e de política higienista da cidade feita a mando de Marchezan foi a expulsão das pessoas em situação de rua que ficavam sob o Viaduto Otávio Rocha em janeiro de 2018, sob o argumento de uma possível “revitalização”. A expulsão se deu através do Departamento de Limpeza Urbana (DMLU), o que desde já denota a característica de “limpeza” da ação, como se as pessoas fossem lixo a ser colocado fora, escondidas do centro da cidade. Segundo William Renan dos Santos, guardador de carros que residia sob o viaduto há 6 anos, em entrevista ao Jornal Sul 21, a ação de “remoção” foi feita pela Brigada Militar. Ele destaca:

Tinha muito pessoal que estava dormindo, eles foram bem agressivos. Só pediram para cada um sair do seu barraco e seguir seu rumo, não pegar nenhum pertence. Não deixaram levar nenhum pertence. Não deixaram chegar nem perto do caminhão, ficaram os caras das Forças Especiais em volta (Sul 21, 2018).

A recusa de Marchezan em fazer uma retirada das pessoas de forma humanizada, em uma ação conjunta com a Fundação de Assistência Social (FASC), culminou na secretária da Fundação pedindo demissão. Não houve qualquer política de reassentamento dessas pessoas ou mesmo o cadastro para inclusão em programas sociais.

Durante sua legislatura, o corpo técnico do DEMHAB ficou somente a cargo das demandas de regularização fundiária ou de abertura de ruas, como da Avenida Tronco; fazia-se o encaminhamento para o aluguel social, e eles atendiam, mas a outros atendimentos não havia qualquer acesso (E1 apud Silva, 2022). De autoria do governo Marchezan, não foi encontrada nenhuma solução de moradia social somente a continuidade de programas anteriores e o cancelamento de outros, inclusive.

Em 2019, maculando o principal objetivo perseguido pela CAGIM (pelas palavras de um de seus fundadores, o procurador Marcelo Dias Ferreira *apud* Silva 2022) o prefeito Marchezan altera a única legislação de Porto Alegre que previa algum uso para os imóveis vagos: o Decreto Municipal nº 19.622/16, alterado através do Decreto nº 20.341/2019. Nessa alteração, retirou-se a obrigatoriedade de dar um fim social ao imóvel arrecadado pelo município, podendo, diante da nova redação do art. 9º, ser colocado à venda para uso não necessariamente com fins sociais.

Isso demonstra que a administração de Marchezan, findada em 2021, serviu a objetivos clientelistas, segregacionistas e higienistas, sem que houvesse uma solução para a habitação popular, ainda menos em relação aos imóveis vagos do centro da cidade. Fica evidente, portanto, uma clara visão de que as demandas sociais das camadas de menor renda na cidade foram vistas por seu governo, na maioria das vezes, como uma questão de polícia, e não de políticas.

4. Os repertórios de ação e a criminalização dos pobres

Em defesa do direito à moradia ou, lado contrário, do direito de propriedade ou, ainda, como produtor de políticas públicas, os atores imbricados nos processos de políticas habitacionais e o direito à cidade compõem um arcabouço de estratégias, individuais ou coletivas, em prol dos seus interesses. Essas estratégias de luta são denominadas por Tilly e Tarrow (2015) como “repertórios de ação”. Os repertórios de ação se traduzem como um conjunto historicamente limitado de comportamentos conhecidos e reconhecidos como legítimos por indivíduos ou grupos em determinado momento e espaço, de forma a se tornarem padronizados (Pereira; Silva, 2020).

No período entre 2001 e 2021, os movimentos sociais por moradia traçaram estratégias de luta, como ocupações, protestos, documentos de denúncia de desrespeito aos direitos humanos. De outra banda, os proprietários dos imóveis ocupados por esses

movimentos ou, ainda, os proprietários de imóveis vagos que sabidamente poderiam vir a ser alvo de ações do poder público ou da sociedade civil organizada também articularam suas ações. As práticas, ou “(...) repertório ajuda a descrever o que acontece, identificando um conjunto limitado de rotinas que são aprendidas, compartilhadas e executadas através de um processo relativamente deliberado de escolha” (Tilly, 1992, p. 7 *apud* Tarrow, 2015, p. 51). Ainda segundo Tilly, em dado momento do tempo, o repertório de ações coletivas à disposição da população é surpreendentemente restringido. Surpreendentemente, pois as pessoas podem usar seus recursos para atingir objetivos usuais de várias maneiras.

Porém, os repertórios de ação nem sempre se dão na seara do conflito, podendo dar-se de forma harmoniosa entre atores diversos, mas que buscam o mesmo propósito (como, por exemplo, a união de diversos movimentos sociais de searas distintas, em busca de um bem comum, que é a moradia digna). Esses repertórios se traduziriam no estabelecimento de formas costumeiras de pleitear direitos, considerando locais e recortes temporais específicos. O repertório pode variar, mas está sempre dentro dos limites estabelecidos para local, tempo e antagonista, dentro de uma sortida, porém pré-determinada lista de repertórios (Tirelli, 2013).

Nesse sentido, podemos pontuar que os movimentos sociais em Porto Alegre, ao longo dos últimos 20 anos, têm se servido das ocupações de imóveis vagos como estratégia de luta. Conforme E2, as ocupações, como forma de denúncia do descumprimento da função social da propriedade, têm por objetivo fazer com que os instrumentos que estão lá no Estatuto da Cidade, que é o resultado de uma construção coletiva dessas redes e desses movimentos junto com outros atores, como o Fórum da Reforma Urbana, o próprio [Instituto dos Arquitetos do Brasil] IAB dos arquitetos, enfim, várias outras organizações e ONG's da reforma urbana, sejam implementados. (E2 *apud* Silva, 2022)

É importante frisar que, ainda que não faça parte do recorte temporal de pesquisa do presente trabalho, em janeiro de 2022 o

prédio ocupado pela Ocupação Saraí¹¹ fora comprado por uma empresa de construção civil. Tal empresa apresentou um projeto que muito se assemelha ao apresentado pelos movimentos sociais na época em que fora aprovado o decreto de desapropriação para fins sociais. Porém, seria utilizado como moradia temporária de classe média e alta, contando com uma cobertura onde operaria um restaurante de alto padrão, com a vista para o lago Guaíba. Esse projeto, chamado de “Cais Rooftop”, foi aprovado pela Prefeitura atual, de Sebastião Mello, dentro do “Plano de Revitalização do Centro Histórico”, consubstanciado na Lei Complementar nº 930, de 29 de dezembro de 2021.

O plano de revitalização, além de gozar da prerrogativa aberta pela alteração do Decreto Municipal nº 19.622/16, que permite a arrecadação de imóveis pela prefeitura para posterior venda (não mais necessariamente para fins de moradia social, como ditava sua redação original), permitirá a construção de prédios com alturas maiores do que as permitidas no PDDUA atual. Além disso, conforme o programa, pretende dobrar o número de residentes no bairro. Nesse sentido, o entrevistado ativista social por SILVA (2022) faz uma crítica aos próprios movimentos sociais, afirmando:

Em um momento de mediação, tivemos que apresentar alguma coisa: apresentamos três propostas, onde algumas caminhavam exatamente por dentro das alternativas que eles apresentam hoje, óbvio que para outro público. Precisamos nos perceber, às vezes criticamos, bate bate bate, mas não percebe, que tudo que tá ali, se for olhar o desenho, tem nosso sangue, nossa luta, nossa resistência, mas tá enroucado, com outra vestimenta. (E4 *apud* Silva, 2022)

¹¹ Segundo Jornal Sul 21 (2022) “(...) o prédio foi ocupado quatro vezes – 2005, 2006, 2011 e 2013 – esta última dando origem à Ocupação Saraí. Em 4 de julho de 2014, um decreto assinado pelo então governador Tarso Genro (PT) declarou o imóvel que abrigava a Ocupação Saraí como bem de interesse social, abrindo as portas para a desapropriação do prédio e para a construção de um projeto de habitação popular. Mas o governo seguinte, de José Ivo Sartori (MDB), resolveu não levar o projeto adiante e as famílias que moravam na Ocupação acabaram sendo despejadas.”

Porém, verifica-se que o “ganhar tempo, mesmo sabendo que irá perder” também tem sido uma das estratégias dos movimentos sociais em Porto Alegre. Tal fato ocorre principalmente no campo da judicialização e das mediações de conflito através do Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania (CEJUSC), órgão criado pelo Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul em 2014 como resposta à uma reivindicação dos movimentos sociais por moradia, para mediação dos conflitos fundiários. Para a ativista E2 entrevistada por Silva (2022),

isso foi super polêmico, porque, se por um lado os movimentos queriam aquilo, por outro a gente sabia que aquilo ali a gente chamava de “tribunal para assinar a rendição”, a gente só ia lá para assinar os acordos que continuavam satisfazendo os proprietários. (E2 *apud* Silva, 2022)

Após um ano fazendo a mediação de conflitos fundiários dos imóveis privados, o CEJUSC iniciou seu trabalho de mediação de imóveis públicos. E, nesse sentido, a ativista afirma que o resultado era ainda pior, pois, se o proprietário privado quisesse a reintegração, obrigatoriamente ele teria de dar uma função social para a propriedade, ou realocar as pessoas que ocupavam o imóvel. Porém, em relação a imóveis públicos não há, juridicamente, essa prerrogativa. E no caso, portanto, o Estado, que deveria defender o direito social de moradia digna, era o antagonista que promovia reintegrações de posse, inclusive com uso de força policial, como foi o caso da ocupação Lanceiros negros, em 2016.

A conclusão a que se chega é que a moradia social não é uma questão que deve ser resolvida pelo judiciário, e, sim, pelo Executivo, que acaba respondendo a demandas elitistas, como denuncia a ativista sobre o prédio da Saraí, onde atuou como assessora técnica do projeto aprovado para moradia social:

Na hora que houve o despejo das famílias, o prédio foi direcionado mais do que rapidamente para um empreendimento de arquitetura. A gente fica dois anos, cinco anos para desenvolver e aprovar um

projeto habitacional, e os caras vêm e passam um projeto desses em duas semanas. É um tapa na nossa cara. Então o poder executivo não existe, não existe política pública nem implementação e regulamentações das normas que viabilizariam políticas públicas.

O entendimento de todos os entrevistados é de que essa visão mercadológica do planejamento da cidade, sobretudo quanto ao Centro Histórico de Porto Alegre, é resultado de uma ausência de políticas públicas propositalmente motivadas por seus atores do mercado. O executivo não aplica os instrumentos jurídicos que foram colocados à disposição e regulamentados pelo Estatuto das cidades para os fins em que foram criados, e o resultado é um processo de gentrificação do Centro de Porto Alegre, ao mesmo tempo em que se dá um movimento de criminalização dos pobres.

Para o presidente da CONAM (E3 apud Silva,2022), as políticas públicas permanecem altamente controversas, pois o que está acontecendo é a própria ação do Estado como repressor, com a polícia criminalizando as áreas ocupadas ou mesmo aquelas regularizadas, como o Condomínio Princesa Isabel, a Vila Planetário e o Morro Santa Tereza, todas próximas ao centro. Uma omissão do Estado nessas áreas acaba por abrir espaço para domínio de facções criminosas e, em um ciclo de expulsão, a área se torna perigosa, a polícia não entra, e a vizinhança vai pressionando o governo para tirar as pessoas dessas áreas.

4.1. A invisibilidade institucionalizada da política – a letra morta da política pública sobre o uso de imóveis vagos, a perpetuação das políticas periferizadoras e o tempo do cansaço

O fato da possibilidade de utilizarem-se imóveis vagos para habitação social já estar previsto no Estatuto das Cidades, no plano diretor de Porto Alegre, regulamentado por decreto, havendo inclusive uma possibilidade de arrecadação para utilização com esse fim e até mesmo dentro do recente Plano de Revitalização do Centro Histórico não fora suficiente, até então, para implementar as políticas

Sobre as oportunidades e constrangimentos dentro da política institucional, é interessante verificar que a assistente social do DEMHAB (E1,2022), diversas vezes, mencionou que, a depender da administração executiva da cidade, mas não só por ela, mas pela própria direção do DEMHAB ser alterada de acordo com indicações, fez com que o corpo técnico tivesse maior ou menor permeabilidade para integrar os processos de políticas sociais ligadas à habitação social. Em alguns, eram totalmente deixados de “fora do jogo”; em outros podiam interagir com a comunidade, atingindo os fins a que se propunham. Ficou evidente que, em administrações populares do PT, principalmente na década de 1990 e início dos anos 2000, havia maior permeabilidade do corpo técnico para opinar quanto aos projetos e atuar na seleção dos beneficiários.

Em contraponto, mesmo em tempos de administração popular em nível federal com o programa “Minha Casa, Minha Vida”, o DEMHAB não tinha sequer acesso a quem seriam os beneficiários das unidades construídas, sendo sempre indicações ou listas da direção do DEMHAB. Porém, faziam um trabalho institucional social após a implantação dos condomínios, para fazer a comunidade compreender os meandros de conviver em um local com regras e organização próprias.

Em governos de direita, como Fortunati e Marchezan, o corpo técnico foi reduzido ao mínimo, e houve assédio moral na gestão, principalmente de Marchezan. Isso nos permite afirmar que há oportunidades e constrangimentos de atuação técnica tanto em governos de esquerda quanto de direita, mas mais excludentes nos de direita, o que foi a conclusão chegada pela narrativa de todos os entrevistados citados.

Há, dentro desse processo, quem tenha cansado das derrotas constantes, do estar sempre em estado de alerta e a perigo de uma ação negativa. Nesse sentido, é interessante verificar que essa visão apareceu em dois atores de posições diferentes no tecido relacional da política habitacional: a assistente social, como integrante do corpo institucional, afirma veementemente que se aposentou, a

contragosto, em razão do desmonte e do assédio moral, bem como a impossibilidade de atuar em seu campo de formação dentro do departamento, durante o governo de Marchezan.

Do lado dos movimentos sociais, vemos o ativista E4 em entrevista à SILVA (2022) que aduz ter-se desvinculado do MNLN oficialmente há cerca de três anos, por diversos motivos, mas entre eles podemos destacar que a luta constante, a contenção dos despejos e o resultado perseguido nunca chegar é um repertório tão repetitivo e, em sua visão, inócuo, que o ônus da militância se tornou maior que o bônus. Referiu ter se afastado dos filhos durante os 20 anos de militância. Como consequência, teve problemas de relacionamento com eles, por estar constantemente a serviço da luta pela moradia, mas quase sempre ausente da família: “Não quero queimar minha energia se for pra ser o mais do mesmo. Não quero seguir uma onda.” (E4 *apud* Silva, 2022). É uma luta que, segundo ele, assim não vale a pena.

5. Considerações finais - agendas de resistência

Nesta pesquisa, abordamos as políticas públicas habitacionais brasileiras, tendo como recorte territorial a cidade de Porto Alegre, e mais especificamente seu Centro Histórico e o uso dos imóveis vagos para moradia social. Buscou-se, por meio da literatura, trazer inicialmente uma noção sobre políticas públicas, seus atores, redes e formas de coalização. Buscamos avaliar, sob o ponto de vista da implementação das políticas públicas habitacionais, quais foram e quais são as atuais políticas postas e outras recém aprovadas que incidem sobre a função social da propriedade e sobre o uso dos imóveis vagos em Porto Alegre.

Verificamos, mediante análise de documentos legais, notícias, artigos, livros, monografias, teses e principalmente por meio da pesquisa de campo, o que foi implementado, de que forma, por quem, quando e quais os resultados obtidos, no interregno de 2001 a 2021. A conclusão a que chegamos é de que, muito embora o país seja servido de um arcabouço jurídico bastante rico e especializado

no tema habitacional, e mais especificamente sobre o necessário cumprimento da função social da propriedade, a implementação dessa política é praticamente invisível, havendo somente dois ou três casos de implementação (como podemos citar o assentamento Utopia e Luta, o Condomínio Princesa Isabel e a Cooperativa 20 de novembro, que ainda carece de recursos federais para a reforma de seu prédio), mas que ainda sofrem com a estigmatização dos seus espaços na cidade, devido a uma visão criminalizada dos pobres na cidade, à institucionalização desse estigma pelas forças policiais e pela vizinhança que a circunda, bem como com a paralisação da continuidade de contratos de financiamento das obras para a tão desejada e esperada moradia digna, como é o caso da Cooperativa 20 de novembro.

Para além, o que ficou claro é o uso da legislação vigente com o intuito de atender às expectativas do mercado, principalmente quanto ao Decreto Municipal nº 19.622/2016, criado com o fito de oportunizar o uso dos imóveis vagos para o fim de moradia social. Tal legislação foi alterada na gestão de Marchezan, em 2019, retirando, de sua redação, a obrigatoriedade do uso do imóvel ou da renda de sua eventual venda para fins sociais, colocando-o à disposição do mercado imobiliário a fim de utilizá-lo para fins residenciais e/ou comerciais para pessoas com a faixa de melhor renda. Por fim, a três dias do final do ano de 2021, aprovou-se mais uma lei com fins de atender à especulação imobiliária. Tal legislação trata do Plano de Revitalização do Centro Histórico, cujo primeiro projeto fora aprovado nas primeiras duas semanas de 2022, para utilizar o imóvel da Rua Caldas Júnior com a Avenida Mauá, que foi ocupado pelo MNLM por três vezes e cujo decreto de desapropriação para fins de moradia social foi assinado por Tarso Genro. No entanto, foi revogado por Sartori e agora pertence a mais um investidor de médio e alto padrão de classe de renda, que já está com a obra em andamento, por autorização de Sebastião Mello.

Apesar do inerente desequilíbrio de recursos de poder no cosmo dos tomadores de decisão, há a emergência de novos atores sociais, novas leis e novas formas de ação nas arenas decisórias.

Porém, não há espaço para a ingenuidade, logo verifica-se uma continuidade de uma política perifерizadora, que dá poder e acesso a atores historicamente privilegiados, enquanto atores sociais de classes de renda mais baixa ainda que organizados e unidos, não têm poder suficiente para mudar o *status quo* das políticas habitacionais e o direito à cidade em Porto Alegre. Através de um patrimonialismo clientelista, mesmo em administrações populares, verificou-se a dominação política pelos grupos de interesse da especulação imobiliária que vêm ganhando ainda mais força na cidade, com o mais recente plano diretor do 4º Distrito, um bairro tradicionalmente operário e que há muitos anos se encontrava em situação de abandono pelo Poder Público. Não há uma fronteira clara entre os espaços públicos e privados. Assim, percebe-se uma clara relação entre patrimonialismo e autoritarismo com o autoritarismo que tem suas raízes no poder local e na história política do país.

Referências

BANCO MUNDIAL. 2008. **Para um orçamento participativo mais inclusivo e efetivo em Porto Alegre**. Relatório n. 40144-BR. Washington (DC): Banco Mundial. Disponível em: <http://siteresources.worldbank.org/INTBRAZIL/Resources/OP_port.pdf.> Acesso em: 16 mai 2013.

BANCO MUNDIAL. 2008. **Para um orçamento participativo mais inclusivo e efetivo em Porto Alegre**. Relatório n. 40144-BR. Washington (DC): Banco Mundial. Disponível em: <http://siteresources.worldbank.org/INTBRAZIL/Resources/OP_port.pdf.> Acesso em: 16 mai 2013.

BONDUKI, Nabil. **Política habitacional e inclusão social no Brasil: revisão histórica e novas perspectivas no governo Lula**. Revista Eletrônica de Arquitetura. Rio de Janeiro – RJ. ISSN 1984-

5766/ N° 1-2008. Disponível em: <<https://revistaarqurb.com.br/arqurb/article/view/81/75>>. Acesso em 08 agosto 2020.

CARDOSO, Adauto Lúcio, ARAGÃO, Thêmis Amorim, ARAÚJO, Flávia de Sousa. **Habitação de Interesse Social: Política ou Mercado? Reflexos sobre a Construção do Espaço Metropolitano**. Anais do XVI Encontro Nacional da ANPUR. Rio de Janeiro, 2011. Disponível em: <<http://anais.anpur.org.br/index.php/anaisenapur/article/view/683>>. Acesso em 20 abril 2021.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **A cidade como negócio**. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri; CARRERAS, Carles (org.). *Urbanização e mundialização: estudos sobre a metrópole*. São Paulo: Contexto, 2010, p. 29-37.

CAVALCANTI, Clóvis. **Escolhas Autocráticas e vida de horrores: o caso da política habitacional**. In: FALCÃO, Joaquim de Arruda (Org.). *Conflitos de Direito de Propriedade: Invasões Urbanas*. 2008. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Editora FGV. p. 247 a 262.

CONSUMIDOR RS. Novo shopping para Porto Alegre. Consumidor de Fato, 2009. Disponível em: <<http://consumidorbr.com.br/2013/inicial.php?case=2&idnot=2743>> Acesso em 02 set 2022.

COSTA, L. A. M. ; CARTY, C. G. . **Dos Movimentos Sociais ao Estatuto da Cidade: Breve Histórico do processo de fomentação de uma nova concepção de planejamento urbano no Brasil**. In: III ENANPARQ, 2014, São Paulo. Anais do III ENANPARQ - Arquitetura, Cidade e projeto: uma construção coletiva. São Paulo: Universidade Presbiteriana Mackenzie, 2014. v. 1. p. 1-11. Disponível em: <https://www.anparq.org.br/dvd-enanparq-3/htm/Artigos/SC/ORAL/SC-HDC-007_CARTY_COSTA.pdf> Acesso em 16 de set 2022

Déficit habitacional no Brasil 2005. Belo Horizonte, 2006.

Disponível em: <<http://sp.unmp.org.br/wp-content/uploads/2008/02/Deficit2005.pdf>> Acesso em 20 maio 2022

Déficit habitacional no Brasil 2009. Belo Horizonte, 2012 .

Disponível em: <<http://www.bibliotecadigital.mg.gov.br/consulta/verDocumento.php?iCodigo=76700&codUsuario=0>> Acesso em 23 maio 2022.

Déficit habitacional no Brasil 2011-2012. Belo Horizonte, 2015.

Disponível em: https://antigo.mdr.gov.br/images/stories/ArquivosSNH/ArquivosPDF/Publicacoes/capacitacao/publicacoes/deficit_habitacional_2011-2012.pdf Acesso em 23 maio 2022.

Déficit habitacional no Brasil 2013-2014. Belo Horizonte, 2016.

Disponível em: <https://antigo.mdr.gov.br/images/stories/ArquivosSNH/ArquivosPDF/Publicacoes/capacitacao/publicacoes/deficit_habitacional_2013-2014.pdf> Acesso em 23 maio 2022

Déficit habitacional no Brasil 2015. Belo Horizonte, 2018.

Disponível em: <https://antigo.mdr.gov.br/images/stories/ArquivosSNH/ArquivosPDF/Publicacoes/capacitacao/publicacoes/deficit-habitacionalBrasil_2015.pdf> Acesso em 23 maio 2022.

Déficit habitacional no Brasil 2016-2019. Belo Horizonte, 2020.

Disponível em: <<https://www.gov.br/mdr/pt-br/assuntos/habitacao/RelatorioDeficitHabitacionalnoBrasil20162019v1.0.pdf>> Acesso em 23 maio 22.

Déficit Habitacional no Brasil- Síntese. Belo Horizonte, 1995.

146p. Disponível em: <<https://antigo.mdr.gov.br/images/stories/ArquivosSNH/ArquivosPDF/Dficit-Habitacional-no-Brasil.pdf>> Acesso em 22 maio 2022.

FERNANDES. Edésio (org.). **20 ANOS DO ESTATUTO DA CIDADE: experiências e reflexões.** Belo Horizonte, Gaia Cultural

– Cultura e Meio Ambiente, 2021. Disponível em: <http://www.mpsp.mp.br/portal/page/portal/documentacao_e_divulgacao/doc_biblioteca/bibli_servicos_produtos/BibliotecaDigital/BibDigitalLivros/TodosOsLivros/20-anos-do-Estatuto-da-Cidade.pdf> Acesso 16 jan 2022

FERREIRA J. S. W.; UEMURA, M. Política Urbana. In: Ministério das Cidades/Aliança de Cidades/DENALDI, R. (org.) Ações integradas de urbanização de assentamentos precários. Brasília: Ministério das Cidades, 2009.

FERREIRA, Regina Fátima C. F.; BIASOTTO, Rosane Coreixas (orgs.). **Caderno didático: políticas públicas e direito à cidade: política habitacional e o direito à moradia digna: programa interdisciplinar de formação de agentes sociais e conselheiros municipais.** Rio de Janeiro: Letra Capital, 2012.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO (FJP). **Avaliação do PROFILURB no Brasil. (resumo).** Disponível em: <<http://www.bibliotecadigital.mg.gov.br/consulta/verDocumento.php?iCodigo=47853&codUsuario=0>> Acesso em 16 de set 2022.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO (FJP). **Déficit Habitacional Municipal no Brasil.** 2010. Belo Horizonte. 2013. Disponível em: <<http://www.bibliotecadigital.mg.gov.br/consulta/verDocumento.php?iCodigo=73954&codUsuario=0>> Acesso em 25 maio 2021

HIRATA, Francini. "Minha Casa, Minha Vida": Política habitacional e de geração de emprego ou aprofundamento da segregação urbana?. Revista Aurora, Marília, SP, v. 2, n. 2, p. 3–11, 2009. DOI: 10.36311/1982-8004.2009.v2n2.1202. Disponível em: <<https://revistas.marilia.unesp.br/index.php/aurora/article/view/1202>>.. Acesso em: 18 jul. 2025.

LOJKINE, Jean. O Estado Capitalista e a Questão Urbana. São Paulo: Martins Fontes, 1981.

MARICATO, Ermínia (org.). **A Produção Capitalista da Casa (e da Cidade)**. 2a ed. São Paulo: Alfa Ômega, 1982.

MARICATO, Ermínia. **As cidades pedem socorro e repensar o Brasil é preciso**. In: Carta Capital. 2019. Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/blogs/br-cidades/as-cidades-pedem-socorro-e-repensar-o-brasil-e-preciso/>> Acesso em 26 maio 2022.

O Déficit Habitacional no Brasil. Centro de Estudos Políticos e Sociais. Belo Horizonte: Convênio PNUD/Secretaria de Política Urbana - Ministério do Planejamento, 1995.

OLIVEIRA FILHO, João Telmo de. A participação popular no planejamento urbano: A Experiência Brasileira. 2016 . Disponível em: <<https://revistes.upc.edu/index.php/SIIU/article/view/6297>>. Acess em 16 mar 2021.

Para Entender a Crise Urbana. 1ª Ed. São Paulo: Expressão Popular, 2015.

PEREIRA, Matheus Mazzilli; SILVA, Camila Farias da. Movimentos sociais em ação: repertórios, escolhas táticas e performance. *Sociologia e Antropologia*, Rio de Janeiro, v. 10, n. 2, p. 615-645, 2020.

PORTO ALEGRE. **Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano Ambiental. Porto Alegre: Prefeitura Municipal; Secretaria do Planejamento Municipal**, 2010. Disponível em: <http://lproweb.procempa.com.br/pmpa/prefpoa/spm/usu_doc/planodiretortexto.pdf>. Acesso em 16 de set 2022.

Redes sociais e poder no Estado brasileiro: aprendizados a partir de políticas urbanas. *Rev. bras. Ci. Soc.*, São Paulo , v. 21, n. 60, p. 15-41, 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69092006000100002&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 23 novembro 2020.

REINHOLZ, Fabiana; NEVES, Pedro. Apelidado de Carandiru, Condomínio Princesa Isabel luta contra a violência e a exclusão no RS. Brasil de Fato, Porto Alegre, 17 set 2021. Disponível em: <<https://www.brasildefato.com.br/2021/09/17/apelidado-de-carandiru-condominio-princesa-isabel-luta-contra-a-violencia-e-a-exclusao-no-rs/>>. Acesso em: 16 set 2022.

RENNÓ, Lúcio; SOUZA, Aílton. **A Metamorfose do Orçamento Participativo: Mudança de Governo e seus Efeitos em Porto Alegre. Revista de Sociologia e Política.** V. 20, Nº 41: 235-252 fevereiro de 2012. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/rsocp/a/Ns7GtLsHpYLjFRPKwnYscqK/?format=pdf&lang=pt>> Acesso em 2 set 2022.

SALATA, Andre Ricardo; RIBEIRO, Marcelo Gomes. **Boletim Desigualdade nas Metrôpoles.** Porto Alegre/RS, n. 09, 2022 Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/267920074_O_'direito_a_cidade'_apropriado_da_utopia_dos_sem-teto_ao_modelo_de_gestao_do_Estado> Acesso em 16 set 2022.

SEM AUTORIA. Não deixaram levar nenhum pertence', diz homem em situação de rua sobre ação da BM no Viaduto da Borges. Sul 21, 2018. Disponível em: <<https://sul21.com.br/noticias/geral/2018/08/nao-deixaram-levar-nenhum-pertence-diz-homem-em-situacao-de-rua-sobre-acao-da-bm-no-viaduto-da-borges/>> Acesso em 30 jul 2022.

SILVA. Ana Laura Eltz da. **A implementação de Políticas Públicas sobre Uso de Imóveis Vagos para Habitação Popular em Porto Alegre-RS. Monografia.** Mestrado em Desenvolvimento Regional. Universidade de Santa Cruz do Sul. Santa Cruz do Sul, 2022. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/11624/3554>> Acesso em 18 julho 2025.

SUL 21. Da Ocupação Saraí ao Cais Rooftop: “Vitória do Elitismo e da Gentrificação, criticam entidades”. Janeiro 2022. Disponível

em: <<https://sul21.com.br/noticias/geral/2022/01/da-ocupacao-sarai-ao-cais-rooftop-vitoria-do-elitismo-e-da-gentrificacao-criticam-entidades/>> Acesso em 30 jul 2022.

TARROW, Sidney. *Poder em Movimento: Movimentos Sociais e Confronto Político* Petrópolis, Vozes. 2015.

TIRELLI Cláudia. **Reconfiguração da assistência e organizações sociais no RS: um estudo das organizações que participaram do Programa Rede Parceria Social entre 2008 e 2010.** Disponível em: <<https://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/81364>> Acesso em 16 set 2022.

VILLAÇA, Flávio. **Uma Contribuição para a história do planejamento urbano no Brasil.** In: DÉAK, Csaba; SCHIFFER, Sueli Terezinha Ramos (org.). *O processo de Urbanização no Brasil.* São Paulo: EDUSP/FUPAN, 1999, p. 171-243.

CAPÍTULO 4

ESPAÇO PÚBLICO E INSERÇÃO INTERNACIONAL NOS BAIROS FLORESTA (PORTO ALEGRE), CIUDAD VIEJA (MONTEVIDÉU) E POBLENOU (BARCELONA)¹

Vanessa Marx
Mariana Castilhos

Introdução

Os estudos urbanos são pensados em grandes escalas, passando pela cidade, estados, nações e o contexto internacional, mas a escala bairro é um desafio nas investigações, principalmente em estudos comparativos entre cidades e seus bairros. Os bairros conectam pessoas e neles existe o sentido de pertencimento, laços de afetos, participação e sentido comunitário, onde podemos sentir e viver a cidade. A pandemia da COVID-19 mostrou a necessidade de passar mais tempo ao ar livre, de organizar os espaços públicos e aumentar o número de áreas verdes nas cidades e nos bairros. Este capítulo é resultado da última etapa da pesquisa sobre Internacionalização das cidades: conexões entre os bairros Floresta (Porto Alegre), Ciudad Vieja (Montevidéu) e Poblenou (Barcelona).

O objetivo geral consiste em descrever as relações convergentes e/ou contraditórias entre os agentes locais, nacionais e internacionais que exercem influência nos três bairros, verificando se a influência

¹ Este trabalho foi realizado com o apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001/ This study was financed in part by the Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Finance Code 001.

para internacionalizar os bairros serve para os agentes externos ou para melhorar o bairro para seus moradores.

A metodologia da pesquisa, desenvolvida com caráter qualitativo, utiliza método de investigação através de estudos de caso para os estudos microssociais, para uma abordagem mais profunda da realidade, relacionando-a com as conexões internacionais estabelecidas através de temas que conectam os bairros.

O trabalho problematiza as relações entre as cidades e suas conexões internacionais e desenvolve-se no marco dos estudos urbanos e da sociologia urbana, principalmente no que diz respeito à questão multiescalar e à internacionalização das cidades. Do ponto de vista teórico, percebemos a necessidade de articular a literatura sobre a internacionalização das cidades e os impactos da globalização e do sistema financeiro internacional sobre as urbes através de seus agentes (Sassen,2000, Harvey, 2006) com o direito à cidade (Lefebvre, 2001), a fim de mostrar o sentido de pertencimento e o direito à vida urbana nas cidades e nos bairros como lugar da vida cotidiana.

Na pesquisa, buscamos observar quais os pontos de conexão entre os bairros Floresta (Porto Alegre), Ciudad Vieja (Montevideu) e Poblenou (Barcelona) em relação às políticas urbanas referentes aos espaços públicos e as áreas verdes. Especificamente selecionamos o tema dos espaços públicos e às áreas verdes, considerando que ele vem adquirindo centralidade nas urbes, principalmente no contexto pós-pandemia, quando a melhoria de espaços públicos e verdes ganharam um lugar importante para a vida humana e o futuro nas cidades, especialmente naquelas que vêm enfrentando catástrofes climáticas, como é o caso da cidade de Porto Alegre e as inundações que ocorreram no bairro Floresta, além de episódios de seca na cidade de Barcelona (Marx, 2024). A partir de entrevistas realizadas com atores sociais que se relacionam com os três bairros, buscamos verificar a dimensão da promoção de espaços públicos para a população nesses bairros e se esta política pública urbana, a partir do direito à cidade, busca evitar a segregação socioespacial.

1. A globalização, internacionalização e o impacto sobre as cidades

A globalização acelerou as interações no sistema internacional e isso tem influência sobre as cidades e seus bairros. Os governos locais, principalmente das grandes capitais, possuem estruturas para responder aos estímulos e influências internacionais como atores políticos nas relações internacionais exercendo a chamada paradiplomacia ou diplomacia federativa (Marx, 2008). A questão multiescalar afeta as cidades, mas não somente as estruturas, por isso seria importante considerar tanto os agentes locais como internacionais que vivem, trabalham e usufruem das urbes. Essa influência não opera de forma homogênea, por isso para pensar as cidades e sua inserção internacional deveríamos pensar na tipologia de cidades, na diversidade e na capacidade de influência de cada uma delas no sistema internacional. Nesse sentido, Wirth (1973) ressalta que para formular uma definição de cidade não podemos esquecer as grandes variações entre elas e a da tipologia de cidades que leva em conta o tamanho, localização, idade e função. Existe uma diferença entre a capacidade de atuar internacionalmente entre as cidades globais, as cidades capitais, as cidades médias e as cidades pequenas. Nas cidades globais é onde vemos de forma clara essa ação pela forte atuação das empresas transnacionais que são consideradas *global players* no sistema internacional (Sassen, 2000) e possuem mais capacidade de atuar por sua dimensão e capacidade de influência. As cidades de dimensões menores buscam uma inserção através da atuação em redes e organismos internacionais para que possam articular-se internacionalmente e para que suas agendas e reivindicações sejam consideradas em âmbito internacional.

Nesse sentido, do ponto vista sociológico, Ianni (2008) demonstra em sua obra *Teorias da Globalização*, a necessidade de sair das análises da dimensão nacional e considerar a sociedade global como um novo paradigma para as ciências sociais, onde

seria importante reelaborar conceitos, categorias e interpretações ao analisar a sociedade do ponto de vista global. Na medida em que a sociedade global aparece como um novo paradigma para as ciências sociais, alguns conceitos, categorias e interpretações necessitam de reelaborações. Para ele o local e o global estariam distantes e próximos e a reflexão sobre sociedade global reabriria questões epistemológicas fundamentais como: espaço e tempo, sincronia e diacronia, micro e macro, singular e universal, individualismo e holismo, pequeno relato e grande relato.

Na sociologia urbana, autores fundadores da Escola de Chicago, como Robert Park e Louis Wirth, apontam para a necessidade de aprofundar temas específicos dos estudos urbanos e que pareceriam ser comuns em diversas urbes. Através de estudos empíricos em cidades norte-americanas surgiram temas importantes que poderiam ser comparados tais como: violência, pobreza, densidade populacional, segregação socioespacial e distribuição no território. Da mesma maneira chamavam atenção sobre a dimensão humana e que a cidade não é meramente um mecanismo físico e uma construção artificial, ela representa os processos vitais das pessoas que a compõem; é um produto da natureza humana (Park, 1973).

As cidades recebem os impactos do que Ulrich Beck (2006) descrevia como a sociedade do risco global. Para o autor o conceito de sociedade de risco pode ser cruzado com o de globalização, pois os riscos são democráticos, afetando nações e classes sociais sem respeitar fronteiras de nenhum tipo. Os processos a partir dessas transformações são ambíguos, coexistindo maior pobreza em massa e possíveis guerras e catástrofes ecológicas e tecnológicas e isso impacta diretamente as cidades.

Analisar a dimensão internacional e influência nas cidades é importante não só para pensar em um planejamento urbano, mas também para perceber que as cidades não são homogêneas. Elas são permeadas por diversas forças e influências dos agentes, instituições e organismos internacionais. Por isso, pensamos que estabelecer conexões entre bairros de três cidades distintas nos

permite captar a dimensão macro (cidade) e micro (bairro) e estabelecer a relação com outras escalas percebendo temas convergentes e divergentes que nos permitam aprofundar em novas metodologias sobre os estudos urbanos.

2. Direito à cidade e conexões entre os bairros

A partir do fenômeno urbano se articula a estrutura de uma sociedade. O direito à cidade foi um conceito que se desenvolveu atrelado ao significativo do direito à vida urbana, que poderia ser transformada e renovada levando em conta a capacidade de uma força social unir arte, técnica e conhecimento (Lefebvre, 2001). De forma complementar, para Harvey (2014) o direito à cidade seria o direito de mudar e de reinventar a cidade de acordo com os nossos profundos desejos, mas essa reinvenção dependeria do exercício de um poder coletivo sobre o processo de urbanização. O autor destaca um ponto extremamente relevante que tem relação com o papel dos agentes, que seria que ao reivindicar o direito à cidade estaríamos reivindicando algum tipo de poder configurador sobre os processos de urbanização. Isso nos permite compreender que a emergência de novos paradigmas urbanos vinculados a modelos mundiais de urbanização contemporâneos se dá a partir de uma dimensão espacial dos processos, por isso resulta importante compreender a conformação de uma determinada ideologia hegemônica que orienta os modos de vida, as relações e as práticas locais; e confrontá-la com alternativas em outros aspectos da realidade local e iniciativas presentes nos bairros das cidades.

O direito à cidade está relacionado com a vida cotidiana. A partir disso percebemos que a vida cotidiana não está à margem dos processos de construção das cidades (Jacobs, 2011) e da capacidade de os indivíduos interagirem com outros indivíduos, onde a interação poderia ser entendida como mútua influência de uma pessoa sobre outra pessoa, na vida cotidiana. (Goffmann, 1959).

Ressaltamos, ainda, a importância de considerar os estudos sobre cidades feministas e a relação entre mulheres e cidades nesse

processo, a escala bairro poderia corresponder a uma abordagem feminina, mulheres em seus percursos do cotidiano consideram o bairro importante na vida das cidades (Marx, 2022). A questão de gênero resulta importante quando trabalhamos na escala bairro e problematizamos o conceito de direito à cidade, a fim de romper com uma visão mais universalista do conceito e incluir a diversidade e a problemática de gênero na relação com o direito à vida urbana.

Para pensar metodologias dos estudos urbanos que nos ajudem a compreender a articulação entre a macro e microescala consideramos importante aprofundar a teoria urbana crítica de Brenner (2010) com o pensamento comparativo internacional para os estudos urbanos de Robinson (2011). Brenner (2010) desenvolve uma análise através de um olhar crítico das transformações que se produzem de forma profunda a partir de organizações escalares maleáveis em conjunto com projetos geoeconômicos neoliberais que expõem as cidades como centro dessas dinâmicas. Essas reestruturações contemporâneas resultam em novas configurações do desenvolvimento capitalista global, com experimentações regulatórias de produtos maleáveis e interescares, onde as cidades acabam sendo afetadas pelo capital transnacional em uma reorganização territorial (Brenner, 2018). Por outro lado, Robinson (2011) analisa as conexões existentes nos circuitos transnacionais de vínculos distintos gerando uma multiplicidade de resultados no território. As conexões realizadas entre agentes poderiam resultar em uma pesquisa comparada baseada em abordagem compreensiva e histórica que poderia ampliar o potencial comparativo urbano recorrendo à “espacialidade das próprias cidades, sua multiplicidade, diversidade e conexões” (Robinson, 2011, p. 2) para enfrentar os obstáculos existentes nos métodos. Esse olhar sobre a microescala e seus agentes é a motivação para aprofundar os temas de conexão entre os bairros das três cidades.

3. Espaços públicos e verdes e os bairros

Os bairros são lugares de convivência e de pertencimento, onde residimos ou trabalhamos. Portanto, a ligação com esse território faz parte de nosso cotidiano. Os bairros Floresta (Porto Alegre), Ciudad Vieja (Montevideu) e Poblenou (Barcelona) possuem semelhanças históricas entre si: nos séculos XIX e início do século XX eram bairros industriais que passaram por processos de desindustrialização e por modificações urbanas recentes através de projetos urbanos com investimento estrangeiro (Marx, Araújo e Souza, 2019).

Apesar das semelhanças históricas entre os bairros, em relação aos espaços públicos e áreas verdes, hoje vemos uma diferença se comparamos os três bairros, como demonstra a figura abaixo.

Figura 1 - Poblenou (Barcelona), Ciudad Vieja (Montevideu) e Floresta (Porto Alegre).



Fonte: Google Maps adaptado por Mariana Castilhos (2024)

A partir dessa diferença, detalharemos a seguir, separadamente, os espaços públicos em cada bairro e a percepção dos atores sociais, através das entrevistas em profundidade realizadas.

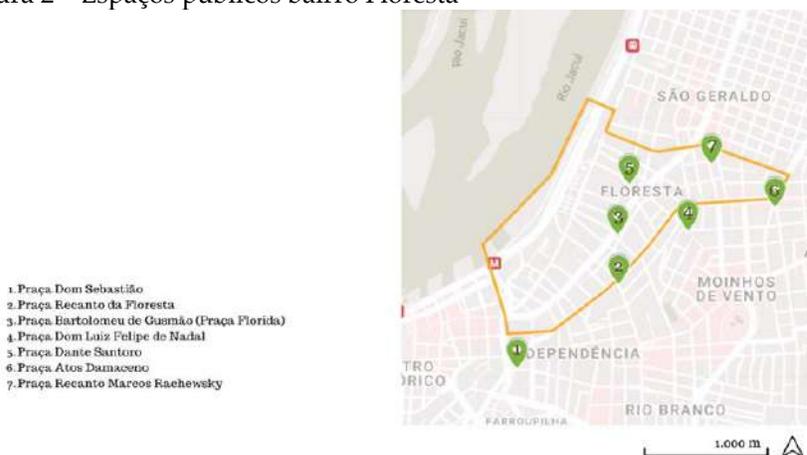
3.1 Espaços Públicos e bairro Floresta

A cidade de Porto Alegre localiza-se ao sul do Brasil e é a capital do estado do Rio Grande do Sul. De acordo com o censo de 2022, a cidade conta com 1.332.845 habitantes, representando 13,2% da população do Estado do Rio Grande do Sul. Com área igual a 495,390 km², possui densidade populacional a 2.690,5 (IBGE, 2022). O bairro Floresta vem apresentando importantes mudanças nos últimos vinte anos. Este bairro pertence à Região Centro do Orçamento Participativo e a Região de Gestão e Planejamento 1 do Plano Diretor Urbano e Ambiental. Está localizado na área central de Porto Alegre e possui 16.085 habitantes. Com área de 2,19 km², representa 0,46% da área do município, sendo sua densidade demográfica de 7.344,75 habitantes por km² (Prefeitura Municipal de Porto Alegre, 2010). O bairro Floresta faz parte do chamado 4º Distrito formado pelos seguintes bairros: Floresta, São Geraldo, Navegantes, Farrapos e Humaitá.

Este bairro apresenta contradições entre uma dinâmica internacional e local. Está localizado entre a estação rodoviária e o aeroporto internacional e próximo ao porto, portanto um território importante para a logística da cidade de Porto Alegre. Em 2021, foi aprovado o Programa +4D, que busca transformar o território em diversas dimensões e com um plano de investimentos para o setor imobiliário, visando adensar a área. Esse programa propõe obras viárias de drenagem e saneamento, viabilizadas pelo financiamento do Banco Mundial. Nele, destaca-se o eixo de reabilitação urbana, relacionado ao sistema de espaços abertos, manutenção de áreas verdes e à qualificação da urbanização local, o que seria importante para a região, devido à baixa incidência de equipamentos públicos (SMAMUS, 2022).

Na comparação dos mapas dos bairros de forma isolada, vemos a falta de espaço público no bairro Floresta, como demonstra a figura abaixo.

Figura 2 – Espaços públicos bairro Floresta



Fonte: Google Maps adaptado por Mariana Castilhos (2024)

Em relação aos agentes, existe uma diversidade de atores sociais que resistem às grandes transformações que apontam para uma gentrificação da área, com o programa +4D. São eles: o Movimento Nacional de Luta pela Moradia (MNLN) no Assentamento Vinte de Novembro, os catadores da Vila Santa Terezinha e Ksa Rosa, os artistas com seus ateliês e na Associação Cultural Vila Floresta, as trabalhadoras do sexo da região e alguns moradores e trabalhadores do bairro.

Conforme observado em entrevistas realizadas no bairro Floresta pelo Grupo de Pesquisa Sociologia Urbana e Internacionalização das Cidades (GPSUIC), existe uma diferença de proposições entre aqueles que vivem o bairro e os que planejam o bairro através do +4D (Marx, 2022). Por exemplo, a partir de trechos de falas dos entrevistados, observam-se críticas como colocado pelo/a entrevistado/a E16:

Na primeira vez que eu fui a reunião que era pra tratar do 4º distrito, eu disse ué, mas apresentaram tudo e não apresentaram nada ao mesmo tempo. 'Por quê?' Não é possível que não apareceu nenhum empobrecido, hein? Não tinha nada, nada, nada, para as pessoas de baixa renda [...] Eu disse, a primeira coisa, você tem que fazer, é

tornar visíveis as que são invisíveis. É visível até pros nossos olhos. Quando se torna invisível até para a arquitetura é porque é um problema muito sério (E6M, 2019).

A partir da entrevista, podemos observar que a falta de espaços públicos e verdes no bairro Floresta poderia estar relacionada à invisibilidade da população mais pobre, que também foi a mais afetada durante as enchentes de 2024 em Porto Alegre (Augustin e Soares, 2024). O 4º Distrito foi uma das regiões onde mais pessoas perderam moradia devido à falta de drenagem e de segurança hídrica na região, principalmente os bairros Farrapos e Humaitá.

3.2 Espaço Público e bairro Ciudad Vieja

A cidade de Montevideu é a capital da República Oriental do Uruguai. Montevideu possui o maior porto do país e o departamento está dividido em oito municípios. Montevideu possui uma população de 1.319.108 habitantes segundo o Censo de 2011 e uma densidade de 2488,9 (hab/km²). (Intendencia de Montevideo, 2013) Ciudad Vieja faz parte do Município B que conta com os seguintes bairros: Cordón Norte y Sur, Parque Rodó, La Comercial, Palermo, Tres Cruces, Ciudad Vieja, Centro, Barrio Sur y parte de la Aguada y la Comercial. O bairro de Ciudad Vieja possui uma população de 12.555 habitantes e apresenta contradições entre o local e internacional, principalmente entre os conflitos entre a população local e o turismo na zona. O bairro já foi revitalizado com apoio internacional. Possui prédios históricos com uma política de preservação do patrimônio e uma vida cultural dinâmica, pois neste bairro se localiza o Teatro Solís e o Museu Torres Garcia, dois equipamentos culturais importantes para a cidade e para o bairro. O turismo é muito ativo nesta zona em virtude do Porto, dos navios que chegam de diversas partes do mundo e do Mercado del Puerto, que é formado por restaurantes e bares e recebe tanto a população local quanto a estrangeira. Ciudad

Vieja é um bairro de contradições entre a dinâmica dos moradores locais e do turismo, o custo de vida vem aumentando nos últimos anos e algumas vezes não permite que moradores continuem vivendo no bairro. Para enfrentar essa realidade existem iniciativas de moradia popular por meio das cooperativas de moradia (Cooperativas de Vivienda) e demandas da população local por espaço público como o caso de Plaza de Deportes nº1 e la Plaza de la Diversidad, que foram criadas por demanda das organizações sociais e LGBTQIA+

Figura 3 – Espaços públicos no bairro Ciudad Vieja



Fonte: Google Maps adaptado por Mariana Castilhos (2024)

Em relação à Plaza de Deportes nº 1 e a Plaza de la Diversidad o entrevistado/a de perfil técnico-político ressalta:

Entonces, un poco este proyecto se enmarca dentro de un programa más general para Ciudad Vieja. Que implicó la intervención en varias plazas. La plaza número uno, que es la plaza más grande. En realidad, es parte de un programa más general que abarcó todo el casco antiguo. Era un programa que tenía básicamente acciones de tipo física. Todo el cambio de veredas, las veredas estaban muy muy mal en Ciudad Vieja. Y después la intervención en varios espacios públicos. Entre ellos se quería intervenir acá porque se detectaba que

era un lugar que estaba sufriendo una degradación importante desde que se hizo. Y para eso, bueno, obviamente lo primero que hicimos fue reunirnos con los colectivos. Sobre todo, las reuniones tuvieron que ver más que nada con los colectivos LGTBI. (E6M, 2019).

Em relação especificamente à Plaza de la Diversidad o/a entrevistado/a de perfil técnico-político, em entrevista realizada no ano de 2019, explica que a criação da praça foi uma demanda da comunidade:

Lo que le propusimos al desarrollo urbano fue hacer consultas con las organizaciones sociales. No ya las viejas no solo las viejas, sino también las nuevas para que de alguna manera la plaza volviera a ser, se pudiera sentir también como parte de las nuevas generaciones y de las organizaciones que están hoy, o sea, intentar generar un puente entre esa plaza y quienes están hoy en el activismo que no necesariamente la sienten como una plaza propia. y bueno, hicimos eso, hicimos dos grandes asambleas de consulta, y bueno, y ahí surgieron algunas ideas interesantes que después se incorporaron al proyecto... es como todo un proceso, porque es un espacio que está bastante oculto, digamos de en términos urbanos, pero que a su vez nos parecía porque ahí en todo este proceso volvió a aparecer la alternativa de: o cambiamos de lugar, o rehacemos este lugar (E1M, 2019).

Com este exemplo vemos que a transformação dos espaços públicos e a criação de novos espaços seguem acontecendo em Ciudad Vieja, que possui mais praças e áreas verdes que o bairro Floresta, em Porto Alegre. Além disso o projeto Late Ciudad Vieja também está presente no bairro e busca promover o aumento das áreas destinadas aos pedestres, integrando estratégias para garantir a acessibilidade universal e a convivência entre modos ativos de circulação e as dinâmicas associadas ao veículo motorizado. Propõe-se a criação de um novo parque urbano linear na borda do bairro, iniciado com as intervenções do Parque Linear

Portuário na Rambla 25 de agosto e, mais recentemente, na Praça de Esportes N°1 e na Praça Larocca.

Figura 4 – Projeto Late Ciudad Vieja



Fonte: Intendencia de Montevideo

3.3 Espaços Públicos e o bairro Poblenuu

A cidade de Barcelona é a capital da Catalunha, na Espanha. Possui uma população de 1.664.182 uma superfície de 101,35 km² e densidade de 16.420 (hab/km²). O bairro de Poblenuu está localizado no distrito de Sant Martí, que possui uma população de 241.691 habitantes. Poblenuu possui 34.170 habitantes, uma superfície de 154,50 km² e uma densidade de 219 hab/km². (Ajuntament de Barcelona, 2020). A cidade de Barcelona possui conflitos entre a dinâmica internacional e local e uma das questões mais importantes é a política habitacional e de moradia para seus habitantes frente ao crescimento do turismo da cidade nos últimos anos, com o avanço do Airbnb. O bairro Poblenuu está integrado também ao projeto 22@, que consiste em um projeto de revitalização para área iniciado nos anos 2000. A Prefeitura de Barcelona aprovou novas regras para uma antiga zona industrial do bairro de Poblenuu com o objetivo de renovar a área mantendo a atividade econômica para que empresas de tecnologias pudessem se instalar na zona. Além da indústria cinematográfica, Amazon e

Facebook têm escritórios nessa área, assim como outras empresas transnacionais. O projeto 22@ também passou por períodos críticos com risco de gentrificação do território, priorizando a proximidade com a zona olímpica em detrimento de investimentos em equipamento e moradia pública. Barcelona teve capacidade de regular as ações no território no início do projeto propondo uma estratégia de 10% de investimentos para zona verde, 10% para equipamento urbano e 10% para moradia pública (Ajuntament de Barcelona, 2000). No ano de 2017, a Prefeitura de Barcelona realizou um processo de participação chamado “Repensem 22@”. Esse processo teve como principal objetivo estabelecer uma nova proposta estratégica de forma compartilhada com a cidadania para a zona formada pelos bairros el Poblenou; el Parc i la Llacuna del Poblenou; el Provençals del Poblenou; la Vila Olímpica del Poblenou; Diagonal Mar i el Front Marítim del Poblenou; i el Besòs i el Maresme² (Marx, Araújo e Souza, 2019).

Por mais que o processo avance, existem moradores e coletivos que buscam promover a dinâmica local e que vêm sofrendo com a valorização e a gentrificação da zona estimulada pelo turismo e com a vinda de estrangeiros que somente trabalham no local, e que não estabelecem vínculos com o bairro, como explica o/a entrevistado/a com perfil de Técnico Político:

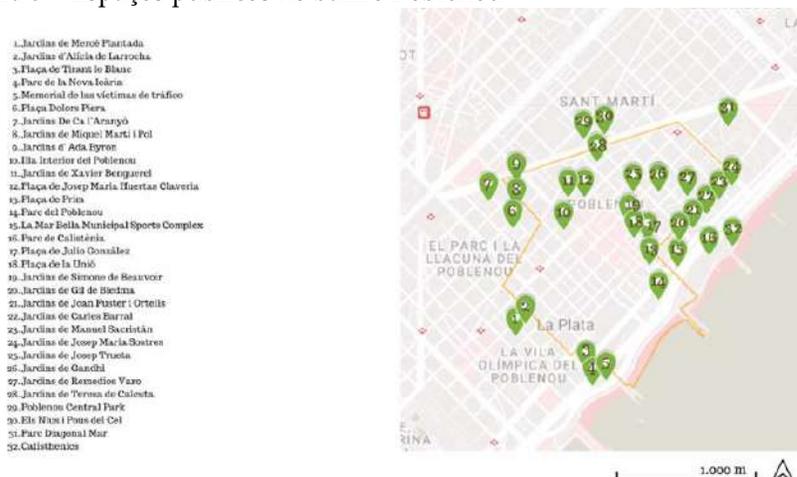
Que se está volviendo muy caro y que parece... Lo que pasa es que viene mucha juventud que no es española. Y entonces, esta gente no... Se ha vuelto muy pijo, muy pijo. Pero porque no vive gente española. Muy caro. Vienen ingleses, italianos y de economía alta o media. Entonces es... Vienen empresas, imagínate, inglesas o empresas alemanas. Y traen los trabajadores. Los traen los trabajadores aquí con sueldos alemanes o sueldos ingleses. Y viviendo aquí. (E10B, 2024)

² [1] Documento Procés participatiu “Repensem el 22@”. Districte de Sant Martí Direcció de Democràcia Activa i descentralització. Ajuntament de Barcelona, 2017.

Em relação ao vínculo com o bairro, consideramos importante ressaltar a relevância dos equipamentos públicos para os bairros, como os centros cívicos que proporcionam infraestrutura para que coletivos, associações e moradores possam se reunir e estabelecer estratégias locais. Além disso, o bairro possui universidades como a Universitat Oberta da Catalunya (UOC) e a Universitat Pompeu Fabra que são agentes importantes para construção de conhecimento, difusão de novas tecnologias e que participam na dinâmica do território.

Em relação aos espaços públicos e verdes o bairro Poblenou apresenta um número superior que o bairro Floresta e Ciudad Vieja.

Figura 5 – Espaços públicos no bairro Poblenou



Fonte: Google Maps adaptado por Mariana Castilhos (2024)

Seria importante considerar que existe uma forte indução do poder público local para a criação de espaços públicos e verdes. Além disso, o projeto 22@ previa em sua origem contrapartida de espaços públicos, assim como moradia social. O entrevistado com perfil de Associativismo/Movimentos Sociais comenta sobre os avanços positivos que o bairro tem conquistado em relação aos espaços públicos:

Lo positivo es que el barrio ha hecho un cambio, ha hecho un cambio en la estructura física, es un barrio deseable para vivir, es un barrio que está bien, tiene espacios públicos de calidad, tiene espacios verdes más que otros barrios, es un barrio que es muy deseable para la gente que viene a vivir desde fuera, sobre todo a los que, precisamente, a trabajar también en esta zona. (E9B, 2024)

Além de praças e parques no bairro, temos a presença de um eixo verde, que foi o primeiro a ser projetado em Barcelona, no ano 2016, que é a *Superilla do Poblenou*. As superillas (superquadras) constituem-se como eixos verdes e novos desenhos urbanos, que priorizam os pedestres e criam equipamentos públicos.



Foto: Ajuntament de Barcelona

Para finalizar, o entrevistado/a de perfil técnico-político explica como foram sendo pensados os espaços públicos e a circulação na cidade de Barcelona, com uma perspectiva de futuro:

La idea es, sobre todo en la ciudad de Barcelona, hace 15 años, más o menos estamos hablando de 2030, el 70% del espacio de las calles debería ser espacio destinado a los peatones. No de uso exclusivo, no se trata de hacer las calles peatonales, se trata de priorizar el peatón por encima del transporte. Para que esto pase, lo primero es que los

barrios tengan muchos servicios. Si tú tienes muchos servicios, no harás desplazamientos a ciertos lugares de la ciudad. Si tienes mucho comercio, Si tienes escuelas, Si tienes centros médicos, te moverás cerca de donde vivas. Hoy en Barcelona el 50% de la gente ya se mueve solamente a pie, porque tiene alrededor de su vivienda, 10, 15 minutos de su vivienda, tiene todo lo necesario para vivir o para trabajar. Esto fue el tema de la descentralización de la ciudad, que fue un poco el modelo para otras ciudades, la descentralización de Barcelona. (E4B, 2019)

Vemos que a cidade de Barcelona segue avançando na criação de espaços públicos e áreas verdes. Existem também iniciativas de autogestão por parte da comunidade no bairro Poblenou, como por exemplo o *Jardin de las Mariposas*, formado a partir de demanda de moradores do bairro que, embora esteja à margem das políticas públicas da cidade, contribui para os espaços comuns, para a melhoria da qualidade de vida e para ampliar o número de espaços verdes e de convivência pública no bairro.

Considerações Finais

A pesquisa encontra-se em fase de finalização do trabalho de campo, com análise das entrevistas em profundidade realizadas no primeiro semestre de 2024 com atores sociais no bairro Poblenou (Barcelona), complementando e atualizando as entrevistas realizadas no ano de 2019, anteriores ao contexto pandêmico.

O artigo descreve que em relação ao tema do espaço público e das áreas verdes existe uma diferença em relação ao número de praças e parques e qualidade do espaço público em cada bairro. Como conclusão preliminar vemos que os bairros Ciudad Vieja (Montevideú) e Poblenou (Barcelona) apresentam uma política pública urbana que prioriza a preservação e regulação dos espaços públicos por parte dos governos locais. Por outro lado, Porto Alegre avança na privatização dos espaços públicos e aposta nas parcerias público-privadas. Isso tem gerado uma disputa com os

movimentos e coletivos sociais na cidade de Porto Alegre, que buscam por meio de mobilizações, evitar a privatização dos espaços públicos, como por exemplo o coletivo Preserva Redenção. Em relação ao bairro Floresta existe uma precariedade de áreas verdes, além da falta de manutenção e preservação do que já existe.

Os três bairros apresentam projetos específicos, além dos que já estão previstos na política pública local. No bairro Floresta, o projeto +4D, que engloba a região do 4º Distrito, parece não priorizar os espaços públicos e áreas verdes e sim adensar a região, estabelecendo um plano de negócios para investidores privados com isenção de impostos. Ressaltar que ainda que o projeto +4D preveja melhorias para a infraestrutura na região, como obras viárias, de drenagem e de saneamento básico, estas obras não foram realizadas em sua totalidade ou de maneira eficiente, frente à sobreposição do interesse do capital privado aos interesses públicos, fazendo com que o bairro Floresta, que pertence a região do 4º Distrito de Porto Alegre, fosse fortemente afetado pelas inundações que ocorreram na cidade de Porto Alegre em maio de 2024. Como consequência, ocorreu uma grande transformação nos espaços públicos, com marcas das inundações que ainda persistem.

No bairro Ciudad Vieja existe uma forte política do município B em investir em espaços públicos e verdes. Além do que já existe, as duas praças, Plaza nº 1 e Plaza de la Diversidad, são exemplos importantes, pois foram remodeladas com participação da comunidade. Ressaltamos ainda o projeto Late Ciudad Vieja, criado pela Intendencia de Montevideo, no bairro que prioriza áreas para pedestres e remodela calçadas diminuindo a circulação de veículos.

O bairro Poblenu, é o que apresenta mais espaços públicos e áreas verdes, pois existe uma política pública urbana definida de investimento em espaços públicos, além da criação de eixos verdes, as chamadas “superillas”. Além disso, Poblenu é um bairro que possui zona marítima e a “Rambla del Poblenu” de acesso ao mar. Seria importante ressaltar que a cidade de Barcelona vem atravessando períodos de secas, onde existe o

acionamento de água na cidade e isso vem transformando a vida na rua e os espaços verdes.

Tanto Porto Alegre quanto Barcelona têm sofrido o impacto das mudanças climáticas em seus territórios. Isso leva a pensar que cada vez é mais urgente haver uma política efetiva de preservação das áreas verdes e da criação de espaços públicos para que o sentido de pertencimento e dos espaços comuns aliados a democratização da cidade e dos bairros seja uma realidade.

Referências

AJUNTAMENT DE BARCELONA. Oficina Municipal de Dades. <https://ajuntament.barcelona.cat/santmarti/es/el-distrito-y-sus-barrios/el-poblenou>. Acesso em 08/01/2021.

AJUNTAMENT DE BARCELONA. Sector D'urbanisme. Informació sobre el Pla Especial d'Infraestructures de l'àmbit del 22@: mesura de govern. Barcelona, 2000. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/11703/97471>>. Acesso em 30 out. 2024.

AUGUSTIN, André; SOARES, Paulo. Tragédia socioambiental no RS: Revelando pobres e negros. Coleção Caderno de Propostas: Observatório das Metrôpoles nas Eleições. Observatório das Metrôpoles INCT. p. 67-69. Porto Alegre, 2024. Disponível em: <https://www.observatoriodasmetrosoles.net.br/wp-content/uploads/2024/09/Porto-Alegre_OM_Eleicoes_2024.pdf>. Acesso em 30 out. 2024.

BECK, Ulrich. *La Sociedad del Riesgo: hacia una nueva modernidade*. Barcelona: Ed. Paidós, 2006

BRENNER, Neil (2010). O que é teoria crítica urbana? *Metropolis Revista eletrônica de estudos urbanos e regionais*, n. 3, ano 1,

dezembro. Disponível em: <<http://emetropolis.net/artigo/17?name=o-que-e-teoria-critica-urbana>>. Acesso em: 12 maio 2019.

BRENNER, Neil (2018). Espaços de urbanização: o urbano a partir da teoria crítica. 1 ed. Rio de Janeiro, Letra Capital e Observatório das Metrôpoles.

GOFFMAN, Erving, 1959, *The Presentation of Self in Everyday Life*. La presentación de la persona en la vida cotidiana. Buenos Aires: Amorrortu Editores, 2012.

HARVEY, David. Cidades Rebeldes: do direito à cidade à revolução urbana. São Paulo: Martins Fontes, 2014.

HARVEY, David. Espaços de Esperança. São Paulo: Loyola, 2006.

IANNI, Octavio. Teorias da globalização. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

IBGE Instituto Brasileiro de Geografia Estatística.2022.
<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rs/porto-alegre/panorama>.
Acesso em: 07 de setembro de 2024.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia Estatística. 2010.
Disponível em: http://www.observapoa.com.br/default.php?p_secao=4#Carac_E_Pop. Acesso em: Maio de 2016.

INTENDENCIA DE MONTEVIDEO. Planificación Estratégica. Informe Censos 2011: Montevideo y Área Metropolitana. Noviembre, 2013.

JACOBS, Jane. Morte e Vida de grandes cidades. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2011. p 1-26 e 477- 499.

LEFEBVRE, Henri. O Direito à Cidade. São Paulo: Centauro, 2001.

MARX, V. (2022). A Covid-19 na cidade de Porto Alegre (Brasil) e a situação das mulheres na pandemia In *El apoyo mútuo en tiempos de crisis: la solidaridad ciudadana durante la pandemia Covid-19 / Paula Rosa ... [et al.]* editado por Oriol Nel·lo; Ismael Blanco; Ricard Gomà. - 1ª ed. - Ciudad Autónoma de Buenos Aires: CLACSO; Barcelona: Universitat Autònoma de Barcelona; Instituto de Estudios Regionales y Metropolitanos de Barcelona.

MARX, V. (org.). *O 4º Distrito a partir do olhar dos atores sociais do bairro Floresta*. 1ª. ed. Porto Alegre: UFRGS, 2022.

MARX, Vanessa. *De Porto Alegre a Barcelona: transformar as cidades para conviver com as mudanças climáticas*. Brasil de Fato RS <https://www.brasildefatores.com.br/2024/05/22/de-porto-alegre-a-barcelona-transformar-as-cidades-para-conviver-com-as-mudancas-climaticas>. Acessado em 17/06/2024.

MARX, Vanessa. *Las ciudades como actores políticos en las relaciones internacionales*. 2008. Tesis (Doctorado Em Ciência Política) - Universidad Autónoma de Barcelona (UAB), Barcelona, 2008.

MARX, Vanessa; ARAÚJO, Gabrielle; SOUZA, Vitoria. *Relação global-local e transformação urbana no 4º distrito de Porto Alegre*. *Revista Política e Planejamento Regional – RPPR*. Rio de Janeiro, Vol. 8, No. 2, maio a agosto de 2021, p. 273 – 296.

PARK, Robert. “A Cidade: sugestões para a investigação do comportamento humano no meio urbano” in VELHO, Otávio Guilherme. *O Fenômeno Urbano*. Rio de Janeiro: Zahar, 1973

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE; IBGE. *Região Centro*, 2010. Disponível em: http://observapoa.com.br/default.php?reg=1&p_secao=58. Acesso em 11 fev 2018.

ROBINSON, Jennifer (2011). Cities in a world of cities: the comparative gesture. *International Journal of Urban and Regional Research*, v. 35, v. 1, jan, pp. 1-24.

SASSEN, Saskia. *Cities in a World Economy*. Thousand Oaks: Pine Forge Press, 2000.

SASSEN, Saskia. *Sociologia da Globalização*. Porto Alegre: Artmed, 2010.

SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE, URBANISMO E SUSTENTABILIDADE (SMAMUS). Diretoria de Planejamento Urbano. Programa de Regeneração Urbana do 4º Distrito de Porto Alegre: Relatório III – Propostas. Porto Alegre, Maio/2022. Disponível em: <https://prefeitura.poa.br/sites/default/files/usu_img/planejamento_urbano/4D/3%20-%20Propostas.pdf>. Acesso em 30 out. 2024.

WIRTH. Louis “O urbanismo como modo de vida” in VELHO, Otávio Guilherme. *O Fenômeno Urbano*. Rio de Janeiro: Zahar, 1973.

CAPÍTULO 5

OS “DONOS” DE PORTO ALEGRE: a configuração da coalizão dominante da capital gaúcha

Marcelo Kunrath Silva

Introdução

Em um evento empresarial realizado no ano de 2017, o recém-eleito Prefeito de Porto Alegre, Nelson Marchezan Jr. (PSDB), explicitou quem seriam os interlocutores privilegiados do governo que se iniciava: *“Não será ninguém mais do que a elite da comunicação, a elite empresarial e a elite política que farão as reformas tão necessárias. Delegar isso ao ‘seu João’ e à ‘Dona Maria’ é irresponsabilidade”* (Sul 21, 2017). Após quase três décadas marcadas pela presença da participação social como um dos elementos constitutivos das relações entre a sociedade porto-alegrense e o governo municipal, a afirmação de Nelson Marchezan Jr. não deixava dúvidas de que mudanças significativas haviam ocorrido na configuração política da cidade e, mais, que continuariam a ocorrer no futuro. Seis anos depois, em 2023, a série de reportagens, intitulada *“Os donos da cidade”* (Sul 21, 2024), mostrou a dimensão da mudança ocorrida: Porto Alegre, agora governada por Sebastião Melo (MDB), estava sob o domínio de uma articulação político-empresarial que comandava grande parte das decisões dos poderes Executivo e Legislativo municipais.

Esse processo expressa uma transformação profunda no regime urbano, segundo a definição de Stone (1989). De acordo com a autora, regimes urbanos são *“arranjos informais através dos quais os organismos públicos e os interesses privados atuam em*

conjunto, a fim de poderem tomar e executar decisões de governo” (1989: 6). O que se observa em Porto Alegre é um processo gradativo de restrição dos agentes cujas demandas e interesses são reconhecidos e incorporados pelo governo municipal no seu processo de tomada de decisões. Esse processo de fechamento do regime urbano da cidade tem seu ápice nos governos de Marchezan Jr. e Sebastião Melo.

É com base nesse argumento que se justifica o título deste capítulo: a Porto Alegre de hoje tem “donos”¹. São pessoas, organizações e empresas que, de forma cada vez mais explícita, elegem representantes políticos, alteram legislações, instituem políticas públicas, controlam processos decisórios e fazem negócios que impactam profundamente o presente e o futuro da cidade. Esses “donos” conformam uma rede poderosa, tanto em termos econômicos quanto políticos, com uma grande capacidade de impor seus interesses particulares em detrimento dos interesses públicos, tanto sociais quanto ambientais.

Tendo esse retrocesso democrático como pano de fundo, a pergunta que orienta a análise desenvolvida no presente capítulo é: como se configura essa coalizão governante político-empresarial que assumiu um domínio relativo da política de Porto Alegre durante os governos de Nelson Marchezan Jr. (2017-2020) e Sebastião Melo (2021-2024)?

O conceito de coalizão governante é elaborado e utilizado por Stone (1989) para apreender empiricamente como se estrutura o regime urbano. Nas palavras da autora, “O termo ‘coalizão governante’ é uma forma de concretizar a noção de regime. Isso nos faz encarar o fato de que os arranjos informais são mantidos por um

¹ O uso do termo masculino não é casual. Como será observado na análise, essa é uma rede com grande predomínio de homens. Além disso, é uma rede composta quase que exclusivamente por pessoas brancas. Em síntese, é uma rede marcada por significativa homofilia; ou seja, a associação de pessoas semelhantes em termos de determinados atributos. Isso não ocorre somente em termos de classe, como seria evidente, por se tratar de uma rede majoritariamente empresarial, mas também em termos de raça e, em menor grau, de gênero.

grupo central - tipicamente um corpo de pessoas de dentro - que se reúne repetidamente para tomar decisões importantes” (1989: 5).

Assim, a problematização que orienta o presente capítulo tem um objetivo descritivo: caracterizar quem são os agentes que integram a coalizão governante de Porto Alegre e como tais agentes se articulam em uma rede político-empresarial.

1. Metodologia: apreendendo empiricamente a coalizão governante

Mas quem integra e conforma essa rede que vem impondo seus interesses à população de Porto Alegre e que agora pretende definir como será a cidade que emergirá após a catástrofe climática? Essa pergunta, em parte, tem sido respondida por matérias jornalísticas e análises publicadas na imprensa alternativa, as quais apresentaram ao público segmentos dessa rede. Um exemplo, nesse sentido, é a análise do professor Fernando Nicolazzi, publicada no jornal Sul 21, que aborda a atuação do Instituto Cultural Floresta e do Movimento Brasil Livre e suas relações com agentes políticos do Legislativo e do Executivo municipais (Sul 21, 2024). Outro exemplo é a reportagem da Agência Pública, dos jornalistas Amanda Audi, Bruno Fonseca e Gabriel Gama, que analisa as relações entre o vice-prefeito Ricardo Gomes, a Brasil Paralelo, o Instituto Cultural Floresta e a política local de Porto Alegre (Pública, 2024). Por fim, destaca-se a já citada série de reportagens publicadas pelo jornal Sul 21 intitulada “Os donos da Cidade”, que mostra como decisões do Executivo e do Legislativo municipais respondem diretamente aos interesses econômicos das grandes construtoras que atuam na cidade de Porto Alegre.

A presente pesquisa buscou ampliar esse foco, para identificar se e como essas (e várias outras) entidades e pessoas abordadas nas publicações relacionam-se e conformam uma coalizão governante. Para isso, foi realizada uma análise de rede a partir de informações presentes em publicações disponíveis na Internet. Em outras

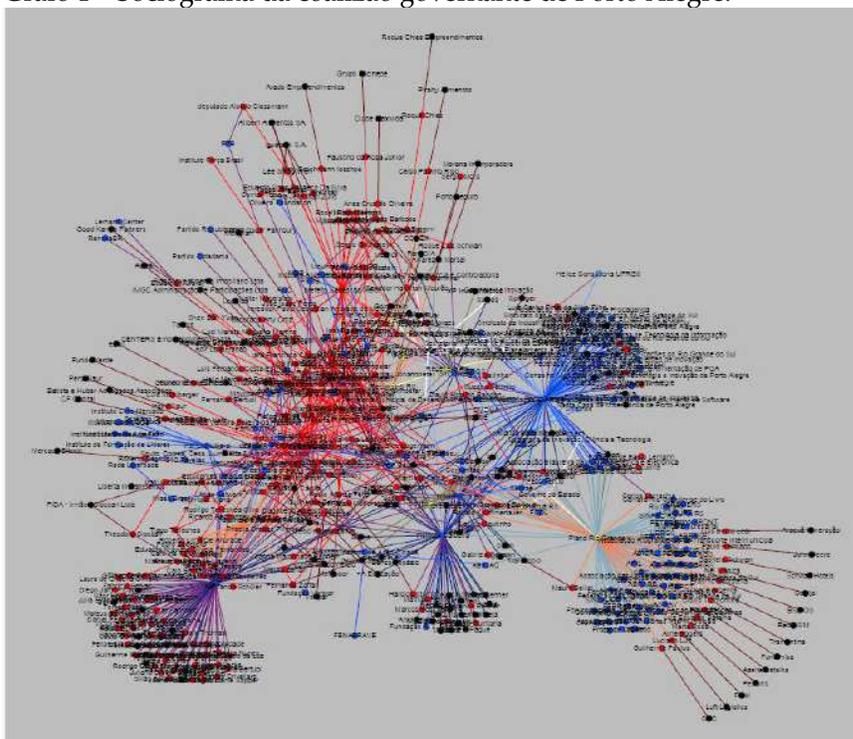
palavras, todos os dados aqui apresentados são públicos e publicados. A coleta de dados utilizou o procedimento denominado “bola de neve”: a partir de um ponto de entrada na rede, foram sendo identificadas as entidades e as relações que a constituem. O ponto de entrada escolhido foi o Instituto Cultural Floresta (ICF), que tem se destacado na defesa e promoção dos interesses empresariais na cidade, como indicam as matérias da imprensa citadas. A partir desse ponto de entrada, após a consulta de mais de uma centena de sites, chegou-se a uma rede composta por 532 entidades (indivíduos, organizações sociais, empresas, partidos políticos, instituições de ensino, eventos e instituições estatais) e 944 relações entre elas. As relações observadas entre essas entidades são diversas: familiares, empresariais, associativas, partidárias, entidades financiadoras de campanhas eleitorais, entre outras. Os dados relacionais foram processados com o programa Social Network Visualizer v.3.1, e os grafos foram produzidos com o programa Gephi 0.10.1.

O objetivo da pesquisa não foi realizar uma caracterização exaustiva de todas as entidades da rede e de todas as relações existentes entre elas, mas, sim, identificar a presença de relações que demonstrem a pertinência do argumento sobre a existência e a atuação de uma coalizão governante que assumiu um significativo domínio sobre a cidade². Nessa rede, aparecem algumas (poucas) entidades estaduais, nacionais e internacionais, cujas relações com entidades locais foram identificadas na coleta de dados. Mas tais relações são pouco expressivas na rede gerada pela pesquisa, uma vez que o foco analítico era o âmbito municipal.

O sociograma abaixo expressa a rede constituída pela coalizão governante de Porto Alegre identificada pela pesquisa:

² A análise para a elaboração desse artigo identificou diversas entidades e, especialmente, relações entre elas que não constam do sociograma resultante da pesquisa. Assim, a rede apresentada deve ser tomada como uma simplificação de uma rede muito mais complexa, cuja apreensão demanda um tempo mais longo de pesquisa e análise. Além disso, os dados apresentados devem ser tomados como indicativos e não como a representação fiel de como a rede se estrutura.

Grafo 1 – Sociograma da coalizão governante de Porto Alegre.



Legenda: ● Organizações; ● Indivíduos; ● Empresas; ● Eventos/Ações

Fonte: Produção do autor com o uso dos programas Social Network Visualizer v.3.1 e Gephi 0.10.1, 2024

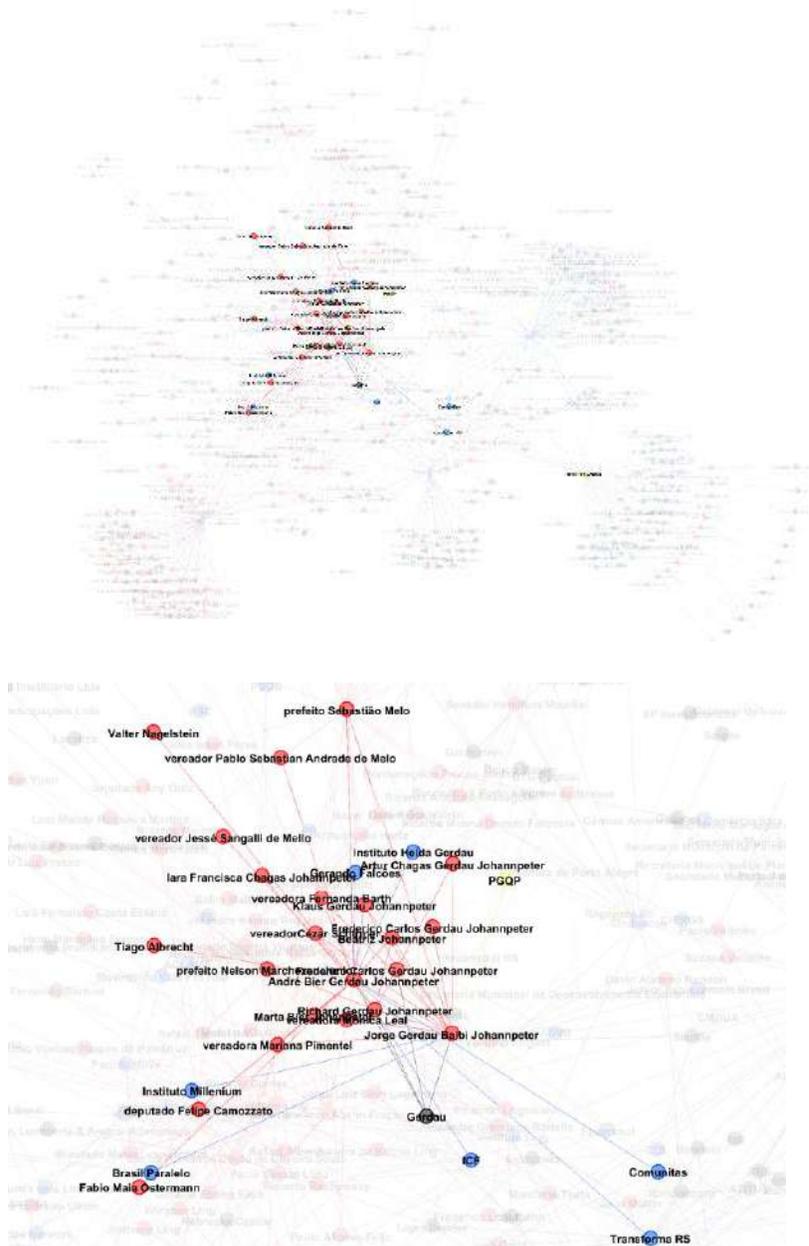
2. Identificando a presença empresarial na configuração da coalizão governante de Porto Alegre.

Os polos estruturantes dessa rede estão centrados em alguns indivíduos/famílias/empresas, organizações e eventos dos setores empresariais atuantes na cidade. Além disso, observa-se um conjunto de representantes políticos que são diretamente financiados por esses setores empresariais e que atuam na defesa dos interesses desses setores, tanto no Executivo quanto no Legislativo Municipal.

Em termos dos indivíduos e das famílias, os dados obtidos mostram a centralidade de famílias vinculadas a grupos empresariais que têm grande poder econômico, visibilidade e prestígio na cidade e no estado. Seguindo a ordem do grau de centralidade calculado pelo programa Social Network Visualizer v.3.1, temos as seguintes famílias e seus membros em destaque: Gerdau Johannpeter (André Bier Gerdau Johannpeter, Jorge Gerdau Balbi Johannpeter, Richard Gerdau Johannpeter e Klaus Gerdau Johannpeter); Ling (William Ling e Wilson Ling); Goldsztein (Claudio Nudelman Goldsztein); Fração (Luiz Leonardo Abelin Fração); Vontobel (Rodrigo Vontobel); Zaffari (Bruno Zaffari) e Logemann (Eduardo Logemann).

O destaque de alguns desses indivíduos pode estar, em parte, relacionado ao ponto de entrada escolhido para a análise da rede (o ICF), uma vez que Claudio Nudelman Goldsztein, Wilson Ling, Bruno Zaffari, Richard Gerdau Johannpeter e Rodrigo Vontobel são conselheiros do ICF, e Luiz Leonardo Abelin Fração é o presidente do Instituto. No entanto, os dados coletados mostram que, independentemente de seus vínculos específicos com o ICF, eles possuem um conjunto significativo de relações com o conjunto da rede, atuando como importantes conectores e mediadores entre seus nós. O sociograma abaixo exemplifica essa conclusão:

Grafo 2 e 3 – Sociograma da sub-rede da família Gerdau

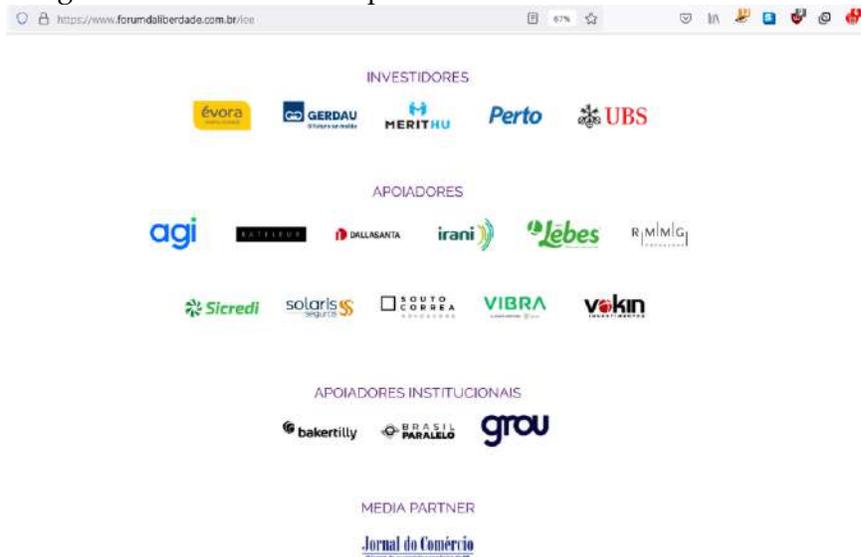


Fonte: Produção do autor com o uso dos programas Social Network Visualizer v.3.1 e Gephi 0.10.1, 2024

Além de pessoas e famílias (e suas respectivas empresas), a rede é composta por um conjunto de organizações sociais por meio das quais o empresariado local constrói, difunde e defende seus interesses e propostas para a sociedade e a cidade de Porto Alegre. Nesse sentido, a organização com maior número de vínculos na rede (101) é o **Instituto de Estudos Empresariais (IEE)**.

Fundado em 1984, o IEE se define como *“uma instituição sem fins lucrativos ou compromissos político-partidários, para incentivar e preparar novas lideranças com base nos princípios da liberdade, responsabilidade individual, respeito à propriedade privada e Estado de Direito”* (IEE, 2024). O IEE é mantido por empresas e empresários/as, compondo uma densa rede de vínculos em âmbito local, nacional e internacional. Entre essas empresas, conforme a imagem abaixo, destacam-se aquelas às quais se vinculam os indivíduos e as famílias identificadas como centrais na rede: Évora (família Ling) e Gerdau. Também deve ser destacada a presença da produtora Brasil Paralelo entre as apoiadoras do IEE, indicando a íntima relação entre interesses econômicos e políticos na estruturação e atuação da rede e suas entidades, conforme será demonstrado mais adiante.

Imagem 1 – Investidores e apoiadores do IEE



Fonte: Instituto de Estudos Empresariais (IEE), 2024.

Praticamente todas as famílias e indivíduos com maior centralidade na rede têm vínculos diretos com o IEE, com seus membros ocupando posições na diretoria do Instituto ao longo do tempo. Alguns casos exemplificam essa articulação: Luiz Leonardo Abelin Fração, atual presidente do ICF, foi presidente do IEE nas gestões 2003-2004 e 2009-2010; Bruno Zaffari, conselheiro do ICF, ocupou a presidência do IEE na gestão 2013-2014; e William Ling presidiu o IEE nas duas primeiras gestões, em 1984-1985 e 1985-1986 (Instituto de Estudos Empresariais, 2024).

A segunda organização que se destaca na rede em função do número de vínculos (91) é o **Pacto Alegre**. Lançado no ano de 2019, o Pacto Alegre se apresenta como *“um movimento que busca transformar Porto Alegre em uma referência como um ecossistema global de inovação de classe mundial, que potencialize nossas competências, alicerçados em valores e propósitos, que retenha e atraia talentos. Temos origem na sociedade civil organizada de nossa cidade, envolvendo*

empresários, acadêmicos, cidadãos e atores públicos inquietos com o futuro” (Pacto Alegre,2024).

A sub-rede do Pacto Alegre é constituída por entidades provenientes do que é denominado de “quatro hélices”: empresas privadas, sociedade, universidade e poder público. Apesar da referência genérica à participação da “sociedade”, quando se observam os componentes do Pacto Alegre que a representam, o que se identifica é uma presença exclusiva de organizações (institutos, sindicatos, associações, federações, entre outras) vinculadas ao campo empresarial. Não há nenhuma representação de trabalhadores, movimentos populares ou entidades ambientais.

As sub-redes do IEE e do Pacto Alegre conectam-se de diversas formas: através de indivíduos, como o empresário e presidente do ICF Luiz Leonardo Abelin Fração; empresas parceiras, como o AGIbank; e organizações, como o Instituto Ling da família Ling.

A terceira organização na rede em número de vínculos (58) é o **Instituto Caldeira** (IC). Fundado em 2021, o IC se apresenta como “um instituto sem fins lucrativos que conecta pessoas e iniciativas através de um hub de inovação e uma comunidade que busca maior competitividade e fomento do ecossistema da nova economia” (Instituto Caldeira, 2024).

A fundação do IC foi uma iniciativa de 42 empresas e organizações empresariais, às quais se vinculam grande parte dos indivíduos e famílias identificados na rede. O poder econômico das empresas articuladas no IC pode ser avaliado pelo peso que possuem no PIB estadual: segundo matéria da Revista exame, essas empresas seriam responsáveis por 15% do PIB gaúcho (exame, 2024).

Imagem 2 – Empresas e organizações fundadoras do Instituto Caldeira



Fonte: Instituto Caldeira, 2024.

Como se observa na imagem acima, além do compartilhamento de parceiros e apoiadores, o Pacto Alegre se coloca como um dos fundadores do IC, indicando uma forte articulação entre as duas organizações. Além disso, observa-se também que as empresas das famílias que se destacam em termos de maior centralidade na rede tendem a estar presentes entre os fundadores do IC: Gerdau, Évora (da família Ling), Zaffari, SLC (da família Logemann) e Neugebauer (da família Vontobel). Também pode ser destacada a presença do grupo RBS, da família Sirotsky, que também está presente no Pacto Alegre.

Além do vínculo com pessoas, empresas e organizações empresariais, o IC também apresenta uma vinculação estreita com outro integrante da rede: a Prefeitura de Porto Alegre. Segundo dados do Portal da Transparência da Prefeitura de Porto Alegre, desde o ano de 2021, a Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Turismo (SMDET) aluga uma sala do IC. O custo anual do aluguel, em dados de maio de 2024, é de R\$ 550.344,96. Essa informação não deixa de ser curiosa, uma vez que a Prefeitura de Porto Alegre tem realizado diversos leilões de venda de imóveis próprios (Prefeitura de Porto

Alegre, 2024), indicando a existência de imóveis próprios que poderiam estar sendo utilizados pela SMDet.

A organização que se apresenta em quarto lugar em termos do número de vínculos identificados (24) é o **Transforma RS**, que se apresenta como “*um hub que conecta empresas, governo, universidade e sociedade com o propósito de apoiar o desenvolvimento sustentável do Rio Grande do Sul. Foi idealizado por lideranças empresariais que acreditam na convergência de ideias e ações para o fortalecimento econômico e social do Estado*” (Transforma RS, 2024).

Observando as informações da imagem abaixo sobre parceiros e patrocinadores do Transforma RS, observa-se a presença de empresas que também apresentam vínculos com as organizações já abordadas, tais como a Gerdau, o AGIbank, o Sicredi e a Atitus. Além disso, a imagem informa que o Transforma RS está sediado no Instituto Caldeira, o que também indica uma forte vinculação entre as organizações e os indivíduos envolvidos nas duas organizações.

Imagem 3 – Parceiros e patrocinadores do Transforma RS



Fonte: Transforma RS, 2024.

O **Sinduscon-RS**, sindicato que reúne as empresas de construção civil do estado do Rio Grande do Sul, é a quinta organização em termos do número de vínculos (13) na rede identificada pela pesquisa. O Sinduscon-RS se diferencia das organizações anteriores tanto em termos de sua longevidade, tendo sido fundado em 1949, quanto por seu caráter de ser uma organização sindical que atua explicitamente na defesa dos interesses corporativos de seus associados, ou seja, do empresariado da construção civil.

O Siduscon se conecta à rede, de um lado, por meio de empresários e empresas que apresentam uma atuação no setor da construção civil. Nesse sentido, a pesquisa identificou os vínculos com agentes centrais na rede, como aqueles da família Goldsztein (o empresário Daniel Gooldsztein ocupa uma vice-presidência na gestão 2024-2026 do Sinduscon-RS) e da família Gerdau (a empresa Gerdau figura como uma apoiadora no site do Sinduscon-RS). Além disso, destacam-se as relações com as empresas Belmondo (da família Zaffari), Melnick e Cyrela.

Por fim, a sexta organização em termos do número de vínculos na rede (11) é exatamente aquela que serviu de ponto de entrada na rede: o **Instituto Cultural Floresta** (ICF). Conforme a própria localização do ICF no sociograma indica, o ICF ocupa uma posição central na rede identificada. Tal centralidade é decorrente, em grande medida, do fato de o ICF apresentar, no seu Conselho, representantes de quase todas as famílias mais importantes da rede, como já salientado anteriormente: Claudio Nudelman Goldsztein, Wilson Ling, Bruno Zaffari, Richard Gerdau Johannpeter, Mathias Kisslinger e Rodrigo Vontobel. Juntamente com seu presidente, Luiz Leonardo Abelin Fração, esses indivíduos possibilitam ao ICF uma conexão direta com grande parte da rede identificada.

O ICF, juntamente com o IEE, com que compartilha vários integrantes, atua fortemente na articulação de dois setores que conformam a rede identificada: de um lado, aquelas organizações e eventos voltados à produção e difusão de princípios, valores e

propostas econômicas defendidas pelo empresariado; de outro, aquelas organizações e eventos voltados à atuação e disputa política e ideológica, seja na sociedade seja nas instituições³. Assim, ao mesmo tempo que estabelecem diversas relações com o Pacto Alegre, Instituto Caldeira e Transforma RS, que integram o primeiro setor salientado acima, atuam ativamente junto ao Movimento Brasil Livre (MBL), Brasil Paralelo, Movimento Vem Pra Rua, Associação da Classe Média (ACLAME), entre outras organizações que integram o campo político liberal-conservador em âmbito local.

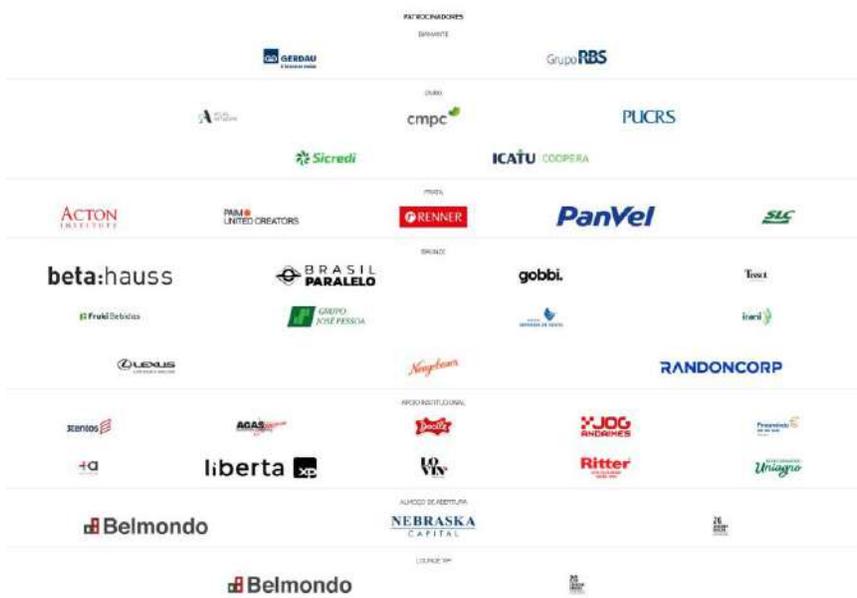
Um espaço de encontro e articulação das entidades (empresas, empresários, organizações, agentes políticos e intelectuais) envolvidas na atuação político-ideológica é o **Fórum da Liberdade**, que se constitui em um dos nós centrais da rede identificada na pesquisa. O Fórum da Liberdade, que tem sua primeira edição em 1988 e teve em 2024 sua 37ª edição, é organizado e promovido pelo IEE. Esse evento tem como foco a divulgação da agenda política e econômica defendida pelas entidades dominantes da rede. É um espaço de grande visibilidade na disputa ideológica, na medida em que sinaliza às elites locais os discursos e as propostas defendidas conjuntamente, sempre tendo como referência mais geral o lema da “defesa da liberdade”. Além disso, é um espaço de articulação da rede local com pessoas e organizações do campo liberal-conservador do Brasil e de outros países. A presença de expositores/as nacionais e internacionais opera como um mecanismo de legitimação e validação do ideário liberal-conservador ostensivamente promovido nos encontros do Fórum.

Além do IEE, o Fórum da Liberdade é diretamente apoiado e promovido por diversas empresas e organizações que apresentam centralidade na rede, conforme a imagem abaixo. Isso é exemplificado pela informação de que os patrocinadores destacados com o nível “diamante”, o mais elevado, são os grupos

³ Obviamente, como a própria análise demonstra a seguir, essa diferenciação é apenas analítica, uma vez que tais setores apresentam profundas interseções.

empresariais Gerdau e RBS. Além disso, observa-se a presença de empresas relacionadas a famílias já identificadas anteriormente como centrais: Vontobel (Neugebauer), Logemann (SLC), Fração (Nebraska), entre outras. Por fim, destaca-se a presença entre os patrocinadores de organizações nacionais (Brasil Paralelo) e Internacionais (Atlas Networks e Acton Institute), que atuam diretamente na disputa político-ideológica através da produção e difusão de discursos e propostas defendidas pelo campo liberal-conservador em âmbito global.

Imagem 4 – Patrocinadores do Fórum da Liberdade



Fonte: Fórum da Liberdade, 2024.

Outro evento a ser destacado é o **South Summit** de Porto Alegre, que teve sua primeira edição no ano de 2022. Esse evento é uma edição brasileira de um evento que surgiu em 2012, na Espanha, sendo realizado em Porto Alegre pelas empresas Spain Startup (criadora do evento na Espanha) e 4all. O South Summit apresenta-se com o objetivo de “ser o hub de referência que forma

o futuro através do empreendedorismo, da inovação aberta, da criação de ecossistemas e das oportunidades de negócio” (South Summit, 2024).

O South Summit, assim como o Fórum da Liberdade, tem como um de seus principais apoiadores (*Global Partner*, na denominação do evento) o grupo Gerdau, indicando, mais uma vez, posição central da empresa e da família Gerdau Johannpeter na rede em análise. Outro parceiro do South Summit a ser destacado é o Instituto Caldeira, com quem compartilha um discurso muito similar: o desenvolvimento de um “ecossistema” que promova o empreendedorismo, a inovação e as oportunidades de negócio. Além disso, o South Summit reúne um grande número de empresas locais e, especialmente, startups, que tem no evento um espaço de competição por visibilidade e por negócios.

Enquanto o Fórum da Liberdade tende a reunir um público menor e mais identificado ideologicamente com as posições políticas predominantes na rede, o South Summit constituiu-se em um evento com grande capacidade de atração de público a partir da busca de oportunidades de negócios. Segundo informações do seu site (South Summit, 2024), em 2024 o evento teve mais de 23.500 participantes, ganhando significativa visibilidade na cidade. Em certa medida e com as devidas diferenciações, o South Summit vem-se constituindo para a coalizão governante de Porto Alegre o que o Fórum Social Mundial representou para as forças políticas e sociais de esquerda que governavam a cidade no início dos anos 2000: um espaço central de difusão de sua visão de mundo e de legitimação de seu domínio sobre a política local.

3. A representação política da coalizão governante de Porto Alegre

Como demonstrado na seção anterior, a coalizão governante de Porto Alegre é, em parte, constituída por indivíduos e famílias detentores da propriedade ou de parte importante do controle acionário de grandes grupos econômicos locais. Esses “donos” são

facilmente identificados por sobrenomes conhecidos da população local: Gerdau, Ling, Goldsztein, Vontobel, Grendene, Sirotsky, Renner, Zaffari, Melnick etc. Com suporte do seu poder econômico, são criadas e sustentadas organizações e eventos que atuam na promoção e defesa de seus interesses na sociedade, em um constante processo de disputa político-cultural.

Mas essa análise da coalizão governante da cidade seria incompleta e equivocada se deixasse de abordar as íntimas e intensas relações entre esses indivíduos e empresas com um conjunto de agentes políticos que representam e defendem seus interesses e propostas no âmbito do Legislativo e do Executivo municipais. São esses agentes que têm atuado ativamente na mudança ou instituição de leis e políticas que atendam àqueles interesses e adotem aquelas propostas.

A análise identificou alguns agentes políticos centrais na rede produzida na pesquisa. Em primeiro lugar (35 vínculos), como seria esperado pela posição que ocupa, destaca-se o atual prefeito de Porto Alegre **Sebastião Melo** (MDB). Grande parte dos vínculos identificados referem-se a recursos recebidos na campanha eleitoral de 2020, quando sua candidatura ganha o apoio de agentes centrais da rede. Assim, como já destacado em reportagens citadas na introdução, integrantes de famílias como Gerdau, Ling, Goldsztein, Hertz e Melnick aparecem entre os principais responsáveis pelas doações recebidas pela campanha de Melo em 2020 (Tribunal Superior de Justiça, 2024).

É interessante observar que Melo não foi a opção preferencial dos integrantes da rede na eleição municipal de 2016. Naquele ano, ao invés de Melo, que concorria em uma chapa com Juliana Brizola (PDT), houve um forte investimento financeiro e político na campanha de seu adversário, **Nelson Marchezan Jr.** (PSDB), que acabou eleito. De forma muito visível, a partir dos dados do TSE, observa-se que parte importante dos financiadores de Marchezan Jr. em 2016 direcionam recursos para a candidatura de Melo em 2020, quando este concorre em uma chapa que tem Ricardo Gomes (PL) como vice.

Ricardo Gomes é um componente central na rede (23 vínculos), operando como articulador entre o empresariado e a política local. Tendo sido presidente do IEE na gestão 2011-2012 e integrando diretorias nas gestões 2009-2010 e 2010-2011, Ricardo Gomes apresenta uma forte vinculação com agentes empresariais já destacados por sua importância na rede, marcadamente com aqueles que dirigem o Instituto Cultural Floresta. Essa vinculação pode ser exemplificada pela postagem de Ricardo Gomes, no Facebook, congratulando Claudio Nudelman Goldsztein por ter recebido a Medalha do Mérito Farroupilha da Assembleia Legislativa, em uma proposição da deputada estadual Any Ortyz (Cidadania)⁴ em 2022.

Imagem 5 – Postagem de Ricardo Gomes parabenizando Claudio Nudelman Goldsztein na cerimônia de entrega da Medalha do Mérito Farroupilha da Assembleia Legislativa do RS – 2022



Fonte: Facebook, Ricardo Gomes, 2022.

Ao mesmo tempo em que apresenta fortes vínculos com o empresariado, Ricardo Gomes apresenta uma intensa trajetória na

⁴ Any Ortiz foi eleita para deputada federal nas eleições de 2022.

político-partidária local. Em 2015, assume como chefe de gabinete do então deputado estadual **Marcel Van Hattem** (filiado ao PP naquela data). Eleito vereador pelo Partido Progressista (PP), em 2016, Ricardo Gomes foi nomeado Secretário de Desenvolvimento Econômico em 2017, na gestão de Nelson Marchezan Jr.. Posteriormente, compõe a chapa de Sebastião Melo em 2020. Como vice-prefeito, filia-se ao PL (Ricardo Gomes, 2020). Possui ainda relações estreitas com outros nomes da “nova geração” de políticos da direita local, como **Fabio Maia Ostermann** (Novo), que ocupou a diretoria de formação na gestão de Ricardo Gomes na presidência do IEE em 2011-2012. Ostermann, com intensas relações com o MBL, foi eleito deputado estadual em 2018 e ficou na suplência para deputado federal nas eleições de 2022.

Ricardo Gomes ainda possui uma vinculação explícita à organização Brasil Paralelo. Essa vinculação, ostensivamente publicizada durante o período da enchente através do uso de um boné com o símbolo da organização em suas aparições públicas, foi objeto de diversas matérias jornalísticas (Pública, 2024). Por fim, destacam-se suas relações com a Associação da Classe Média (ACLAME), entidade cuja atuação foi intensa nas mobilizações pró-impeachment da presidenta Dilma Rouseff.

Outro representante político da “nova direita” porto-alegrense é **Felipe Camozzato** (Novo), que aparece na rede como o segundo indivíduo com o maior número de vínculos (30), atrás apenas do prefeito Sebastião Melo. Apresentando vinculação com a ACLAME, Camozzato elegeu-se vereador em Porto Alegre nas eleições de 2016 e 2020. Em 2022, elegeu-se deputado estadual. Nesses processos eleitorais, recebeu apoio financeiro de membros de importantes famílias de empresários como Gerdau, Ling, Vontobel, Logemann, Malcon, Vellinho, entre outros. Felipe Camozzato apresenta relações estreitas com Fabio Maia Ostermann e com o atual Deputado Federal Marcel Van Hattem (Novo), todos com uma trajetória política mais ou menos similar de participação no MBL e na Estudantes pela Liberdade e posterior inserção na política partidária.

As vereadoras **Fernanda Barth** (PSC) e **Mariana Pimentel** (Republicanos⁵) e os vereadores **Ramiro Rosário** (PSDB), **Tiago Albrecht** (Novo) e **Jessé Sangalli de Mello** (PL) são representantes da “nova direita” que também receberam apoio financeiro e político nas eleições de 2020 de setores do empresariado com centralidade na rede. Um exemplo para ilustrar essa articulação político-empresarial foi concessão do título de Cidadão de Porto Alegre, pela Câmara Municipal, ao empresário e presidente do ICF Luiz Leonardo Abelin Fração, no ano de 2022, a partir de uma proposição da vereadora Fernanda Barth.

Mas os agentes empresariais da rede também apresentam vínculo fortes com representantes políticos mais tradicionais. Na pesquisa, dois vereadores apareceram com destaque em termos do apoio financeiro que receberam. Em primeiro lugar, a vereadora **Mônica Leal** (PP), atualmente em seu quarto mandato na Câmara Municipal. Mônica é filha e herdeira política de uma importante figura da direita de Porto Alegre do período ditatorial, Pedro Américo Leal, assim descrito na apresentação da vereadora no site da Câmara: *“conhecido militar, foi Coronel do Exército Brasileiro, ex-Chefe de Polícia do Estado do RS, e político, quatro vezes eleito Deputado Estadual do RS e três vezes eleito vereador de Porto Alegre”* (Câmara de Vereadores de Porto Alegre). Em segundo lugar, destaca-se o vereador **Cezar Schirmer** (MDB), que atualmente ocupa o cargo de secretário de Planejamento e Assuntos Estratégicos da Prefeitura de Porto Alegre.

Com pelo menos oito vereadores/as diretamente comprometidos com a defesa e promoção de seus interesses, a bancada dos “donos” de Porto Alegre supera qualquer bancada partidária atualmente existente na Câmara. Contando com um

⁵ Mariana Pimentel foi eleita pelo partido Novo, no qual construiu sua carreira política. A ruptura com o partido, em 2024, deu-se em função do protagonismo da vereadora no processo de criação de uma CPI para investigar denúncias de corrupção na Secretaria de Educação do Governo Municipal. Esse protagonismo colocou a vereadora em confronto com setores defensores do governo Melo, que incluíam o Partido Novo.

grande poder econômico que possibilita influenciar a atuação de outros vereadores/as e ampliar significativamente sua base de apoio, os “donos” de Porto Alegre constituem-se atualmente na força dominante na Câmara de Vereadores.

Conclusões

Neste capítulo, demonstramos quem são essas elites (“*a elite da comunicação, a elite empresarial e a elite política*”) às quais se referia o prefeito Nelson Marchezan Jr. na citação apresentada na introdução: as elites que financiaram e apoiaram sua candidatura à Prefeitura em 2016 e para as quais seu governo se direcionou. Essas foram as mesmas elites que o abandonaram em 2020, apoiando seu adversário Sebastião Melo. Tais elites conformaram uma coalizão governante com significativa capacidade de orientar a política municipal, excluindo agentes e interesses divergentes dos seus.

São essas elites que, ao longo da última década, vêm propondo e/ou apoiando políticas e legislações que reduziram significativamente a capacidade estatal da Prefeitura de Porto Alegre. Tal redução mostrou seus resultados na incapacidade de responder aos impactos do evento climático extremo enfrentado em maio de 2024, quando se tornaram evidentes a falta de investimentos e de estrutura da Prefeitura para enfrentar a inundação e seus efeitos em várias áreas (acesso à água, habitação, limpeza urbana, assistência social e transporte público).

As propostas governamentais voltadas à “reconstrução de Porto Alegre” indicam a continuidade da ação articulada da coalizão governante identificada na pesquisa. Seus agentes têm um lugar privilegiado nas primeiras iniciativas propostas e têm atuado abertamente para definir um processo de reconstrução que atenda aos seus interesses – os mesmos interesses que têm produzido imensos custos e problemas não somente sociais como também ambientais.

Na cidade que já foi uma referência global de participação popular, hoje assiste-se a uma política dominada e conduzida por

um pequeno grupo de grandes empresários e seus representantes políticos. A mudança nesse cenário vai depender da organização e da mobilização das vozes silenciadas e, por vezes, reprimidas da grande maioria da população de Porto Alegre, que atualmente está excluída das decisões políticas. A efetiva reconstrução de uma Porto Alegre mais justa e sustentável exige, necessariamente, que se construa uma cidade sem donos.

Referências

AUDI, A. Como Brasil Paralelo chegou à vice-prefeitura de Porto Alegre. Disponível em: <https://apublica.org/2024/05/os-lacos-da-brasil-paralelo-que-nega-crise-climatica-na-vice-prefeitura-de-porto-alegre/>. Acesso em: 21 jun. 2024.

Câmara Municipal de Porto Alegre. Disponível em: <https://www.camarapoa.rs.gov.br/>. Acesso em: 21 jun. 2024.

Conheça o Pacto Alegre - Pacto Alegre. Disponível em: <https://pactoalegre.poa.br/conheca-o-pacto-alegre/>. Acesso em: 16 jun. 2024.

Divulgação de Candidaturas e Contas Eleitorais. Disponível em: <https://divulgacandcontas.tse.jus.br/divulga/#/home>. Acesso em: 20 jun. 2024.

Donos da Cidade - Sul 21. Disponível em: <https://sul21.com.br/assunto/noticias/donos-da-cidade/>. Acesso em: 11 nov. 2024.

Fórum da Liberdade. Disponível em: <https://www.forumdaliberdade.com.br/>. Acesso em: 20 jun. 2024.

GIUSSANI, D. Novos (grandes) empresários entram no conselho de um hub de inovação que movimenta 15% do PIB gaúcho. Disponível em: <https://exame.com/negocios/novos-grandes->

empresarios-entram-no-conselho-de-um-hub-de-inovacao-que-movimenta-15-do-pib-gaucho/. Acesso em: 20 jun. 2024.

GREENBUILDING BRASIL 2024 + INOVAR SINDUSCON RS. Disponível em: <https://sinduscon-rs.com.br/>. Acesso em: 20 jun. 2024.

Home» Transforma RS // Hub Colaborativo. Disponível em: <https://transformars.com.br/>. Acesso em: 20 jun. 2024.

IEE | Instituto de Estudos Empresariais. Disponível em: <https://www.iee.com.br/diretoria>. Acesso em: 19 jun. 2024.

imóveis locados | Transparência. Disponível em: <https://transparencia.portoalegre.rs.gov.br/despesas/outras-despesas/imoveis-locados>. Acesso em: 24 jun. 2025.

Leilões | Prefeitura de Porto Alegre. Disponível em: <https://prefeitura.poa.br/smap/leiloes>. Acesso em: 24 jun. 2024.

NUPER. Sobre Nós. Disponível em: <https://institutocaldeira.org.br/sobre-nos/>. Acesso em: 16 jun.

Ricardo Gomes. Disponível em: <https://www.facebook.com/ricardogomespoa/posts/m%C3%A9rito-farroupilha-parab%C3%A9ns-pela-medalha-de-m%C3%A9rito-farroupilha-cl%C3%A1udio-goldsztei/4652872574824713/>. Acesso em: 21 jun. 2024.

Ricardogomes. Disponível em: <https://www.ricardogomes.com.br/>. Acesso em: 21 jun. 2024.

Sobre nós. Disponível em: <https://www.southsummit.io/pt/about-us/>. Acesso em: 20 jun. 2024.

STONE, Clarence N. Regime politics: governing Atlanta – 1946-1988. Lawrence: University Press of Kansas, 1989.

SUL 21. A empresários, Marchezan diz que “elites farão as reformas tão necessárias” - Sul 21. Disponível em: <https://sul21.com.br/ta-na-rede/2017/11/empresarios-marchezan-diz-que-elites-farao-as-reformas-tao-necessarias/>. Acesso em: 17 jun. 2024.

SUL 21. O que se esconde entre as árvores? O Instituto Cultural Floresta, o MBL e a captura neoliberal do Estado (por Fernando Nicolazzi) - Sul 21. Disponível em: <https://sul21.com.br/opiniao/2018/05/o-que-se-esconde-entre-as-arvores/>. Acesso em: 20 jun. 2024.

CAPÍTULO 6

DA CIDADE NEGADA À CIDADE OUTRA: experimentações junto ao Programa de Aquisição de Alimentos

Cristine Jaques Ribeiro
Bruna Ribeiro Wruch
Natália Martins Leal

Introdução

Existe, por parte do planejamento urbanístico, um fazer a cidade que nega os modos de habitar a cidade para as/os cidadinos, porém as dinâmicas coletivas e heterogêneas possibilitam a abertura de brechas possíveis, mesmo dentro da racionalidade colonial brasileira. Pensar na cidade construída pela especulação imobiliária é olharmos para a negação de uma política urbana comprometida com a participação popular. No entanto, as lutas cotidianas vão apresentando o ocupar a cidade no desenho de uma cartografia outra, vinculada aos Pontos Populares de Combate à Fome e às Cozinhas Solidárias. Assim, deseja-se, aqui, primeiramente problematizar a cidade negada para as populações e depois, no segundo momento, propiciar a análise de possíveis alternativas.

1. A Cidade e sua negação

Pensar a cidade para além do espaço é contrariar a racionalidade colonial. Como lembra Fanon (2005), o colono tem medo do colonizado, porque “A cidade do colono é uma cidade empanturrada, preguiçosa, seu ventre está cheio de coisas boas. A

cidade do colono é uma cidade de brancos ...". Sendo assim, o racismo estrutural determinado pela razão eurocentrada, disseminou-se no mundo, atingindo os modos de habitar na terra e, conseqüentemente, a produção de um tipo de espaço urbano, sustentado pela defesa privada da propriedade. Portanto, o questionamento inicial é, primeiro, debater o próprio conceito de cidade que, mesmo contemporizado, determina quem pode ou não existir. A cidade se transformou no espaço produzido para o consumo de alguns e para a expulsão de outros: "a cidade é uma mercadoria, a cidade é uma empresa, a cidade é uma pátria" (Vainer, 2013, p. 77). A concentração de riquezas transformou a cidade na imagem do espaço urbano que aposta na comercialização, no fortalecimento dos mercados, na financeirização da vida.

Com a pandemia do covid-19 e a catástrofe ambiental no Rio Grande do Sul, é possível afirmar que as desigualdades escancararam-se haja vista esses contextos. Para tanto, cabe relacioná-los com um recorte do projeto de pesquisa: "O direito à cidade e os diferentes modos de ocupar o espaço público: O Planejamento Urbanístico em questão", vinculado ao PPG em Política Social e Direitos Humanos da UCPel, que têm acompanhado três populações no município de Pelotas, que são as seguintes: população em situação de posse, população em situação de rua e população no trabalho informal. Um exemplo é o caso da população em situação de rua no município, à qual têm sido negados direitos básicos, quando nos referimos à garantia do alimento, via Programa Alimenta Cidades. Em 2024, foi lançada a portaria 972, pelo Governo Federal, que trata de garantir alimentação sistemática para a população em situação de rua, em cidades que tenham mais de 300 mil habitantes. Porém, para que o município fosse contemplado, os dados do cadastro único deveriam atender em torno de 8% do número de habitantes. No entanto, Pelotas registrou em torno de 400 pessoas em situação de rua pelo CadÚnico, o que inviabilizou a liberação do recurso para a compra dos alimentos e, conseqüentemente, sua distribuição. No

mês de julho, desse ano, o Ministério Público divulgou, via imprensa estadual (Diário da manhã, 2024), que Pelotas tem 4000 mil pessoas em situação de rua, ocupando o primeiro lugar no Estado. Esse registro reafirma que a gestão pública municipal desconhece a realidade, no que se refere ao número total dessa população.

Com o pequeno recorte das informações acima, o que se quer problematizar é: se o ordenamento do planejamento urbanístico atende às demandas da iniciativa privada ou ao interesse público? Dada a informação, sobre a perda de um programa via a política pública de segurança alimentar e nutricional, é possível afirmar que os dados registram a financeirização da vida, descartando o que não é lucrável e negociável. Então, a cidade “padrão”, cidade dos planejadores, não reconhece a importância do atendimento de sua heterogeneidade. Essa constatação também reafirma a falta de uma política urbana, conectada ao Estatuto da Cidade e fruto de um amplo debate participativo que resultaria na elaboração de um plano diretor legítimo. Sendo assim, concorda-se com Maricato quando afirma:

Essa verdadeira terra de ninguém não foi criada por falta de planos e nem leis. O Estatuto da Terra, de 1964, relaciona a reforma agrária à “melhor distribuição de terra” e à “justiça social”. Segundo ele, “é dever do poder público: promover e criar condições de acesso do trabalhador rural à propriedade da terra”. O Estatuto da Cidade, de 2001, é tido como um exemplo para o mundo, objeto de cursos para urbanistas até na Holanda. Ele restringe e limita o direito de propriedade subordinando-o ao “bem coletivo” e ao “interesse social”. A função social da propriedade e o direito à moradia estão previstos na Constituição Federal, mas entre a retórica e a prática vai um abismo. É comum que a aplicação da lei ocorra de forma inversa ao motivo que a inspirou – isto é, na prática, afirma-se a concentração da propriedade e a exclusão ou despejo dos pobres. (2011, p. 189).

Cabe outro registro, no que se refere à população em situação de posse no espaço urbano. A pesquisa também acompanhou o

caso da ocupação urbana, Kilombo Canto de Conexão, em Pelotas. Essa ocupação já vem, há sete anos, existindo, com as mais diferentes realidades: acolhe estudantes que não têm onde dormir para estudar, acolhe população em situação de rua, acolhe famílias estrangeiras, produz refeições para as populações que moram no entorno e, mesmo assim, vem sofrendo com ameaças de reintegração de posse, reintegração de um imóvel que não exercia a função social; pelo contrário, produzia violência e degradação. A expulsão das vidas que ocupam o espaço urbano acontece das mais diferentes formas: ou por via judicial e policial ou pela negação do comer e morar, como exemplos. Sendo assim, a realidade das populações passa pelo que se chama de urbicídio¹. Negar a existência, é um dispositivo de extermínio dos modos de vida que ocupam a cidade e que transformam o espaço em territórios de (re)existência.

O Urbicídio revela-se nas diversas facetas da cidade: no investimento junto à especulação imobiliária, na não oferta de água nos espaços públicos, na manutenção de imóveis urbanos fechados, na não formação de um banco de dados que apresente as condições de segurança e insegurança alimentar no município, no crescimento do trabalho informal, dos chamados desalentados pelo IBGE (Agência IBGE, 2018) e, conseqüentemente, no crescente número da população desempregada. Esses e outros exemplos compõem o desenho de uma cidade negada, o desenho marginal que insiste em “pertencer”. “A configuração das cidades está permeada por símbolos que estimulam o individualismo e reafirmam a continuidade das supremacias e hierarquias sociais” (Berth, 2023, p. 13).

A cidade instituída é orquestrada pelas gestões públicas e seus aliados, que conduzem, a partir do racismo estrutural e do patriarcado, os valores impostos de convivência moral, de obediências às normas públicas, sob o aceite do privado. Não raros

¹ “O urbicídio trata da destruição do espaço urbano físico e de toda sua interface cultural” (Mendonça, 2020, p. 168).

são parques, viadutos e calçadas cercados, delimitando quem pode transitar por eles e experimentá-los. Essa condução solidifica ideais neoliberais, multiplicados pela globalização de uma política urbana imposta no mundo, segundo a qual o que é público torna-se ativo financeiro no sistema capitalista. O discurso que constrói códigos de verdades é mantido por um tipo de urbanização higienista que pretende varrer do espaço da cidade as e os, não adaptáveis. Trata-se do 'corpo cidade', "defendido pelos higienistas do século XX (...): o corpo saudável, o corpo robusto e harmonioso, organicamente oposto ao corpo relapso, flácido..." (Costa, 1999, p. 13). Esse discurso é alimentado pelo racismo estrutural que não vê possibilidade de participação dos modos de existência que não estejam nas alianças socioeconômicas, de uma cidade mercado.

Então, a cidade negada é aquela cidade que sofre com o controle, aliado à repressão de uma política seletiva, desigual e necropolítica (Mbembe, 2018). Nesse sentido, a imposição do medo é a ferramenta para tentar dilacerar participações coletivas e autogestionárias. Com o aumento da pobreza e, conseqüentemente, da fome, os corpos alvos do extermínio, têm cor, classe, gênero e sexualidade. Logo, o não investimento em políticas públicas sociais, fortalecem a negação do direito de existir dos povos que ocupam a cidade, já que o medo dos famintos é o mesmo medo dos colonizados. Então, são comuns as políticas de segurança que coíbem pobres pretos, sob a justificativa de proteção dos "cidadãos de bem".

Se a cidade é o espaço de reprodução da força de trabalho, por que essa força é, cada vez mais, submetida às condições de vulnerabilidade e empobrecimento? Se o trabalho produz riqueza por que existem fileiras de famintos/as e sem moradia? A não distribuição de renda, riqueza e de recursos naturais afirma o aumento das não melhores condições de vida para toda a população. Nessa perspectiva, a construção da cidade formal expulsou os desalentados da dinâmica da cidade: não são mais cidadãos e cidadinas, mais desalentados e desalentadas da cidade. Para que esse cenário mudasse, seria necessária, uma ampla

reforma urbana, resultante de uma reforma agrária, oriunda de uma reforma fundiária, urgente e necessária, para combater a pobreza. No entanto, a especulação imobiliária dita as regras na cidade, onde gestões públicas aliam-se, tornando o espaço urbano refém dos desejos financeiros.

Na apresentação rápida, que tenta caracterizar alguns elementos, é possível relacioná-los com a importância dos movimentos sociais populares, na disputa por terra, seja rural ou urbana, onde demarcam as ocupações e, não invasões, pelas narrativas coletivas. Sendo assim, construir outra narrativa na cidade, torna-se fundamental para o enfrentamento do discurso da soberania do Estado sob os corpos habitantes. Habitar é mais que ter um habitat, ou ser de um habitat, habitar é produzir sentido a partir das territorialidades que escapam à legalização, mas solicitam a legitimação, das e dos ocupantes. Então, aqui identificamos o direito à cidade como apresentado ao mundo por Lefebvre, um direito que deseja mais que um direito ao acesso, mas um direito de poder mudar à cidade, reafirmado por Harvey (2013). Entretanto, a soberania imposta comanda e determina a existência, já que as populações que estão fora do aceite colonial tornam-se vidas nuas, como bem afirma Agambem (2014). E uma vida nua é susceptível à morte. A cidade, assim, forma-se e desenvolve-se nas bases da expulsão.

Questionando o planejamento urbanístico da cidade, encontra-se a afirmação fatídica de que “a vida nua é incluída no ordenamento unicamente sob a forma de sua exclusão (ou seja, de sua absoluta matabilidade)” (2014, p. 16). Assim, é possível enxergar o discurso da racionalidade colonial que insiste em chamar de invasoras famílias inteiras de sem-terra, de sem-teto, de sem alimento, de sem direitos garantidos. Porém, cabe lembrar que, no caso brasileiro, a Constituição Federal de 1988 reafirmou a importância da função social da terra e da propriedade, que devem garantir o bem-estar coletivo, o que significa exercer a garantia da moradia, do trabalho, da alimentação, da educação, do lazer.

Quando isso não ocorre, entram em cena os movimentos sociais populares, com suas ferramentas de lutas.

A cidade, que é o desejo e a pauta de luta dos movimentos sociais, é aquela que oferece o espaço urbano de qualidade na garantia das condições dignas para todas e todos, reunindo a concentração de oportunidades. Porém, a marca das cidades é a precariedade do acesso e da manutenção dos mínimos possíveis. Um exemplo é a garantia de áreas verdes, que oportunizam a convivência, a circulação e a experiência de todos os modos de existência. Raquel Rolnik (2022) afirma que as cidades produzem desigualdades, porque impedem e bloqueiam acesso para quem não tem. Quando os deslocamentos das populações são cada vez mais distantes das ofertas que proporcionam bem-estar, como atividades culturais, é certo afirmar que a intencionalidade soberana objetiva dificultar a circulação de quem não tem como consumir sem pagar. Assim, os mecanismos para inviabilizar esse tipo de participação, registram-se nos mais diferentes modos, tais como: transportes urbanos precários com rotas e horários limitados, o que impede, para além da carga horária de trabalho, o usufruto da cidade para outras possibilidades, como a arte, por exemplo. São tantos os impeditivos que chegam a assustar, impedindo os cidadãos de reconhecerem a cidade como o local das diversas manifestações da vida.

Portanto, é pertinente afirmarmos que o social é fruto de uma construção, ou seja, ele não é natural, assim como as desigualdades e, conseqüentemente, as cidades.

Para pensar o tema da cidade é importante compreendê-lo como produção social que impõe ordenamento, regula a vida das populações através das normas do discurso moral sobre um tipo de conduta aceitável no espaço da cidade. Essa perspectiva tem objetivo de tornar a cidade um lugar privado e higienizado para “convivência social”. Frente a essa dimensão, de construção da cidade, o que encontramos é um cenário composto por intensos processos de segregação socioespacial com características e um racismo ambiental

conduzido por orientações lgbtfóbicas e machistas (Ribeiro; Moraes; Araújo, 2021, p.17).

Assim, ocupar a cidade é o desafio constante das populações infames, das/dos sem direitos, desalentadas e desalentados do existir. Essa realidade é o resultado da propriedade privada da terra, construída nos tempos da coroa portuguesa, que se arrasta até os dias de hoje. Com a lei de terras de 1850, que inviabilizou o acesso à terra para as populações que sofreram com os processos de escravização, foi legalizada a negação de usufruir de um espaço que é, ou deveria ser, de todas e todos. Então, essa dinâmica registra uma estrutura social desigual, sem oferecer chances para existência da heterogeneidade. Essa complexa realidade acontece na reprodução do medo por um grupo que criminaliza a pobreza, cujo objetivo é impedir sua circulação e, por outro grupo, que sofre com a violência do Estado sobre seus corpos. Analisar a cidade é olhar para a construção de uma realidade negada, é problematizar a tentativa de construção de um modelo padrão de ser humano, um ser universal, dotado de comportamentos que correspondem às normas pré-estabelecidas. Como bem afirma Certau, “Talvez as cidades se estejam deteriorando ao mesmo tempo em que os procedimentos se organizam” (1994, p. 174). Podemos arriscar afirmando que a deterioração se funda na negação da diferença e dos direitos básicos de existência.

Então, a primeira tese aqui é que a cidade é uma construção, resultante da colonialidade, com um corpo contemporâneo capitalista, portanto romper com o discurso que naturaliza a cidade e seus equipamentos é uma forma de desconstruir, ou descolonizar sua construção. A arquitetura da cidade já se mostra desigual e inacessível para uma ampla maioria. Santos (2023) ajuda-nos a ampliar análise:

O que é a cidade? É o contrário de mata. O contrário de natureza. A cidade é um território artificializado, humanizado. A cidade é um território arquitetado exclusivamente para humanos. Os humanos

excluíram todas as potencialidades de outras vidas na cidade. Qualquer outra vida que tenta existir na cidade é destruída. Se existe, é graças à força do orgânico, não porque os humanos queiram (2023, p.18).

E, assim, chegamos à segunda tese: o único ser a quem é permitido existir na cidade é o humano homem, branco e hétero. Humano, por ser universal, imposto para todos os modos de existência. Humano que nega a heterogeneidade com punições, como despejo, reintegração de posse, violência, desemprego, negação de direitos humanos e sociais etc. A tentativa de existir na cidade que não esteja no modelo padrão de humano é exterminada. Então, o conceito de cidade e de humano, é tão artificial quanto seu discurso de bem comum. A construção da cidade não nasce para ser um local de convivência solidária, mas para a manutenção dos valores dos sistemas vigentes, especialmente, quando se trata da subsistência. Para existir, é preciso pagar, caso contrário, a pessoa definha, desaparece. Com a pandemia, do vírus Covid-19, até hoje encontramos multidões nas sinaleiras vendendo algo, como balinhas de goma e guardanapos ou, com papelões escritos, com frases: “Estou com fome!”. Se a cidade fosse construída para todos, não haveria fome. Ao mesmo tempo, há o medo dos famintos, medo de furtos e assaltos, sem que haja qualquer análise de que tal fato não foi produzido pelo ser, mas é o resultado da produção social e coletiva; na verdade, o ser só o deflagra. O desemprego na cidade é naturalizado pelo discurso meritocrático, o que pode ser verificado em frases como: “Você mereceu! Quem não luta, não alcança!”. Mas, como lutar se as condições são desiguais? O trabalho dos/das ambulantes, tornou-se a alternativa para comer hoje. Sem nenhum direito ao trabalho e à previdência, o trabalho ambulante não tem preconceito geracional, porque apresenta, desde a infância até o envelhecer, a presença desses corpos nas sinaleiras, nas ruas, nos mercados, nos barzinhos, nos calçadões das cidades. Ao mesmo tempo, os trabalhadores que estão lá, tentando vender qualquer produto que possa lhes gerar algum troco, sofrem com a violência da segurança pública que os expulsa dos espaços públicos, sob a

justificativa de que estão concorrendo com os grandes comerciantes, sem pagar impostos². Esses corpos são marcados pela violência imposta pela segurança pública, que justifica sua intervenção, pela defesa do patrimônio público e privado.

Os corpos marcados na cidade têm cor e estão em condições de vulnerabilidade social, como a informalidade. Assim, a “informalidade e pobreza atingem mais mulheres e homens pretos e pardos, já que 70% dos que estão abaixo da linha de pobreza, vivendo com menos de dois dólares ao dia, são negros ou pardos” (CUT, 2024). Os atravessamentos dos marcadores raça, gênero e sexualidade não devem ser negligenciados pelo planejamento urbanístico da cidade, porém o que se observa, com a falta de política urbana, é um cenário em que a periferização da pobreza significa produzir e enviar para longe do centro os modos de ocupar a cidade que não atrapalhem sua especulação. A multidimensionalidade da pobreza apresenta uma cidade pautada na defesa da propriedade privada que determina em quais territórios a população poderá morar. Conseqüentemente, determina o não existir dos corpos informais, pois o que sobra são lugares sem saneamento básico, sem estrada, sem moradia, distantes dos serviços e infraestrutura pública etc.

Se o planejamento urbano é o instrumento para a manutenção da desigualdade, será que devemos lutar para tê-lo? Afinal, o planejamento que pressupõe a participação ativa e coletiva não se mostra como realidade concreta. A observação de campo, produzida pela pesquisa que trata, sobre “O direito à cidade e os diferentes modos de ocupar o espaço público”, apresenta um contexto que denuncia a falta de políticas públicas condizentes com a garantia do direito de existir:

² Dado da observação de campo, do projeto de pesquisa: “O direito à cidade e os diferentes modos de ocupar o espaço público: O Planejamento Urbanístico em questão”, vinculado ao Programa de Pós-graduação em Política Social e Direitos Humanos da UCPel.

Um homem de 25 anos, negro, trabalhando com reciclagem de papelão, o mesmo conta que já sofreu violência física com uma bala de borracha da Guarda Municipal, foi atingido no rosto enquanto estava tendo seu material recolhido.

Ele conta também que a Prefeitura havia realizado uma reunião com os trabalhadores de reciclagem, impedindo-lhes de trabalharem das 17 horas às 20 horas (fechamento das lojas) pelo calçadão, pois seria o horário do caminhão de lixo da prefeitura passar recolhendo então o material de trabalho utilizado pelos trabalhadores informais. Esse mesmo homem rebateu essa exigência da Prefeitura, afirmando que sem poder trabalhar esses horários não teria como fazer a renda do dia. O trabalhador conta que, consegue se sustentar com a renda da reciclagem. Faz um mês que deixou de ser morador em situação de rua, mora sozinho e vive de aluguel³.

A narrativa acima afirma que nenhum fato é deslocado da produção de um processo cujo objetivo é planejar a cidade para alguns existirem, e outros não. O racismo estrutural como base de construção das cidades e, conseqüentemente, das sociedades mantém a dinâmica da violência como dispositivo do controle social. Outro dispositivo é pensar na organização da cidade limpa e, para isso, é preciso varrer os infames. Ou seja, retirar dos espaços corpos que contrariam as políticas de higienização implícitas a partir dos discursos de desenvolvimento da cidade. Outro fragmento da pesquisa reforça tal realidade, “Adiante, na mesma rua, encontramos um rapaz juntando papelão em uma charrete. Negro, 34 anos, começou a trabalhar aos 8 anos de idade, diz conseguir se alimentar apenas com o básico, mora com a família e já sofreu violência física”⁴.

³ WRUCH, Bruna Ribeiro. Diário de Campo da bolsista de iniciação científica CNPQ, 2024, p. 1. Projeto: “O direito à cidade e os diferentes modos de ocupar o espaço público: O Planejamento Urbanístico em questão”. Orientadora: Cristine Jaques Ribeiro.

⁴ LEAL, Natália Martins. Diário de Campo da discente voluntária de iniciação científica, 2024, p. 4. Projeto: “O direito à cidade e os diferentes modos de ocupar o espaço público: O Planejamento Urbanístico em questão”. Orientadora: Cristine Jaques Ribeiro.

A produção de desigualdades na cidade mostra que estamos longe de ter gestões públicas que compreendam o solo urbano como um espaço para todas as pessoas. Reverberar a cidade é o desafio concreto e cotidiano. A justiça ambiental na cidade está longe de ser um fato, porém as iniciativas de lutas coletivas provocam brechas possíveis. Fissurar as verdades impostas sobre a cidade é o que os corpos infames, nus, colonizados, desalentados, citadinos como desejamos nomear, tentam fazer. Dessa forma, estar e ser da cidade é a questão que se coloca. De quem é e para quem é a cidade são as perguntas que se colocam. Então, o que se deseja tentar romper é com a homegeneização das cidades, apresentadas no espaço urbano como ambiente “pacífico” para a convivência social. Sendo assim, esse é o desafio do próximo item.

2. Por uma cidade menor

As minorias insistem em existir. Aqui se recorre às contribuições de Deleuze e Guattari (1995), que propõem pensar o devir minoritário⁵ enquanto ação ética, ou seja, o devir que existe no movimento contrário aos modelos hegemônicos e homogeneizantes, modelos que chamam de molar⁶. Com essa linguagem, ousa-se **comparar** com as práticas coletivas vinculadas a grupos de combate à fome e insegurança alimentar, nos municípios de Pelotas e Jaguarão. Nessas cidades, grupos reconhecidos como pontos populares organizam-se em torno da defesa da soberania e segurança alimentar e nutricional, vinculados ao Programa de Aquisição de Alimentos.

⁵ Cabem aqui, as contribuições de Kohan, “As maiorias não se definem pelo número ou pela quantidade porque são um modelo ao qual há quem se conforma. As minorias, ao contrário, são potências não numeráveis ou agrupáveis em conjunto, elas não têm modelo, estão sempre em processo”. (2024, p.3).

⁶ “As rotas deste estudo se encontram no momento no qual é reconhecido que, na luta molar, busca-se a distribuição de terra e condições para nela viver. Mas, tais condições são fortalecidas no espaço onde há o disparo das revoluções moleculares” (Ribeiro, 2008, p. 52).

Pensar a partir de Deleuze e Guattari é pensar as minorias, enquanto devir, pensar como construto, na contramão das engrenagens das forças molares, de forças capitalísticas que impõem o agir subordinado a um outro tipo de devir, que é o devir fascista. Para tanto, recorreremos ao imaginário imposto sobre os corpos que habitam a cidade e que têm sofrido determinações de lugares onde o capitalismo impôs a desterritorialização e a decodificação do desejo. Ou seja, lugares de um processo violento contra os modos de existência; lugares que esquadriham vidas; lugares que nomeiam, que rotulam a partir dos códigos de verdades, códigos⁷ que são enunciados na sociedade.

Para enfrentar esses fluxos codificantes, outros movimentos se manifestam. Trata-se de movimentos que escapam às modelizações, pois movimentos criativos e inventivos que mantêm outra relação com a terra, enfim, são movimentos que escapam à subjetividade capitalística⁸. Aqui consideramos o movimento das cooperativas da agricultura familiar e dos pontos populares de combate à fome nos municípios citados. A articulação coletiva, desde o mês de junho de 2023, resultou na aliança dos povos e das entidades para fortalecer a produção oriunda da soberania alimentar para garantir o acesso ao alimento nutricionalmente saudável, ou seja, acesso para as famílias que vivem no espaço urbano.

O fato de pensar a produção do alimento em grande escala, dentro do sistema capitalista, tende a relacionar essa produção, com o cultivo da monocultura e de uma agricultura voltada ao agronegócio; uma agricultura vinculada às políticas agrícolas que

⁷ [...] não é apenas uma questão de ideia, não é apenas transmissão de significações por meio de enunciados significantes. Tampouco se reduz a modelos de identidade, ou a identificações com polos maternos, paternos etc. Trata-se de sistemas de conexões diretas entre as grandes máquinas produtivas, as grandes máquinas de controle social e as instâncias psíquicas que definem a maneira de perceber o mundo (Guattari; Rolnik, 2000, p. 27).

⁸ “O lucro capitalista é, fundamentalmente, produção de poder subjetivo. Isso não implica uma visão idealista da realidade social: a subjetividade não se situa no campo individual, seu campo é o de todos os processos de produção social e material”. (Guattari; Rolnik, 2000, p. 32).

tornam o alimento ativo financeiro. Esses alimentos são cultivados com a introdução do veneno, estimulando a distribuição do agrotóxico na terra. Essa distribuição determina a produção alimentar como o lugar de expropriação. Porém, na contramão dessa racionalidade colonial⁹ capitalista, surge a organização coletiva dos povos com incentivo do Programa de Aquisição de Alimentos – PAA, vinculado ao governo Federal¹⁰.

A partir do mês de junho de 2023, como já citado, aconteceu a articulação coletiva entre entidades e povos¹¹. O objetivo dessa articulação era viabilizar o acesso dos alimentos para famílias que habitam o espaço urbano de Pelotas e de Jaguarão. Os alimentos são produzidos pela agricultura familiar de diferentes cooperativas, como a da reforma agrária e a dos povos tradicionais, que têm produzido nas dimensões da agroecologia e da soberania alimentar¹². Como os objetivos do PAA são fortalecer a agricultura familiar na geração da economia local, bem como combater a insegurança alimentar e nutricional, a articulação em Pelotas reafirmou (e reafirma), tais objetivos. São mais de 2000 mil famílias

⁹ “Entre colonizador e colonizado, só há espaço para o trabalho forçado, a intimidação, a pressão, a polícia, os impostos, o roubo, o estupro, a imposição cultural, o desprezo, a desconfiança, o necrotério, a presunção, a grosseria, as elites, descerebradas, as massas aviltadas” (Césarie, 2020, p. 24)

¹⁰ O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) foi criado em 2003, por meio da Lei nº 10.696 e do Decreto nº 4.772. É um programa do Governo Federal que objetiva combater a fome, a insegurança alimentar e nutricional, fortalecendo a produção oriunda da agricultura familiar.

¹¹ A Cáritas Arquidiocesana de Pelotas é a Instituição guarda-chuva em parceria com GEP questão agrária, urbana e ambiental/observatório dos conflitos da cidade da UCPel, MDS, CONAB, MST e com articulação coletiva junto às organizações comunitárias e aos movimentos sociais, dos municípios de Pelotas e de Jaguarão.

¹² Soberania alimentar, proposta da Via Campesina, pretende criar a concepção de consumo coletivo agroecológico, ou seja, pretende alcançar não apenas quem vive no campo, mas toda população que não tem acesso ao alimento saudável. Pretende ainda ampliar a consciência das implicações do consumo na vida de toda população, bem como defender a diversidade na produção rompendo com a lógica da monocultura, apostando na capacidade dos povos de decidir o que vão cultivar e comer (Ribeiro, Ávila, Marques, 2018, p. 19).

e mais de 30 pontos populares, ou seja, 30 territórios de existência distribuídos nas áreas urbanas dos municípios envolvidos.

Com a dinâmica de entregas de alimentos quinzenalmente, os pontos populares e as cozinhas solidárias¹³ estão reverberando o conceito de cidade. Ainda que a cidade se apresente dentro da dinâmica mercadológica e especulativa, em suas brechas¹⁴ os coletivos constroem uma outra perspectiva de direito à cidade¹⁵, de direito à alimentação, de direito à produção, de direito de existir. De um lado, fazem valer o direito humano e social ao alimento, encontrado na Declaração Universal dos Direitos Humanos, de 1948¹⁶, e na Constituição Federal Brasileira, de 1988, mas incluído em 2010¹⁷.

Os sentidos produzidos pelos coletivos envolvidos manifestam práticas que têm, no cuidado da vida, a ética da existência. Voltamos aqui, para a proposta de minoria na perspectiva Deleuziana e Guattariana¹⁸. Segundo os autores, a

¹³ Os pontos populares e cozinhas solidárias são articulações coletivas da sociedade civil, que se apresentam como tecnologias sociais e que têm, no Ministério de Desenvolvimento Social, atendimento via Programa de Aquisição de Alimentos – PAA.

¹⁴ “Pensemos em estratégias possíveis para abalar o estatuto espacial contemporâneo, permitindo novos devires-cidade” (Mizoguchi; Fonseca, 2004, p. 188)

¹⁵ “O direito à cidade não pode ser concebido como um simples direito à visita ou de retorno às cidades tradicionais. Só pode ser formulado como direito à vida urbana, transformada, renovada” (Lefebvre, 2001, p. 118).

¹⁶ Artigo 25: 1. Todo ser humano tem direito a um padrão de vida capaz de assegurar a si e à sua família saúde, bem-estar, inclusive alimentação, vestuário, habitação, cuidados médicos e os serviços sociais indispensáveis e direito à segurança em caso de desemprego, doença invalidez, viuvez, velhice ou outros casos de perda dos meios de subsistência em circunstâncias fora de seu controle.

¹⁷ “Art. 6: São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção a maternidade e à infância, assistência aos desamparados, na forma dessa Constituição”.

¹⁸ “Em outras palavras, a ideia de devir está ligada à possibilidade ou não de um processo de se singularizar. Singularidades femininas, poéticas, homossexuais, negras, etc., podem entrar em ruptura com as estratificações dominantes”. (Guattari, Rolnik, 2000, p. 74).

minoria está no sentido de romper com os paradigmas de uma força macrofísica, transcendental - uma suposta força que vem de fora dos grupos, mas que reconhece a construção imanente dos povos. Essa é uma força molecular¹⁹ que produz uma velocidade rompanete, uma força que denuncia os marcadores reproduzidos pelas dimensões raça, classe, gênero e sexualidade. Trata-se de uma minoria não no sentido de diminuição da potência²⁰, mas de uma potência que ultrapassa os atravessamentos do sistema imposto.

As multiplicidades vão se movimentando para apresentar uma cidade na dobra²¹ do sistema, uma cidade apresentada pelos grupos e, especialmente, uma cidade ocupada por mães negras, mães solas, como exemplo, que não esperam determinações de fora, mas que estão implicadas nos processos desejanetes dos coletivos. A formação do sistema capitalista encontrou, na cidade, a mão de obra em massa - uma mão de obra que sofreu a desterritorialização de seus corpos, porém, no decorrer das configurações históricas, haverá sempre a luta e o enfrentamento dessa desterritorialização por parte daquelas e daqueles chamados de "sem"²² ou de "vida nua". A experiência popular, narrada nesse

¹⁹ A ideia de revolução molecular diz respeito sincronicamente a todos os níveis: infrapessoais (o que está em jogo no sonho, na criação, etc.); pessoais (por exemplo, as relações de autodominação, aquilo que os psicanalistas chamam de superego); e interpessoais (a invenção de novas sociabilidades na vida doméstica, amorosa, profissional, na relação com a vizinhança, com a escola, etc.) (Guattari; Rolnik, 2000, p. 46).

²⁰ "A potência estética de sentir [...] - potência de pensar filosoficamente, de conhecer cientificamente, de agir politicamente - talvez esteja em vias de ocupar uma posição privilegiada no seio dos agenciamentos [...] de nossa época" (Guattari, 2000, p. 130).

²¹ O conceito deleuziano de dobra é uma importante ferramenta teórica para se pensar a experiência subjetiva contemporânea. A dobra exprime tanto um território subjetivo quanto o processo de produção desse território caráter coextensivo do dentro e do fora. A dobra constitui, assim, tanto a subjetividade, como território existencial" (Silva, 2004, P. 239)

²² [...] A multiplicação dos deixados à margem do crescimento tanto no Sul quanto no Norte, e também a renovação incessante da humilhação e do esmagamento subjetivo de todos aqueles que essa modernidade designa despuadoradamente,

item, apresenta tal enfrentamento. As intensidades coletivas na experiência das cooperativas e dos pontos populares vão contornando a cidade com uma outra cor, com um outro movimento, com uma outra forma de habitar, um outro modo de ocupar, de territorializar seus modos de existir. “O urbano corresponde a uma forma de encontro e dispersão dos elementos da vida social: coisas, pessoas, signos. A cidade possui uma realidade de sentidos relacionados aos seus habitantes” (Fonseca, 2003, p. 256).

A metodologia de trabalho para a distribuição é construída junto. No dia da entrega dos alimentos, os grupos ajudam a descarregá-los junto aos caminhões das cooperativas, montando uma corrente na qual um alimento vai passando de mão em mão, assim todos ajudam a distribuí-los no salão de entregas. Feito os descarregamentos, montam-se ilhas, com o número de grupos presentes, e a distribuição dos alimentos é feita de forma equitativa. Os alimentos distribuídos são verduras, legumes, frutas, laticínios, panificados, e agora, já com projeção futura, haverá também entrega de carnes. Esse movimento, registra que lidar com o alimento, coletivamente, é contracolonizar²³ a ideia de que tal distribuição, configura-se como doação, dentro da perspectiva caritativa e assistencialista, pois a distribuição não é benefício, e, sim, direito humano e social.

Ainda, essa dinâmica de participação, apresenta o poder constituinte²⁴ da força envolvida, uma vez que há um tipo de política em que não se permite controlar e disciplinar do fora. Esse poder se impõe contra um tipo de relação na sociedade cuja origem é imperial, colonial, é “uma subversão a partir do interior”

diante da globalização, como os “sem”: sem-pátria, sem-território, e também sem-teto, sem-trabalho, sem-documentos, sem-direito a um espaço de palavra. (Fanon, 2005, p. 20).

²³ “A partir daí, seguimos na prática das denominações dos modos e das falas, para contrariar o colonialismo. É o que chamamos de guerra das denominações: o jogo de contrariar as palavras coloniais como modo de enfraquecê-las” (Santos, 2023, p. 13)

²⁴ “Falar de poder constituinte é falar de democracia” (Negri, 2014, p. 30).

(Perrone, 2003, p. 131); é resistência vívica. São desejos políticos que recusam a hegemonia, recusam o status quo. São desejos que demandam caminhos não prontos, não constituídos, mas constituintes. São caminhos intempestivos, disparates marginais e micro revolucionários.

Portanto, uma cidade menor é composta de iniciativas coletivas para produzir outros tipos de processos que partem da realidade vivida, do lugar de fala que, para existirem, necessitam e exigem o lugar de escuta. Trata-se, então, de uma cidade outra, uma cidade que escapa do pensamento único, do pensamento que reduz a cidade como espaço privilegiado do consumo. Nessa perspectiva, a cidade existe não apenas pelo desejo de conservar as normas e as regulamentações, os ordenamentos urbanísticos e jurídicos. É uma cidade que também existe nas margens ou nas fronteiras das codificações, uma cidade composta por uma heterogeneidade desobediente. “O que queremos dizer, na verdade, é que os corpos coletivos sempre têm franjas ou minorias que reconstituem equivalentes de máquinas de guerra, sob formas, por vezes muito inesperadas, em agenciamentos determinados[...]” (Deleuze; Guattari, 1997, p. 32). Quais são agenciamentos inesperados? Nesse caso, são os pontos populares e as cozinhas solidárias de combate à fome e à insegurança alimentar. Mas, o que são máquinas de guerra ou, o que é uma máquina de guerra? É uma potência inventiva, criativa e nômade que enfrenta a máquina do Estado. Portanto, tais agenciamentos subvertem a ordem estabelecida.

Sendo assim, as experiências e vivências que acontecem no disparate do cotidiano, que não se permitem subjugar, submeter, subordinar, subalternizar etc., vão cartografando uma outra cidade, uma cidade que busca ser e existir, fora do controle da soberania estatal. As formações do capitalismo no ocidente se enraizaram nas dinâmicas da biopolítica e da necropolítica, assim tentar fissurar as políticas que determinam a vida e a morte é o que os coletivos apresentados aqui tentam fazer na cidade.

3. Considerações Finais

Este capítulo desejou transitar entre a problematização de uma cidade negada, criatura dos planejadores e seus aliados, para uma cidade minoritária, cidade potência coletiva. Ainda que ambas aconteçam juntas, seja no atravessamento das políticas de morte, seja na transversalidade de uma política inventiva, o certo é que sempre existirão lutas capazes de reverberar as imposições do sistema com origem colonial e patriarcal. Essa situação ocorre dentro de uma estrutura racista para o “socius”²⁵, para uma sociedade, como defendiam Deleuze e Guattari (1997) que, de um lado, é marcada por um controle conservador, opressor e dominante, mas, de outro, pelos registros da intensidade de um corpo pleno, de um corpo crítico, livre e intempestivo. As iniciativas construídas junto aos pontos populares e às cozinhas solidárias na relação com a cooperativas da agricultura familiar destacaram a resistência em permanecer existindo na brecha do padrão e do sistema imposto.

Referências

AGAMBEM, Giorgio. Homo Sacer: O poder e a vida nua I. 2 ed. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2014.

BERTH, Joice. Se a cidade fosse nossa: Racismos, falocentrismos e Norma Familiar. e opressões nas cidades. RJ: Paz & Terra, 2023.

CERTAU, Michel de. A Invenção do Cotidiano. 1 Artes de Fazer. RJ: Petrópolis: Vozes, 1994.

²⁵ “... refere-se a uma multiplicidade, a uma rede de processos que opera, ao mesmo tempo, além do indivíduo, junto do socius...” (KASTRUP, 1999, p. 187).

COSTA, Jurandir Freire. *Ordem Médica*. 4 ed. RJ: Edições Graal, 1999.

Declaração Universal dos Direitos Humanos – Instituto Legado. Disponível em: <https://institutolegado.org/blog/declaracao-universal-dos-direitos-humanos-integra>. Acesso em: 30 set. 2024.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. *Mil Platôs: capitalismo e Esquizofrenia*. Vol. 1. Rio de Janeiro: Editora 34, 1995. Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/doutrina/secao/art-6-capitulo-ii-dos-direitos-sociais-constituicao-federal-comentada/1196976617>. Acesso em: 30 set. 2024.

GUATTARI, Félix. *Caosmose: um novo paradigma estético*. SP: Editora 34, 2000.

GUATTARI, Félix; ROLNIK, Sueli. *Micropolítica: cartografias do desejo*. 6 ed. RJ: Vozes, 2000.

HARVEY, David. A liberdade da cidade. In: MARICATO, Erminia et al. *Cidades Rebeldes*. São Paulo: Boitempo: Carta Maior, 2013.

Informalidade atinge 47,4% dos trabalhadores negros do Brasil, diz IBGE. Disponível em: <https://www.cut.org.br/noticias/informalidade-atinge-47-4-dos-trabalhadores-negros-do-brasil-diz-ibge-766e>. Acesso em: 08 jul. 2024.

KASTRUP, Virgínia. *A invenção de si e do mundo*. Campinas: Papirus, 1999.

Kilombo Urbano Canto de Conexão (@ocupacantodeconexao). Disponível em: <https://www.instagram.com/ocupacantodeconexao/>. Acesso em: 05 jul. 2024.

KOHAN, Walter Omar. Apontamentos para uma (nova) política e uma (também nova) educação da infância. Disponível em: <https://anped.org.br/27ra.htm>. Acesso em: 27 set. 2024.

LEFEBVRE, Henri. O Direito à Cidade. São Paulo: Centauro, 2001.

MAIS. Pelotas é a cidade gaúcha com mais moradores de rua. Disponível em: <https://diariodamanhapelotas.com.br/site/pelotas-e-a-cidade-gaucha-com-mais-moradores-de-rua/>. Acesso em: 24 jun. 2022.

MARICATO, Erminia. O impasse da política urbana no Brasil. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

MBEMBE, Achille. Necropolítica. São Paulo: n-1 edições, 2018.

MENDONÇA, Márcio José. Urbicídio: uma Aproximação Temática e Conceitual com o Brasil. Espaço Aberto, PPGG - UFRJ, Rio de Janeiro, v. 10, n. 2, 2020.

IZOGUCHI, L.; FONSECA, T. M. G. Corpoartecidade: (inten)cidades dos corpos urbanos. In: FONSECA, Tania Mara Galli; ENGELMAN, Selda. Corpo, Arte e Clínica. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2004.

NEGRI, Antonin. O Poder Constituinte: ensaios sobre alternativas da modernidade. RJ: Editora Lamparina, 2014.

O desalento das pessoas que desistiram de procurar trabalho | Agência de Notícias. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/21318-o-desalento-das-pessoas-que-desistiram-de-procurar-trabalho>. Acesso em: 05 jul. 2024.

RIBEIRO, Cristine Jaques. Cartografias Caboclas. Pelotas: Educat, 2008.

RIBEIRO, Cristine Jaques; AVILA, Jessica; MARQUES, Francine. Da Segurança Alimentar à Soberania Alimentar: Problematizando as Políticas de Combate à Fome. *Sociedade em Debate (Pelotas)*, v. 24, n.2, p.09–24, 2018. Disponível em: <https://revistas.ucpel.edu.br/rsd/article/view/1673/1177>. Acesso em: 30 set. 2024.

RIBEIRO, Cristine; MORAES, Camila de Freitas; ARAÚJO, Carla Graziela B. A População “Infame” da cidade: sexualidades e gênero em debate. In: QUADRADO, Jaqueline Carvalho. *Desfazendo saberes na fronteira*. Porto Alegre: Evagraf, 2021.
ROLNIK, Raquel. São Paulo: O planejamento da desigualdade. São Paulo: Fósforo, 2022.

SANTOS, Antônio Bispo. *A Terra Dá, A Terra Quer*. São Paulo: Ubu Editora/PISEAGRAMA, 2023.

SILVA, R. N. da. A dobra deleuziana: o mundo como potência de invenção. In: FONSECA, Tania Mara Galli; ENGELMAN, Selda. *Corpo, Arte e Clínica*. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2004.

VAINER, Carlos. Pátria, empresa e mercadoria. In: ARANTES, Otília; VAINER, Carlos; MARICATO, Ermínia. *A cidade do pensamento único: Desmanchando consensos*. 8 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

PARTE II

CIDADES:

TERRITÓRIOS PLURAIS

CAPÍTULO 7

QUANDO A ÁGUA VEIO: insegurança e segregações na Vila dos Papeleiros, Porto Alegre - RS

Luis Carlos Ribeiro Stephanou
Isadora Scopel Simon
Leonardo Boezio Márquez

Introdução

Carlos Henrique (nome fictício) apresentava marcas visíveis do tempo em que passou nas ruas. Seu corpo e olhar, que refletiam experiências difíceis, poderiam facilmente ser de um homem de quarenta, setenta anos ou de qualquer idade entre esses extremos. Há mais de dez anos, ele vivia na Voluntários da Pátria ou nas ruas próximas, sempre nas redondezas da Vila dos Papeleiros, uma área de moradias populares que foi urbanizada na saída do centro de Porto Alegre. Ele conhecia bem a vida nas ruas, entendia seus códigos e sabia como funcionavam as instituições e iniciativas que o ajudavam a sobreviver. Depois de se livrar das drogas que prejudicaram sua saúde por muitos anos, Carlos Henrique se mostrava um verdadeiro sobrevivente, habilidoso em lidar com as dificuldades do cotidiano. Nada parecia abalar sua estabilidade. Pelo menos até o dia 3 de maio de 2024, que marcaria o início da maior enchente da história de Porto Alegre e do Rio Grande do Sul.

Ele e centenas de outras pessoas que viviam nas ruas, além dos moradores da Vila dos Papeleiros e das áreas vizinhas, foram obrigados a deixar rapidamente seus lares. Alguns não perderam quase nada, simplesmente porque já não tinham muito o que perder. Outros, no entanto, perderam tudo, uma realidade distante

para quem morava em prédios no bairro Floresta, a poucas centenas de metros dali.

Assim, parte daqueles que não tinham nada antes e os recém-desabrigados subiram uma pequena elevação após a Avenida Farrapos e montaram barracas improvisadas na Avenida Cristóvão Colombo. Outros buscaram abrigo na casa de familiares ou amigos em áreas da cidade menos afetadas pela enchente. E alguns, sem alternativas, foram para os abrigos criados imediatamente após o início da tragédia. Embora estivessem protegidos das águas poluídas, não estavam livres dos preconceitos e da discriminação. Infelizmente, iniciavam uma nova fase em seus longos processos de exclusão social, marcada por mais perdas. Carlos Henrique tornava-se apenas mais um em novas estatísticas que apagavam as diferenças entre as populações marginalizadas. Moradores da Vila dos Papeleiros, ocupantes da cracolândia ao lado da rodoviária, moradores de rua e catadores de material reciclável daquela região tornaram-se vítimas da enchente e tiveram seus territórios transformados e transtornados.

A enchente causou danos ambientais profundos, afetando diretamente e indiretamente uma parte significativa da economia do Rio Grande do Sul e destruindo uma quantidade considerável de infraestrutura urbana em muitos municípios atingidos. Além disso, impactou as casas e vidas de centenas de milhares de pessoas, sendo que as populações já vulneráveis sofreram os efeitos mais severos e continuam enfrentando suas consequências quase um ano depois.

A descrição acima refere-se a um território sempre associado a situações de insegurança e segregação. Para entender melhor alguns dos efeitos da enchente em populações com alto grau de vulnerabilidade, é necessário aprofundar a análise desse local considerando elementos históricos, visões sobre planejamento urbano e outras questões que revelam as complexidades das contradições presentes. Um desastre socioambiental é um momento propício para acentuar os desencontros entre o que foi planejado e o que realmente acontece.

Os processos de segregação socioespacial estão presentes em todas as grandes cidades brasileiras e também na maioria das cidades médias e até mesmo em localidades menores que já vêm enfrentando rupturas em seus territórios. Apesar da abrangência do fenômeno, decidimos focar nossas observações na experiência de um microterritório em Porto Alegre: a Vila dos Papeleiros.

Para realizar nossa investigação, interagimos com o trabalho da organização social TransLAB.URB, reconhecida por suas experiências em urbanismo crítico em Porto Alegre. A TransLAB.URB tem desenvolvido assessorias e intervenções urbanísticas com a população da Vila dos Papeleiros; portanto, este texto também dialoga parcialmente com essa experiência de educação e intervenção urbana. A organização mantém contato com o Centro Social Marista, um espaço social ligado ao Instituto Marista de Solidariedade, que realiza ações sociais constantes na Vila dos Papeleiros. O diálogo com essas duas organizações sociais proporcionou *insights* valiosos que estão sistematizados neste texto.

Realizamos duas caminhadas etnográficas no território logo após as águas baixarem e revelarem os estragos causados pela enchente. Nessas caminhadas, além das marcas visíveis da destruição, pudemos perceber os esforços da comunidade para recuperar suas perdas materiais e retomar suas atividades econômicas focadas na venda de produtos coletados como material reciclável. Também observamos o impacto das iniciativas locais imediatas de assistência na recomposição de móveis e eletrodomésticos – itens essenciais que muitos moradores perderam completamente.

Além disso, registramos algumas conversas com moradores locais por meio de três entrevistas rápidas sobre o tema da enchente. As entrevistas trouxeram-nos elementos importantes para entender as relações sociais e as segregações presentes na Vila dos Papeleiros, que também podem estar relacionadas a outras áreas. Em um estudo mais aprofundado, haveria espaço para mais entrevistas; no entanto, devido ao tempo disponível e às dinâmicas dos moradores, não foi possível realizar uma quantidade de entrevistas mais significativa.

Embora limitadas, as conversas definem nossa metodologia de pesquisa e orientam nossas ações junto às comunidades urbanas. Tanto a pesquisa quanto os projetos estão sempre focados em processos de escuta ativa das populações locais.

O texto está dividido em quatro partes. Na primeira parte, apresentamos um breve histórico e algumas características da Vila dos Papeleiros/Loteamento Santa Terezinha. Na segunda parte, sublinhamos algumas questões importantes sobre a atividade de coleta dos papeleiros, que compõem grande parte da população da vila. Na terceira seção, refletimos sobre o conceito de sociedade de risco como uma possível chave de leitura para as vivências da população na Vila dos Papeleiros e em muitas outras localidades, durante as enchentes de maio de 2024.

Por fim, analisamos questões diretamente relacionadas à enchente a partir das entrevistas realizadas, evidenciando que a catástrofe não foi um evento isolado na vida dessa população e que alguns de seus efeitos ainda persistem quase um ano após o ocorrido, mesmo tendo se estabelecido uma sólida rede de apoio social e com os moradores já tendo retornado às suas casas.

A Vila dos Papeleiros ou Loteamento Santa Terezinha

A Vila dos Papeleiros, oficialmente chamada de Vila Santa Terezinha, está situada na saída do centro de Porto Alegre em direção à região norte. Trata-se de uma localização com intenso fluxo de veículos e ampla visibilidade. Seus limites são a Avenida Castelo Branco, na parte mais próxima do Lago Guaíba e que é, também, a principal rota de saída de Porto Alegre, conectando-se diretamente com a estrada BR 290, conhecida como Freeway. Essa rodovia é a mais movimentada do Rio Grande do Sul, ligando Porto Alegre ao litoral norte do estado e ao restante do país. Do outro lado a Vila dos Papeleiros está situada no leito da Avenida Voluntários da Pátria, uma das vias mais antigas da cidade, que historicamente é associada a grupos sociais marginalizados e a

diversas atividades de trabalho e lazer populares, bem como a uma história mais antiga de lugar fabril da cidade.

A Vila dos Papeleiros está situada no que se considera principal “porta de saída” do centro de Porto Alegre, região bastante afetada pelas enchentes de maio de 2024. Um dos aspectos que deve ser destacado é sua proximidade física com o Lago Guaíba, algo que em geral não se tem muito presente porque há diversas barreiras entre o assentamento e as águas do lago. Entre ambos, encontra-se o dique formado pela Avenida Castelo Branco, a linha de metrô, o muro do cais e o próprio porto. Todas essas barreiras tornam a área praticamente inacessível aos moradores e faz com que, no imaginário urbano, a vila pareça estar mais distante das águas.

Porém, em distância direta, todo seu território fica a 250 metros ou menos das águas do Guaíba. Mais adiante, veremos que a proximidade por si só talvez não tenha sido o principal motivo das enchentes, já que a Avenida Castelo Branco, que foi construída em uma cota mais elevada do que as ruas próximas e o próprio loteamento, atua como uma espécie de barreira, funcionando como uma barragem. Ainda assim, nesse contexto, essa proximidade representa um fator de risco que deve ser levado em consideração. O Mapa 01 destaca alguns pontos: a cercania com o centro, o fluxo de trânsito urbano na região e a proximidade com o Lago Guaíba.

Mapa 01 – Localização do Loteamento Santa Terezinha (Vila dos Papeleiros).



Fonte: elaborado por Isadora Scopel Simon, 2024, com base no Sistema geodésico de referência SIRGAS 2000 / UTM zone 22S 31982. Disponível em <https://dadosabertos.poa.br/>

Há alguns outros elementos presentes no mapa que necessitam ser destacados. O primeiro é que, pela sua localização de saída do centro da cidade, a Vila dos Papeleiros tem acesso fácil pelas avenidas Voluntários da Pátria e, de forma paralela, pela Avenida Farrapos. São duas vias de conexão muito importantes com a parte da região norte de Porto Alegre situada na orla do Guaíba, o denominado Quarto Distrito.

A Vila dos Papeleiros não é um local isolado numa margem ou periferia da cidade e tampouco é um lugar inacessível, no qual somente há vias expressas que rasgam seu território. Ao contrário: é irrigada por uma série de pequenas ruas do Bairro Floresta que confluem para as avenidas Voluntários da Pátria e Farrapos. Essa localização, associada às suas características de mobilidade, torna

o Loteamento Santa Terezinha um lugar estratégico para os catadores de material reciclável.

Possivelmente o equipamento urbano mais importante que se encontra nas cercanias seja a Estação Rodoviária de Porto Alegre. Não que os moradores acessem diretamente a Rodoviária para realizarem viagens intermunicipais ou até mesmo outras mais distantes; esta é uma condição muito eventual. Contudo, em torno da Rodoviária, articulam-se muitos serviços de variadas naturezas que são utilizados por parte da população da Vila dos Papeleiros. É o caso de templos religiosos, pequenas oportunidades de serviços em biscates, comércio informal de mercadorias, trabalho em lancherias, mendicância, acesso à distribuição de refeições e outras possibilidades que eventualmente se oferecem para sua sobrevivência. A Rodoviária é um crisol de oportunidades para a população da região.

E não somente para a população pobre estabelecida na região. Como se demonstra no mapa 01, o acesso à Rodoviária concentra a maior população de rua da cidade. São centenas de pessoas cuja situação de vida está permanente no limite da sobrevivência e dependem inteiramente de uma série de estruturas formais e informais, com suas múltiplas relações de solidariedade e exploração.

Uma significativa parcela da população de rua do entorno da Rodoviária faz parte do que Raupp e Adorno denominam territórios psicotrópicos. Esses autores nomeiam como territórios psicotrópicos o entorno da Rodoviária, o Albergue Municipal e o próprio Loteamento Santa Terezinha. As estratégias de sobrevivência das populações nestes lugares combinam iniciativas lícitas com outras ilícitas, com características de violência ou não. As iniciativas de assistência social também são utilizadas para a manutenção das adições, e a ação de Estado de caráter repressivo costuma ser inócua, pois as possibilidades de flexibilidade na ocupação do território são inúmeras e de resposta muito rápida. Um ponto de venda de drogas desarticulado pela polícia é rapidamente substituído por outro (Raupp e Adorno, 2015).

Raupp e Adorno também fazem a distinção entre formas leves e formas muito comprometidas de adição a substâncias psicotrópicas, em especial o crack, e mencionam as diferentes estratégias de obtenção de drogas conforme o gênero e a faixa etária. As variações no agir destes grupos ou pessoas vão produzindo impactos diferenciados no território.

A região em torno da Estação Rodoviária também é conhecida pelos pontos de prostituição na rua. Na Avenida Voluntários da Pátria, nos quarteirões que se aproximam mais do centro da cidade, concentram-se mulheres profissionais do sexo. Já na Avenida Farrapos, do seu início até um pouco após a esquina com a Rua Ramiro Barcelos, há a presença de mulheres profissionais do sexo, travestis e transgêneros profissionais do sexo, tanto na rua quanto nas diversas boates que ali se localizam.

Historicamente portos, rodoviárias, estações de trem ou mercados públicos são lugares de prostituição e, em Porto Alegre, o contexto não é diferente. Esses territórios costumam ser estigmatizados, e as populações que aí convivem trabalhando ou morando sofrem os efeitos do processo.

Assim, a região de acesso à Rodoviária, com a grande concentração de população de rua em situação de drogadição e pontos de prostituição popular, junto com um território caracterizado por catadores de material reciclável, encontra-se muito associada ao processo de estigmatização da população pobre da região. Isso apresentará algumas consequências no momento da enchente.

Outra presença muito significativa na região são as igrejas. O dado em si não causa surpresa, pois é bastante comum que, nas regiões degradadas de áreas centrais de grandes cidades, haja não somente uma presença significativa de igrejas como também o proselitismo religioso e a assistência social promovida por grupos de pessoas identificadas com alguma estrutura eclesial. Chama a atenção, além de diversas igrejas evangélicas neopentecostais, a presença muito significativa de igrejas batistas na região, além de uma escola bastante tradicional, o Colégio Batista. Também há

quatro paróquias católicas, todas muito ativas junto a parcelas dessas populações empobrecidas no território em que vivem.

Nesse aspecto, é significativo que o nome oficial da Vila dos Papeleiros, decidido por lideranças comunitárias, seja Loteamento Santa Terezinha. Como já se mencionou e aparece no decorrer deste texto, há uma ambiguidade de nomenclatura. A Vila dos Papeleiros, oficialmente Loteamento Santa Terezinha, é mais conhecida pelo nome relacionado à atividade de trabalho de uma parte significativa de sua população do que por seu nome oficial. O nome informal sobrepuja o formal, mas este tem algumas vantagens simbólicas que são adequadas aos movimentos das lideranças locais.

Nomes de lugares nas cidades têm pouco de fortuito. Geralmente são uma manifestação de disputas simbólicas em torno de visões de mundo, projetos em conflito e uma das formas de materializar o domínio dos vencedores. Por que há tão poucos nomes de mulheres, negros ou indígenas nas ruas da cidade? Sandra Pesavento (2001) demonstra a mudança ocorrida no final do século XIX no centro de Porto Alegre. A urbanização da região, com a substituição de becos por ruas, mudou as denominações relacionadas ao cotidiano desses lugares por nomes de personagens da história política do país, praticamente todos homens e muitos dedicados a atividades militares, em especial envolvidos na Guerra do Paraguai e na Revolução Farroupilha.

Este é somente um exemplo. A nomeação por estratégias de grupos ou interesses políticos ocorre em outros espaços públicos e privados da cidade. De acordo com uma das lideranças locais, o nome escolhido é uma homenagem à Paróquia Santa Terezinha, da Igreja Católica, situada nas cercanias da Vila. *“A vila se chama Loteamento Santa Terezinha por causa da igreja. Tem a Igreja São Pedro e a Igreja Santa Terezinha. Daí eu falei que já tinha a Vila São Pedro e aí ficou Santa Terezinha”* (Entrevista 01, p. 01).

Há uma perspectiva de, através do nome, criar um sentido tático de associação com a Igreja, o que poderia possibilitar apoio em recursos de assistência social ou outras formas de obtenção de

benefícios para os moradores do local. Ademais, a delimitação de um nome que dissocia o conjunto de casas urbanizadas do antigo nome, sujeito a preconceitos, fornece uma perspectiva simbólica associada a esta mudança após a urbanização do local. Conforme já assinalamos, Vila dos Papeleiros é uma nomeação que sofre com o estigma que há em torno dessa categoria de trabalhadores. Ter seu lugar de moradia associado ao nome pode trazer malefícios ou impedir alguma forma de acesso a recursos. Segundo o mesmo líder comunitário:

Porque antigamente a vila era cem por cento papeleiro. Hoje não... Antigamente filho de papeleiro ia ser papeleiro. Hoje não, hoje filho de papeleiro ele faz um currículo e manda para uma empresa. Onde é que mora? Loteamento Santa Terezinha. Não é Vila dos Papeleiros. Daí é visto o currículo dele, e ele arruma serviço (Entrevista 01, p. 04).

Assim, ainda que seja questionável uma relação tão direta, há o sentido simbólico de não estar vinculado a um local onde o trabalho identificado com a atividade de catadores com as possibilidades de obter outros trabalhos que os próprios moradores consideram menos degradantes e com melhor retorno econômico ou maior status social. Na percepção dessa liderança, mudar o nome de Vila dos Papeleiros para Loteamento Santa Terezinha pode trazer benefícios coletivos e individuais. Os individuais estão associados a empregos melhores; os coletivos, a uma percepção de que aquele lugar não é degradado e pode ter outros significados no imaginário mais amplo da cidade. Com efeito, nem todos os moradores da Vila dos Papeleiros são catadores de material reciclável, mas é inegável o seu peso ao território onde vivem.

Voltando à análise das características locais, nota-se que o desenho do Loteamento Santa Terezinha (ou Vila dos Papeleiros) demonstra que ali houve uma ação de Estado com o objetivo de promover um ordenamento territorial e uma regularização no uso do solo. O traçado retilíneo das quadras e ruas, separadas de acordo com uma racionalidade e uniformidade é totalmente

diferente dos traçados mais desordenados e orgânicos que costumeiramente são encontrados em favelas e vilas populares. É o que se observa na figura 01.

Figura 01 – Vila dos Papeleiros, visão aérea, 2025.



Fonte: https://www.google.com.br/maps/@-30.0172093,-51.2125111,469m/data=!3m1!1e3?hl=pt-BR&entry=tту&g_ep=EgoyMDI1MDMyNS4xIKXMDSoJLDEwMjExNDUzSAFQAw%3D%3D

A disposição das moradias no Loteamento assinala, com muita nitidez, doze quadras bem estruturadas. Elas são dispostas num retângulo e separadas no meio por uma área de uso público, onde se situa o Centro Social Marista Irmão Bortolini e a Escola Infantil Menino Jesus, também sob coordenação da ordem religiosa dos Irmãos Maristas, muito atuante em Porto Alegre no campo da educação e também na assistência social.

Nas laterais desse retângulo, como fronteira, também há espaços ocupados com instalações de caráter público. De um lado, em direção ao Centro, há uma subestação de energia elétrica. E do outro lado, na direção dos bairros que compõem a entrada da

cidade, há uma construção com bastante área de pátio e sem identificação. As áreas laterais, de certa forma, funcionam como área de escape em termos de ventilação e dispersão da poluição sonora que afeta a região.

A parte dos fundos do Loteamento faz vizinhança com a Avenida Presidente Castelo Branco que, como já foi mencionado, funciona como um dique de contenção das águas do Guaíba em caso de cheias. Justamente por essa característica, as construções da Vila dos Papeleiros se encontram numa cota rebaixada em relação à Avenida-Dique, dando a impressão de que estão enterradas no território.

Já na parte da frente do Loteamento, na Avenida Voluntários da Pátria, há uma atividade constante de separação e organização de materiais recicláveis. Dezenas de carrinhos disputam o pequeno espaço com centenas de bolsas (chamadas bags) cheias de material para ser separado ou remetido a locais de venda. Há também pequenos depósitos de material reciclado improvisados em áreas livres ou em casas que estão total ou parcialmente transformadas para a finalidade de servirem de armazenagem. Atravessando a rua, exatamente em frente à extensão da Vila, há uma série de depósitos de material reciclável que compram a coleta de muitos catadores avulsos, o que aumenta muito o fluxo de mercadorias recicláveis e de catadores naquele território. O loteamento somente é acessível a partir de sua parte frontal, pois não há ligações do interior das quadras com a parte externa a partir das laterais ou da parte posterior da Vila. Apesar de haver várias entradas/saídas, elas se concentram no leito da Avenida Voluntários da Pátria.

A profusão de catadores do Loteamento ou de outros locais, a quantidade de material reciclado disposto ao ar livre, o desgaste dos equipamentos urbanos e os depósitos particulares localizados em prédios decrépitos dão um ar de miséria ao conjunto do território. É consternador observar os girassóis e outras flores plantadas em canteiros e protegidas por um muro bem pintado, num dos acessos ao local das moradias. Formam uma disparidade

bastante significativa com a paisagem que se encontra não somente no Loteamento, mas também nas redondezas.

A racionalidade e o sentido de ordenamento que há nas quadras do Loteamento contrastam com o uso intenso do local, que coloca desafios para a sua condição ambiental. O território foi urbanizado, mas esta urbanização não logrou contemplar algumas questões específicas relacionadas ao trabalho e a qualidade de vida desta população.

Contudo, nem sempre a Vila dos Papeleiros foi um local urbanizado. Até o momento de se transformar em Loteamento Santa Terezinha, a história de ocupação popular urbana desse território transita por diversos períodos.

Durante os primeiros anos da década de 1960, surge a Vila Salseiro, que se localiza na área que estava destinada à Rodoviária de Porto Alegre. Com a construção da Estação Rodoviária, inaugurada em 1970, a população da vila foi transferida pela Prefeitura para a região norte da cidade, em local bastante distante do Centro. Uma parte considerável dos moradores transferidos regressou a uma região próxima do Cais do Porto, originando a Vila Cascalho.

Contudo, estas famílias foram novamente retiradas para a remodelação da Avenida Castelo Branco, integrada a BR-290 (Freeway) quando de sua inauguração, em 1973. Naquela ocasião, foram reassentados na zona leste (junto aos moradores da Vila dos Marítimos) e na zona sul (Restinga). Novamente uma parte da população regressou, ocupando uma área denominada Cantão das Docas, muito próxima da Ponte do Guaíba e da atual área da Vila dos Papeleiros (Caballero, 2008).

Posteriormente, já no final da década de 1970, houve nova retirada dos moradores, o que não impediu que uma extensa faixa entre a atual Vila dos Papeleiros e a Ponte do Guaíba fosse novamente reocupada. Isso ocorreu em fragmentos de território, por parte dessas famílias e de outras que continuamente alimentaram esta região da entrada da cidade a partir do êxodo rural de famílias do interior do Estado e até mesmo de Santa

Catarina. O processo de reocupação foi consolidando o território e sua vizinhança como um espaço de moradias populares, nas quais famílias dedicadas à coleta de material reciclável viviam.

O adensamento da Vila dos Papeleiros durou até 2003, quando houve um grande incêndio que consumiu alguns casebres. Em 2004, ocorreu novo incêndio. Com proporções mais significativas, danificou um número muito maior de casas. Anteriormente, em décadas passadas, de acordo com as entrevistas com moradores, também já haviam ocorrido alguns incêndios. Esses desastres - aliados à pressão dos moradores e de organizações sociais e a existência de um programa de intervenções urbanas com recursos federais para urbanizar a entrada da cidade - possibilitou a articulação de um projeto de melhoria nas condições de moradia e equipamentos urbanos da área, transformando a Vila dos Papeleiros em Loteamento Santa Terezinha e mantendo, naquele território, os moradores que ali já viviam e trabalhavam. Assim, de acordo com Indira Caballero, após o último incêndio,

a população da Vila foi removida para um conjunto de “casas de passagem” onde permaneceu até as obras do conjunto habitacional, iniciadas no final de 2004, serem finalizadas. Metade das moradias foi entregue à comunidade em dezembro de 2006 e metade em março de 2007. Uma quadra de esportes, uma creche e a sede da Associação de Moradores foram finalizadas e entregues em maio de 2007 (Caballero, 2008, p. 15).

Assim, percebe-se um constante movimento de ocupação, expulsão e regresso ao território por parte da população da Vila dos Papeleiros, até o momento de maior estabilidade a partir da organização do Loteamento. Cada movimento na história desse território vai também alterando a composição social de seus moradores, embora as características gerais continuem sendo semelhantes.

Ao longo da história da localidade, sua população pobre sempre esteve destituída de segurança em relação ao território e à possibilidade de assentamento de moradias que não fossem

precárias do ponto de vista físico e jurídico. Essa insegurança ainda persiste na memória da população, embora, com a urbanização e transformação em Loteamento Santa Terezinha, as famílias tenham obtido documentos de concessão de uso por parte da Prefeitura¹.

Contudo, é inegável que a urbanização, combinada com a regularização fundiária, estancaram o caráter de fragilidade absoluta com a qual a população sempre se relacionou com o local, abrindo novas possibilidades associativas, de educação e ao menos de relativa segurança em relação aos contextos anteriores. A enchentes e seus resultados dramáticos trouxeram, novamente, uma carga de insegurança e diversas situações adicionais de precariedade para uma boa parte das famílias que aí vivem.

A segunda questão, ainda mais importante, já amplamente mencionada, é a principal característica da população, em grande parte relacionada à atividade de sobrevivência econômica em torno da catação de materiais recicláveis, o que será esmiuçado na próxima parte do texto.

Os papaleiros e o Loteamento Santa Terezinha

Desde as primeiras ocupações de áreas na região fronteira ao porto e na região central de Porto Alegre, as atividades de coleta de materiais recicláveis foram a principal alternativa de sobrevivência das famílias. O depoimento de uma moradora do atual Loteamento Santa Terezinha ilustra a questão e demonstra como há um sentido de continuidade muito forte na principal atividade econômica, mesmo com as descontinuidades de ocupação territorial:

¹ No trabalho de campo, tanto nas entrevistas quanto nas conversas informais com os moradores, foi possível perceber que a enchente reviveu velhos medos de remoção das casas. Havia boatos de que as casas seriam compradas ou até mesmo demolidas, sendo oferecidas possibilidades de moradia para os moradores em outros locais da cidade. Evidentemente esse tipo de especulação obtém, de forma instantânea, lastro a partir da memória de diversos deslocamentos forçados aos quais esses moradores já tiveram de se submeter em outros momentos.

A minha vida foi toda vida papelreira. Puxando carrinho de papel, comecei com treze anos e parei agora com sessenta e poucos anos, mas eu gosto, tenho vontade. Acho que só não voltei por que eu não tenho carrinho. Eu tô aí né? Tô em casa. Aí pego um troquinho em um mês, empilho dois metros... E a gente vai vivendo como pode. Aí eu tenho um pessoal que me ajuda... (Entrevista 2, p. 01)

Evidentemente a relação papelreiro-território é crucial para entender o arraigo à região e, também, a crescente oposição às propostas de expulsão do lugar mediante reassentamentos em localidades distantes do Centro da cidade. É essencial aos papelreiros viverem próximos das possibilidades de coleta, uma vez que dependem de seus corpos tanto para os deslocamentos quanto para a organização dos materiais recicláveis que conseguem juntar. Quanto mais distantes estiverem dos materiais a serem coletados, menor será a possibilidade de obterem rendimentos que lhes garantam a sobrevivência. Distantes das melhores possibilidades de obtenção de mercadoria, não têm como sobreviver na “vida papelreira”. Uma questão básica e óbvia, mas, mesmo assim, nem sempre compreendida pelos agentes públicos tomadores de decisões.

Annelise Steingleder (2017) faz algumas observações interessantes sobre os catadores de materiais recicláveis em Porto Alegre, a partir de uma análise social e jurídica, destacando o conceito de lugar. Para ela, esse conceito pode ser entendido de diferentes formas. A primeira é o lugar de fala, que se relaciona com as ações cidadãs de grupos ou indivíduos em determinado tempo e espaço. A segunda é a ideia de lugar como um espaço físico e geográfico, que dá forma e materialidade a um território específico. Por fim, também podemos pensar no lugar como uma produção de territorialidades, ou seja, uma forma de entender como as relações sociais se constroem em um espaço determinado (Steingleder, 2017).

No aspecto jurídico, segundo a autora, há uma desconexão entre a Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS) e o planejamento urbano e territorial de Porto Alegre, especialmente em relação ao Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano e

Ambiental e às demarcações das ZEIS – Zonas Especiais de Interesse Social.

Enquanto a política nacional reconhece os catadores como agentes ambientais e atribui a eles um papel importante na reciclagem, os instrumentos jurídicos municipais de Porto Alegre muitas vezes não levam em conta as particularidades e necessidades específicas dos recicladores/as. Na prática, a legislação acaba contribuindo para aumentar a segregação e a exclusão social dos catadores, que ficam invisíveis dentro do território. Essa situação não é apenas uma questão teórica ou conceitual; ela envolve problemas bem concretos, como a dificuldade de acesso a crédito e empréstimos para fortalecer seus processos de trabalho. Um exemplo disso é o depoimento de uma liderança da cooperativa de catadores do Loteamento Santa Terezinha, que ilustra bem a questão:

O meu trabalho sempre foi um trabalho social. O único dinheiro que eu ganhei foi um pessoal da França que veio aqui e nos ajudava. E nos dava um dinheiro e dizia “eu quero contribuir com vinte carrinhos. O senhor faz um orçamento e nós damos vinte carrinhos”. Só que pelo dinheiro só dava pra comprar quatro carrinhos. Daí eu arrumei um jeito melhor e perguntei se podia fazer do meu jeito. Daí eu chegava pros papeleiros e perguntava se não tem um carrinho que eu pudesse comprar. No fim arrumei mais de vinte carrinhos usados; se fossem novos era muito menos (Entrevista 01, p. 03).

A forma que os catadores e outros agrupamentos marginalizados da cidade encontram para levar adiante suas possibilidades de trabalho e de vida mais digna se desenvolve mais por relações interpessoais, apoios espontâneos ou de organizações sociais e pela criatividade no desenvolvimento de projetos do que por apoios formais organizados a partir de instituições que estão disponíveis por meio de políticas públicas. As redes de relações horizontais, com sua riqueza de possibilidades, improvisos e facilidade de acesso e organização, estão muito mais aptas a lidar com as necessidades específicas e com as formas também

diferenciadas de fazer chegar os recursos para as populações que sobrevivem à margem das lógicas de mercado ou dos arranjos formais de instituições públicas.

Um exemplo da falta de compreensão sobre a questão social ou da intencionalidade de promover segregação espacial é o recente relatório da Prefeitura Municipal de Porto Alegre, relacionado ao Programa de Regeneração Urbana do 4º Distrito de Porto Alegre, território onde se encontra inserida a Vila dos Papeleiros. O relatório cristaliza um esforço integrado entre diversas secretarias municipais na produção de diagnóstico e indicação de ações. A única menção à Vila dos Papeleiros, não por acaso, é feita pela Secretaria Municipal de Segurança (SMSEG):

A Secretaria destaca a questão da Vila dos Papeleiros, onde o problema social gera problemas de segurança. Nessa vila, a reciclagem é predominante. Existem várias construções ilegais, as quais são, simultaneamente, depósitos para reciclagem e barreiras que retardam a entrada de viaturas e de bombeiros. Há também concentração de moradores de rua. A região transformou-se em cenário de pequenos furtos que corroem o comércio local. Há também furtos de cabos, fios, pequenas peças de metais, tampos metálicos nas ruas (Prefeitura Municipal de Porto Alegre, 2022, p. 257).

O mesmo documento, referindo-se ao loteamento Santa Terezinha, aponta para algumas medidas que estão de acordo com este diagnóstico. Uma das questões apontadas destaca a necessidade de se refazer o projeto de urbanização da localidade, com ênfase na melhora de acesso à polícia e para outras questões de segurança (Prefeitura Municipal de Porto Alegre, 2022).

Mais incisiva ainda é a proposta de transferência da Estação Rodoviária para outra localidade, associada à constatação de que o local é um território que atrai população de rua e outros segmentos da população mais vulnerável da cidade. Logo, é evidente a estigmatização dessa população como um impulso para que se promova segregação socioespacial que, entre outras possibilidades, irá “sanear” um território e dispô-lo ao capital imobiliário.

Ainda sobre os papeleiros, Annelise Steingleder menciona a diferença entre catadores de unidades de reciclagem e catadores avulsos. Estes últimos encontram-se ainda mais desprotegidos do que os catadores que trabalham nas unidades de reciclagem organizadas pela Prefeitura, pois a luta para conseguirem material suficiente para seu sustento diário é mais árdua, além de estarem sujeitos a relações de exploração bastante predatórias por parte de donos particulares de locais de reciclagem. A própria obtenção de mercadorias, coletada sob condições de insalubridade e violência na rua, coloca-os constantemente em situação de risco. No imaginário social, pessoas e mercadorias se confundem. Ambas são descartes.

Um fator a ser considerado, e que atinge diretamente a Vila dos Papeleiros, é a mobilidade entre galpões de reciclagem e catadores avulsos. O sentido da mobilidade que vai se construindo, como aparece no depoimento do já mencionado líder da cooperativa, é muito mais intenso na destituição dos trabalhadores de galpões, transformando-os em catadores avulsos do que o contrário. Em suas palavras, dando o exemplo de um galpão de reciclagem nas cercanias do Loteamento Santa Terezinha:

Tem o galpão da Paraíba ali né... Se a Prefeitura desse a oportunidade de trabalho melhor para o catador, eles não teriam embargado o galpão ali, né? A Prefeitura embargou. O que aconteceu? O pessoal do galpão migrou aqui pra vila, por que ninguém pode ficar sem trabalhar, né? Esse monte de galpãozinho que tem na vila hoje é por que o galpão foi fechado. Pessoal migrou pra cá para reciclar. Depois... agora já não quer sair mais daqui (Entrevista 01, p. 02).

Não deixa de ser irônico, embora previsível, que a fiscalização que encontra condições de embargar um galpão de iniciativa pública não consegue atuar de forma efetiva com os diversos galpões irregulares e clandestinos que operam na região. E o poder público, que encontra disposição de solucionar irregularidades destruindo as já frágeis possibilidades de subsistência dos

catadores não se sente responsável pela construção de uma solução adequada ao problema que ajudou a criar. Como afirma Beck, para outro contexto aqui aplicável, “A sociedade tornou-se um laboratório sem nenhum responsável pelos resultados do experimento” (Beck, 2006, p. 03).

É justamente este autor, Ulrich Beck, que irá embasar este texto a partir de suas reflexões sobre a sociedade de risco, algo inerente à condição de vida dos papeleiros e de outras populações estigmatizadas que vivem e trabalham nesta parte de Porto Alegre.

Sociedade de risco

Na década de 1980, o sociólogo alemão Ulrich Beck criou o conceito de sociedade de risco. Ele buscava entender os riscos, especialmente os socioambientais, considerando-os fundamentais para explicar a passagem da modernidade para a sociedade pós-moderna. A explosão da usina nuclear de Chernobyl, ocorrida um ano após a publicação de seu livro "Sociedade de Risco – Rumo a uma outra modernidade", trouxe maior destaque e relevância política às ideias de Beck. Aqui, apresentamos alguns pontos básicos do seu trabalho para relacionar o conceito de sociedade de risco às percepções sobre os efeitos da enchente na Vila dos Papeleiros.

De modo geral, qual é a essência da teoria da sociedade de risco? Primeiramente, é importante entender que riscos sempre existiram no mundo e nas ações humanas — isso não é novidade. Cada época, lugar e contexto apresenta riscos específicos, com diferentes níveis de intensidade. Beck propõe que estamos acelerando nossa compreensão desses riscos e que os desastres socioambientais estão crescendo em escala, ameaçando a vida no planeta, seja de forma total ou parcial. Guerras sempre aconteceram, mas a ameaça de guerras nucleares elevou a ameaça a um patamar muito mais destrutivo. Assim, nossa percepção dos riscos aumenta.

Os riscos podem vir tanto da natureza — como terremotos e enchentes — quanto das ações humanas — como poluição e conflitos. Na sociedade de risco, a sensação é de que as tragédias estão cada vez mais relacionadas às ações humanas. Desde a Revolução Industrial, o ritmo acelerado da vida, o crescimento do capital, a urbanização e o avanço tecnológico têm intensificado nossa ação contra o meio ambiente. Houve uma mudança nos tipos de ameaça: antes, os limites da vida humana eram fortemente condicionados pelos elementos naturais. Com o desenvolvimento do capitalismo e das forças produtivas, as ações humanas passaram a determinar de forma mais dramática os limites e as condições de reprodução de qualquer bioma do planeta (Beck, 1998).

Ulrich Beck identifica quatro grandes categorias de fatores de risco. Além dos riscos ambientais — que são mais visíveis — há outros riscos que nem sempre estão ligados a ameaças estruturais à vida humana ou ao planeta. Entre eles, estão os riscos de crises financeiras globais, cujos danos vêm se tornando cada vez maiores e mais severos; os riscos relacionados ao terrorismo, incluindo não apenas ataques por grupos extremistas ou religiosos, mas também o terrorismo de Estado, que tem crescido com regimes autoritários. Por fim, Beck destaca também a importância de considerar a pobreza e as desigualdades sociais como componentes centrais na noção de sociedade de risco, uma vez que também são uma ameaça à vida humana.

Como se percebe, há muitos riscos originados pelas ações humanas. Beck também aponta que os riscos muitas vezes estão interligados: uma crise financeira pode aumentar o risco de terrorismo; um desastre ambiental pode elevar a pobreza e as desigualdades. As combinações entre os riscos são dinâmicas e variadas.

A interação entre fatores permite entender que, nas sociedades atuais, as situações de emergência ganham destaque social, econômico e político. Enfrentar um risco ambiental, por exemplo, não depende apenas de soluções técnicas. Nesse sentido, é preciso envolver a sociedade na participação ativa a fim de buscar

alternativas; também é necessário questionar modelos econômicos predatórios que exploram o meio ambiente; além disso, é fundamental combater autoritarismos presentes em muitas das situações que se apresentam.

Na escala global, nossa percepção dos riscos é rápida e universal. Os perigos ultrapassam fronteiras nacionais e afetam territórios diferentes do local onde ocorrem. Um tsunami que atinge o Japão pode causar impactos econômicos no mundo todo; uma tragédia como o ataque às Torres Gêmeas em Nova York foi transmitida ao vivo e deixou uma marca na memória coletiva. Essas imagens se tornaram símbolos daquele momento histórico. Hoje em dia, com a velocidade das comunicações globais, qualquer desastre tem impacto imediato — estamos conectados ao ponto de sentir suas consequências quase em tempo real.

O risco é global e afeta todos nós, mas Beck destaca que os mais pobres sofrem mais rapidamente, com maior intensidade e por mais tempo. Ele exemplifica isso com Chernobyl e Bhopal: quem mora perto desses lugares vive mais vulnerável aos perigos. A desigualdade de exposição a riscos também se reflete nas grandes cidades brasileiras, onde falhas no planejamento urbano e ações do Estado dificultam que parte significativa da população viva com segurança. Segundo Beck (1998), há uma lógica na distribuição das riquezas que também influencia como os riscos são distribuídos: eles tendem a aumentar as desigualdades existentes.

Outro ponto importante é que os efeitos secundários dos riscos têm se tornado cada vez mais potentes e duradouros. Um evento extremo costuma gerar consequências adicionais que permanecem por muito tempo na sociedade afetada. Assim, cada risco carrega consigo outros riscos relacionados. Para lidar com esses desafios, as políticas públicas precisam ser mais abrangentes: não basta agir apenas sobre o evento imediato; é preciso também considerar fatores culturais e subjetivos.

A ideia central da sociedade de risco é que os perigos fazem parte do nosso cotidiano e são influenciados por aspectos culturais. Situações emergenciais deixaram de ser eventos isolados ou

extraordinários; passaram a fazer parte do nosso modo de vida. O conceito ajuda a entender acontecimentos como as enchentes do Loteamento Santa Terezinha em maio de 2024 e suas implicações mais amplas na sociedade.

E as águas vieram

No dia 3 de maio de 2024, os riscos se fizeram presentes no loteamento Santa Terezinha e na vizinhança através da maior enchente registrada na história de Porto Alegre e do Rio Grande do Sul. As águas foram chegando sem alarde e, no início, parecia ser uma enchente como muitas outras pelas quais aqueles moradores já haviam passado. O relato dramático de um desses moradores dá a dimensão de como ocorreu a tragédia.

Este dia foi um dia bem triste para mim. A água começou a subir devagarzinho. Ela tava ali na Voluntários e eu pensei: “não, da Voluntários ela não vai sair”. Sempre alagou ali na frente e aqui não vai. Daí da Voluntários ela passou pra Vila e da Vila já entrou aqui pra rua. E eu dizia para os guris (referência aos filhos), - capaz que ela vai chegar aqui em casa! E ela foi vindo. Teve um vizinho ali que foi esperto. Ele viu que a água subiu e aí saiu. Mas a água pegou todo mundo desprevenido. Todo mundo não imaginava que a água ia subir como subiu. O meu guri me tirou daqui quando a água já estava ali, subindo a minha rampa. Ele chegou pra mim e disse: - pai, vem o senhor olhar como tá água aqui! E aí eu fui olhar e ele já estava com o carrinho ali na frente, já me pegou no colo, me botou no carrinho e me tirou fora. Me largou lá, antes da Cristóvão. E eu saí daqui chorando. É duro. Minha mulher saiu... ela tem problema de asma, de bronquite... Tem fotografia dela saindo com água até a barriga, segurando a sacola. O meu filho também, tirou os filhos dele... as crianças na cacunda. Cuidando pra não cair em algum buraco. Não dava pra enxergar nada. Foi assim que aconteceu (Entrevista 01, p. 01).

Outra entrevista tem a memória do ocorrido de forma muito semelhante, reforçando a ideia de um desastre de magnitude e

resultados inesperados, cuja aparição e desenvolvimento estavam além das possibilidades de previsão.

A gente não esperava. Eu tava lá na frente olhando a água. E aquela água subindo, aquela água subindo. E daqui a pouco meu gurizinho olhou assim: um peixe! Um peixe desse tamanho. Ele pegou ali na frente. E daí um pouco, eu já que tô ficando nervosa vou ir pra casa. Quando virei as costas e tô vindo o bueiro começou a transbordar a água para a rua. Aí eu pensei que não vai encher né. Se tiver que vir água, vai vir de lá né. Mas não, quando cheguei aqui na frente de casa a água começou a encher, encher o bueiro. Daí a água saía pra rua e entrava pra dentro de novo. Saía e entrava pra dentro (do bueiro) de novo (Entrevista 02, p. 01).

Aqui (e em outros trabalhos sobre a enchente) menciona-se a força da água, a água subindo, a destruição causada pela água etc. Contudo, esta é uma noção inexata, pois, junto com a água, vieram detritos, esgoto, restos de lixo, animais mortos... O cheiro era pútrido e, possivelmente pela mistura com detritos que incluíam óleos e outras substâncias químicas, o líquido viscoso aderiu às roupas e à pele das pessoas. O mapa abaixo mostra a área atingida pela enchente nesta parte da cidade.

Mapa 02 – Loteamento Santa Terezinha/Vila dos Papeleiros - Porto Alegre, áreas atingidas pela enchente de maio de 2024.



Fonte: elaborado por Isadora Scopel Simon, 2024, com base em Banco de Dados das Cheias na Região Hidrográfica do Lago Guaíba, maio de 2024 (v.0.5). In: <https://doi.org/10.5281/zenodo.11166770>

Nota-se que nos pontos de maior alagamento, nos bairros Navegantes e São Geraldo, já um pouco mais afastados da região central de Porto Alegre, a mancha líquida chegou a cobrir quase dois quilômetros de território. Já na região do Loteamento Santa Terezinha, avançou cerca de 750 metros para dentro da cidade, somente se detendo na pequena elevação que conduz até a Avenida Cristóvão Colombo, repentinamente transformada em nova fronteira entre o Lago Guaíba e a cidade. No próprio Loteamento, como em toda a região, o imenso volume de água fez a inundação chegar a quase dois metros de altura. No depoimento de uma liderança local:

Daí o que aconteceu? Uma coisa inédita: a enchente. Coisa que eu nunca imaginava, que a enchente ia chegar aqui, né? A enchente chegou na metade da minha santa (referência a um poster de Nossa Senhora pendurado na parede, possibilitando entender que a altura chegou a aproximadamente 1,70 metros de água dentro da casa). Isso aí pra mim foi um absurdo (Entrevista 01, p. 01).

Este não foi o primeiro grande desastre sofrido pelos moradores da Vila dos Papeleiros/Loteamento Santa Terezinha. Conforme já foi mencionado, houve diversos incêndios que destruíram parcialmente a vila, sendo alguns mais devastadores do que outros.

A vila... ela já teve três sinistros. Primeiro um incêndio. Antigamente a vila era de papelão e compensado, e o pessoal mesmo debelava os incêndios (referência a pequenos acidentes domésticos), mas teve um de grandes proporções que queimou metade da vila. Depois passou um tempo deu outro, um segundo incêndio e aí terminou com a vila. Daí a vila já tava em processo de.... já tinha conquistado... já tinha feito a luta pela moradia. Daí já tinha as casas de passagem e depois viemos para cá (Entrevista 01, p. 01).

Há uma percepção de que a própria condição de moradia e ocupação do território lhes impõem riscos de existência, o que acabou sendo uma força motriz para a organização de demandas de urbanização e melhoria nas moradias, antes em situação de precariedade. A precariedade das moradias e da vila em geral, que causaram as tragédias com o fogo, também foi um fator que induziu o poder público a incluir a Vila dos Papeleiros em programas e projetos de melhorias urbanas.

Outra questão interessante foi perceber a comparação entre os resultados das tragédias com o fogo e a tragédia com a água. De acordo com uma pessoa entrevistada,

A gente nunca tinha vivido. É só fogo que a gente viveu. Enchente não. Nem a mãe não passou. Lá onde a gente morava antes pegou

fogo, há muitos anos. A água foi pior. Foi pior por que o fogo veio e queimou, mas a água permaneceu. A gente perdeu tudo (Entrevista 03, p. 02).

A proximidade da enchente possivelmente seja um fator que ressalte sua dramaticidade e lhe atribua um senso de calamidade maior do que os incêndios, contudo as entrevistas foram feitas algo em torno de sete ou oito meses após a inundação, o que estimula outras explicações. A ideia de permanência da tragédia é muito forte, pois as águas levaram algo em torno de quarenta dias para serem dominadas. O fogo, uma vez extinto, permitiu uma reocupação quase imediata do território. O tempo de duração da tragédia em si explica a frase “a gente perdeu tudo”, pois os efeitos secundários da tragédia foram muito mais abrangentes e longos.

A principal perda, que mais uma vez enfatiza a relação de trabalho com a moradia, foi justamente a capacidade de os moradores papaleiros proverem sustento às suas famílias. Assim como outras pessoas que foram desterritorializadas pelas águas nesta parte da cidade, ao serem obrigados a abandonarem suas casas, as famílias do Loteamento imediatamente também perderam sua renda. E por um tempo muito significativo, de muitos meses após os quarenta dias em que a água dominou o território.

Também é importante considerar que o fogo destruiu casas de papelão ou de madeira compensada, de fácil recomposição. A água, por sua vez, afetou casas já muito melhor estruturadas, cuja recomposição seria mais custosa e demorada, mesmo considerando as ajudas oficiais e de organizações sociais.

Nem todas as casas do Loteamento Santa Terezinha são iguais. Nas térreas, a saída dos moradores foi imediata, mas, nas casas de dois andares, foi muito comum que houvesse maior resistência à retirada. As famílias entregaram o piso térreo às águas e se concentraram no segundo andar.

Tem uns com as casas de dois andares. Eles não quiseram sair por causa dos gatos, dos cachorros. Os meus cachorros levaram ali para

a casa do meu filho, que é dois andares, e botaram lá em cima. Tem uma vizinha aí que tinha um monte de gato. Que não quis sair de casa por causa dos bichos. Ficou né! Até que a água foi subindo, subindo. Ela ficou três dias e aí tiraram ela de cima dos bag. Os bag de pet, né? Botavam as pessoas em cima e outro ia nadando e tirando as pessoas. Pra nós foi bem triste (Entrevista 01, p. 02).

Além da questão dos animais², a permanência nas casas também era uma forma de tentar evitar saques e manter o domínio sobre elas. Com a saída forçada, o Loteamento logo iria virar um lugar desabitado, à noite imerso na escuridão. Os poucos pertences dos moradores, deixados para trás, estavam sob a ameaça do esbulho.

Teve gente que estava entrando nas casas e roubando, na casa do meu filho, mas não acharam nada, só fizeram esculhambação e foram embora. Apesar de que tinha bastante coisa de valor, por que na casa do meu filho é um ponto de cultura. Tem o Museu de Resgate, com três mil e poucos itens (Entrevista 01, p. 01).

Ainda assim, após algum tempo da inundação, todas as pessoas tiveram que ser retiradas, pois não havia mais condições de se prover alimentação aos que ficaram. A retirada em si, tanto nesse momento quanto no início da inundação, foi improvisada e cheia de percalços, o que atesta a ineficácia dos órgãos públicos de Defesa Civil, também surpreendidos pelo desastre. Nesse aspecto, mais uma vez, os depoimentos de moradores são contundentes e desenham a dramaticidade do que ocorreu.

² Os animais também foram uma parte importante da tragédia das enchentes de 2024 no Rio Grande do Sul. A história do cavalo resgatado de um telhado na cidade de Canoas, que ganhou grande exposição na mídia, ilumina essa dimensão do que ocorreu. Foram milhares de cães e gatos mortos e outros milhares que se perderam de suas famílias e até hoje ainda não foram adotados. Sequer há estatística confiável para essa dimensão do desastre.

A enchente a gente se deu mal. Eu saí no colo dentro de casa. No colo não. Os guris tinham um isopor grande e aí botaram eu mais duas sacolas. Quebraram a mureta pra gente sair. A gente demorou muito pra sair. A gente estava esperando a Defesa Civil pra sair. Não vieram. E a água tava subindo muito rápido. Tava borbulhando dentro do esgoto. Fiquemo ali olhando a água subindo. A água foi pela metade da casa (entrevista 02, p. 01).

Na mesma entrevista, outra pessoa da família complementa:

E a água começou a sair com muita força e daí não entrava mais. E a gente ficou só cuidando ali; só parado ali pra ver. E a gente ficou só olhando a água subindo. E as crianças apavoradas. E a gente não tinha como sair mesmo. E a única solução foi a gente caminhar pela Freeway e paramos lá na rodoviária. Foi daí que a gente foi resgatado (...). Tivemo que chegar lá na rodoviária e lá tinha um pessoal dos bombeiros. Daí eles pegaram nós e levaram até o ginásio. A gente foi a pé até lá. A mãe, que não consegue muito caminhar, daí ela se obrigou né. Caminhava, parava... Tinha minha tia bem gordinha, né. Ela também se cansa, mas fizeram um esforço, senão não saía de casa (Entrevista 02, p. 02).

Não houve a retirada planejada das famílias, que dependeram de seus próprios esforços, da solidariedade dos vizinhos e de soluções criativas na hora de se deslocarem para fora da vila. Um detalhe interessante é o uso de bolsas como instrumentos de salvamento. Essas bolsas, que normalmente armazenam garrafas e outros materiais plásticos coletados, foram imaginadas como objetos de resgate em uma situação de emergência. No dia a dia, elas também representam uma espécie de salvamento para pessoas que enfrentam fome e dificuldades.

Depois de saírem do Loteamento, a solução mais comum adotada pelos órgãos públicos foi levar as famílias para albergues. No entanto, essa medida foi bastante rejeitada pelas próprias famílias; somente em situações de falta de alternativas elas concordaram em ficar temporariamente nos albergues. Os relatos

dos moradores foram unânimes ao expressar que prefeririam outras opções, quando possível.

As pessoas foram todas albergadas. Eu não fui para albergue. Eu fui pra casa da minha filha, lá em Viamão. Mas lá em Viamão eu tava numa prisão domiciliar, por que lá é muita lomba, muita subida. E a casa da minha filha tinha três degraus pra subir, três degraus para descer. E uma rampa no pátio. Quer dizer, que eu não podia sair da casa [menção à condição de cadeirante] (Entrevista 01, p. 01).

Nós ficamos uns quantos dias longe. Foi um mês e pouco na casa da minha sogra. A gente foi para um abrigo, mas o abrigo que a gente foi... foi péssimo. Aquele... como é que era o nome? O pessoal roubando as roupas das crianças. O Ginásio CT. Foi péssimo. Não tinha nem roupa para as crianças e pra nós. E minha sogra mandou a gente ir pra casa dela. E a gente foi se organizando lá (Entrevista 02, p. 01).

Mesmo as famílias sem possibilidade de se hospedarem em outras casas tentaram evitar a permanência nos abrigos ou albergues. A solução encontrada foi permanecerem acampados na Avenida Cristóvão Colombo (mapa 02), ponto mais próximo do Loteamento sem a incidência de alagamentos.

Eu conheço alguns aqui, morador da vila, que não quiseram ir pra albergue. Então eles acamparam. Fizeram barraca e acamparam na rua, pra não ir pra albergue. O papeleiro geralmente quase todos eram meeiros na rua. Então, eles sabem viver na rua e eles preferiam não ir pro albergue, porque o albergue é cheio de leis... separa o homem da mulher, separa até os filhos... Os horários... Os cachorros também não deixam eles ir, né? Eu conheço uns que sobreviveram aqui. Agora teve uns que foram para os albergues. Os albergues... não é bom o albergue. E o senhor vê, quantos abusos teve ali no albergue? A gente teve notícia de que ali tem muita situação de abuso, pelo menos foi a notícia que a gente recebeu. Pessoas que... não do nosso meio aqui, elas roubavam as coisas. (...) (Entrevista 01, p. 01).

Então, na Cristóvão, o pessoal se sentiu mais protegido do que nos albergues. E era mais próximo. Por que tinha uma coisa: enquanto o pessoal tava fora das casas, tinha gente roubando o pouco que sobrou. Aqui na vila aconteceu. Mas daí botaram tipo uma vigilância aqui na vila né e não deixaram mais. Inclusive acharam um cara que tava roubando, deram um laço nele e botaram para correr. O senhor já pensou... eu aqui, com minha casa invadida, o cara entrar aqui e levar meu bujão de gás? (Entrevista 01, p.01- 02).

A instalação de barracas nas calçadas da Avenida Cristóvão Colombo, ainda que de forma provisória, proporcionou uma nova situação de segregação para a parcela de moradores do Loteamento Santa Terezinha que ali se acomodou. A segregação pode ser percebida em duas dimensões: a mais direta é a que aproximou os moradores aí temporariamente instalados com os moradores de rua e outros catadores de material reciclável avulsos, que vivem de forma intermitente na região e neste momento acabaram criando outra dinâmica, de se manterem fixos.

Antes das águas subirem havia uma distinção entre os moradores do loteamento, em situação de pobreza, mas em casas e organizados em torno do trabalho e uma sociabilidade própria de seu território. Com a inundação esta diferença, embora ainda existisse, se tornou muito mais tênue, vindo a forçar um convívio em bases muito mais estreitas do que as anteriores.

A segunda dimensão é que no novo cotidiano provisório, que durou cerca de quarenta dias, acentuou-se o preconceito dos moradores do bairro Floresta em relação aos moradores do Loteamento Santa Terezinha. Nesse caso, inclusive, o preconceito se intensifica e alastra-se para regiões do bairro onde o conflito de vizinhança era pouco significativo, pois a Cristóvão Colombo não se encontra na vizinhança imediata do Loteamento.

O preconceito é histórico, sendo desenvolvido ao longo das décadas, quando o local foi sendo gradualmente ocupado pelos papeleiros. As famílias do Loteamento são constantemente associadas a todas as situações de roubo e de violência que há nas

redondezas. A existência, muito mais antiga, de situações de prostituição na região também recebe uma associação indireta por parte de moradores do bairro, afirmando que as atividades de serviços sexuais se veem reforçadas com a presença de outro grupo social causador de anomias. Inclusive questões estéticas relacionadas às casas, tanto na fase de vila popular sem infraestrutura como após a instauração do Loteamento Santa Terezinha, também são apontadas como elementos de dissonância em relação ao bairro (Caballero, 2007).

A estigmatização se reforça no momento em que as águas sobem. Reportagem do Jornal Zero Hora, com o título “Moradores da Vila dos papeleiros improvisam casas em calçada de avenida de Porto Alegre” informa que eles acampam há 24 dias na avenida Cristóvão Colombo. O depoimento de Janaína Carbonero, uma das pessoas que se encontrava naquela situação, ilustra bem a questão. *“Estamos aqui por necessidade, não por opção. É claro que não queremos viver numa calçada, é até humilhante, as pessoas passam e nos olham de cara feia; só queremos voltar para nossas casas, mesmo que não tenha sobrado nada dentro delas”* (Zero Hora, 28/05/2024, edição digital).

Resumindo, a enchente de maio de 2024 marcou uma nova fase na vida das famílias da Vila dos Papeleiros e do Loteamento Santa Terezinha. Elas sofreram uma grande perda de seus poucos bens materiais e também perceberam um aumento nas atitudes de segregação por parte de alguns moradores do bairro. Após o retorno às suas casas, enfrentam agora um novo desafio para sobreviver com dignidade.

As organizações de assistência, que contam com recursos públicos e com a solidariedade da comunidade, ajudaram as famílias a recuperarem muitos de seus pertences. Algumas famílias, inclusive, conseguiram adquirir eletrodomésticos e móveis que antes estavam fora do seu alcance. Mas a rotina de luta pela sobrevivência, seja como catadores ou seja em outras atividades formais, continua firme. Além disso, as ações de estigmatização que sofrem no dia a dia ainda persistem. E sempre que chove forte, uma lembrança de medo volta à tona.

Conclusões

A sociedade global de risco cria uma nova cultura, na qual as ameaças ambientais, junto com outras formas de destruição, tornam-se uma presença constante e cada vez mais importante na vida e na resistência das populações.

No ambiente urbano, especialmente em grandes cidades ou regiões metropolitanas do Brasil, os riscos se intensificam. Há muitas pessoas concentradas em um mesmo lugar, uma grande desigualdade social e políticas de segregação que tornam a vida nesses territórios bastante difícil e, muitas vezes, injusta.

Na Vila dos Papeleiros, mesmo após o processo de urbanização e a transformação em loteamento Santa Terezinha, a segregação e o estigma continuam presentes. Além disso, há outras ações que contribuem para a invisibilidade social na região, dificultando ainda mais a vida dos moradores.

As enchentes de 2024 e o impacto que tiveram no Loteamento Santa Terezinha trouxeram à tona essas questões de forma ainda mais dramática, evidenciando claramente a aplicação do conceito de sociedade de risco na situação que se desenvolveu naquela pequena parte de Porto Alegre. A pesquisa feita especificamente para este texto revela o quanto a população ainda sofre com a situação desencadeada pela enchente. Mesmo quase um ano após os acontecimentos, ainda é possível perceber marcas visíveis e buscar entender particularidades invisíveis do que aconteceu; os efeitos secundários continuam presentes.

Embora os riscos sejam globais e conectem diferentes regiões do mundo, aqui queremos mostrar como eles afetam a realidade local. A tragédia de maio de 2024 nos faz refletir sobre a importância de pensar em outras possibilidades para o futuro, usando a trágica experiência recente como aprendizado. Há a necessidade de se construir possibilidades que envolvem mudanças nas instituições e também na cultura de cuidado diário que a sociedade precisaria ter consigo mesma. Os riscos aparecem como ameaças, mas também podem ser uma oportunidade para

promover transformações sociais, desde que aprendamos com o que foi vivido. Aprendemos algo com essa tragédia?

Referências

BECK, Ulrich. **La sociedad del riesgo global**. Madrid: Siglo XXI, 2002.

BECK, Ulrich. **La sociedad del riesgo**. Barcelona: Paidós, 2019.

BECK, Ulrich. Sociedade de risco. O medo hoje. São Leopoldo, UNISINOS, entrevista para a Revista do Instituto Humanitas, 2006. Disponível em: <https://www.ihu.unisinos.br/categorias/159-entrevistas/616847-sociedade-de-risco-o-medo-hoje-entrevista-especial-com-ulrich-beck>

CABALLERO, Indira Nahomi Viana. **“Uma limpeza na floresta”:** **Relações de vizinhança entre o loteamento Santa Terezinha e o bairro Floresta em Porto Alegre/RS**. In: VII Jornadas de Sociología: Facultad de Ciencias Sociales, Universidad de Buenos Aires, 2007. Disponível em: <https://www.aacademica.org/000-106/275>.

CABALLERO, Indira Nahomi Viana. **O Trabalho no papel: uma etnografia com papeleiros**. Dissertação de Mestrado - Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ, Museu Nacional – Programa Pós-Graduação em Antropologia Social, 2008. Disponível em: <https://cema.webhostusp.sti.usp.br/wp-content/uploads/2024/02/O-Trabalho-no-Papel-Uma-Etnografia-com-Papeleiros.pdf>.

MOTTA, Renata. **Sociologia de risco: globalizando a modernidade reflexiva**. In. Sociologias, 2009, v. 11, n. 22, p. 384–396. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/sociologias/article/view/9653>.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **Era uma vez um beco: origens de um mau lugar**. In. Bresciani, Maria Stella (org). Palavras da Cidade, Porto Alegre, Editora da Universidade/UFRGS, 2001, p. 97-119.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE. SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE, URBANISMO E SUSTENTABILIDADE - DIRETORIA DE PLANEJAMENTO

URBANO. **Programa de Regeneração Urbana do 4^o Distrito de Porto Alegre. Relatório I - DIAGNÓSTICO**. Porto Alegre: 2022. Disponível em: https://prefeitura.poa.br/sites/default/files/usu_img/planejamento_urbano/4D/1_Diagnostico.pdf.

RAUPP, Luciane; ADORNO, Rubens de Camargo Ferreira. **Territórios psicotrópicos na região central da cidade de Porto Alegre, RS, Brasil**. Rev. Saúde e Sociedade, 2015, v. 24, p. 803–815. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-12902015127672>.

STEIGLEDER, Annelise Monteiro. O lugar dos catadores de resíduos no planejamento urbano de Porto Alegre. **Anais XVII ENANPUR: Desenvolvimento, crise e resistência: quais os caminhos do planejamento urbano e regional**, 2017, v. 17; n 1, p. 206–209.

CAPÍTULO 8

PADRÕES ESPACIAIS DE SEGREGAÇÃO E DINÂMICAS COMPORTAMENTAIS: uma análise de gênero com enfoque na população bissexual

Mariana Barbosa de Souza

Introdução

A segregação espacial é um fenômeno presente nas paisagens urbanas que impacta diretamente a vida e as interações dos/as habitantes das cidades. A distribuição desigual de recursos, serviços e oportunidades cria barreiras físicas e sociais, moldando o espaço urbano de maneira a refletir e perpetuar desigualdades sociais profundas. Nesse contexto, compreender as dinâmicas comportamentais das diversas comunidades é fundamental para o desenvolvimento de políticas urbanas e estratégias de planejamento que promovam a inclusão e a igualdade.

Nessa perspectiva, a abordagem de gênero torna-se crucial, visto que diferentes identidades e experiências de gênero são vivenciadas em espaços urbanos de maneiras distintas. No entanto, é importante destacar que a discussão sobre gênero nem sempre abarca todas as nuances e diversidades presentes nas comunidades. Neste artigo, direcionamos nosso foco especificamente para a população bissexual, um grupo frequentemente marginalizado e negligenciado nas políticas urbanas e no planejamento.

O objetivo deste estudo é explorar a relação entre os padrões espaciais de segregação e as dinâmicas comportamentais, sob a ótica da política urbana e do planejamento, destacando as questões

de gênero e a vivência da população bissexual. A compreensão das interações complexas entre a orientação sexual, identidade de gênero e o espaço urbano permite-nos vislumbrar as especificidades, os desafios e as necessidades dessa comunidade.

Ao abordar essa temática, este artigo busca preencher uma lacuna de conhecimento, destacando a importância de considerar a população bissexual no desenvolvimento de políticas urbanas e planos de planejamento inclusivos. Por meio de uma análise crítica dos padrões de segregação espacial e das dinâmicas comportamentais, pretendemos fornecer contribuições relevantes para orientar intervenções urbanas que promovam a igualdade de oportunidades, a acessibilidade e a valorização da diversidade.

A seguir, apresentaremos uma revisão da literatura existente sobre segregação espacial, dinâmicas comportamentais, questões de gênero e a experiência da população bissexual no contexto urbano. A metodologia adotada para este estudo será detalhada, seguida pela análise dos resultados obtidos. Por fim, serão discutidas as implicações desses resultados para a política urbana e o planejamento, e apresentadas considerações finais para futuras pesquisas nessa área.

Segregação Espacial e Dinâmicas Urbanas: um olhar desde as perspectivas de gênero

A segregação espacial é um fenômeno complexo que descreve a distribuição desigual de grupos sociais em áreas urbanas. Essa distribuição desigual resulta em padrões distintos de residência, acesso a serviços e oportunidades, criando realidades sociais e econômicas diversas dentro das cidades (Boterman; Musterd; Manting, 2021). A segregação espacial pode ser causada por uma série de fatores inter-relacionados, incluindo desigualdades econômicas, segregação residencial, processos de gentrificação, preconceitos raciais e étnicos, bem como barreiras institucionais e estruturais (Lefébvre, 2016; Castells, 1999).

A segregação espacial tem profundos impactos nas dinâmicas urbanas. Ela afeta diretamente o acesso a recursos básicos, como moradia adequada, transporte eficiente, serviços de saúde, educação e espaços públicos de qualidade. Além disso, influencia as oportunidades de emprego, a mobilidade social e a participação cívica dos/as residentes em diferentes áreas da cidade. A segregação espacial contribui para a reprodução de desigualdades sociais e econômicas, perpetuando a marginalização de certos grupos e restringindo suas chances de progresso (Torres; Rodrigues, 2012).

A compreensão dos padrões de segregação espacial é essencial para o desenvolvimento de estratégias eficazes de planejamento urbano e de políticas públicas. É necessário analisar os fatores que contribuem para a segregação e entender suas implicações sociais, econômicas e culturais. Ao identificar e compreender os padrões de segregação espacial, planejadores/as urbanos e formuladores/as de políticas podem trabalhar em direção a cidades mais inclusivas, equitativas e sustentáveis. Isso envolve a criação de intervenções urbanas e políticas que promovam a diversidade, a mistura social e a acessibilidade igualitária aos recursos e oportunidades urbanas.

Ao reconhecer a importância da segregação espacial como um fator influente nas dinâmicas urbanas, abre-se espaço para a reflexão crítica sobre as estruturas e processos que sustentam esses padrões. Dessa forma, pode-se buscar estratégias de planejamento urbano e políticas públicas que atendam às necessidades de todas as pessoas, independentemente de sua localização geográfica, e promovam uma maior justiça espacial e social nas cidades (Freire-Medeiros, 2024).

O espaço urbano não é neutro em relação ao gênero; ele é moldado por relações sociais, pelo poder e pelas normas culturais que influenciam a organização e o uso do espaço. As dinâmicas de gênero, no contexto urbano, são complexas e multifacetadas, e compreender seu papel é fundamental para uma análise abrangente das questões urbanas (Ramos; Tavares, 2023).

As desigualdades de gênero podem se manifestar na distribuição espacial de recursos e de oportunidades nas cidades. Mulheres e pessoas de gênero não-conforme podem enfrentar restrições e barreiras específicas no acesso a serviços essenciais, como moradia adequada, transporte público seguro e acessível, espaços públicos acolhedores e serviços de saúde adequados. Essas desigualdades espaciais refletem as normas e papéis de gênero enraizados na sociedade, que podem limitar a mobilidade, a autonomia e a participação plena das pessoas em diferentes contextos urbanos (Brito Souza, 2022).

Além disso, as normas de gênero e as relações de poder permeiam o espaço urbano, influenciando o comportamento, as interações e as percepções das pessoas. Estereótipos de gênero podem restringir a liberdade de movimento e a ocupação de espaços públicos por certos grupos, perpetuando a sensação de insegurança e a exclusão social. A violência de gênero também pode se manifestar no espaço urbano, afetando, de forma desproporcional, mulheres e pessoas de gênero não-conforme (Ramos; Tavares, 2023).

A análise das dinâmicas de gênero no espaço urbano requer uma perspectiva crítica, que não só questione as estruturas de poder, mas também busque a transformação das normas e práticas discriminatórias. Isso envolve o reconhecimento da diversidade de experiências e necessidades das pessoas com base em seu gênero, além da promoção da igualdade de gênero e da inclusão de vozes marginalizadas nos processos de planejamento urbano e na formulação de políticas públicas (Rovere; Souza, 2023).

Ao abordar as questões de gênero no espaço urbano, é fundamental considerar as interseções com outras dimensões da identidade, como raça, classe social e orientação sexual. Essa abordagem interseccional reconhece que as experiências de opressão e privilégio são moldadas por múltiplos aspectos da identidade, e busca entender como essas interconexões influenciam a vivência do espaço urbano. Ao compreender e abordar as dinâmicas de gênero no espaço urbano, abre-se caminho para a

criação de cidades mais inclusivas, igualitárias e seguras para todas as pessoas. Isso requer ações que promovam a equidade de gênero na distribuição de recursos, o empoderamento das mulheres e das pessoas de gênero não-conforme, a desconstrução de estereótipos e normas de gênero prejudiciais, além do fomento de espaços urbanos acolhedores e acessíveis para todas as identidades de gênero (Rovere; Souza, 2023).

Identidade Bissexual e Espaço Urbano

A identidade bissexual, como uma orientação sexual que envolve a atração romântica, emocional e/ou sexual por pessoas de mais de um gênero, desafia as noções tradicionais de sexualidade e gênero. No contexto urbano, as pessoas bissexuais vivenciam uma série de experiências e desafios que são influenciados pela sua identidade sexual e pelo espaço em que vivem. A população bissexual muitas vezes enfrenta uma dupla invisibilidade e estigmatização. Isso ocorre porque as narrativas dominantes frequentemente polarizam a sexualidade em categorias binárias, como heterossexualidade e homossexualidade, deixando a bissexualidade em um limbo perceptivo. Essa invisibilidade pode levar a uma falta de reconhecimento e apoio adequados para as necessidades específicas da população bissexual, tanto em nível individual quanto comunitário (Vázquez; Souza, 2022).

No espaço urbano, as pessoas bissexuais podem enfrentar desafios que vão desde o acesso a serviços de saúde sensíveis à sua orientação sexual, até a discriminação e estigmatização em ambientes públicos e sociais. A falta de representação e inclusão da bissexualidade nas políticas urbanas e no planejamento pode resultar em um sentimento de exclusão e alienação por parte da população bissexual (Brito Souza, 2022).

É essencial reconhecer e entender as experiências específicas da população bissexual no espaço urbano, bem como os fatores que contribuem para sua marginalização. Isso requer uma abordagem que vá além da dicotomia heterossexual/homossexual e reconheça

a diversidade de orientações sexuais. Também implica criar espaços urbanos inclusivos que promovam a aceitação, o apoio e a visibilidade da população bissexual (Vázquez; Souza, 2022).

Ao considerar a interseccionalidade, é importante lembrar que as pessoas bissexuais podem enfrentar desafios adicionais devido à interação de sua orientação sexual com outros aspectos de sua identidade, como gênero, raça, classe social e habilidade (Collins, 2017). A compreensão dessas interseções é fundamental para desenvolver políticas e estratégias de planejamento urbano que atendam às necessidades de todas as pessoas bissexuais, levando em consideração sua diversidade e as barreiras estruturais que podem enfrentar.

Promover a inclusão da população bissexual no espaço urbano envolve a criação de ambientes seguros, não discriminatórios e culturalmente sensíveis, nos quais a diversidade de orientações sexuais é respeitada e valorizada. Isso pode ser alcançado por meio da educação, da conscientização e da implementação de políticas inclusivas que garantam igualdade de acesso a serviços, proteção contra discriminação e ações afirmativas que promovam a participação ativa da população bissexual no planejamento e desenvolvimento urbano (Vázquez; Souza, 2022).

Teorias sobre a Relação entre Segregação Espacial e Comportamento

A compreensão das dinâmicas de gênero e espaço urbano torna-se ainda mais relevante ao considerar a experiência da população bissexual. A Teoria do Lugar, como destacada por Doreen Massey (1994), ressalta a influência do ambiente físico e social no comportamento das pessoas. No contexto da população bissexual, isso implica reconhecer que o lugar onde vivem e interagem pode ter um impacto significativo em sua identidade, bem-estar e acesso a recursos. A segregação espacial pode moldar as interações sociais da população bissexual, limitando suas oportunidades de contato com outros grupos e influenciando a

forma como são percebidos e estereotipados pela sociedade. Essa dinâmica pode resultar em sentimentos de isolamento, exclusão e marginalização.

Além disso, a Teoria da Justiça Espacial, discutida por Edward W. Soja (2010), destaca a conexão entre desigualdade espacial e comportamento humano. No caso da população bissexual, a segregação espacial pode resultar em desigualdades no acesso a recursos e oportunidades. Por exemplo, áreas segregadas podem ter uma oferta limitada de serviços de saúde específicos para essa comunidade, como clínicas especializadas em saúde sexual e mental. A falta de acesso equitativo a esses serviços pode impactar negativamente sua saúde física e mental, restringindo suas escolhas e chances de mobilidade social.

Ainda, a falta de espaços públicos acolhedores e inclusivos para a população bissexual pode afetar sua sensação de pertencimento e segurança. A percepção de insegurança pode restringir sua liberdade de movimento e ocupação dos espaços urbanos, limitando suas oportunidades de participação plena na vida da cidade. Ao relacionar essas teorias à experiência da população bissexual, torna-se evidente que a segregação espacial afeta não apenas a distribuição de recursos e oportunidades, mas também o senso de identidade, pertencimento e segurança. Isso ressalta a importância de políticas públicas e estratégias de planejamento urbano que promovam espaços inclusivos, seguros e acolhedores para todas as identidades de gênero e orientações sexuais (Vázquez; Souza, 2022).

Nesse sentido, as contribuições de Doreen Massey (1994) sobre a relação entre espaço, lugar e gênero e Edward W. Soja (2010) sobre o conceito de justiça espacial fornecem um arcabouço teórico relevante para a análise das interações complexas entre os padrões espaciais de segregação e as dinâmicas comportamentais da população bissexual. Essa compreensão também possibilita a promoção de políticas e práticas, como destacado por Harvey (2008), que garantam a igualdade de oportunidades, o respeito à diversidade e a plena participação da população bissexual na vida

urbana. A abordagem interseccional, discutida por Collins (2017), que analisa as interações entre gênero, raça, classe social, também é fundamental para uma compreensão mais ampla e aprofundada das experiências e desafios enfrentados pela população bissexual no espaço urbano.

Ao aplicar essas teorias à análise das questões de gênero e, mais especificamente, à experiência da população bissexual no espaço urbano, é possível compreender como a segregação espacial pode afetar suas interações sociais, a acessibilidade a recursos e serviços, bem como a formação de identidade e a percepção de si mesmos e dos outros. Essa compreensão contribui não somente para a identificação de estratégias de planejamento urbano e de políticas públicas que promovam a igualdade de gênero e a inclusão da população bissexual como também para a transformação de espaços segregados em ambientes mais justos, acessíveis e acolhedores.

Portanto, a análise das dinâmicas comportamentais da população bissexual, à luz das teorias do lugar e da justiça espacial, revela a importância de considerar as interações complexas entre gênero, orientação sexual e espaço urbano. Essas teorias oferecem um arcabouço conceitual valioso para entender as desigualdades enfrentadas pela população bissexual no acesso a recursos, serviços e oportunidades nas cidades. Ao adotar uma abordagem interseccional e considerar as contribuições de diferentes autores/as, como Doreen Massey (1994), Edward W. Soja (2010), David Harvey (2008) e Patricia Hill Collins (2017), é possível desenvolver estratégias mais abrangentes e eficazes para promover a igualdade, a inclusão e a justiça espacial para todas as pessoas, independentemente de sua orientação sexual, identidade de gênero ou outras características pessoais.

Outrossim, embora as teorias e conceitos abordados até agora tenham contribuído significativamente para a compreensão das relações entre padrões espaciais de segregação e dinâmicas comportamentais, é importante reconhecer suas limitações e buscar perspectivas mais transformadoras. Uma crítica comum à

abordagem tradicional é a falta de consideração das interseções entre diferentes formas de opressão, como gênero, raça, classe social e orientação sexual. As pessoas bissexuais que também pertencem a grupos marginalizados podem enfrentar múltiplas formas de discriminação e exclusão, o que torna essencial uma análise interseccional que leve em conta a complexidade de suas experiências no espaço urbano.

Além disso, a abordagem tradicional muitas vezes se concentra nas consequências da segregação espacial, sem questionar as estruturas e sistemas que a perpetuam. É importante ir além da simples descrição dos padrões de segregação e investigar as causas estruturais subjacentes. Isso envolve a análise crítica das políticas urbanas, do planejamento e do desenvolvimento que podem contribuir para a reprodução da segregação espacial e das desigualdades (Rovere; Souza, 2023).

Uma perspectiva transformadora busca desafiar e transformar essas estruturas de poder opressivas. Isso significa incentivar a participação ativa das comunidades afetadas no processo de planejamento urbano, valorizar o conhecimento local e as vozes marginalizadas. Além disso, requer o desenvolvimento de políticas públicas que promovam a inclusão, a justiça social e a igualdade de oportunidades para todas as pessoas, independentemente de sua orientação sexual ou identidade de gênero (Rovere; Souza, 2023).

Uma abordagem transformadora também enfatiza a importância da conscientização e da educação sobre questões de gênero e sexualidade nas práticas de planejamento urbano. Isso inclui a formação de profissionais para uma compreensão mais ampla das experiências e necessidades da população bissexual, bem como a criação de espaços seguros e acolhedores que celebrem a diversidade de identidades de gênero e orientações sexuais (Rovere; Souza, 2023).

Em suma, uma abordagem crítica e transformadora à relação entre padrões espaciais de segregação e dinâmicas comportamentais reconhece a complexidade das experiências da população bissexual no espaço urbano e busca desafiar as

estruturas de poder que perpetuam a exclusão e a desigualdade. Ela busca promover a inclusão, a justiça social e a igualdade de gênero no planejamento e na política urbana, criando cidades mais justas, acolhedoras e acessíveis para todas as pessoas.

Metodologia

Nesta seção, descreveremos a metodologia utilizada para investigar a relação entre padrões espaciais de segregação e dinâmicas comportamentais da população bissexual no contexto da política urbana e do planejamento. A metodologia adotada é fundamental para obter dados e análises que embasem nossas conclusões e contribuam para a compreensão dessas questões complexas.

Para realizar esta pesquisa, optamos por uma abordagem qualitativa e exploratória, baseada na realização de entrevistas em profundidade com pessoas bissexuais de diferentes regiões e contextos geográficos. Essa abordagem nos permite obter uma compreensão rica e detalhada das experiências individuais e coletivas relacionadas à segregação espacial e a dinâmicas comportamentais.

A seleção dos participantes ocorreu por meio de uma combinação de amostragem intencional e amostragem em cadeia. Inicialmente, foram identificadas pessoas bissexuais por meio de redes sociais, fóruns online e grupos de apoio LGBTQIAPN+ (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais, Transgêneros, Queer, Questionando, Intersexuais, Assexuais, Pansexuais, Não-binárias e outras identidades sexuais e de gênero) em diferentes regiões. A partir desses primeiros participantes, utilizamos a técnica de amostragem em cadeia, solicitando que eles indicassem outras pessoas bissexuais que pudessem contribuir com suas perspectivas.

As entrevistas em profundidade foram conduzidas por meio de plataformas de vídeo chamada, garantindo a possibilidade de interação direta com os participantes, independentemente de sua localização geográfica. As entrevistas foram estruturadas em torno de temas-chave, como experiências de segregação espacial, dinâmicas comportamentais, acesso a serviços e políticas urbanas.

Essa estruturação forneceu uma base consistente para a análise posterior dos dados.

Durante as entrevistas, foram respeitadas as diretrizes éticas de pesquisa, incluindo o consentimento informado, a privacidade e a confidencialidade dos participantes. Foi enfatizada a importância de compartilhar suas experiências de maneira aberta e honesta, enquanto lhes era garantido o direito de se recusar a responder qualquer pergunta ou de interromper a entrevista a qualquer momento.

As entrevistas foram gravadas e transcritas para uma análise mais aprofundada. Utilizamos técnicas de análise de conteúdo para identificar categorias e temas emergentes nos relatos dos participantes. Esse processo envolveu a codificação dos dados, a identificação de padrões e a busca por resultados significativos relacionados aos padrões espaciais de segregação e dinâmicas comportamentais.

Quadro 1 – Identities representadas nas falas das pessoas entrevistadas

Entrevistado/a/e	Profissão/Ocupação
Joana (30 anos, mulher cisgênero, bissexual)	Advogada e é uma defensora dos direitos LGBTQIAPN+
Miguel (45 anos, homem transgênero, bissexual)	Professor e é um ativista pelos direitos trans e bissexuais.
Sofia (20 anos, mulher cisgênero, bissexual)	Estudante universitária
Alex (55 anos, homem cisgênero, bissexual)	Profissional autônomo
Andrea (35 anos, pessoa de gênero não-binário, bissexual)	Assistente Social
Luiza (50 anos, mulher cisgênero, bissexual)	Cabelereira

Fonte: organizado pela autora, 2024.

Ao longo desta pesquisa, foram realizadas entrevistas com pessoas que se identificam como bissexuais, a fim de compreender melhor suas experiências no espaço urbano. Para preservar a

privacidade e a confidencialidade dos/as participantes, foram utilizados nomes fictícios ao se referir a eles neste trabalho. Essa medida visa garantir que as informações compartilhadas permaneçam anônimas e que as identidades dos entrevistados sejam protegidas. O uso de nomes fictícios é uma prática comum em pesquisas acadêmicas para resguardar a privacidade dos envolvidos e assegurar a integridade ética do estudo.

Nesta pesquisa, optamos por focar nas entrevistas com pessoas bissexuais, sem revelar o lugar onde elas moram, com o objetivo de compreender suas experiências nos espaços urbanos. Essa escolha é justificada por diversas razões. Em primeiro lugar, buscamos garantir a representatividade desse grupo e dar voz às suas vivências específicas. Reconhecemos que as experiências e desafios enfrentados pelas pessoas bissexuais podem ser diferentes dos enfrentados por outros grupos LGBTQIAPN+ ou pela população em geral.

Ao não revelar o local de residência dos/as entrevistados/as, evitamos a generalização ou estereotipação de suas experiências com base em uma localização geográfica específica. Compreendemos que as experiências da população bissexual no contexto urbano podem variar consideravelmente devido a fatores como cultura local, ambiente social e políticas urbanas. Portanto, é essencial ouvir uma diversidade de vozes para captar a amplitude das experiências vividas.

Ao focar nas experiências das pessoas bissexuais nos espaços urbanos, podemos analisar as dinâmicas comportamentais decorrentes da segregação espacial e entender como esses padrões impactam suas vidas. Investigar as estratégias de adaptação, resistência e criação de espaços seguros dentro da comunidade contribui para entender como as pessoas bissexuais enfrentam e respondem à segregação espacial. Ademais, preservar a privacidade dos/as entrevistados/as, utilizando nomes fictícios e não revelando a localização exata de suas residências, é uma consideração ética e respeitosa. Isso permite que as pessoas se sintam mais à vontade

para compartilhar suas experiências pessoais e sensíveis, garantindo a confidencialidade dos participantes.

Em resumo, ao direcionar as entrevistas para pessoas bissexuais e não revelar o local onde moram, enfatizamos a importância de compreender suas experiências no contexto urbano, evitando generalizações inadequadas. Essa abordagem nos permite focar nas dinâmicas comportamentais, nos desafios enfrentados e nas estratégias de adaptação adotadas, contribuindo para a formulação de políticas urbanas mais inclusivas e igualitárias.

É importante ressaltar que, devido à natureza qualitativa da pesquisa, os resultados obtidos não podem ser generalizados para toda a população bissexual. No entanto, eles fornecem uma compreensão aprofundada e contextualizada das experiências e percepções dos/as participantes, permitindo reflexões para a discussão e o debate sobre as questões abordadas. Igualmente destacamos que como a bissexualidade ocupa um lugar de fronteira, muito parecido com a situação de outras identidades dissidentes, dificilmente são encontradas pessoas bissexuais com idade mais avançada. E isso se mostra na faixa etária das pessoas entrevistadas. As entrevistas foram realizadas entre os meses de janeiro e maio de 2023.

Através dessa abordagem metodológica, buscamos obter uma visão ampla e diversificada das experiências da população bissexual em relação aos padrões espaciais de segregação e dinâmicas comportamentais. Por meio das entrevistas realizadas com pessoas bissexuais de diferentes lugares, podemos explorar as nuances e complexidades dessas experiências, levando em consideração as diversas realidades geográficas, culturais e sociais.

A escolha da abordagem qualitativa e exploratória permite uma análise em profundidade das narrativas individuais e coletivas, dando voz às experiências das pessoas bissexuais em relação ao espaço urbano. Essa abordagem possibilita a compreensão dos fatores sociais, culturais e políticos que influenciam as dinâmicas de segregação e comportamento na cidade, considerando também a interseção com questões de gênero.

A utilização de plataformas de videochamada para conduzir as entrevistas permitiu a inclusão de participantes de diferentes localidades geográficas, superando as limitações da distância física. Essa abordagem flexível e acessível possibilitou a participação de pessoas bissexuais de diferentes contextos urbanos, enriquecendo a diversidade de perspectivas.

A análise dos dados por meio da técnica de análise de conteúdo proporcionou uma compreensão aprofundada das narrativas e percepções dos participantes. Através desse processo, pudemos identificar temas comuns, variações e contradições nas experiências relacionadas à segregação espacial e às dinâmicas comportamentais da população bissexual. Esses apontamentos são fundamentais para a compreensão das complexidades e das necessidades específicas dessa população no contexto urbano.

É importante ressaltar que a abordagem metodológica adotada neste estudo não se baseia em amostras representativas ou generalizáveis, mas sim na compreensão em profundidade das experiências de um grupo selecionado de pessoas bissexuais. Dessa forma, os resultados devem ser interpretados como contribuições qualitativas para a discussão teórica e o desenvolvimento de políticas urbanas mais inclusivas.

Ao adotar essa metodologia, esperamos obter uma compreensão enriquecedora das interações entre padrões espaciais de segregação e dinâmicas comportamentais da população bissexual no contexto da política urbana e do planejamento. Os dados qualitativos coletados fornecerão informações valiosas para a reflexão crítica sobre as estruturas sociais, culturais e políticas que moldam o espaço urbano e influenciam as experiências das pessoas bissexuais.

Resultados e análises

Nesta seção, apresentaremos os resultados e análises das entrevistas realizadas com pessoas bissexuais, explorando suas experiências relacionadas aos padrões espaciais de segregação e

dinâmicas comportamentais. Por meio desses relatos, buscamos compreender as complexidades e nuances das vivências da população bissexual no contexto urbano. Os nomes fictícios foram utilizados para preservar a privacidade dos entrevistados.

Durante as entrevistas, emergiram diversas perspectivas e experiências compartilhadas, revelando os impactos da segregação espacial em suas vidas. Um dos principais resultados encontrados foi a relação entre a segregação espacial e a formação de redes de apoio e comunidade. Muitos participantes, como mencionado por Hortência Gomes de Brito Souza (2022), destacaram a importância de encontrar espaços inclusivos e seguros onde pudessem se conectar com outras pessoas bissexuais e compartilhar suas experiências.

Além disso, foi identificado um padrão recorrente de restrição de mobilidade e acesso a recursos e serviços nas áreas segregadas. Os participantes relataram dificuldades em encontrar locais seguros e acolhedores para socializar, buscar apoio e acessar serviços de saúde mental e de saúde sexual. Essas limitações espaciais, conforme discutido por Edward W. Soja (2010) e Harvey (2008), impactaram diretamente a qualidade de vida e o bem-estar emocional da população bissexual entrevistada. Em relação às dinâmicas comportamentais, foram evidenciadas estratégias de adaptação e resistência adotadas pelos participantes, como mencionado por Lefebvre (2011). Alguns mencionaram a criação de espaços seguros dentro de suas próprias comunidades, promovendo encontros, eventos e grupos de apoio. Outros destacaram a importância de se envolver em movimentos ativistas e políticos para combater a segregação espacial e promover a inclusão.

A análise dos dados revelou também a interseção entre gênero e bissexualidade no contexto urbano. Muitos participantes destacaram as experiências específicas enfrentadas pelas pessoas bissexuais, particularmente as mulheres bissexuais, que lidam com estereótipos e estigmatização adicionais. Esses resultados, de acordo com Doreen Massey (1994) e Rolnik (2014), apontam para a necessidade de políticas urbanas sensíveis ao gênero que levem em consideração as

diversas realidades enfrentadas pela população bissexual. No entanto, é importante ressaltar que nem todas as experiências relatadas foram negativas. Alguns/Algumas participantes destacaram a existência de comunidades acolhedoras e inclusivas, onde encontraram apoio e aceitação. Esses exemplos evidenciam a relevância de construir ambientes urbanos plurais e acolhedores, nos quais pessoas bissexuais possam expressar suas identidades livremente e se reconhecer como parte integrante da coletividade.

Em suma, os resultados desta pesquisa revelaram os impactos da segregação espacial nas dinâmicas comportamentais da população bissexual. A análise dos relatos dos participantes proporcionou uma compreensão aprofundada das experiências vivenciadas, permitindo identificar desafios e oportunidades para a criação de políticas urbanas mais inclusivas e igualitárias. Esses resultados destacam a importância de considerar as perspectivas da população bissexual no planejamento urbano, promovendo a diversidade e a inclusão em todas as dimensões da cidade. A implementação de políticas que visem à redução da segregação espacial, o acesso igualitário a recursos e serviços e a promoção de espaços seguros e inclusivos são fundamentais para garantir uma cidade mais justa e acolhedora para as pessoas bissexuais.

Com base nos achados desta pesquisa, é recomendável que sejam desenvolvidas e implementadas políticas públicas que visem à redução da segregação espacial e à promoção de espaços urbanos mais inclusivos para a população bissexual. Essas políticas devem garantir o acesso igualitário a recursos e serviços, bem como a criação de espaços seguros onde as pessoas bissexuais possam viver autenticamente e sentir-se parte integrante da comunidade. É fundamental que o planejamento urbano leve em consideração as perspectivas e necessidades da população bissexual, promovendo a diversidade e a inclusão em todas as dimensões da cidade. Nesse sentido, recomendamos as seguintes diretrizes para políticas públicas futuras no planejamento urbano:

É crucial criar e manter espaços físicos e virtuais inclusivos, onde pessoas bissexuais possam se conectar, compartilhar

experiências e encontrar apoio. Isso pode incluir a criação de centros comunitários, grupos de apoio e eventos culturais que promovam a diversidade sexual e o respeito às identidades bissexuais.

As políticas urbanas devem buscar reduzir a segregação espacial e promover a integração de comunidades diversas. Isso pode ser alcançado através de intervenções urbanas que incentivem a diversidade em bairros e promovam a mistura de usos e ocupações do espaço, evitando a concentração de determinados grupos em áreas específicas.

É fundamental garantir o acesso igualitário a recursos e serviços para a população bissexual em todas as áreas da cidade. Isso inclui o acesso a serviços de saúde mental e de saúde sexual, bem como o acesso a espaços de lazer, educação e oportunidades de emprego sem discriminação.

As políticas urbanas devem levar em consideração as experiências específicas enfrentadas pelas pessoas bissexuais, especialmente as mulheres bissexuais, que muitas vezes sofrem estereótipos e estigmatização adicionais. É importante desenvolver políticas sensíveis ao gênero que abordem essas desigualdades e promovam a igualdade de oportunidades para todas as identidades bissexuais.

Incluir a população bissexual e suas organizações representativas no processo de planejamento urbano é essencial. A participação ativa da comunidade pode garantir que as políticas públicas sejam desenvolvidas de forma colaborativa, levando em consideração as necessidades e perspectivas da população bissexual.

Considerações finais

Este estudo investigou a relação entre padrões espaciais de segregação e dinâmicas comportamentais da população bissexual, a partir da perspectiva da política urbana e do planejamento. Por meio de entrevistas com pessoas bissexuais de diferentes lugares,

exploramos as experiências vivenciadas por essa população em relação ao espaço urbano, com foco nas questões de gênero.

Os resultados revelaram que a segregação espacial impacta significativamente a vida das pessoas bissexuais, afetando sua qualidade de vida, seu bem-estar emocional e o acesso a recursos e serviços. A restrição de mobilidade e a falta de espaços inclusivos e seguros para a expressão da identidade bissexual contribuem para a invisibilidade e marginalização dessas pessoas, destacando a necessidade de políticas urbanas que promovam a inclusão e a diversidade.

A formação de redes de apoio e comunidade foi identificada como uma estratégia importante adotada pelos/pelas participantes para lidar com os desafios da segregação espacial. Encontrar espaços acolhedores e conectar-se com outras pessoas bissexuais desempenha um papel fundamental no fortalecimento emocional e no senso de pertencimento. A interseção entre gênero e bissexualidade também se revelou um aspecto crucial. As mulheres bissexuais enfrentam estereótipos e estigmatização adicionais no espaço urbano, o que reforça a importância de políticas urbanas sensíveis ao gênero, que considerem as experiências complexas e específicas dessas mulheres.

No entanto, foi observado que nem todas as experiências relatadas foram negativas. Algumas pessoas bissexuais encontraram comunidades acolhedoras e inclusivas onde se sentiram apoiadas e aceitas. Esses casos ressaltam a importância de promover espaços urbanos diversificados e inclusivos, nos quais todas as pessoas bissexuais possam viver autenticamente e serem reconhecidas como membros ativos da comunidade.

Considerando as descobertas deste estudo, é fundamental desenvolver políticas urbanas que reduzam a segregação espacial, promovam a inclusão e garantam o acesso igualitário a recursos e serviços para a população bissexual. Isso pode ser alcançado por meio da criação de espaços seguros e acolhedores, da promoção de redes de apoio e comunidade, e da implementação de políticas sensíveis ao gênero que considerem as necessidades específicas das

mulheres bissexuais e de outros grupos dentro da população bissexual.

Essas considerações têm implicações teóricas e práticas significativas para a formulação de políticas urbanas mais inclusivas e igualitárias. É necessário um esforço contínuo de colaboração entre pesquisadores, profissionais do planejamento urbano e formuladores de políticas para traduzir essas descobertas em ações concretas que melhorem a vida das pessoas bissexuais no espaço urbano.

Por fim, este estudo contribui para o avanço do conhecimento sobre a relação entre padrões espaciais de segregação e dinâmicas comportamentais da população bissexual, fornecendo indicativos para a construção de cidades mais justas, inclusivas e acolhedoras para todas as pessoas, independentemente de sua orientação sexual ou identidade de gênero. Ao considerar as experiências específicas da população bissexual, especialmente no contexto das questões de gênero, podemos promover uma compreensão mais abrangente das complexidades e desafios enfrentados por esses indivíduos no espaço urbano.

No entanto, é importante reconhecer que este estudo teve suas limitações. A amostra consistiu em entrevistas com pessoas bissexuais de diferentes locais, o que proporcionou uma perspectiva diversificada. No entanto, a generalização dos resultados para outras populações bissexuais e diferentes contextos urbanos deve ser feita com cautela. Estudos futuros podem expandir a pesquisa para incluir uma amostra mais ampla e diversificada, a fim de obter uma compreensão mais abrangente das experiências bissexuais no espaço urbano.

Em conclusão, este artigo explorou a relação entre padrões espaciais de segregação e dinâmicas comportamentais da população bissexual, sob a perspectiva da política urbana e do planejamento. Os resultados ressaltaram a importância de políticas urbanas inclusivas, que promovam espaços seguros, redes de apoio e igualdade de acesso a recursos e serviços. Ao reconhecer as experiências interseccionais e enfrentar os desafios específicos

enfrentados pelas pessoas bissexuais, podemos construir cidades mais justas, acolhedoras e equitativas para todos os indivíduos.

Espera-se que este estudo contribua para o corpo de conhecimento existente e inspire pesquisas e ações futuras no campo da política urbana e do planejamento, com foco nas questões de gênero e na inclusão da população bissexual. Somente por meio de uma abordagem consciente e colaborativa, podemos criar espaços urbanos verdadeiramente inclusivos, onde todas as pessoas possam viver e prosperar sem medo de discriminação ou exclusão.

Referências

BOTERMAN, W. R.; MUSTERD, S.; MANTING, D. Multiple dimensions of residential segregation: The case of the metropolitan area of Amsterdam. *Urban Geography*, v. 42, n. 4, p. 481-506, 2021. DOI: 10.1080/02723638.2020.1724439.

BRITO SOUZA, Hortência Gomes de. "**Quem vive na margem não se afoga nessa água**": bissexualidade, interseccionalidade e direito à cidade em Ponta Grossa - Paraná. 2022. Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, 2022.

CASTELLS, Manuel. **A questão urbana**. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1999.

COLLINS, Patricia Hill. Se perdeu na tradução?: feminismo negro, interseccionalidade e política emancipatória. *Parágrafo*, v. 5, n. 1, p. 6-17, 2017. Disponível em: <http://revistaseletronicas.fiamfaam.br/index.php/recicofi/article/view/559>. Acesso em: 30 set. 2024.

FREIRE-MEDEIROS, Bianca. Mobilidade urbana em perspectiva: novos olhares sobre as dinâmicas da cidade contemporânea.

Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais, v. 15, n. 1, p. 58-72, 2024. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/estudurbanos/a/ZH8Hzp9Qm8ybswDqK8qFRt/?lang=pt>. Acesso em: 30 set. 2024.

HARVEY, David. **O direito à cidade**. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

LEFEBVRE, Henri. **A produção do espaço**. São Paulo: Martins Fontes, 2011.

LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade**. São Paulo: Martins Fontes, 2016.

MASSEY, Doreen. **Space, place and gender**. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1994.

ROLNIK, Raquel. **Guerra dos lugares: a colonização da terra e da moradia na era das finanças**. São Paulo: Boitempo, 2014.

ROVERE, Tuize Silva; SOUZA, Mariana Barbosa de. Reflexões sobre fazer cidades para a diferença. In: RIBEIRO, Cristine Jaques; NUNES, Tiago de Garcia (Orgs.). **Diálogos da cidade: deslocamentos entre o rural e o urbano**. Cachoeirinha: Fi, 2023. p. 96-113. DOI: 10.22350/9786585725514.

SOJA, Edward W. **Seeking spatial justice**. Minneapolis: University of Minnesota Press, 2010.

TORRES, Juan; RODRIGUES, Rafael. **Mapa deixa clara a concentração de homicídios em bairros pobres**. Correio da Bahia, Salvador, 22 maio 2012. Disponível em: <https://www.correio24horas.com.br/noticia/nid/mapa-deixa-clara-a-concentracao-de-homicidios-em-bairros-pobres/>. Acesso em: 30 set. 2024.

VÁZQUEZ, Georgiane Garabely Heil; SOUZA, Mariana Barbosa de. Mulheres bissexuais e vivências no espaço urbano de Ponta Grossa-PR. In: LOURENÇO, Alexandra; GUARIZA, Nadia Maria; MOREIRA, Rosemeri (Orgs.). **Gênero, espaços simbólicos e corporeidades**. Curitiba: Brazil Publishing, 2022. p. 159-176.

CAPÍTULO 9

A RODA DA VIDA É A VIDA QUE GIRA reflexões sobre ancestralidade e resistência negra nos espaços urbanos

Leandro Barbosa dos Santos

As performances afro-brasileiras emergem como poderosas formas de resistência cultural e política, especialmente no contexto urbano, onde as tensões sociais e as desigualdades são mais evidentes. A trajetória que é expressa por meio da história implícita nessas práticas é rica e multifacetada, incorporando elementos de ancestralidade, espiritualidade, transformando-se em expressões artísticas que desafiam a opressão e promovem a identidade negra. Neste artigo, busco explorar como algumas dessas performances se configuram em ações de resistência dentro de espaços urbanos permeados por essas culturas negras, analisando como diferentes manifestações expressam resistência e suas implicações socioculturais.

Como aporte para a interpretação desses conceitos, a escolha das religiosidades afro-brasileiras como ferramenta para compreender essas complexidades manifestadas pelo corpo não foi acidental. Como aponta Mônica Lima (2018), para compreensão dessa bagagem cultural trazida ao Brasil, durante uma passagem marcada pela morte, nos faz necessário refletir sobre a condição dos escravizados nesses processos de desterritorialização, e todo o desconforto de estar submetido a essas circunstâncias (Santos, 2022). Nessa condição, a importância da fé como elemento agregador e produtor de sentido faz a diferença entre a vida e a morte. Essa construção de sentido, por meio da fé, invoca forças

maiores que a existência, operando em dimensões desconhecidas representadas pela crença nos deuses.

Foi, diante desse processo, que entendi que o corpo negro não é um suporte para os sentidos, mas sim a personificação deles; é o próprio sentido. Foi ao caminhar pelas ruas dentro dos territórios negros, observando as artes que fluíam dessas expressões, que descobri esse movimento único, trazendo uma singularidade própria. Nesses termos, percebi que a ancestralidade desempenha um papel fundamental na formação das performances afro-brasileiras. Conforme discutido por Silva (2022), no texto *Performance Negra e a Dramaturgia de Corpo no Batuque*, apreendi que a desterritorialização africana e a transmissão de memórias orais influenciam profundamente a cultura afro-brasileira, permitindo que tradições ancestrais sejam reinventadas em contextos urbanos.

Utilizando-me do texto de Gilroy (2007), aludindo-o ao caso do Batuque¹ gaúcho, me foi possível perceber que os corpos são atravessados pela intensidade da batida dos tambores, que, em contrapartida, permeiam com a mesma intensidade as danças, reafirmando a herança africana, ocupando o espaço constituído com afirmação das identidades. Nesse contexto, a noção de ancestralidade se estabelece como um pilar essencial de resistência em diversas expressões de origem africana que operam na dinâmica do corpo e do evento, fundamentando-se no mito.

A ideia de diáspora oferece uma alternativa imediata à disciplina severa do parentesco primordial e do pertencimento enraizado. Ela rejeita a noção popular de nações naturais espontaneamente dotadas de uma consciência de si próprias, compostas meticulosamente por famílias uniformes [...] Como uma alternativa à metafísica da “raça”, da nação e da cultura delimitada e codificada no corpo, a diáspora é um conceito

¹ “[...]O batuque é uma crença brasileira de origem africana que venera doze orixás, e é predominantemente praticada no Rio Grande do Sul. Essa religião é segmentada em diferentes nações Ijexá, Nagô, Jêje Cabinda, Maçambique e Oiá. Em cada uma dessas nações, encontramos distinção nas formas rituais” (Corrêa, 2006, p. 50).

que problematiza a mecânica cultural e histórica do pertencimento. Ela perturba o poder fundamental do território na definição da identidade ao quebrar a sequência simples de elos explanatórios entre lugar, localização e consciência (Gilroy, 2007, p. 151).

A performance, portanto, revela-se como a força expressiva dessa conexão entre corpo e ancestralidade, que reflete a resistência cultural e permeia esses corpos negros ao longo da trajetória histórica brasileira, configurando-se como uma memória dramatizada (Martins, 1997). O autor denomina de afrografias da memória o conjunto de saberes que tem a capacidade de dramatizar essas memórias, ou seja, como um "conjunto de métodos (verbais e não verbais) destinados a revelar os princípios simbólicos do grupo" (Martins, 1997, p.23). Assim, a performance residiria na palavra proferida, conferindo significado à linguagem ritual. A palavra falada existe quando é pronunciada, manifestando-se como linguagem que combina elementos como a música, gestos e dança enquanto extrato desse conhecimento.

Esse é o lugar onde a resistência se estabelece ao longo do tempo como um alicerce sólido, a energia influente que remete à herança ancestral através de suas significações e ações no cotidiano. É no transcender as dificuldades que se formam os significados. Viver superando os obstáculos da vida é uma forma de resistência. É na força simbólica contida nessas performances imersas na ancestralidade, o lugar onde podemos acessar os saberes necessários para interpretar essas experiências. A ancestralidade se estabelece como uma epistemologia, replicando-se em diversas estruturas sociais. Ela também pode representar um desafio às formas estabelecidas de organização da vida, enquanto, para outros, representa a chance de criação e reinterpretação.

Ao examinar, percebemos que é, por meio do corpo, que os significados são construídos. Ele se transforma no local onde os símbolos se expressam, atuando como um pigmento para a escrita, produzindo efeitos concretos na cultura do Brasil como um todo. Nesse sentido, as performances afro-brasileiras refletem a

realidade do negro na sociedade, que é imersa em suas lembranças individuais e coletivas, ecoando ao longo dos anos de maneira persistente, assumindo um significado simbólico do corpo em determinado tempo e lugar.

Os africanos transplantados à força para as Américas, através da Diáspora Negra, tiveram seu corpo e seu corpus desterritorializados. Arrancado de seu domus familiar, esse corpo individual e coletivo, viu-se ocupado pelos emblemas e códigos do europeu, que dele se apossou como senhor, nele grafando seus códigos linguísticos, filosóficos, religiosos, culturais, sua visão de mundo. Assujeitados pelo perverso e violento sistema escravocrata, tornados estrangeiros, coisificados, os africanos sobreviveram às desumanas condições da travessia marítima transcontinental, foram destituídos de sua humanidade, desvestidos de seus sistemas simbólicos, menosprezados pelos ocidentais e reinvestidos por um olhar alheio, o do europeu. (Martins, 1997, p.24-25).

Por meio do corpo, nos conectamos com o mundo e, na esfera simbólica da performance, nos tornamos protagonistas da cultura. Os corpos negros simbolizam a herança africana, carregando consigo a recordação de sua origem e identidades que são reinterpretadas na diáspora do Brasil. O corpo funciona como uma plataforma de manifestação das complexidades.

Entender essas questões é crucial para abrangermos muitos dos arranjos que definem a formação desses corpos negros afro-orientados, por meio da análise das redes, interesses, crenças, entretenimento e elementos que compõem e são compostos por conhecimentos compartilhados de múltiplas formas. Portanto, neste texto, busco dar a relevância da formação desse corpo negro, destacando que a negritude reflete as contradições originadas pela opressão social. Ela expõe um sistema hegemônico que estigmatiza e exclui, com intuito de marginalizar as comunidades negras.

Foi através de minha pesquisa doutoral², que propus a análise das experiências de resistência e formação do corpo negro no contexto afro-brasileiro gaúcho. A minha área de pesquisa foi desenvolvida por meio da observação e experiência, identificando os variados símbolos performáticos sendo expressos através do corpo, em diversas expressões artístico-culturais negras. Um dos importantes pontos de partida encontrei no discurso do Pai João de Iemanjá, um amigo que conheci ao acaso, quando percebi a reza do corpo, o corpo que se expressa sacralizando o movimento gerando vida e cosmologias.

Figura 1 - Adolfo Atanais Carvalho Silva dos Santos (Mestre Dentinho)



Fonte: acervo do autor, 2022.

Para proposição de minha análise, desenvolverei o texto com base nos dados coletados no ano de 2022, provenientes do trabalho de campo de minha pesquisa junto à Associação Cultural Brasileira de Capoeira Angola Liberdade Casa Grande, localizada na cidade de Canoas/RS. Essa associação hoje é presidida por Adolfo Atanais

²SANTOS, Leandro Barbosa dos. 2022. O Orixá que dança é um corpo negro em movimento: uma etnografia sobre existências e resistências negras gaúchas . Tese (Doutorado em Antropologia). Universidade Federal de Pelotas, Pelotas/RS.

Carvalho Silva dos Santos, que possui a idade de 58 anos, e é conhecido pela comunidade capoeirista da cidade como Mestre Dentinho.

Conheci o Mestre Dentinho em meados dos anos 1980, quando ainda eu era criança. Chamou-me a atenção que, desde aquele tempo, realizava um trabalho social educando crianças a partir da prática cultural da capoeira angola. Sempre muito presente em diferentes movimentos relacionados ao esporte, durante anos Dentinho realizou distintos trabalhos sociais em várias escolas na cidade de Canoas, tornando-se em uma figura conhecida e prestigiada no meio.

Entre os meses de abril a setembro de 2022, tive o prazer de conviver e registrar muitos dos eventos que foram realizados pela associação, culminando com diversas entrevistas registradas com o mestre. Nelas, dialogamos sobre temas relacionados às tensões e à resistência enquanto pessoa negra, que atua como agente cultural em espaços onde essas tensões são ainda mais acirradas.

Em nosso diálogo - registrado no dia 17 de setembro de 2022 - , tive a oportunidade de conversar com Dentinho sobre sua trajetória na prática da capoeira, e, como, por meio da prática do esporte, percebeu essa relação na construção do corpo negro. Ele destaca que esse processo se tornou um elemento fundamental para a relação entre os sentidos construídos no passado que resultaram em sua posição enquanto pessoa negra resistente.

Oliveira (2021) destaca que o corpo, na perspectiva africana, deve ser considerado como diversidade, integração e ancestralidade. Ele é diverso em relação à sua diversidade biológica e cultural; é integrado porque é uma condição para qualquer interação. Mas, acima de tudo, o corpo negro é ancestral, pois é a ancestralidade que o orienta. É na ancestralidade que reside a tradição. Portanto, é em um contínuo processo de experimentação com a cultura, que esse corpo se integra despertando sua ancestralidade. É nesse espaço que o corpo negro resiste e pode se constituir no mundo.

É por meio dessas mediações, que são criadas as condições para aquisição desse corpo negro enquanto invólucro de sentidos, lugar onde as controvérsias são fundamentais na incorporação, amplificando os sentidos do/no mundo. Aprender por meio da afetação significa perceber que, à medida que nos aprofundamos no conhecimento do outro, passamos a valorizar ainda mais a intensidade e a diversidade das diferenças presentes no mundo.

Figura 2 - Mestre Dentinho instruindo alunos.



Fonte: acervo do autor, 2022.

As expressões corporais e a ligação com a ancestralidade demonstram como o corpo negro torna-se um veículo de resistência e memória coletiva. Essas performances são rituais e reafirmam a identidade e a presença negra na sociedade.

Nesse sentido, Dentinho detalha momentos em sua infância quando teve contato com a capoeira. Inicialmente somente a percebia como movimentos de luta que o encantavam. Mas, por meio de um praticante antigo, conhecido como Mestre Macao, de origem Sergipana, encontrou a oportunidade de submergir com mais intensidade nas raízes da capoeira Angola. Devido a essa relação com Macao, ele teve a oportunidade de entrar em contato com muitos outros velhos mestres conhecidos - figuras de

importância no contexto da resistência negra dentro da prática do esporte e da cultura. Entre eles, com carinho, ele cita os mestres Curió, João Pequeno, Gogó, Miguel, João Grande, que são figuras negras conhecidas por serem pessoas ativas no movimento de expansão da prática esportiva cultural.

Foi nesse espaço de convivência, onde, por meio da relação com esses mestres negros experientes, que pautas como a própria prática da capoeira, a negritude, e em especial a luta contra racismo tornaram-se debates dos quais teve a oportunidade de se apropriar. É importante destacar que, para o mestre Dentinho, o processo de construção de sua negritude passa por sua relação com o grupo. Entender essas questões é crucial para abrangermos muitos dos arranjos que definem a formação desses corpos negros afro-orientados.

Foi através da capoeira que eu aprendi a me conhecer, a conhecer minha cultura, e conhecer o que é o racismo. Tem pessoas que são racistas mesmo, e outras que são, mas não sabem. Apenas seguem o que a sociedade criou. (Entrevista Mestre Dentinho – 09/22).

Essa compreensão se dá por meio da análise das redes, interesses, crenças, entretenimento, elementos que não só compõem como também são compostos por conhecimentos compartilhados de diferentes formas. Na constituição deste trabalho, faz-se importante a ênfase na relevância da formação do corpo negro que também é corroborada por Moura (1983), destacando que a negritude reflete as contradições originadas pela opressão social. Nesse ínterim, a autora expõe a força de um sistema hegemônico que marginaliza e exclui, estigmatizando essas comunidades negras.

Dentinho segue destacando que o racismo que sofreu na infância era uma experiência dolorosa, mas, acima de tudo, carente de uma compreensão maior sobre o evento. E foi por meio dessa relação com a prática da capoeira, na convivência com outras pessoas negras, que os elementos implícitos na práxis da cultura

ofereceram sentido para as angústias vivenciadas. As crianças afro-brasileiras, por exemplo, aprendem sobre sua realidade e história mediante práticas culturais, como observado no texto Kaercher & Pereira (2022). Essas práticas não apenas educam, mas também fortalecem a identidade e a resistência desde a infância, preparando as novas gerações para enfrentar os desafios de um ambiente urbano, muitas vezes hostil.

É importante o destaque que, frente à violência provocada pelo racismo, é essencial a implementação de estratégias biopolíticas. A fragilidade da população negra é evidenciada através da perseguição às convicções oriundas das culturas afro-brasileiras, evidenciando o racismo implícito na distribuição política de acesso aos bens e espaços públicos. São numerosas as comunidades buscam segurança no coletivo para proteção e visibilidade, principalmente para assegurar que não serão vítimas dessa violência. Assim, faço menção ao importante destaque contido na fala do Mestre Dentinho.

A capoeira era discriminada, tudo que é do negro é discriminado, é visto como coisa ruim. Então, o que o Mestre Bimba fez? Ele criou a capoeira regional, né? Com a capoeira regional, ele conseguiu entrar na sociedade, mas fazendo uma mudança. Ele criou mais pra alcançar mídia, pra alcançar os brancos, as elites. E, na época, eu acho que era uma jogada política, dos políticos da época. Que pensavam: Vamos trazer o Mestre Bimba, e vamos ter apoio desse povo. Vamos levantar esse homem aqui, pois nós estamos daí ajudando a “negada”. Mas, na realidade, não estavam, né? Era interesse deles também. Mas foi nesse meio tempo em que o Mestre Bimba criou a capoeira regional, a capoeira angola veio junto. O que o Bimba fez foi uma magia. Daí tinha um pessoal com o Mestre Bimba, mas tinha também uma galera com Mestre Pastinha, pra fazer aquela balanceada. [...] A capoeira é uma só; só tem esta coisa de resistência, né? Capoeira angola é resistência, África, navio negreiro, senzala. A regional de Bimba, que hoje é diferente da que Bimba deixou, ficou mais embranquecida (Entrevista Mestre Dentinho - 09/22).

No contexto das interações e dos conflitos do processo de formação cultural do Brasil, é perceptível a violência que é caracterizada por um projeto brutal de colonização das performances e ritmos entendidos como expressão das culturas negras que emergem a partir dessas memórias e africanidades materializadas. Nesse sentido, essas práticas ancestrais são essenciais para a construção de uma identidade coletiva que resiste a essas pressões

Muitas vezes, o próprio Estado criminaliza certas manifestações de grupos negros, com o objetivo de conferir legitimidade e poder político a outros. Portanto, essa relação intrincada, presente nas práticas culturais afro-brasileiras, fundamenta a discussão acerca da proteção do corpo em situação de vulnerabilidade social devido ao racismo. Nesse sentido, enfatiza a importância dessa relação com o grupo como força pujante, proporcionando apoio, ensino e conscientização para resistir ao surgimento de problemas: “[...]na massa a gente se cruza, se roça, se toca, interações se estabelecem, cristalizações se operam e grupos se formam” (Maffesoli, 1987, p. 102).

O Mestre Dentinho destaca que percebe a roda de capoeira como simbologia viva. Assim, em sua fala, ele a nomeia enquanto roda da vida, destacando que a roda de capoeira e da vida andam juntas. Assim, enfatiza que, enquanto capoeirista precisa entender a sua própria cultura, deve integrar-se ao sofrimento dos antepassados e ancestrais, para compreender a necessidade de unir-se ao que nomeia enquanto irmãos em roda de capoeira. Ele ressalta que indiferentemente de questões raciais, o ato de estar em uma roda de capoeira é também estar em harmonia e resistência.

Preciso me conectar com o sofrimento dos meus ancestrais. Se eu sinto na pele isso, eu nunca vou contra meu irmão numa roda. Seja branco, seja preto, se está jogando ali tem que ter uma harmonia e resistência. Nós contra o sistema, contra o que está acontecendo, contra o racismo, contra qualquer tipo de discriminação. (Entrevista Mestre Dentinho – 09/22).

Aqui, percebemos que a ancestralidade, enquanto “categoria”, é utilizada como uma categoria analítica. Ela se torna um conceito fundamental para entender uma epistemologia que interpreta seu próprio sistema de significados, partindo do território que gera seus signos culturais. Primeiramente, a ancestralidade é a base que estrutura a roda de capoeira, reunindo todos os princípios e valores importantes para os capoeiristas na dinâmica civilizatória africana. Ela não se baseia somente em um vínculo de parentesco biológico, elemento central da cosmovisão africana no Brasil.

Ela não faz somente referência às famílias africanas e de seus descendentes, já que possui uma abrangência mais ampla. É importante percebermos que a ancestralidade ultrapassou esses sentidos, tornando-se um princípio que orienta as práticas e representações durante o processo de constituição da roda da vida. Portanto, é possível afirmar que a ancestralidade se estabeleceu como o alicerce principal para os praticantes na representação da roda de capoeira, elemento que faz referência à constituição desse corpo negro representado nas expressões performáticas.

Nesse sentido, Gonzales (1984) destaca que, nessa abordagem sobre ancestralidade, estamos discutindo as ideias de consciência e memória. Como consciência, compreendemos o lugar do desconhecimento, da ocultação e alienação, do esquecimento e conhecimento. É nesse ponto que o discurso ideológico se manifesta.

Figura 3 - Associação Cultural Brasileira de Capoeira Angola Liberdade Casa Grande, localizada na cidade de Canoas/RS



Fonte: acervo do autor, 2022.

Por outro lado, a memória é vista como o não saber de que se tem conhecimento, um local de registros que resgatam uma história que não foi observada. O lugar de onde emerge a verdade, uma verdade que se estrutura como ficção. A consciência elimina o que é incluído na memória, assim sendo, diante da rejeição, a consciência se manifesta como o discurso predominante em uma cultura específica.

Nesse processo, ela oculta a memória mediante a imposição do que ela, consciência, declara como a verdade. Contudo, a memória possui suas sutilezas, a sua habilidade de manobra, a capacidade de se adequar mesmo diante das contradições, ainda que étnicas ou biológicas.

Assim, a roda de capoeira e da vida são metáforas que constituem esse espaço neutro, onde as contradições são postas de lado por uma consciência oriunda da percepção de ancestralidade. Por mais que seja a personificação imaginada dos participantes sobre o instante, os sentidos constituídos no espaço ultrapassam essas limitações, tornando-se verdade para o grupo que compartilha essa experiência.

Figura 4 - Mestre Dentinho jogando Capoeira



Fonte: acervo do autor, 2022.

Eckert & Rocha (2002) apontam que o fenômeno da memória se refere a um conjunto de estruturas extraordinárias que moldam as culturas humanas, funcionando como observadores de seus valores fundamentais. Nesse ponto, a memória se manifesta através da função fantástica, o que, no âmbito do imaginário, indica sua habilidade de estabelecer um ambiente onde as imagens podem permanecer intemporais, e os deslocamentos são permitidos sem que os objetos se alterem ou se deterioreem.

Nesse espaço, permeado por imagens geradas através de uma ancestralidade imanente, o corpo negro se constitui e emerge dos sentidos produzidos pelo grupo. Tal fato torna a roda um corpo negro que resiste na expressão das memórias e imagens do passado. Não é apenas uma referência ao sofrimento imposto pela escravização, mas principalmente a superação e a resistência que permitem ao grupo permanecer e manifestar-se como herdeiros dessa herança ancestral. Sendo assim, são diferentes camadas de passado e presente que criam esse jogo da vida e que se reflete na forma como os participantes enfrentam as agruras do cotidiano individual, ou seja, a roda da vida.

Dentinho manifesta o descontentamento, referindo-se aos que quebram essa concordância com a ancestralidade contida na roda, nomeando-os de capitães do mato, já que essas pessoas deturpam os sentidos da práxis cultural expressa na capoeira. Como esboço, o mestre se utiliza de muitas referências, por vezes relacionadas à violência e à estigmatização para apontar essas contradições. Ele declara seu desgosto quanto ao processo de embranquecimento, destacando que, muitas vezes, o indivíduo negro não é priorizado nos espaços reservados aos capoeiristas.

Como exemplo, assinala o contrassenso de um conselho de associações de capoeiristas quando foi convidado a participar de um evento, no qual a maioria dos espaços de liderança ocupados eram predominantemente constituídos por pessoas brancas. Nesse sentido, o mestre lança o questionamento: será que não existem mestres negros suficientes para representar a própria cultura, ou será que as pessoas tomaram esses lugares de nós? No livro

Apropriação Cultural, Rodney (2019) destaca que, por meio das estruturas de opressão típicas do colonialismo, a apropriação cultural mostrou-se uma tática extremamente eficiente, que ainda é empregada como meio de dominação na atualidade.

Nesse sentido se faz necessária a compreensão de que a cultura se configura como um território de conflitos, um ambiente repleto de disputas por significados, onde o que é hegemônico prevalece, apropriando-se da cultura alheia. É no esvaziamento que se sustenta o imaginário social, no qual as ideias de superioridade branca visam subordinar os outros grupos étnicos que foram "despojados" de suas tradições.

Figura 5 - Associação Cultural Brasileira de Capoeira Angola Liberdade Casa Grande, localizada na cidade de Canoas/RS



Fonte: acervo do autor, 2022.

Nessa perspectiva, resistência, para o Mestre Dentinho, não pode ocorrer só de dentro para fora, mas, acima de tudo, por meio da compreensão de que, muitas vezes, o processo ocorre de maneira inversa. Tal situação ocorre, porque elementos de embranquecimento vêm de fora e tomam para si o que é de prioridade dos de dentro.

O processo da prática da capoeira é, acima de tudo, negro, fundamentado na cultura, e carente da ancestralidade as quais compõem esse corpo negro, uma vez que detém para si a práxis como produto de uma cultura. Dessa forma, a apropriação cultural, no contexto do capitalismo, representa uma das estratégias do racismo e colonialismo, pois elimina a propriedade cultural de grupos minoritários como os negros e os povos indígenas.

Esse processo agrava a discriminação e desigualdades estabelecidas na sociedade e na luta pela preservação das tradições. Essas apropriações culturais têm como objetivo indireto fragmentar os grupos étnicos sociais. Nesse sentido, o destaque de maior relevância para o Mestre Dentinho, é o fato de que não há capoeira se há a exclusão desse corpo negro. Os sentidos são construídos a partir dele e carecem dessas tradições ancestrais para a manutenção e a preservação da cultura que é expressa na roda de capoeira e da vida, espaço onde se constituem esses territórios negros.

Conclusão

Neste texto, buscamos dar ênfase à importância da formação do corpo negro, destacando que a negritude reflete as contradições geradas pela opressão social. Assim, percebemos que opressão social expõe um sistema hegemônico que marginaliza e estigmatiza as comunidades negras, o que torna essencial a análise das redes, interesses e crenças que compõem essas identidades. A partir da experiência de Adolfo Atanais Carvalho Silva dos Santos, conhecido como Mestre Dentinho, percebemos a relevância da capoeira como uma manifestação cultural que simboliza a herança africana e a resistência à exclusão.

Mestre Dentinho busca compartilhar suas vivências em relação ao racismo sofrido na infância, ressaltando a dor e a necessidade de uma compreensão mais profunda sobre essas experiências. Ele menciona que o racismo enfrentado foi não só uma experiência dolorosa, mas também uma oportunidade de reflexão sobre a identidade e a ancestralidade. A capoeira, como

prática cultural, é um espaço de resistência onde os corpos negros se tornam protagonistas, carregando a memória ancestral e reinterpretando suas identidades no contexto da diáspora brasileira. Essa prática não é apenas uma forma de luta, mas também um meio de afirmação da cultura.

Ponderar sobre a apropriação cultural no contexto do capitalismo é entender que ela representa uma estratégia de racismo e colonialismo, despojando grupos minoritários de sua propriedade cultural. Essa apropriação fragmenta grupos sociais e agrava as desigualdades, tornando a luta pela preservação das tradições ainda mais urgente. Mestre Dentinho enfatiza que a capoeira não pode existir sem a inclusão do corpo negro, pois é a partir dele que os sentidos e significados são construídos, refletindo a riqueza da cultura afro-brasileira e sua importância na formação da identidade nacional.

Além disso, percebemos a importância da memória na construção da identidade, destacando como a consciência pode ocultar a memória ao impor uma "verdade" cultural. No entanto, a memória é flexível e capaz de adaptar-se às contradições, mesmo diante das imposições sociais, permitindo que a cultura negra resista e se reinvente em diferentes contextos. Diante desse contexto, a roda de capoeira torna-se metáfora de um espaço neutro onde as contradições podem ser superadas, permitindo processos de resistência cultural e afirmação da identidade negra.

Nesse sentido, percebemos o destaque para crítica do Mestre. Ela ocorre quando Dentinho censura aqueles que distorcem os sentidos da práxis cultural, referindo-se a eles como "capitães do mato", por quebrarem essa concordância com a ancestralidade.

Assim, encontramos a ênfase quanto à resistência ao embranquecimento da capoeira, ressaltando que a presença do corpo negro é fundamental para a autenticidade e continuidade da prática, que deve ser preservada em sua ancestralidade. Essa resistência cultural é fundamental não somente para a preservação da identidade negra mas também para a luta contra a opressão. Sendo assim, práticas culturais como a capoeira, são essenciais para

a construção de um espaço de pertencimento e de afirmação da ancestralidade.

Assim, a análise das complexidades socioculturais que envolvem o corpo negro é crucial para entender as dinâmicas de resistência e a importância da memória coletiva na formação dessas identidades. Nesse aspecto, destaca-se que a luta pela valorização da cultura negra é uma luta por dignidade e reconhecimento.

É plausível que a capoeira e outras manifestações culturais afro-brasileiras, desempenhem um papel crucial na resistência contra a opressão e na afirmação da identidade negra. Essas práticas que incluem dança, música, teatro e rituais religiosos estão profundamente enraizadas na ancestralidade africana e são continuamente reinventadas nos contextos urbanos. Por meio deste texto, não almejamos apenas celebrar a riqueza da cultura negra, mas também convocar o leitor à reflexão sobre a importância da resistência cultural na construção de um futuro mais justo e igualitário.

A proposta principal que é explícita no texto é um convite à valorização das tradições afro-brasileiras e à conscientização em relação às lutas enfrentadas pelas comunidades negras. A capoeira, como expressão cultural, é um símbolo de resistência e um meio de reafirmação dessas identidades, unindo-se a um contexto mais amplo e mostrando que a cultura negra é vital para a diversidade e a riqueza cultural do Brasil na luta por justiça social e por reconhecimento das contribuições afrobrasileiras para a sociedade.

Por fim, concluo destacando que a resistência cultural é fundamental para a preservação da identidade negra na luta contra a opressão. As práticas culturais, bem como a capoeira, são essenciais para a construção desse espaço de pertencimento e de afirmação da ancestralidade. Logo, estudos sobre as complexidades socioculturais que envolvem o corpo negro são cruciais não só para a compreensão das dinâmicas de resistência mas como também para a valorização da memória coletiva na formação dessas identidades.

Referências

CORRÊA, Norton. 2006 (1992). O batuque no Rio Grande do Sul: antropologia de uma religião afro-rio-grandense. São Luís: Cultura e Arte.

ECKERT, Cornelia; ROCHA, Ana Luiza Carvalho da. 2013. Etnografia da duração: Antropologia das memórias coletivas em coleções etnográficas. Porto Alegre: Marcavizual.

GILROY, Paul. 2007. Entre Campos: nações, culturas e o fascínio da raça. São Paulo: Annablume.

GONZALEZ, Lélia. 1984. Racismo e sexismo na Cultura Brasileira. Revista Ciências Sociais Hoje, São Paulo, Anpocs, p. 223-244.

KAERCHER, Elise Pereira da Silva, G., & Fortes Pereira, G. .2022. Performance e Ancestralidade: o que a cosmologia bakongo ensina sobre a infância negra brasileira?. Revista Brasileira De Estudos Da Presença, 13(1), 1–21. Recuperado de <https://seer.ufrgs.br/index.php/presenca/article/view/124023>.

LIMA, Monica. 2018. A diáspora africana: as influências culturais da África no Brasil e no mundo. P. 159-203. In: História da África e Relações com o Brasil. JORGE, Nedilson (org.). Fundação Alexandre de Gusmão: Brasília.

MAFFESOLI, Michel. 1987. O tempo das tribos. Rio de Janeiro: Forense Universitária.

MAFFESOLI, Michel. 1996. No fundo das aparências. Petrópolis: Vozes.

MAFFESOLI, Michel. 1998. O tempo das tribos: o declínio do individualismo nas sociedades. Apresentação de Luiz Felipe Baeta

Neves; tradução de Maria de Lourdes Menezes. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Forense-Universitária.

MARTINS, Leda Maria. 1997. Afrografias da memória: o Reinado do Rosário no Jatobá. Mazza Edições.

MOURA, Clóvis.1983. Brasil: raízes do protesto negro. São Paulo: Global. p.40-46.

OLIVEIRA, Eduardo David de.2009. A epistemologia da ancestralidade. In: Revista Entrelugares – Revista de Sociopoética e abordagens afins, ISSN 1984-1787.

SANTOS, Adolfo Atanais Carvalho Silva dos. Título da entrevista. Entrevista concedida a Leandro Barbosa dos Santos. Setembro, 2022.

SANTOS, Leandro Barbosa dos. 2022. O Orixá que dança é um corpo negro em movimento: uma etnografia sobre existências e resistências negras gaúchas. Tese (Doutorado em Antropologia). Universidade Federal de Pelotas, Pelotas/RS.

SILVA, R. de L., & Rosa, E. M. .2022. Performance Negra e a Dramaturgia do Corpo no Batuque. Revista Brasileira De Estudos Da Presença, 7(2), 249–273.

WILLIAM, Rodney. 2019. Apropriação Cultural. São Paulo: Pólen, 208 p. (Feminismos Plurais/ coordenação de Djamila Ribeiro).

CAPÍTULO 10

DOS TEMPOS DA CIDADE: olhares antropológicos

Luca Fuser

Fazeres: antropologia, cidade e tempo

Os estudos em torno das dinâmicas sociais nas cidades são, há mais de cem anos, reconhecidos como uma das possibilidades de produção de conhecimento antropológico. Entre os exemplos de primeiras reflexões que observam as particularidades na situação urbana, estão artigos de Georg Simmel e da chamada Escola de Chicago dos anos 1920 e 1930, com autores como Robert Park.

É um campo que passa, também, por tensões em torno de comprometimentos com a operatividade de projetos políticos ou outros envolvimento militantes, enfocando um objeto especialmente delicado. Como Heitor Frúgoli Jr. aponta, “não existe contexto urbano dado *a priori*, apenas aquele construído por análises e interpretações” (Frugoli, 2009).

São diversos temas costumeiramente abordados por essa faceta da antropologia, a exemplo dos lazeres na cidade, religiosidades, sociabilidades, recortes de gênero e migrações.¹ Este texto se debruçará sobre formas de debater o tempo enquanto parte da vida social e suas relações com o fazer da cidade.

É oportuno, para tanto, indicar quais foram as abordagens realizadas pelo campo sobre esse assunto. Uma das relações tecidas

¹ Conforme se verificam essas tendências na disciplina oferecida desde 1988 por José Guilherme Magnani na Universidade de São Paulo, uma das primeiras iniciativas estruturadas da área, como o autor pontua (2012: p. 77).

entre o tempo e a antropologia se dá em torno de dilemas atuais do campo, com caráter mais metodológico.

Um exemplo relevante dessa primeira tendência é o discutido por Paul Rabinow no início dos anos 2000 como a *antropologia do contemporâneo*, que parte de uma definição da contemporaneidade enquanto movimento da modernidade pelo passado recente e futuro próximo, de forma não linear (Rabinow, 2008).² Essa relação intersticial com essas historicidades permitiria observar a emergências de ações, práticas e significados, entendendo questões da alteridade, fazendo-se oportuna enquanto encaixe do campo disciplinar.

Também abordando aspectos que estruturam o fazer antropológico em conjunto com o tempo, é notável o trazido por Johanness Fabian, na década de 1980, em um entendimento de que a etnologia clássica operaria o chamado discurso alocrônico. Esse se caracterizaria por estabelecer distanciamentos tanto espaciais quanto temporais entre pesquisador e pesquisado.

Assim se abriria uma margem para tratar as sociedades estudadas como primitivas, pois viveriam em momento distinto de quem as pesquisa, o que, em última análise, fortaleceria a autoridade do etnógrafo (Fabian, 1983). O tempo, nesses casos, seria um dos pilares que sustentam o trabalho antropológico, de forma mais ou menos evidente, e mais ou menos adequada.

Distanciando-se um pouco de questões metodológicas, outra chave de abordagem do tempo pela antropologia dá-se em torno do estudo da organização temporal de grupos ou sociedades, observando suas formas repetitivas e estruturação de rotinas. Inicialmente, essa divisão em ciclos pode ser vista como um aspecto banal e corriqueiro, como se aleatoriamente (ou individualmente) houvesse a pressa ou a calma no dia a dia das cidades com rotinas, vontades e sentidos aparentemente explicados a partir de uma praticidade ou pragmatismo.

² Tradução livre de “The contemporary is a moving ratio of modernity, moving through the recent past and near future in a (nonlinear) space that gauges modernity as an ethos already becoming historical”.

Porém, cabe um alerta a partir do que é discutido por Marshall Sahlins:

Entretanto, o valor de uso não pode ser compreendido especificamente em nível natural de "necessidade" e "desejos" - precisamente porque os homens não produzem simplesmente "habitação" ou "abrigo": eles produzem unidades de tipos definidos, como uma cabana de camponês ou o castelo de um nobre (...). A produção, portanto, é algo maior e diferente de uma prática lógica de eficiência material. É uma intenção cultural (Sahlins 2003).

Ou seja, essa forma de organização de rotinas pode ser vista como um conjunto de intenções a ser compreendido. Nesse sentido, cabe observar como é que essas se desdobram em conjunto com outras dinâmicas sociais.

Um estudo que aborda esse, entre outros aspectos da vida social, é o de Clifford Geertz sobre os balineses. Em texto elaborado na década de 1970, o autor apresenta a multiplicidade de calendários que se utilizam ao mesmo tempo, com origens diversas. O mais relevante desses calendários de Bali, chamado de permutacional, teria grande importância para indicar quais os tipos de ação que devem ser tomadas, por exemplo.

Pela conjunção entre os ciclos que compõem esse calendário, se definiriam momentos mais favoráveis para ações, como fazer oferendas para algum templo em específico, ou se indicaria um destino mais ou menos fortuito para a criança que nasce. Assim, mais do que contabilizar que dia do mês é, conforma-se o *tipo* de dia que deve ser, qual espécie de tempo (Sahlins, 2003).

Essa discussão é retomada por Alfred Gell, nos anos 1990, quando se propõe a realizar um balanço sobre o tempo na produção antropológica e seus desdobramentos metodológicos. Nisso, faz-se referência a autores como Émile Durkheim e Marc Bloch, discutindo apreensões circulares ou lineares do tempo e seu envolvimento com rituais e rotinas. Além de um panorama da reflexão filosófica sobre o tema, Gell também traz as próprias experiências de campo, como

no caso dos Umeda, da Nova Guiné, e Muria Gondi, da Índia, em que aponta uma relação entre a formulação de processos cíclicos nessas sociedades, compreendendo que suas experiências de tempo surgiriam com a interação com a natureza enquanto tema de atividade humana (Gell, 2020).

Por exemplo, em um dos casos, por conta de características climáticas e das formas de alimentação, associadas ao tempo de produção do arroz, do regime de chuvas e da necessidade de ciclos de produção que dependem do armazenamento da água, os Muria Gondi configuraram uma divisão temporal rígida dos meses e momentos do ano. Também conformaram um entendimento do tempo enquanto recurso escasso, organizando-se em torno das oportunidades de seu uso (Gell, 2020).

Nesse estudo, Gell visa desmistificar a relação entre tempo e antropologia, apontando que etnografias poderiam, no máximo, descobrir outras formas de organização do tempo, sem invenções mirabolantes: trariam “somente outros relógios, outras rotinas para tomar pé, outros atrasos frustrantes, antecipações felizes, acontecimentos inesperados e longos períodos de arrastada monotonia” (Gell, 2020). As discussões apresentadas por Geertz e Gell auxiliam a compreender, com maior precisão, relações entre as formas de articular experiências de temporalidade e outras dinâmicas sociais, como a realização de festas, deslocamentos e produção alimentar.

Além dessas, outros campos disciplinares discorrem como o tempo é praticado e compreendem as transformações de paradigmas sociais amplos no Ocidente em torno do trabalho, a exemplo da lenta consolidação do trabalho e de uma ética associada. O tempo passa a ser equivalente de trabalho e, como medida de contratações e controle, do dinheiro daí advindo. Vinculado a esse processo – facilitados por, e os facilitando – inserem-se instrumentos como o relógio, como explica o historiador E.P. Thompson (Thompson, 1967).

A isso se juntam práticas como a conformação da semana de trabalho de segunda a sexta e a organização do dia de trabalho, parte

de ‘novos hábitos de trabalho’ e ‘nova disciplina do tempo’, criada pelas sucessivas gerações em que se propuseram ações como a ‘divisão de trabalho, supervisão de trabalho, multas, sinos e relógios, incentivos em dinheiros, pregações e ensino, supressão das feiras e dos esportes’ (Thompson, 1967). Ainda que distando mais de dois séculos do início dessa transição, percebida a partir do século XVI na Inglaterra, seu extremo espraiamento faz com que devamos compreender que uma das formas de lidar com o tempo em diversos espaços, em especial nas cidades, é tributária desse pensamento do capitalismo industrial e de sua disciplina de trabalho.

Isso se verifica, por exemplo, nos processos industriais da cidade de São Paulo e suas relações com a temporalidade e a habitação, especialmente marcantes no século XIX e XX, como pontua transversalmente Eva Blay ao estudar moradia operária: por exemplo, para não desligarem os fornos industriais das vidrarias, essas indústrias alocavam residências próximas a seus trabalhadores, facilitando o controle do tempo de parte de sua mão de obra (Blay, 1985). A presença dessa articulação temporal se sente também na paisagem de forma ampla, como na demarcação dos turnos de fábricas, ainda mais aproximadas das escolas pelas sirenes de ambas.

Outros autores apresentam a questão do tempo mais em sua imbricação com demais aspectos da vida social e menos como aspecto central de seus estudos. É o caso de Marc Augé ao defender o conceito de supermodernidade [*surmodernité*], em que aponta uma aceleração do tempo histórico atual em virtude do ritmo de comunicações e informações. Assim, viveríamos um tempo sobrecarregado de acontecimentos, ao que se vincula um encurtamento de distância pelo fluxo comunicacional (Augé, 2012). Esse ritmo afeta a forma como que se constroem reconhecimentos, que passam a ser como que miragens, de falsa familiaridade.

Essa temporalidade, marcada por sua aceleração, também impacta na forma como se experienciam os espaços e se conformam lugares: são característicos dela os trens ultra velozes, que esmagam a possibilidade de o viajante decifrar paisagens e

compreender seu trajeto (Augé, 2012). Quem se desloca passa a somente ter “visões parciais, ‘instantâneos’, somadas confusamente em sua memória e, literalmente, recompostos no relato que ele faz dela” (Augé, 2012); fomentando uma apreensão dos significados ainda mais individualizada, com menor espraiamento para coletividades.

Ainda outra associação entre antropologia e o tempo é a que se dá a partir do campo do patrimônio cultural. Preliminarmente, cabe entender a patrimonialização como um processo de atribuição de uma nova camada de significados, dedicada a projetar sua permanência ao longo do tempo (Fuser, 2012). Nesse momento, é oportuno trazermos a conceituação do historiador François Hartog sobre o que seriam regimes de historicidade: “uma maneira de engrenar passado, presente e futuro ou de compor um misto das três categorias” (Hartog, 2003).

Pode-se compreender que o patrimônio cultural trataria, então, da articulação entre diferentes momentos. A isso se relacionam tomadas de decisão de agentes estatais por meio de instrumentos jurídicos como o tombamento ou o registro de bens culturais imateriais, percebendo-se também associações com medidas urbanísticas ou de documentação e divulgação, como inventários (Hartog, 2003).

Um caso no centro de São Paulo: a transferência do Prudente de Moraes³

Um estudo de caso que facilita discutir essas dinâmicas é o da saída da Escola Estadual Prudente de Moraes (EE Prudente de Moraes) para uma nova edificação, em 2014. Para tanto, inicialmente serão resumidos os processos relacionados com a construção e transferência da EE Prudente de Moraes. Delineia-se

³ Esta seção sintetiza, em grande parte, reflexões trazidas em minha dissertação de mestrado (Fuser, 2022). Por esse motivo se optou por manter as referências de fontes documentais e citações diretas apenas quando indispensável.

com uma construção teórica que, em diálogo com pesquisas já realizadas e outros elementos, e utilizando-se do paradigma indiciário (Ginzburg, 1989), possibilita uma compreensão inicial do contexto e significados relacionados a essa transferência como um evento significativo.

A escola, situada na avenida Tiradentes, na região central de São Paulo, tem uma trajetória que se inicia com a fundação da Escola Modelo da Luz, em 1895, uma das primeiras instituições escolares criadas no início do período republicano e, no mesmo ano, tem sua nomenclatura alterada para Grupo Escolar Prudente de Moraes. Inseria-se também em um momento de expansão da capital paulista, com a mancha urbana crescendo para além do chamado triângulo histórico, a consolidação do processo de industrialização e a atração de grupos migrantes estrangeiros.

A região do centro de São Paulo que hoje é identificada como Luz é um dos locais que vivencia, nessa virada de século, uma intensa transformação: o caminho do Guaré se transforma na avenida Tiradentes, alargada; na segunda metade do século XX, além do Prudente de Moraes, lá se instalam a Escola Politécnica, o Quartel da Força Pública, a Casa de Correção e o Liceu de Artes e Ofícios, além de se fazer a reforma do Jardim da Luz e a emblemática construção da Estação da Luz. Os arredores observam a instalação de residências, muitas vinculadas à elite daquele período.

A situação se altera na década de 1930, com os conflitos relacionados à revolta constitucionalista de 1932, incendiando o prédio que abrigava o GE Prudente de Moares, que já havia se expandido na época. Somente em 1950, é que se constrói uma nova edificação escolar na avenida Tiradentes: é o momento em que se articula um desenho institucional conhecido como Convênio Escolar, voltado ao atendimento educacional da população – que havia seguido em um ritmo incessante de crescimento – em meio às preparações para a comemoração do Quarto Centenário de São Paulo. Em quatro anos, são construídas mais de uma centena de escolas e estruturas para a educação infantil ao redor da cidade.

Entre elas está a EE Prudente de Moraes, que passa a ocupar essa nova edificação, de projeto arquitetônico associado ao movimento moderno na arquitetura e influenciado por projetos pedagógicos que prezavam pela autonomia, criatividade e conexão dos estudantes com a natureza. Cabe mencionar que, até esse momento, a EE Prudente de Moraes é recorrentemente citada em matérias jornalísticas, o que indica ocupar local de relevância na rede escolar da época.

Suas imediações também são um espaço referencial para setores da elite da época, como se percebe com a escolha da implantação homenageando o arquiteto Ramos de Azevedo, em 1934 - uma glorificação de uma das figuras associadas com a transformação então recente da região, que havia projetado o edifício do Liceu de Artes e Ofícios/Pinacoteca, da primeira edificação da EE Prudente de Moraes e da Escola Politécnica. A obra escultórica é de autoria de Galileo Emendabili, que posteriormente seria responsável pela execução do Mausoléu ao Soldado Constitucionalista de 1932, localizado em frente ao Parque do Ibirapuera, local de destaque desde os anos 1950 na capital paulista.

Figura 1-Avenida Tiradentes em 1952, com a Pinacoteca do Estado em primeiro plano à esquerda, a Igreja de São Cristovão, e o Monumento a Ramos de Azevedo mais ao centro. Crédito: Sebastião de Assis Ferreira.⁴



Por outro lado, nessa primeira metade do século XX, o Bom Retiro é visto como um espaço relacionado a migrantes judeus – que em realidade eram apenas um dos grupos sociais que marcavam a região, com seus espaços de moradia, trabalho e sociabilidade em geral -, presença que fazia parte do distrito ser visto como um enquistamento étnico. Tal enquadramento foi criado a partir de um trabalho da prefeitura municipal em 1940.

Ainda, de forma mais ampla, no início da década de 1930 o movimento de valorização imobiliária da área mais próxima ao Vale do Anhangabaú por parte das elites acaba por orientar outras políticas executadas no atual distrito do Bom Retiro: a instalação de uma zona oficial do meretrício em um polígono, parcialmente confinado pela linha ferroviária. A destinação oficial de uma área do Bom Retiro para a instalação dos estabelecimentos vinculados à

⁴ Número de tomo DC/0000181/F do Acervo Fotográfico do Museu da Cidade de São Paulo.

prostituição, publicamente indesejável para as elites da cidade, é ligada às políticas de caráter nacionalista das décadas de 1930 e 1940, associando territorialmente os mecanismos de controle policial aplicados a ambos os grupos.

Retornando à EE Prudente de Moraes, se pedagogicamente era especialmente marcante a sua proximidade com o Jardim da Luz, sua presença na quadra do Jardim não foi unanimidade ao longo dos anos 1970. Este já era um momento em que as mudanças na região central da cidade se aprofundavam com a consolidação de novas centralidades econômicas e urbanas, como a região da avenida Paulista e com a implantação do Metrô.

E, em meio a essas transformações, discutem-se quais os usos desejados para a região em que se encontrava a EE Prudente - ora vista como Luz ora como Bom Retiro. Não chega a ser concretizada, mas aventa-se a demolição da edificação para recuperar a unidade entre o Jardim e a avenida Tiradentes, junto com a transferência para onde havia sido a Faculdade de Farmácia e Odontologia da Universidade de São Paulo.

Porém, além dessas propostas de transformação, é entre os anos 1970 e 1980 que se iniciam as primeiras ações que aferem um valor cultural para a área, propondo a permanência de elementos que a caracterizariam – compreendida, então, como Luz, em uma ligação ao momento de criação das instituições citadas na virada do século XIX para o XX.

Essas atribuições de valor estão ligadas a projetos urbanísticos e ao zoneamento da época, como o plano 'Área da Luz', de 1977. Nele se reverbera a historiografia daquele momento ao definir como relevante a participação de migrantes europeus e dos símbolos da elite, entendendo como relevante manter a linguagem arquitetônica do ecletismo e seus aspectos monumentais.

Também é no campo dos planos urbanísticos que se constroem as primeiras ações que utilizam um valor cultural e histórico como justificativa para uma transformação dos usos da região, visando a um acréscimo do valor financeiro da terra urbana. Isso se dá no projeto Luz Cultural, em 1984, que enfatiza o lastro iluminista de

uma das nomenclaturas da região para propor uma série de ações voltadas a consolidar um reconhecimento dos aspectos culturais e históricos, sendo marcado pela implementação do Centro Cultural Três Rios, atual Oficina Cultural Oswald de Andrade, no já citado antigo prédio da Faculdade de Farmácia e Odontologia.

As narrativas que viam a Luz como uma zona que, historicamente relevante, havia se degradado com o passar do tempo e que deveria ser objeto de ações para recuperar esse seu valor cultural, se fortalecem na década de 1990 e 2000. E, muitas vezes, relacionadas à Pinacoteca. A instituição, que havia se tornado a única ocupante de uma das edificações monumentais da virada para o século XX na região, em frente à Estação da Luz, também exercia um papel de relevância no cenário das artes e buscava, continuamente, a utilização de áreas do contíguo Jardim da Luz, visto como uma ameaça devido à prostituição e roubos.

Na passagem para os anos 2000, essa legitimidade da Pinacoteca consolida-se cada vez mais, com a bem-sucedida intervenção do arquiteto Paulo Mendes da Rocha, criando uma nova configuração do espaço do museu. A isso se soma a implantação de uma série de novos usos para edificações de reconhecido valor histórico nas imediações da linha ferroviária, como a Sala São Paulo e uma escola municipal de música.

Em meio a esse processo, inicia-se em 2004 uma nova ação do IPHAN na região: a pesquisa intitulada como 'Multiculturalismo em situação urbana'. Ela se dispunha a compreender o bairro, caracterizado como "território urbano complexo" (Bondi, 2007), e seu contexto de "multiculturalismo (...) marca distintiva de uma metrópole globalizada, do século XXI, acolhendo identidades e conflitos em meio ao burburinho do comércio e de outros negócios" (Bondi, 2007).

Essa pesquisa será concluída entre 2007 e 2010, com novos técnicos do órgão de preservação federal, notadamente com a presença de antropólogos. Ela pode ser compreendida como um primeiro esforço estruturado de observar a presença de diversos grupos sociais como algo positivo e legitimado para os órgãos de

preservação. Ainda que não tenha se desdobrado em ações mais efetivas de acautelamento, cabe ressaltar seu papel para a transformação dos discursos em torno da região e da definição do que seria Bom Retiro, sendo uma primeira narrativa em que surge o multiculturalismo, e de forma positiva.

Os anos 2000 são também o momento em que se firma o fluxo de usuários de crack na região central. Sua permanência espacial em algumas ruas e o estigma desse consumo despontam como fatores da definição do termo 'Cracolândia', que se torna uma forma de marcar essa parte da região.

Mesmo com o fluxo de usuários sendo relativamente distante da EE Prudente de Moraes, o estigma da 'cracolândia' é um dos fatores que compõe o processo de degradação de seu entorno e que justifica a cessão do prédio da escola para esse vizinho. É elucidativa a justificativa apresentada pela Secretaria Estadual da Educação: "destaque da cultura nacional, a Pinacoteca do Estado é um dos marcos desta recuperação, pois localiza-se no Bairro da Luz, ao lado do Parque da Luz, na região conhecida como Cracolândia" (São Paulo, 2007)

A decisão gerou protestos por parte da comunidade escolar expandida, que contava com agentes de relevância no cenário político, como o presidente da Federação do Comércio do Estado de São Paulo (Fecomercio-SP) Abram Szajman, que reforçou a impossibilidade de demolição da edificação por conta da proteção oriunda do tombamento. Outra questão debatida nesse momento em que se decidia a transferência foi a permanência da escola na região do entorno original da EE Prudente de Moraes, o que foi operacionalizado a partir da demolição de uma antiga garagem municipal, na quadra próxima à escola, e com a construção de uma nova edificação escolar, processo que foi concluído apenas em 2014.

Ainda que essa introdução tenha um caráter historiográfico, entende-se que essa contextualização é pertinente para esboçar qual o cenário das percepções da época da transferência e as do momento da pesquisa. Ainda que distando quase dez anos entre os dois momentos, pode-se entender que esses estão relativamente

próximos temporalmente, em especial se comparados com a longa duração dos processos comentados.

Em outras palavras, situar previamente quais são os significados construídos e reconstruídos ao longo do tempo (Sahlins, 2003) ajuda a compreender esse acontecimento que, com suas múltiplas interpretações, consolidou-se em um evento para as comunidades envolvidas (Sahlins, 2003). Também é possível entender quais movimentações foram feitas entre esse passado recente e o futuro próximo, no já referido por Paul Rabinow como espaço do *contemporâneo*, especialmente oportuno para observar emergências de significados.

A mudança entre prédios foi somente realizada em 2014, na metade do ano escolar, na volta das férias. Em trabalhos escolares dessa época, de uma turma de quinto ano, arquivados por uma professora da instituição, percebe-se o impacto da mudança do espaço, que se mistura com as trajetórias de amadurecimento pessoal.

Em uma situação em que se via uma continuidade das crianças na mesma escola, passando muitas vezes todo ciclo inicial do ensino fundamental na instituição, a vida escolar ficava relacionada com a chegada na EE Prudente de Moraes e seu antigo edifício. Isso fez com que a saída dessa edificação intensificasse um sentimento de mudança nos alunos, com a passagem para outro edifício escolar misturando-se a sua nova experiência dentro do ciclo escolar, em que passavam para a segunda metade do ensino fundamental.

Em outro aspecto percebido na pesquisa efetuada, a referência ao passado da instituição também foi perceptível no próprio ambiente da edificação, em especial na sua parte administrativa: na entrada do prédio por onde passam os funcionários, perto da secretaria e da sala da direção, via-se uma situação que destoava da arquitetura contemporânea e mais austera, o padrão que se verificava no restante do prédio.

Figura 2 - Foto do corredor da EE Prudente de Moraes. Piano e mancebo, pertencentes ao acervo da escola e trazidos na mudança, permanecem em um dos corredores de entrada da escola. Mais atrás, nota-se uma série de fotos antigas e placas comemorativas. Ao fundo, a grade vermelha separa a área do pátio. Foto do autor, julho/2021.



Figura 3 - Foto do corredor da atual EE Prudente de Moraes. Parte das placas, busto e fotos que se enxergam na entrada pela secretaria. O piano fica à direita desta imagem, o gradil do pátio à esquerda. Foto do autor, julho/2021.



Figura 4- Destaque de uma das fotos penduradas no corredor da EE Prudente de Moraes. Nelas se retrata a vida escolar nos antigos edifícios do Prudente de Moraes. Foto do autor, julho/2021.



Figura 5 - Busto do patrono da escola, com apetrechos de segurança utilizados por conta da pandemia de Covid-19, momento em que ocorria a pesquisa. Foto do autor, julho/2021.



Figura 6- Saguão da entrada administrativa da antiga edificação da escola, em que se vê o busto do patrono.Foto: Carlos Kipnis e Clóvis Copelli, 2006 (Ferreira; Mello, 2006).



Os objetos, provenientes do antigo edifício, são marcadamente diferentes em termos de desenho e material do prédio atual e do mobiliário atualmente utilizado, gerando um estranhamento no contato inicial. Dessa forma, a presença desses objetos naquele espaço auxilia a estabelecer alguma continuidade da instituição no novo edifício, sendo um suporte da memória da escola, em parte pelos materiais e formas daqueles objetos, os textos das placas e as cenas retratadas.

Abre-se, assim, uma discussão das transformações e da passagem do tempo. Nesse caso, passa por temas como o

deslocamento da escola, a trajetória das políticas educacionais e as experiências pessoais de gerações que estudaram na instituição.

Ainda dentro desse projeto de pesquisa, realizaram-se atividades com duas turmas do terceiro ano de 2021, situando sua relação com a escola, naquele momento com aulas remotas, devido à pandemia, buscando compreender a relação de suas localidades com a EE Prudente de Moraes. A relação com a proximidade da moradia foi notável com o Bom Retiro e com a Luz, com menor incidência de outras regiões e locais. Também se percebeu maior conhecimento do que seria Luz, com diversas referências sendo mobilizadas de forma mais significativa que em relação ao Bom Retiro.

Em relação à imagem da Luz produzida pelos alunos, cabe notar a identificação de algumas instituições culturais destacadas na área, especialmente aquelas instaladas após a década de 1990, como o Museu da Língua Portuguesa e a Pinacoteca, ainda que se referenciasse de forma ampla o termo Museu, que pode ser ligado à imagem de bairro cultural estabelecida (Frúgoli, 2014). Também foram mencionadas referências vinculadas à toponímia da Luz, como o Jardim, indicado como Parque, e a estação de Metrô.

Questionamentos semelhantes foram realizados partir de questionários virtuais procurando atingir uma maior parcela da comunidade escolar, chegando a ter cerca de 20 respondentes – entre membros atuais da escola, ex-alunos ou ex-professores. Entre outros temas, quem respondia era instigado a listar características associadas à Luz e ao Bom Retiro, tendo sido citadas ruas, escolas, creches, igrejas e grupos sociais, a ‘Cracolândia’, entre outras referências.

Com isso, pode-se construir uma noção com quais aspectos cada uma foi relacionada, como “pessoas de diferentes raças” e “teatros” ao Bom Retiro, enquanto a Luz seria marcada por “museus” e “prédios”. Outras respostas caracterizaram a Luz como um lugar de “cultura”, de mau cheiro, bem como marcadas pelas políticas de assistência a pessoas em situação de rua. O aspecto comercial é compartilhado pelos dois lugares, que são marcados por “comércio” ou “lojas”.

Assim, vê-se que a diversidade cultural é associada ao Bom Retiro. Tal fato é percebido por meio das referências de diversos grupos sociais e de produções relacionadas, vistas de forma positiva, como as gastronomias ou espaços de lazer e arte, além da presença de locais vinculados ao cotidiano, como mercados, padarias ou postos de saúde - talvez por uma maior proximidade das pessoas respondentes.

Já a Luz é bastante associada com a descida para a área do Tamanduateí, com a rua São Caetano, além da praça e estação de trem e metrô de mesmo nome. Também se percebe a vinculação desse lugar aos espaços museais lá presentes - tanto nas instituições que compõem esse cenário quanto na cultura ou museu de forma mais abstrata. E nota-se, ainda, o compartilhamento de diversas referências, especialmente nas instituições museais situadas ao redor da praça da Luz, como a Pinacoteca.

Figura 7 - Mapa com áreas identificadas como Luz e Bom Retiro, a partir das referências e relações indicadas na pesquisa. Elaboração do autor, dezembro/2021.



Ainda, é notável que algumas referências surgiram associadas às duas identidades territoriais. O pertencimento simultâneo a mais de um lugar sugere uma certa zona de compartilhamento entre duas identidades territoriais contíguas, além de afastar uma ideia estática de ambas. Ou seja, uma referência pode ser percebida de diversas formas, sendo relacionada a diversas localidades e, inclusive, com essas definições podendo se sobrepor.

Dessa forma, despontam perspectivas especialmente relevantes para compreender a saída da EE Prudente de Moraes da edificação construída pelo Convênio Escolar e tomada pela Pinacoteca para fazer sua nova unidade. Ao longo de décadas, conformaram-se duas formas de descrever e, assim, definir, uma região; cada qual com um conjunto de características, que foram se alterando com o tempo.

Vê-se a Luz passando de local de elite, com palacetes e instituições escolares modelares da República que então se instaurava, para espaço de degradação, no qual o passado é um ativo a ser recuperado. A concepção do que seria Bom Retiro também se altera, com a diversidade de grupos sociais e migrantes passando a ser tratada de forma positiva, além de ser reconhecida por uma vibrância comercial.

Esse esforço, de caráter mais historiográfico, acaba sendo um auxílio para compreender os diversos olhares, métodos e ações relacionadas com essa região. E, especialmente, para situar como que se construíram os conceitos utilizados contemporaneamente, como Bom Retiro e Luz, com especial relevância para a definição dos limites e dinâmicas dessa parte da cidade. Dessa forma, permite-se entender a construção de significados por grupos sociais, como as crianças que estudaram e as que estudavam na EE Prudente de Moraes durante a pesquisa. E, também, disputas que vêm se conformando de forma mais ampla.

Mais especificamente, é relevante apontar fatores como a legitimação do multiculturalismo como explicação do local, quais as identificações territoriais usadas e a retórica de uma recuperação de degradação por meio de projetos culturais. Isso auxilia a

elucidar a movimentação de setores vinculados ao consulado da Coreia do Sul e a associações comerciais em implantar projetos vinculados a um *soft power* nacionalista e à promoção da turistificação da região (Toji, 2021).

Tais tensões vêm se intensificando desde 2018, em especial a partir de 2021. Esse projeto se daria por meio do fortalecimento e da implementação de símbolos ligados a esse estado-nação específico, com mudanças de nomes de ruas, estação do metrô e instalação de luminárias vistas como ‘temáticas coreanas’ (Toji, 2021).

O movimento se assemelha a ações já ocorridas na cidade de São Paulo, como a implementação de luminárias distintas no bairro da Liberdade e a criação de narrativas de italianização do Bixiga. De notável impacto após seu desenvolvimento, iniciado a partir da década de 1970, esses dois processos vêm sendo alvo de crescentes questionamentos já que construíram - e constroem - narrativas e representações culturais limitadas, promovendo ‘apagamentos’ da presença de grupos sociais relevantes na região, em especial comunidades negras e indígenas (Lanna, 2023).

À guisa de conclusão

Os apontamentos ligados ao caso da transferência da EE Prudente de Moraes podem ser interpretados em conjunto com o papel exercido pela antropologia dentro do campo do patrimônio cultural. Nessa interface, o fazer antropológico desponta como forma de identificação e legitimação de diversas criações de significados, contribuindo para um desenvolvimento mais democrático de políticas públicas, conforme sintetiza Izabela Tamaso (Tamoso, 2008).

Sobre a atuação mais recente da antropologia nessa relação, notam-se debates promovidos pela Associação Brasileira de Antropologia e seu Grupo de Trabalho de Patrimônio Cultural e Museus, que chegaram a publicar dois livros. O mais recente, de 2012, reúne artigos com uma linha editorial que focam “a recepção das políticas públicas patrimoniais e museais, configurando uma

interpretação sustentada, sobretudo, nas concepções dos agentes e populações locais” (Tamoso; Lima, 2012).

A discussão acadêmica mais ampla sobre o tema tem seguido a mesma linha, a exemplo do dossiê organizado em 2019 na Revista de Antropologia do Centro-Oeste, associada à Universidade Federal do Mato Grosso. Ele partiu de desdobramentos do Grupo de Trabalho da 31ª Reunião Brasileira de Antropologia, promovida pela ABA, e propôs refletir as ligações entre transformações políticas e partidárias, em um contexto de neoconservadorismo após 2018 (Osorio; Vassalo, 2019). Os artigos apresentam impactos nas ações institucionais vinculadas ao patrimônio cultural, abrangendo reconfigurações conceituais operadas nas então mudanças de gestão (Adonolfi, 2019) e impactos das privatizações na análise de projetos de restauro (Fuser, 2019), por exemplo.

Outro dossiê mais recente foi organizado pela revista *Iluminuras*, ligada à Universidade Federal do Rio Grande do Sul, em 2022. Nele também se trabalha o momento de atribuição de valor ao objeto cultural, com grande parte dos artigos mencionando interfaces com políticas públicas de patrimonialização e musealização (Rocha; Cuty; Bertotto, 2022).

Observando essa produção da antropologia brasileira mais recente sobre o tema, percebe-se uma tendência de enfatizar as dinâmicas de poder de como se aferem os significados, quais agentes foram envolvidos e como se deram os processos de patrimonialização. Discutem-se, assim, quais são os objetos culturais em disputa e como eles fazem a costura entre passado, presente e futuro - agulhas que formam os regimes de historicidade, manuseadas de acordo com cada circunstância.

O tempo, nesses casos, é um pano de fundo, visível em maior ou menor grau, do objeto de estudo, sobre o qual transcorre a ação principal. Ele se liga a conceitos como historicidade ou ancianidade, por sua vez atravessados pelas disputas de poder e atribuições de valor.

Pode ser distinguido, portanto, do papel em que o tempo tem tido em outras agendas de pesquisa – igualmente legítimas, mas

que exigem outras metodologias e abordagens, como as já citadas indagações autorreflexivas sobre os processos de produção de conhecimento da antropologia. Ou, ainda, sobre a conformação de rotinas e de padrões cotidianos, organizando temporalidades e formas de atribuição de significados.

É relevante delinear essas tendências atuais da produção da antropologia para, assim, facilitar caminhos para pesquisas e indagações. São diversas possibilidades de abordar a complexidade que o tempo traz como um aspecto relevante da vida social, decupando as perspectivas do trabalho de pesquisa e de eventuais estratégias etnográficas. Resta, assim, seguir: mergulhemos nas múltiplas e delicadas questões propostas, todos os dias, pelos fazer-cidade do mundo contemporâneo.

Referências

- ADONOLFI, Maria Paula Fernandes. A salvaguarda do patrimônio imaterial em tempos de aniquilação da diversidade: notas sobre o fundamentalismo cristão e a “capoeira gospel”. **Aceno – Revista de Antropologia do Centro-Oeste**, 6 (11): 51-64, janeiro a julho de 2019. Disponível em: <https://periodicoscientificos.ufmt.br/ojs/index.php/aceno/article/view/8335>. Acesso em 16/08/2024.
- AGIER, Michel. **Antropologia da cidade: lugares, situações, movimentos**. São Paulo: Editora Terceiro Nome, 2011.
- AUGÉ, Marc. **Não lugares: introdução a uma antropologia da supermodernidade**. 9ª edição. Campinas: Papirus, 2012.
- BLAY, Eva Alterman. **Eu não tenho onde morar: vilas operárias na cidade de São Paulo**. São Paulo: Nobel, 1985.

BONDI, Mauro David Artur. Apresentação, *in* Scifoni, S. (org), **Bom Retiro Memória Urbana e Patrimônio Cultural: coletânea de textos para a Educação Patrimonial**, São Paulo: 9ª SR/IPHAN, 2007.

CARDOSO, Marina D. Etnografia entre éticas: ética e pesquisa com populações indígenas. In: Cynthia Sarti; Luiz Fernando Dias Duarte. (Org.). **Antropologia e ética: desafios para a regulamentação**. 1ed. Brasília: ABA Publicações, 2013, v. 1, p. 131-171.

FABIAN, Johanness. **Time and the other: how anthropology makes its object**. New York, Columbia University Press, 1983.

FERREIRA, Avany de Francisco; MELLO, Mirela Geiger (orgs.). EE Prudente de Moraes. In: Arquitetura escolar paulista: anos 1950 e 1960. FDE: São Paulo, 2006.

FUSER, Luca. Antropologia do restauro: notas sobre o projeto arquitetônico de um novo Estádio do Pacaembu. **Aceno – Revista de Antropologia do Centro-Oeste**, 6 (11): 65-80, janeiro a julho de 2019. Disponível em: <https://periodicoscientificos.ufmt.br/ojs/index.php/aceno/article/view/8300>. Acesso em 16/08/2024.

FUSER, Luca. **Sobre prédios, planos e uma escola: o Prudente e o patrimônio em São Paulo**. Dissertação (Mestrado em Arquitetura) Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2022.

FRÚGOLI JR., Heitor. A cidade no diálogo entre disciplinas. In: Carlos Fortuna; Rogério Proença Leite. (Org.). **Plural de cidade: novos léxicos urbanos**. Coimbra: Almedina, 2009, p. 53-67.

FRÚGOLI JR., Heitor. Roteiro pelo bairro da Luz, São Paulo. **Ponto Urbe** [Online], 2 | 008, posto online no dia 07 agosto 2014. Disponível em <https://www.revistas.usp.br/pontourbe/article/view/217967>, consultado em 01 novembro 2021.

GEEL, Alfred. **The anthropology of time: cultural constructions of temporal maps and images**. New York: Routledge, 2020.

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. 1.ed., 13ª reimpr. Rio de Janeiro: LTC, 2008.

GUINZBURG, Carlo. Sinais: Raízes um paradigma indiciário. In: _____. **Mitos, emblemas e sinais: morfologia e história**. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

HARTOG, François. **Regimes de historicidade. Presentismo e experiências do tempo**. Belo Horizonte: Autêntica, 2013.

LANNA, Ana. **Comer o pão, viver a cidade: classe, etnicidade e sociabilidades em São Paulo do início do século XX**. São Paulo: Alameda, 2023.

MAGNANI, Jose Guilherme Cantor. **Da periferia ao centro: trajetórias de pesquisa em Antropologia Urbana**. 1. ed. São Paulo: Terceiro Nome, 2012. v. 1. 345p.

OSORIO, Patricia Silva; VASSALLO, Simone Pondé. Apresentação ao dossiê. **Aceno – Revista de Antropologia do Centro-Oeste**, 6 (11): 31-34, janeiro a julho de 2019. Dossiê Temático: Políticas patrimoniais contemporâneas e os novos desafios da antropologia. Disponível em <https://periodicoscientificos.ufmt.br/ojs/index.php/aceno/article/view/10093> . Acesso em 16/08/2024.

RABINOW, Paul. **Marking time: on the anthropology of the contemporary**. Princeton: Princeton University Press, 2008.

ROCHA, Ana Luiza Carvalho da; CUTY, Jeniffer; BERTOTTO, Márcia. Apresentação. **Illuminuras**, Porto Alegre, v. 23, n. 60, p.01-06, abril, 2022. Disponível em <https://seer.ufrgs.br/index.php/illuminuras/article/view/124106/84766> . Acesso em 16/08/2024.

SAHLINS, Marshall. **Cultura e razão prática**. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.

SANTOS, Carlos José Ferreira dos. **Nem tudo era italiano: São Paulo e pobreza (1890-1915)**. São Paulo: Annablume, 1998.

SÃO PAULO (Estado). Comunicado Conjunto SE e SC, de 25 de agosto de 2007.

SCHNECK, Sheila. **Bexiga: cotidiano e trabalho em suas interfaces com a cidade (1906-1931)**. 2016. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo). Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016; Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiv/eis/16/16133/tde-01092016-155844/publico/sheilaschneck.pdf>. Acesso em: 17/06/2024.

TAMASO, Izabela; LIMA FILHO, Manuel Ferreira (orgs). **Antropologia e Patrimônio Cultural: trajetórias e conceitos**. Brasília: Associação Brasileira de Antropologia, 2012

TAMASO, Izabela. Quando o campo são os patrimônios: conhecimento e práticas científicas na esfera pública. **Revista de Antropologia**. São Paulo, v.61, p.60, 2018.

THOMPSON, Edward Palmer. Time, Work-Discipline, and Industrial Capitalism. **Past & Present**, No. 38 (Dec., 1967), p. 56-97.

TOJI, Simone. *Koreatown: Entre a cidade de enclaves e a urbe cosmopolita*, 2021. **Le Monde Diplomatique**, 27 de agosto de 2021. Disponível em: <https://diplomatique.org.br/koreatown-entre-a-cidade-de-enclaves-e-a-urbe-cosmopolita/>, acesso em 16/08/2024.

Sobre as autoras e os autores

Ana Laura Eltz

Mestre em Desenvolvimento Regional pela Universidade de Santa Cruz do Sul - UNISC. Advogada civilista e tributarista.

E-mail: anaeltz@gmail.com

Bruna Ribeiro Wruch

Graduanda do Curso de Serviço Social da Universidade Católica de Pelotas - UCPel.

E-mail: bruna.wruch@sou.ucpel.edu.br

Cláudia Tirelli

Doutora em Sociologia pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Docente do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional e do Departamento de Ciências, Humanidades e Educação da Universidade de Santa Cruz do Sul – UNISC.

E-mail: ctirelli@unisc.br

Cristine Jaques Ribeiro

Doutora em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – PUCRS. Docente no Programa de Pós-graduação em Política Social e Direitos Humanos e do Curso de Serviço Social da Universidade Católica de Pelotas - UCPel.

E-mail: cristinejrib@gmail.com

Francisco Pereira Neto

Doutor em Antropologia pelo Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Docente do Departamento de Antropologia e Arqueologia da Universidade Federal de Pelotas - UFPEL.

E-mail: francisco.fpneto@gmail.com

Isadora Scopel Simon

Mestranda Programa de Urbanismo da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ. Arquiteta e Urbanista, membra do TransLAB.URB.

E-mail: isadora@translaburb.cc/isadora.simon@fau.ufrj.br

Leandro Barbosa dos Santos

Doutor em Antropologia pela Universidade Federal de Pelotas - UFPEL. Associado a produtora de audiovisual Graxaim Filmes.

E-mail: profleandrobarbosa@hotmail.com

Leonardo Brawn Márquez

Arquiteto e Urbanista. Membro do TransLAB.URB.

E-mail: leonardo@translaburb.cc

Luca Fuser

Cientista Social, Mestre em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade de São Paulo - USP.

E-mail: luca@reconta.sampa.br .

Luis Carlos Ribeiro Stephanou

Sociólogo, doutorando do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional da Universidade de Santa Cruz do Sul – UNISC.

E-mail: riglosaragon@gmail.com

Natália Martins Leal

Graduanda do Curso de Serviço Social da Universidade Católica de Pelotas – UCPel.

E-mail: natalia.leal@sou.ucpel.edu.br

Marcelo Kunrath Silva

Doutor em Sociologia, Professor Titular do Departamento de Sociologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS.

E-mail: mksilva@ufrgs.br

Mariana Barbosa de Souza

Doutora em Desenvolvimento Regional pela Universidade de Santa Cruz do Sul/UNISC. Professora Visitante no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul – Campus Farroupilha.

E-mail: barbosadesouzamariana@gmail.com

Mariana Castilhos

Graduanda em Arquitetura e Urbanismo na Universidade Federal do Rio Grande do Sul -UFRGS.

E-mail: mariana.castilhos@ufrgs.br

Tuíze Rovere

Doutora e Mestre em Desenvolvimento Regional pela Universidade de Santa Cruz do Sul – UNISC. Pós-doutoranda no Programa de Pós Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Pelotas – UFPEL. Arquiteta e Urbanista.

E-mail: tuize.rovere@gmail.com

Vanessa Marx

Doutora em Ciência Política e Administração pela Universidad Autonoma de Barcelona – UAB. Professora do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS.

E-mail: vanessa.marx@ufrgs.br

[...] E é neste aspecto, aliás, que se encontra o maior destaque desta obra, na medida em que ela nos convida a reconhecer essa "cidade outra", que é produzida pelas ações insurgentes dos grupos que insistem em (r)existir na contramão das lógicas mercantis correspondentes ao urbanismo neoliberal. [...]

Guilherme Aderaldo



Conselho Nacional de Desenvolvimento
Científico e Tecnológico

